

A QUESTÃO DOS VINHOS

—
PARECER

DAS

COMMISSÕES DE FAZENDA E DE AGRICULTURA

DA

CÂMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

APRESENTADO NA

SESSÃO LEGISLATIVA DE 1889

PELO

RELATOR DAS MESMAS COMMISSÕES

ELVINO DE BRITO

DEPUTADO PELA INDIA



LISBOA

IMPRESSA NACIONAL

1889

Senhores. — Referidas e devidamente apreciadas, no relatório, que precede a proposta de lei do governo, e na *Memoria*, annexa ao presente parecer, as causas determinantes da crise, que no momento actual assobberba o viticultor, e com elle o commerciante de vinhos, entidades que mutuamente se devem auxiliar na campanha em que o parlamento é obrigado a intervir como elemento preponderante na solução a que se pretende chegar no interesse de todos, porque o é do paiz, resta que, á luz de uma analyse serena e desapaixorada dos factos recentes, possamos ajuizar da efficacia e alcance dos actos já emanados do poder executivo e dos que ora são postos á tela do debate, os quaes, intimamente relacionados uns e outros, constituem, por certo, um conjuncto de providencias, mais ou menos importantes, obedecendo a uma orientação definida, embora ás vezes haja parecido hesitante ou mal accentuada, o que até certo ponto, senão totalmente, se harmonisa com a natureza do problema, cujos dados, naturalmente variaveis, estão sujeitos a contingencias e circumstancias, que tendem successivamente a modificar-se no paiz e nas suas relações com outros paizes.

Antes dos recentes congressos agricolas, isto é, antes que os proprios interessados, por meio da manifestação de uma vontade firme e energica, como mais tarde houve de patentear-se, tivessem reunido os seus esforços para, firmados na auctoridade de um estudo profundo sobre os males que opprimiam a viticultura e na força de sympathia que sempre acompanha a defeza de uma boa causa, se dirigirem aos poderes publicos a reclamar remedios apropriados á gravidade e intensidade d'esses males, não nos soffre o animo o occultar que já nas regiões officiaes

se cuidára, tanto quanto as circumstancias o permitiriam, de adoptar providencias e alcançar meios de attenuar a crise, que a larga distancia se fizera sentir.

Sem nos referirmos propriamente ao esforço dedicado com que o governo diligenciou, em providencias seguidas, acudir á situação, em que de subito se encontrára a região duriense, atacada pelo terrivel aphydio que primeiro escolhêra pousio por entre os afamados vinhedos d'aquella região, providencias que mereceram calorosos applausos por parte da associação commercial do Porto, segundo se lê nos seus relatorios publicados em 1881, 1882 e 1883, e que a pouco e pouco se foram estendendo ás demais regiões do paiz, que não escaparam á acção destruidora da phylloxera, força é confessar que, em epochas anteriores á actual situação politica, os homens d'estado que mais directamente houveram de intervir no exame das questões relativas ao commercio do vinho, entre os quaes citaremos Anselmo José Braamcamp, Antonio Augusto de Aguiar e Barbosa du Bocage, se esforcaram, solícita e patrioticamente, segundo consta de documentos diplomaticos publicados em diversos volumes do *Livro branco*, por applanar o caminho, desimpedindo-o de peias que o tornavam inviavel, para o desenvolvimento do commercio vinicola nos principaes mercados da Europa e da America.

E se os resultados não corresponderam inteiramente aos intuitos e ás vistas politicas d'aquelles ministros e dos gabinetes de que faziam parte, é certo, todavia, que alguma cousa se conseguiu em relação ao commercio dos nossos vinhos com o Brazil, onde o extraordinario desenvolvimento da industria fraudulenta de vinhos artificiaes, e a imitação e falsificação das marcas, dos rotulos e dos signaes distinctivos da procedencia e natureza do producto, causavam prejuizos enormes, dia a dia crescentes, ao commercio dos vinhos portuguezes.

Os symptomas da crise cada vez se pronunciavam mais, e a necessidade de tornar conhecidos os nossos vinhos communs, tintos e brancos, nos mercados estrangeiros, impunha-se inadiavelmente, graças á feição peculiar da crise, aggravada pelo simultaneo repovoamento dos vinhedos no nosso paiz e na França, que, por conveniencia da sua florescente industria vinicola, se tornára consumidora das nossas massas vinarias, as quaes, convenientemente trabalhadas, se prestavam, em optimas condições, á alimentação do commercio, já universalizado, do seu vinho de Bordeaux.

Não desconhecem o governo a importancia d'esta situação,

que a pouco trecho se poderia tornar de funestas consequências para a primeira das indústrias nacionaes, e, por sem duvida, para o principal ramo da nossa exportação. E assim é que, simultaneamente, attentou nos meios de, no proprio paiz, instruir e levantar a industria vinicola, abrindo escolas praticas de enologia e de viticultura, destinadas a tiral-a de um empirismo, que as circumstancias actuaes do commercio de vinhos mal poderiam justificar, e nos processos praticos de conduzir os nossos vinhos aos mercados estrangeiros, do que são prova as tentativas que em mais de um mercado europeu se pizeram em obra e que deram em resultado o poder realisar-se mais tarde a exposição de vinhos portuguezes em Berlim, facto notavel e de assignalado alcance para o commercio dos nossos vinhos de pasto; o fazer-se na Inglaterra a benefica e opportuna propaganda, dirigida habilmente pelo esclarecido consul de Portugal em Newcastle; e, ainda, o preparar-se terreno para uma proxima exposição de vinhos portuguezes na praça de Francfort, solicitada já ao governo pelos negociantes da mesma praça com o apoio da respectiva camara do commercio.

Estes e outros emprehendimentos de maior ou menor alcance, que os poderes publicos punham louvavelmente em acção, promovendo, apoz a creação da direcção geral da agricultura, o remodelamento de serviços agricolas e instituindo, alem de escolas, outros estabelecimentos, que hão de necessariamente influir na evolução e progresso da nossa agricultura, de que é o principal ramo a viticultura, antecederam um pouco, como é facil de verificar, ao primeiro congresso agricola realiado em Lisboa, em fevenciro de 1888.

Não é aqui logar para analysarmos detidamente os resultados do estudo, na questão dos vinhos, e as conclusões que, em fôrma de reclamação instante e peremptoria, foram, em nome do congresso, submettidas ao criterio e deliberação dos poderes publicos, bastando para o nosso fim, que, em primeiro logar, e antes de tudo, registemos abertamente a nossa inteira sympathia pela manifestação de vitalidade da classe agricola, tão brilhantemente affirmada n'aquella assembléa de lavradores, e, em segundo logar, nos congratulemos pela adopção, quasi em completo, por parte do governo e do parlamento, das providencias reclamadas pela mesma assembléa, e que ella, com sobeja razão, reputava de interesse vital para a nossa viticultura.

Ainda bem que, em communição de sentimentos e de in-

tuitos, e compenetrados da excepcional gravidade do assumpto, os altos poderes do estado e os agricultores se harmonisaram nos processos e meios praticos de salvar a nossa industria vinicola da criso assoberbante, que a todos por igual tem preocupado e a que era forçoso acudir com providencias energicas e promptas.

A proposta de lei apresentada pelos srs. ministros da fazenda e de obras publicas, e que as commissões estudaram e discutiram largamente, sem preocupações de politica partidaria, pois desde logo foi pelo governo declarada *questão aberta*, em que todos os alvitres teriam igual acolhida, certo de que se inspirariam na mesma sympathia de intuitos, que presidira á elaboração d'aquelle diploma, pôde e deve considerar-se harmonica, nos seus fundamentos, com as legitimas aspirações da classe dos viticultores e com as do congresso agricola, no tocante á nossa industria vinicola, se bem que ainda, por circumstancias que ao diante se explanarão, ella não podesse ser por agora considerada e adoptada na parte respeitante ás condições em que os interessados desejariam, com certa rasão, ver introduzidos os seus vinhos de pasto no consumo da cidade de Lisboa. Tirante este ponto, em que o governo se mostrára empenhado e com o qual as commissões concordaram em principio, não devendo, por isso, considerar-se prejudicado, mas apenas, no sentir da maioria dos seus membros, dependente de estudos mais completos, pôde dizer-se que o projecto de lei, em que as commissões converteram a proposta do governo, de accordo com elle, satisfaz as principaes reclamações dos viticultores, explicita e desenvolvidamente expostas no *Relatorio sobre vinhos*, que acompanha a representação do congresso, firmada em 17 de março de 1888.

Já em parte attendidas algumas d'essas reclamações pelas cartas de lei de 13 e 19 de julho de 1888, são-n'o, na quasi totalidade, pelo actual projecto, como summaria e claramente vamos demonstrar.

O congresso pedira:

«1.º Que fossem abolidos os direitos de exportação dos vinhos brancos communs.»

O projecto attende, por completo, a este pedido, visto que no seu artigo 1.º propõe essa abolição.

«2.º Que fossem reduzidos a 6 réis por decalitro os direitos dos vinhos tintos da mesma natureza.»

O projecto, não só attende a esta reclamação, como vae mais longe, visto que propõe a abolição completa d'esses direitos, sujeitando apenas os vinhos tintos a um direito estatístico de 2 réis por decalitro.

«3.º Que, para mais facil introdução dos vinhos nacionaes e seu mais amplo consumo nas nossas colonias, fossem ali reduzidos os respectivos direitos de importação.»

O projecto, de accordo com este pedido, adopta medida mais radical, porque propõe, no seu artigo 2.º, a abolição completa d'esses direitos.

«4.º Que o governo sujeite a direitos fortemente protectores a entrada dos alcools estrangeiros.»

Este pedido, já satisfeito pela lei de 13 de julho de 1888, que elevára esses direitos de 1\$150 a 1\$500 réis para a aguardente e alcool simples, em cascos ou garrações, e de 1\$500 a 1\$900 réis para aguardente e alcool simples, em garrafas ou botijas, é ainda mais vantajosamente considerado no actual projecto, que eleva os mesmos direitos, respectivamente, a 1\$800 e 2\$200 réis.

«5.º Que o governo contrate, pelos meios que mais convenientes lhe parecerem, com as companhias, o transporte prompto e barato dos vinhos.»

O projecto preceitua, no artigo 7.º, que nenhum contrato com quaesquer companhias de navegação para as provincias ultramarinas será feito pelo governo sem que se estipule uma redução nos transportes dos vinhos portuguezes e na devolução das taras vazias.

«6.º Que o governo estabeleça, no estrangeiro, exposições permanentes de vinhos e, junto d'ellas, armazens onde se recebam vinhos portuguezes, para serem vendidos por conta de seus proprietarios, e auxilie e subsidie as empresas commerciaes e associações de agricultores, legalmente constituídas, que, sob fiscalisação do governo, abram depositos commerciaes, destinados a crear novos mercados para os vinhos nacionaes.»

A carta de lei de 19 de julho de 1888 determinou que uma quantia importante fosse, annualmente, applicada á

creação no estrangeiro de depositos commerciaes dos typos dos nossos vinhos, que melhor acceitação tivessem em cada mercado. O modo como o governo tem procurado desempenhar-se d'este encargo, que o parlamento lhe impoz, dil-o o contrato de 15 de março do corrente anno, feito com a companhia commercial denominada *Real companhia vinicola do norte de Portugal*, que se obriga a desenvolver, mediante clausulas e condições estipuladas no mesmo contrato, o commercio de exportação de vinhos de uma parte consideravel do norte do paiz (abrangendo, alem de cinco districtos inteiros, importantes concelhos de mais tres districtos), e dos typos commerciaes de lotação, para o imperio d'Allemanha, estabelecendo para isso tres depositos commerciaes n'aquelle paiz, nos quacs armazenará e exporá ao publico não só os vinhos da companhia, mas os dos productores e commerciantes portuguezes. Veja-se o *Diario do governo* n.º 79 de 8 de abril d'este anno, em que vem publicado o contrato, e o *Diario do governo* n.º 77 de 5 do referido mez, em que foram publicados os estatutos da companhia, approvados pelo regio alvará de 30 de março do mesmo anno.

«7.º Que o governo subsidie pessoal, que no estrangeiro adquira amostras dos vinhos de outras nações, de maior apreço, para comparação e estudo por parte dos nossos productores e commerciantes.»

O projecto de lei traduz melhor o pensamento que presidiu a esta reclamação, e satisfaz mais cabalmente ás aspirações dos vicultores, dos quacs o congresso se fez echo na mesma reclamação: 1.º, porque não se limita a auctorisar o governo a adquirir as amostras dos typos de vinhos adequados ás exigencias dos mercados estrangeiros, pois tambem estimula as associações de vicultores e os vicultores a fabricarem uma certa quantidade de vinho por qualquer d'esses typos, á sua escolha, concedendo-lhes, durante cinco annos, premios na importancia total de réis 20:000\$000 annualmente; 2.º, porque auctorisa o governo a contratar o pessoal pratico necessario para nas localidades vinhateiras mais importantes, e durante as epochas proprias, executar nas adegas particulares todas as operações vinarias, que se julgar convenientes, para adaptar os nossos vinhos ao paladar do consumidor dos mercados estrangeiros.

«8.º Que se criem nos mercados de Lisboa e Porto secções especiaes, onde os agricultores possam ter em exposição permanente amostras dos seus vinhos.»

Esta reclamação, que as comissões também consideram justíssima, foi já attendida pelo decreto de 9 de dezembro de 1886, que creou os museus regionaes nas estações chimico-agricolas estabelecidas nas sedes de todas as regiões agronomicas do paiz, e pelo decreto de 22 de novembro de 1888, que creou em Lisboa, na real tapada da Ajuda, o museu agricola florestal, onde se está já preparando, em devidas condições, uma exposição permanente, não só de vinhos, como de todos os productos agricolas do paiz.

«9.º A representação do congresso, finalmente, ponde-rava, com inteira verdade, que «a condução de adubos de todo o genero e dos insecticidas, que em parte da linha do Douro era gratuita, o não fosse no resto d'essa linha, nem nas outras do estado; e não gosasse sequer, n'essas e nas demais linhas, de tarifas reduzidas, que permittissem á agricultura utilizar-se d'esse meio de transporte.»

As comissões não tiveram que inserir nenhuma clausula relativa aos adubos, porque a lei de 19 de julho de 1888 e o decreto de 27 de dezembro do mesmo anno, que lhe deu execução, attenderam por modo cabal ao pedido do congresso. O artigo 6.º da citada lei destinava uma certa quantia para a redução, tanto nos caminhos de ferro do estado como nos de companhias particulares, das tarifas de transporte de adubos, que não tivessem já transporte livre, e o governo, em cumprimento da mesma lei, fez promulgar o referido decreto concedendo, em beneficio da agricultura, 60 e 40 por cento de *bonus* no transporte de adubos, segundo a sua natureza, tanto nas linhas ferreas do estado como nas de companhias particulares.

«10.º Que o governo obtivesse das nações estrangeiras garantias para as marcas dos productores e negociantes de vinhos portuguezes, fazendo punir, não só os usurpadores d'ellas, como os falsificadores dos nossos vinhos.»

O projecto não podia evidentemente referir-se a este assumpto, nem sobre elle estipular qualquer disposição, que, directa ou indirectamente, providenciasse a tal respeito. E assumpto, que só por meio de tratados póde ser regulado

entre nações. Todavia, as commissões folgam de poder declarar, que não só pelo actual gabinete, como pelo seu antecessor, se empregaram os mais decisivos esforços no sentido de proteger, quanto possível, o commercio dos nossos vinhos no Brazil, onde principalmente o mal se tornára grave e nocivo aos nossos interesses; podendo dizer-se que, no momento actual, o commercio de vinhos portuguezes encontra nas leis e regulamentos vigentes n'aquelle imperio garantia sufficiente para reprimir a falsificação dos vinhos e a usurpação da propriedade industrial; circumstancia que parece ser ainda desconhecida por entre a maioria dos nossos mais importantes commerciantes e productores. Como esclarecimento curioso e elucidativo, e a proposito, transcrevemos os seguintes periodos de tres officios (publicados no *Livro branco* de 1887), que o ministro de Portugal no Rio de Janeiro dirigiu ao actual ministro da fazenda sobre este importante assumpto:

Do officio de 6 de outubro de 1886:

«Todas as vezes que fallei ao sr. barão de Mamoré, ministro do imperio, e ao sr. barão de Ibituruna, inspector geral de hygiene, sobre providencias tendentes a reprimir a falsificação dos vinhos e a usurpação da propriedade industrial, encontrei-os profundamente maguados, resentidos das injurias que lhes têm sido dirigidas em nome ou por influencia do centro commercial de molhados.

«Effectivamente, em diversos artigos, firmados alguns por membros d'aquelle centro, fazem-se as mais pungentes insinuações contra a honra d'aquelles cavalheiros. Todavia s. ex.^a ainda ultimamente me asseverou, que, quaesquer que sejam as razões de queixa que tenha contra os negociantes de vinhos portuguezes, eu o encontrarei sempre disposto a ser agradavel ao governo de Sua Magestade Fidelissima, e a tomar todas as providencias justas que d'elle dependerem e possam contribuir para a mais efficaz repressão das falsificações de vinhos.»

«Mas as providencias mais efficazes para defender o credito dos nossos vinhos dependem presentemente da boa vontade do inspector geral de hygiene e do ministro do imperio. Alienando a boa vontade d'estes altos funcionarios ou convertendo-a em má vontade nada conseguiremos. Tenho procurado convencer d'isto os membros mais influentes do centro de molhados.

«O centro poderia fazer relevantes serviços ao commercio dos nossos vinhos, promovendo uma repressão mais efficaz das contrafacções de marcas e do uso de rotulos falsos que o regulamento de hygiene em rigor prohibe. Mas, limitando-se a reclamar que se fechem as fabricas de vinhos artificiaes, ou que se prohiba absolutamente a venda d'estes vinhos, quer elles conttenham, quer não, substancias nocivas, e censurando o governo brasileiro, por elle não fazer o que nenhum governo tem feito, nem pôde fazer rasoavelmente, o centro commercial de molhados, em vez de um serviço, faz-nos um altissimo desserviço.

«Parece-me, repito, o caminho seguido até agora pelo centro completamente errado, e d'isto creio ter convencido alguns dos seus membros.

«Cumprê que os exportadores de vinhos portuguezes se abstenham escrupulosamente de os preparar com substancias que possam ser consideradas como nocivas e que dêem instrucções aos seus correspondentes para intentarem perante os tribunaes as competentes acções, a fim de fazerem punir a usurpação das suas marcas ou nomes commerciaes. Ainda ha poucos dias foram encontrados na alfândega d'esta côrte alguns caixotes de rotulos falsos, vindos de Hamburgo e destinados a usurpar a marca ou o nome commercial da casa Andersen, do Porto, e nenhum dos correspondentes d'esta casa se prestou a perseguir perante os tribunaes o usurpador.»

Do officio de 18 de outubro de 1886:

«No que respeita á protecção da propriedade das marcas de fabrica e de commercio, já o governo de Sua Magestade fez quanto podia e devia fazer. No convenio de 29 de outubro de 1879, entre Portugal e o imperio do Brazil, estipulou-se que os subditos de cada uma das altas partes contratantes gosariam, no territorio da outra, dos mesmos direitos de que gosam os nacionaes em tudo o que disser respeito á propriedade de marcas de fabrica e de commercio, contanto que cumpram as formalidades exigidas pela lei nos respectivos paizes.

«Ora a lei de 23 de outubro de 1875, em vigor n'este imperio, dispõe o seguinte:

«Artigo 6.º Será punido com prisão simples de um a seis mezes, e multa de 5 a 20 por cento do damno causado ou que se poderia causar:

«1.º O que contrafizer qualquer marca industrial ou de

«commercio, devidamente registada no tribunal ou conservatoria do commercio ;

«2.º O que usar de marcas contrafeitas ;

«3.º O que dolosamente applicar nos productos de sua «manufatura, ou nos objectos de seu commercio, marcas «pertinentes a outros ;

«4.º O que vender ou expozer á venda productos revestidos de marcas contrafeitas ou subrepticamente obtidas, «sabendo que o eram.

«Art. 7.º Será punido com um a tres mezes, e multa «de 5 a 20 por cento do damno causado, ou que se poderia causar :

«1.º O que, sem contrafacção, imitar dolosamente marcas alheias, de modo que possa enganar ao comprador ;

«2.º O que no mesmo intuito e nas mesmas condições «usar de marcas imitadas.

«Art. 8.º Os cúmplices d'estes delictos serão punidos «conforme as regras do artigo 36.º do código criminal.

«Art. 9.º Além das penas de que tratam os artigos antecedentes, fica em todo o caso garantido aos prejudicados «o direito á justa satisfação do damno, que será effectivo, «nos termos da legislação actualmente em vigor.»

«Os negociantes portuguezes que depositarem as suas marcas na secretaria do tribunal do commercio do Rio de Janeiro, podem, como os nacionaes, reivindicar a propriedade exclusiva d'essas marcas, e intentar as acções criminaes e civeis que a lei lhes faculta para reprimir a usurpação.

Os agentes diplomaticos e consulares não podem representar *ex officio* os interessados, nem receber d'estes procurações especiaes.

«Um facto recente mostra um deploravel abandono em que os negociantes portuguezes têm deixado a propriedade industrial que os convenios internacionaes lhes garantem.

«Foram encontrados na alfandega d'esta capital alguns caixotes vindos de Hamburgo, e contendo etiquetas ou rotulos falsos, em que a marca da casa Anderson, do Porto, é fraudulenta e escandalosamente usurpada ou imitada para enganar o comprador. O vinho que ali se inculcava como *vinho de Porto superior de D. Luiz* ou de *J. H. Anderson, fornecedor da casa real*, era provavelmente o vinho do Porto artificial, produzido pelas fabricas d'esta côrte, *puro e simples*, ou misturado com algum vinho natural do Porto, de má qualidade. O conselheiro Sampaio Vianna, inspector

geral da alfandega, funcionario dignissimo, e sinceramente empenhado na repressão de todas as fraudes, ou sejam commettidas contra o estado ou contra o publico, mandou perguntar a alguns correspondentes da casa Anderson se queriam embargar o despacho dos referidos caixotes, intentando as acções que a lei lhes facultava.

«Responderam estes correspondentes que não tinham procuração nem instruções especiaes do sr. Anderson a tal respeito, e que sem ellas nada poderiam fazer. Pela sua parte o inspector geral da alfandega não podia, por auctoridade propria, obstar ao despacho das etiquetas falsas, que provavelmente andam já espalhadas pelas mercearias da corte e das provincias a cumprir o seu destino, enganar o comprador, com grave prejuizo, não só da casa Anderson, mas de todos os commerciantes e productores do mais precioso vinho portuguez.

.....
«Reservo-me expor a v. ex.^a mais largamente as minhas idéas acerca dos meios de desenvolver o nosso commercio de vinhos com o Brazil. Devo porém dizer desde já a v. ex.^a que as informações, que aqui tenho collido, confirmam uma antiga convicção minha, e que já manifestei á illustrada direcção da *real associação de agricultura portugueza*, e é que nenhum meio será mais efficaz para desenvolver o nosso commercio de vinhos do que a organização de uma poderosa companhia, que compre as uvas aos vinteiros nos melhores districtos vinhateiros, e faça fabricar os vinhos, em harmonia com as mais sensatas indicações da sciencia e da pratica; que recolha esses vinhos em adegas convenientemente estabelecidas nos portos de embarque; que lhes applique ali o tratamento mais conveniente; que estabeleça nos principaes mercados estrangeiros agencias, que tornem ali conhecidos todos os nossos melhores typos de vinhos de mesa e sobremesa.

«Eston persuadido de que muitos dos nossos compatriotas residentes n'este imperio tomarão de boa vontade parte n'uma companhia assim organizada».

.....
«Os meios que agora mais urge empregar, a fim de acautelar e defender o commercio dos vinhos portuguezes contra os damnos a que está exposto nos mercados d'este imperio, dependem mais da iniciativa particular dos interesses do que do governo de Sua Magestade, e são, em resumo, os seguintes:

«1.^o Que todos os commerciantes de vinhos portuguezes

registrem as suas marcas na secretaria do tribunal do commercio no Rio de Janeiro, e reivindicuem a propriedade exclusiva d'essas marcas pelos meios que os convenios internacionaes e as leis em vigor lhes facultam;

«2.^o Que todos os commerciantes interessados na manutenção do credito dos vinhos naturaes e genuinos nos mercados brazileiros auxiliem as auctoridades sanitarias na repressão do uso de rotulos falsos e da venda de vinhos falsificados;

«3.^o Que os productores e exportadores se abstenham escrupulosamente de empregar no preparo dos vinhos substancias que possam ser consideradas nocivas.

«Segundo me consta, a inspectoría geral de hygiene já tomou em consideração, n'uma das ultimas reuniões dos seus membros, o pedido que fiz ao sr. barão de Ibituruna, para que fizesse publicar uma relação das substancias que a mesma inspectoría considera nocivas.

«Entretanto seria conveniente que o conselho de saude publica do reino publicasse ali uma relação d'essas substancias, tomando por base a que se encontra a pag. 314 do *Tratado geral dos vinhos e das suas falsificações*, por M. E. Viard, ou outra, que o mesmo conselho julgue mais completa.»

No officio de 15 de janeiro de 1887:

«Tenho a honra de remetter a v. ex.^a um exemplar do officio que o sr. barão de Ibituruna dirigiu ao sr. ministro do imperio, ponderando-lhe a «urgente necessidade de tomar serias e energicas providencias para fazer cessar o «abuso, constantemente praticado por todas as fabricas de «vinhos e bebidas alcoolicas, de venderem seus productos «sem a declaração expressa de artificiaes».

«Junto ao mesmo officio encontrará v. ex.^a um aviso, em que o sr. ministro do imperio declara que, attendendo ao que lhe ponderára a inspectoría da hygiene, resolveu auctorisar a medida que a mesma inspectoría propoz, «de «obrigar os donos das referidas fabricas a collocarem nos «barris e em todos os cascos, inclusive caixões, que saírem «d'esses estabelecimentos, uma marca de fogo, designando «a qualidade do producto n'elle contido, e bem assim o «nome do fabricante ou sua firma social, sendo considera- «dos infractores do regulamento annexo ao decreto n.^o 9:554 «de 3 de fevereiro de 1886, e sujeitos á multa do arti- «go 181.^o os fabricantes que deixarem de cumprir as inti-

«mações das autoridades sanitarias para a observancia de «tal medida».

«Por estes documentos verá v. ex.^a que não eram infundadas as esperanças que, no meu officio de 19 de outubro ultimo, eu manifestava, de que o digno inspector geral de hygiene não deixaria de adoptar providencias enérgicas tendentes a reprimir uma fraude que estava causando gravissimos danos, não só aos productores e commerciantes de vinhos, mas também aos consumidores.

«É importantissima a providencia que o governo imperial acaba de adoptar, mas não basta ainda a reprimir inteiramente aquella fraude. Os merceiros ou vendedores a retalho, que receberem os cascos com a marca de fogo, indicando que o vinho contido nos mesmos é artificial, poderão ainda enganar os compradores, engarrafando esse vinho, e pondo nas garrafas rotulos falsos.»

Não foi, porém, só para o Brazil, que o governo lançou as suas vistas, no sentido de colher todas as informações relativas á falsificação de vinhos nos mercados estrangeiros. Convencido de que uma das difficuldades que o commercio dos nossos vinhos, sobretudo os generosos, encontra em alguns d'esses mercados, é a concorrência de líquidos com que se pretende imital-os em certos paizes, em alguns dos quaes nem ao meus, pelas condições do clima, é possível a cultura da vinha, e considerando que as imitações, tomando o caracter de falsificações, por se apresentarem á venda com a denominação de vinhos portuguezes e serem de ordinario preparadas com alcool e drogas de má qualidade, constituem um concorrente traiçoeiro que, a um tempo, prejudica a saúde dos consumidores e o credito dos nossos vinhos genuinos, incumbiu, não ha muito tempo, um oenotecnico distincto, que já tem prestado bons serviços ao paiz no estrangeiro, de se inteirar, com fundamento seguro, dos meios empregados na fabricação d'esses vinhos artificiaes e a importancia da sua produção e commercio, a fim de se poderem, com verdadeiro conhecimento de causa, determinar as providencias tendentes a restringir, quanto possível, os effectos d'aquella desleal concorrência aos nossos vinhos.

A incumbência commettida ao referido oenotecnico, segundo informações que nos foram prestadas pelo governo, pôde desenvolver-se nas seguintes obrigações: 1.^a, visitar os centros de imitação dos vinhos portuguezes, taes como Tarragona, Barcelona, Certe, Marsella, Antuerpia e Ham-

burgo; 2.^a, obter amostras dos vinhos sofisticados em cada um d'esses centros, e remettel-as successivamente á direcção geral de agricultura; 3.^a, colher dados estatísticos da produção e exportação d'esses vinhos, numero de fabricas ou estabelecimentos que os produzem e paizes que os importam; 4.^a, verificar quaes sejam as substancias, processos e receitas (doses) usadas na confecção de cada genero de vinho sofisticado; 5.^a, colher documentos, sendo possível, que comprovem o emprego de drogas mais ou menos nocivas para a saúde, e improprias para a alimentação e para uma nutrição hygienica; 6.^a, colligir, sendo possível, dados e noticias ácerca dos males resultantes do uso dos vinhos sofisticados, e de casos que se tenham tornado mais ou menos notorios; 7.^a, colligir rotulos com que costumam ser vendidos esses vinhos, ou uma lista dos nomes, designações e marcas com que são vendidos, engarrafados ou exportados em cascos; 8.^a, examinar os caracteres por que taes vinhos se podem distinguir dos verdadeiros; 9.^a, finalmente, escrever um relatório circunstanciado sobre este assumpto, indicando, além do que possa satisfazer aos quesitos citados, a serie de providencias que julgar serem mais proficuas para evitar o prejuizo que esses vinhos tenham causado ou possam ainda causar ao commercio dos vinhos portuguezes.

Aguarda o governo estas indicações utilissimas, resultado de um estudo que deve n'este momento estar concluido, para, no possível, providenciar em favor dos legítimos interesses da nossa industria vinicola. Foram acolhidas com satisfação estas informações, prestadas pelo ministro respectivo, e muito folgam as commissões em as tornar conhecidas e registal-as n'este logar.

Póde, pois, com segurança, affirmar-se que não deixou o governo de tomar na devida consideração os pedidos e alvitres, que, em nome dos viticultores do paiz, dirigiram os representantes do congresso agricola de 1888 aos poderes publicos, e o parlamento, por sua parte, dando o seu voto aos favores que o presente projecto de lei concede á viticultura, ameaçada de uma crise aguda e assustadora, completará um conjuncto de providencias, que, embora possam ou devam ser completadas com outras, desde já asseguram á industria viticola do paiz e ao commercio respectivo, um desenvolvimento certo, que, para ser coroado de bom exito, em grande parte só dependerá dos esforços de iniciativa particular e da perseverança e senso pratico dos nossos viticultores e commerciantes. Á acção

do poder legislativo e do governo, e por valiosissima deve ser considerada, e tal como em nenhuma outra epocha se fez actuar tão completa e racionalmente, deve corresponder a acção do viticultor, que terá de adaptar o seu producto ás modernas exigencias dos mercados e ás evoluções por que elles houverem de passar, e a do commerciante, que, em communidade de interesses com o primeiro, e em franca e sincera intelligencia com elle, terá de collocar esse producto, prudente e intelligentemente, nos centros commerciaes ou praças estrangeiras, que formos conquistando, honesta e lealmente.

Havendo citado o primeiro congresso realisado na capital do paiz, não podemos deixar de mencionar o segundo, que teve logar nos dias 10, 11 e 12 de janeiro do corrente anno, e tanto mais nos sentimos obrigados a mencioná-lo n'este logar, quanto é dever nosso, imposto por uma analyse seria que nos propozemos fazer dos factos recentes, relacionados com a questão dos vinhos, apreciar o presente projecto de lei em face da petição que aos poderes publicos dirigiram os representantes d'esse segundo congresso. Por esta forma, a nossa demonstração será completa, e nenhum elemento de estado e apreciação será posto de parte ou não considerado.

Na representação do ultimo congresso, os viticultores reclamam exactamente as mesmas providencias, que formulára o congresso de 1888, e instam pela organização de uma nova companhia de vinhos, ao sul do paiz, organização que, nos termos das leis vigentes e do programma do governo, só depende do concerto de vontades e uniformidade de opiniões dos proprios viticultores que hajam de associar-se para esse fim. Textualmente reproduzimos, para o conhecimento do parlamento, o seguinte periodo da representação, que resume os votos do segundo congresso com respeito á questão dos vinhos:

«No tocante a vinhos entendeu o congresso, occupando-se cuidadosamente d'esse assumpto na sua terceira sessão, celebrada em 12 do corrente, que subsistem todas as razões expostas no relatorio do anno passado, para demonstrar a Vossa Magestade que este importante ramo da nossa industria agricola, de certo o que mais avulta em toda a nossa exportação, se acha tambem desprotegido e abandonado ás explorações illicitas do commercio interno e externo.

«Por um lado, as falsificações dos nossos melhores e mais conhecidos e acreditados typos de vinho, feitas largamente no estrangeiro e no proprio paiz; e pelo outro, a fabricação dos alcools de cereaes estrangeiros e o envenenamento por meio d'elles de muitos dos nossos vinhos, estão por toda a parte promovendo a esse rico producto a mais desleal concorrência e o maior descrédito.

«Obstar a este descrédito e restabelecer a justa fama dos nossos vinhos é sem duvida um dos fins da companhia vinicola do norte. Deu-lhe por isso o congresso os seus votos, abstendo-se de entrar em detalhes, que melhor incumbem aos corpos legislativos.

«Não seria, porém, justo que os viticultores do sul ficassem desprotegidos. Reclamam elles por isso justamente uma outra companhia vinicola para a região meridional do paiz já hoje povoada de grandes e copiosos vinhedos. A esta pretensão deu tambem o congresso os seus votos, approvando o acto da formação de companhias, sem entrar em promeneres sobre o modo particular por que nos contratos se deve providenciar para satisfazer ao duplo fim de dar mercados aos vinhos e assegurar o credito d'aquelles, que se acham desacreditados.

«Resolveu tambem por isso o congresso representar a Vossa Magestade pedindo a formação d'essas companhias actualmente essenciaes ao nosso fomento viticola.»

Na proposta de lei do governo, convertida no projecto, que o parlamento terá de discutir, offerecem-se, alem das vantagens que foram já enumeradas, em confronto com as reclamações dos dois congressos, outros favores á viticultura, justificadissimos todos no momento actual da crise. Assim, por exemplo, o projecto reduz a 8 por cento *ad valorem* o direito de consumo, em Lisboa, do carvão vegetal, baixando-o de 11 1/2 por cento *ad valorem*, que actualmente vigora.

A pequena taxação imposta ao carvão de coque, não só não onera as classes pobres, nem mesmo deverá acarretar arbitrario augmento de preço, dada a concorrência das duas companhias do gaz, hoje existentes.

Representa, pois, o artigo 3.º do projecto um beneficio á agricultura, com especialidade á do sul do paiz, sem grave aprciavel para o consumidor que faz uso do carvão de coke.

Não carece de justificação, n'este logar, a disposição do

artigo 4.º, a qual, conformando-se com o voto de quantos o têm emitido no assumpto, cremos que satisfaz, por completo, ás aspirações do viticultor. É quasi um direito prohibitivo, com o que não soffrerão sensivelmente as receitas aduaneiras, e aproveitará a industria vinicola nacional.

Consideram as vossas commissões que a disposição do artigo 5.º do projecto compensa vantajosamente para o paiz, no momento actual, o adiamento, que por ora julgam conveniente, na adopção dos premios de exportação propostos pelo governo, pois que eleva de 10:000\$000 a 20:000\$000 réis a verba destinada para premios ás associações de viticultores e aos vinicultores, que singular ou collectivamente fabricarem, pelo menos, 200 hectolitros de vinho pelos typos adequados ás exigencias dos mercados estrangeiros.

Não é que as commissões discordem do governo quanto á conveniencia de estabelecer os premios de exportação; pelo contrario julgam ellas que esses premios poderão vir a ser um efficiente meio de animar e estimular o commercio, mas julgam que as quantias que seriam n'estes primeiros annos empregadas em satisfazer taes premios, podem ter n'este momento uma applicação mais efficaz, contribuindo para augmentar, em numero ou em valor, os premios destinados ao fabrico mais correcto e conveniente dos vinhos de pasto.

Pois que devem os poderes publicos ter em vista? Desenvolver o commercio dos nossos vinhos de pasto, acreditando-os nos paizes estrangeiros. A obtenção d'este designio é funcção, portanto, de dois objectos diversos e successivos, ou immediatos um ao outro, posto que igualmente importantes.

O commercio faz-se e desenvolve-se sobre as mercadorias acreditadas e segundo a escala do credito de cada uma nos diversos mercados ou paizes; logo é obvio que a primeira cousa a fazer é tornar o genero digno de credito, o que não suppõe contudo que o não mereça aquelle que ainda o não tenha.

O credito dos vinhos é o mais fallivel e variavel de todos os creditos. Em Londres, por exemplo, dentro do seculo actual, já o vinho do Porto, em competição com o Xerez, teve a primazia, que depois lhe cedeu, para tornar a rehaver. Actualmente é elle o campeão em Londres, na arena em que se degladiam os principes da corte de Bacchus.

Ora, achar-se-hão os nossos vinhos de pasto presente-

mente á altura de serem lançados em todos os mercados estrangeiros como vinhos proprios para consumo directo?

É fóra de duvida que muitos viticultores, e em varias regiões, produzem já vinhos de pasto bastante afinados e aligeirados, que pelas qualidades organolepticas, se não por uma completa similhança, podem competir, muitas vezes com vantagem, com os vinhos de pasto estrangeiros mais em voga; mas é sabido tambem, que esses viticultores e os vinhos que assim produzem são a excepção á regra, mas uma excepção para nós tanto mais feliz, quanto nos mostra, pratica e palpavelmente, a possibilidade que têm os nossos viticultores, e a aptidão que possui o nosso solo e clima, para a producção de vinhos de pasto ligeiros, isto é, de bons *clarets*.

A prova da penuria relativa que ha actualmente no paiz quanto aos *clarets*, está bem patente nos preços por que se vendem os vinhos d'esta classe. Todos nós sabemos o que custa uma garrafa de Collares, ou de outro vinho identico. Outra prova encontrámo-la nos relatorios dos nossos consules, d'entre os quaes citaremos o ultimo apresentado pelo consul portuguez em New-Castle e do qual reproduzimos o seguinte periodo, digno de registar-se:

«Restam os vinhos de pasto; e é para estes que as difficuldades são immensas.

«Como introduzir em Inglaterra um producto praticamente novo, desconhecido, que seja de facto e se chame *Claret portuguez*?

«E todavia todos sabem que os nossos vinhos vão em grande quantidade para Bordéus, e de Bordéus para Inglaterra onde são vendidos e consumidos como verdadeiros vinhos francezes. É certo, porém, que os vinhos portuguezes não vão só a França buscar o nome do porto de embarque para Inglaterra, mas sim muitas das qualidades por que o mercado inglez os aprecia. Taes como vão para França, os nossos vinhos são uma materia prima; é o commercio de Bordéus que os torna potaveis para os inglezes.

«Poderiam esses vinhos adquirir todas as qualidades de vinhos de pasto acidos ou adstringentes, sem saírem de Portugal?

«Eu entendo que sim.

«Não me parece que deva entrar n'este momento n'uma exposiçãõ de methodos de fabrico e preparo de vinhos. Tal como a maior parte dos vinhos portuguezes é hoje feita, não julgo que possa ser consumida pelos inglezes e

já disse porque. É necessario fazer vinhos generosos e vinhos de pasto, reduzindo a estas duas classes a grande massa dos nossos vinhos de transição.»

Que resultaria pois se, facilitando extraordinariamente a exportação de vinhos de pasto para consumo directo, por meio dos premios de exportação, o commercio, querendo, como era natural, utilisar-se d'essas vantagens, e não encontrando no paiz uma massa sufficiente de vinhos bem adequados para esse fim, tivesse de recorrer a vinhos menos proprios, a vinhos pelo contrario mais aptos para serem desdobrados sobre uma massa tres, quatro e cinco vezes maior de agua pé franceza, ou de vinhos quaesquer de infima especie?

Não poderia o resultado ser contraproducente? O periodo transcripto do relatório do consul de New-Castle, e varios outros relatórios consulares, levam-nos a crer que sim. Ainda em apoio d'esta asserção julgámos a proposito transcrever os seguintes periodos, frizantes, de dois officios dirigidos ao actual ministro dos negocios estrangeiros pelo ministro de Portugal no Rio de Janeiro:

«É deploravel a maneira por que actualmente se faz o nosso commercio de vinhos com este paiz.

«Os exportadores são, na maxima parte, ignorantes dos mais rudimentares processos de vinificação. Os vinhos que exportam são mal fabricados, e não recebem na adega o tratamento indispensavel para os melhorar, e tornar *navegáveis* e duradouros, são, em geral vinhos da ultima colheita, com poucos mezes de idade, e sujeitos ainda ás fermentações secundarias. Para os conservar, os exportadores só conhecem a addição de aguardente de má qualidade, e sem conta nem peso nem medida, a abertura de pequenos orificios nos cascos, para dar saída aos gases que se desenvolvem nas fermentações secundarias, como ainda ha pouco verifiquei na alfandega, ou outros processos igualmente absurdos e prejudiciaes.

Os consignatarios ou importadores por conta propria não são, por via de regra, nem mais instruidos nem mais escrupulosos. Os que são bastante honestos para os não falsificar nos seus armazens, distribuem-os pelos vendedores a retalho, que os falsificam grosseira e escandalosamente, lotando-os com vinhos artificiaes, fabricados no Brazil, ou com agua, e empregando depois substancias nocivas para lhes augmentar a cor e o corpo.

«Raros são os hotéis, e raríssimas as lojas de bebidas onde se encontram vinhos portuguezes genuínos.

«Na França e na Italia os productores, os exportadores e até os falsificadores, possuem os conhecimentos indispensaveis ao exercicio da sua industria. Na Italia, o Marquez de Ricosoli antepunha as suas glorias como productor de vinhos ás suas glorias como estadista. Uma das principaes casas exportadoras d'aquelle paiz é a do sr. Scala, de Napoles, que é um distincto enologista.

«Os que não possuem os conhecimentos necessarios para o fabrico e preparo dos vinhos destinados ao commercio de exportação, confiam a direcção d'estes serviços a pessoas competentes; e, como v. ex.^a sabe, os conhecimentos enologicos estão largamente diffundidos, tanto na Italia como na França.

«Tenho obtido, por intervenção de alguns amigos, vinhos portuguezes de pasto bem fabricados e preparados, e todas as pessoas que os compararam com os mais famosos vinhos de pasto italianos, que lhes offereço, acham aquelles muito superiores. É minha intima convicção que o commercio de vinhos do nosso paiz com o Brazil pôde e deve ter grande desenvolvimento; mas para isso é indispensavel que se organise em condições diversas, entre as quaes a primeira e mais essencial é a constituição de sociedades ou companhias que fabriquem e preparem convenientemente os vinhos para exportação.

«Os nossos productores e commerciantes têm actualmente nas leis d'este paiz meios para reprimir, não só a usurpação das suas marcas de fabrica e commercio, mas até a fraude que mais os prejudica, a *indicação de uma falsa proveniencia*. Não me consta que os productores ou commerciantes de vinhos dos mais famosos districtos de produção tenham constituido procuradores para perseguir e reprimir aquella fraude. E que muitos d'elles são os primeiros a empregal-a, exportando para este paiz vinhos com falsas indicações de proveniencia. Assim, por exemplo, a maior parte do vinho que aqui se vende como proveniente de Collares, é produzido no Ribatejo ou nos districtos situados entre Collares e Torres.

«Cada vez me convenço mais da urgente necessidade de se organizar abi uma companhia, que fabrique, prepare e exporte para este paiz os nossos excellentes vinhos de

pasto, tornando conhecidos os que ainda o não são, acreditando os que se acham desacreditados; o que lhe será fácil, se ella estabelecer nos principaes mercados agentes seus, que engarrafem os vinhos importados em cascos, e garantam a sua pureza por meio de marcas proprias.

«Estou persuadido que esta companhia encontraria, entre os nossos compatriotas aqui residentes, numerosos accionistas, e que á sombra d'ella se formariam sociedades cooperativas para o consumo dos vinhos genuinos. Os mercieiros e taberneiros, que actualmente adulteram os vinhos portuguezes, ou vendem vinhos artificiaes com nomes e marcas dos portuguezes, seriam forçados a renunciar ao seu illicito commercio. Os nossos vinhos recuperariam os seus mercedos creditos nos mercados brazileiros, e o consumo augmentaria consideravelmente.

«Os vinhos communs de Hespanha e Italia são muito inferiores em qualidade aos portuguezes, e os francezes genuinos são incomparavelmente mais caros e menos adaptados ao gosto dos consumidores.

«Actualmente, só possuem vinhos puros portuguezes as pessoas que os importam por conta propria ou que os compram ás casas importadoras mais respeitaveis. São raros os hotéis ou restaurantes em que se encontrem os vinhos portuguezes genuinos. No hotel dos estrangeiros, um dos melhores, se não o melhor da côrte, encontrei um vinho com a marca commercial de uma casa de Lisboa e com o nome de Wine-Collares, que era evidentemente um vinho artificial. No club Beethoven, o melhor da côrte, encontrei um vinho, com a denominação de Collares, que não só não tinha esta origem, mas havia sido adulterado por substancias estranhas.

«Em taes circumstancias, o que me admira é que os vinhos portuguezes tenham ainda tão grande consumo n'este paiz.

«Felizmente para Portugal, os vinhos dos outros paizes são ainda mais adulterados do que os portuguezes; aliás estes teriam sido expulsos dos mercados.

«Altissimo serviço faria v. cx." ao nosso paiz, se reunisse ahí os nossos enologistas mais distinctos, alguns capitalistas, negociantes e viticultores, e os persuadissem a fundar, quanto antes, a referida companhia.»

Não querem as vossas commissões com isto accusar os viticultores de rotineiros ou incapazes de melhorarem o fabrico do vinho; conhecem ellas, pelo contrario,

que muito bem têm andado os lavradores portuguezes produzindo vinhos proprios para lotação, no que mesmo se têm mostrado exímios, visto os progressos que o fabrico d'esses vinhos fez em muito poucos annos, tornando-os, entre os vinhos estrangeiros importados pelo commercio do Bordéus, os mais preferidos e estimados. Não vale a pena nem se deve produzir para negocio o que não tem consumo. O commercio pedia vinhos de lotação e a viticultura produzia-os. Agora vemos que o commercio d'esses vinhos ha de forçosamente decrescer e vemos sobretudo que a produção já excede o consumo. A consequencia é a necessidade de produzir menos de lotação e mais algum de consumo directo, gradualmente e a medida do gasto que possa ter nos mercados internos e para exportação.

Um vinho *clairé*, um vinho que haja, como vinho de pasto, de satisfazer ao palladar da maior parte dos consumidores, nos paizes estrangeiros, habituados ao vinho de Bordéus, precisa de ser pouco alcoolico, leve de corpo ou ligeiro, aromatico e palhete. Quem conhece os vinhos de lotação, quem estudou os relatorios sobre as analyses dos vinhos portuguezes¹, quem ouviu ou len as conferencias do distincto enologo e sabio chimico, o saudoso conselheiro Antonio Augusto de Aguiar, não duvida sequer de que o *clairé* que se deseja é exactamente o inverso, é exactamente o que não é a generalidade do vinho portuguez.

O que mais convirá, pois, antes de tudo, e n'este empenho deverão convergir as attensões do governo e dos productores e negociantes, é guiar, habilitar e estimular os viticultores para a produção de vinhos de consumo directo, de *clairs*, ou em geral dos typos que nos paizes estrangeiros possam ter agrado e credito, e portanto consumo.

Conseguido este primeiro objectivo, dever-se-ha dar o segundo passo, para aproveitar a velocidade então adquirida e imprimir-lhe a conveniente accellerção, no fabrico d'esse vinho.

Convirá então animar mais fortemente o commercio, dando-lhe os premios de exportação. O perigo terá cessado. A occasião será opportuna.

Applaudem as vossas commissões a opportuidade com que o governo pretende animar a industria da distillação e a produção de boas aguardentes de copo, do genero do

¹ Veja-se o quadro demonstrativo da força alcoolica dos vinhos portuguezes, annexo a este parecer.

cognac francez, e de bons alcools vinicos, concorrendo assim para o desenvolvimento de uma riqueza nacional e dando applicação util e proveitosa a uma grande massa dos nossos vinhos communs, proprios para caldeira; mas entendem que o beneficio, que se tivera em vista conceder a quem houvesse de iniciar a nova industria no paiz, em determinadas condições, se deverá estender a todos sem limitação na quantidade do genero produzido, o que certamente contribuirá para o alargamento da mesma industria; e para salvaguardar interesses legitimos de uma industria já creada e digna de protecção, as commissões limitam, por agora, esse beneficio a isenção, por cinco annos, de todas as contribuições directas do estado. D'este modo, a disposição do artigo 7.º do projecto, sem affrontar interesses legitimos de quaesquer industrias nacionais, proporciona facilidades para, em bem da viticultura, se promover uma industria nova, que a todos se afigura esperancosa e remuneradora.

A faculdade dada ao governo no artigo 8.º do projecto representa a continuação dos esforços que os poderes publicos têm empregado no sentido de manter em cultura de vinha a area onde a phylloxera, sem treguas e como que em obediencia a um plano preconcebido de destruição e morte, vae produzindo os seus estragos.

Não fôra conveniente, nem racional, que no momento em que cuidamos de melhorar e aperfeiçoar a nossa industria vinicola, procurando levar os seus productos aos mercados estrangeiros e fazel-os ali acreditar, abandonassemos o viticultor e o não amparassemos na reconstituição dos seus vinhedos, repositório de toda a materia prima, que haverá de alimentar aquella industria.

Approvam, pois, as vossas commissões a providencia apresentada pelo governo e, de accordo com elle, acrescentam ao referido artigo um paragrapho, tendente a garantir ao viticultor o preço por que elle paga actualmente o sulfureto de carbonio.

Como esclarecimento, publicamos, annexos a este parecer, os quadros representativos das videiras americanas, distribuidas, nos annos de 1887 e 1888, aos viticultores, não só dos viveiros do estado, como dos adquiridos em França.

Reconhecem as vossas commissões que um estudo mais completo sobre a alcoolisação dos nossos vinhos communs,

em regra exagerada e sujeita a uma variabilidade não definida e que mal se tem podido justificar, sob o ponto de vista enológico, mas sobre a qual, para a modificar no interesse da nossa industria vinicola, terão de actuar as disposições contidas no artigo 5.º do projecto e as exigencias dos mercados estrangeiros, com as quaes terá fatalmente de conformar-se o produtor, deverá fornecer elementos que possam mais seguramente encaminhar a uma solução conciliadora e proveitosa o problema relativo aos direitos de consumo em Lisboa dos nossos vinhos communs.

Acolhem ellas, com muita sympathia, a corrente de uma parte da opinião, que se tem pronunciado pelo abaixamento dos actuaes direitos para os vinhos de alcoollisação inferior a 15 graus, e, por isso, adoptando, em principio, a alteração consignada na proposta do governo, confiam que um estudo mais circunstanciado e seguro indique uma solução que ainda melhor garanta os interesses do produtor e do consumidor. É assumpto, que ao governo cabe estudar e ao parlamento deliberar, depois de apurados os elementos precisos que as vossas commissões não poderam, pela estreiteza do tempo, reunir e compulsar. De accordo com o governo adiam portanto o exame d'este melindroso assumpto.

Não julgando as commissões, no momento presente, opportuna a incidencia dos impostos mencionados na proposta do governo sobre artigos que, na sua grande maioria, podiam affectar as classes operarias ou as menos providas de recursos, e ponderando ainda quanto importa poupar desconcentamentos ou transtornos economicos, mais ou menos fundamentados, em certas classes, pouco favorecidas, na occasião em que se pretende, é certo, alliviar uma grande parte da população rural de uma crise que a ameaça, mas por meio de providencias que, por igual, favorecem os grandes proprietarios, concertaram com o governo substituir, na parte financeira, as disposições da sua proposta pelas que se acham consignadas nos artigos 9.º e 10.º do projecto, e que, supprindo em grande parte a depressão nas receitas aduaneiras, terão a vantagem de não lesar classes, que careçam da protecção e amparo dos poderes publicos.

Julgam as vossas commissões, reunidas, de fazenda e de agricultura, ter cumprido, leal e correctamente, o seu dever, estudando detidamente a questão sujeita ao seu exame e expondo o seu voto com a clareza que lhes foi possível dar ao assumpto, em relação ao qual offerecem

ao vosso esclarecido criterio uma desenvolvida *Memoria*, varios documentos e informações estatisticas, que vão annexos a este parecer, por meio dos quaes podeis approximar factos historicos parallellos, com os correctivos indispensaveis a introduzir, em face da differença das epochas e condições, na resolução do problema vinicola, sem duvida interessante, sob diversos pontos de vista, e, no momento actual, sobre interessante, grave e opportuno. Esperam as mesmas commissões que tereis por justificadas as razões que fundamentam, nos seus pontos essenciaes, a proposta do governo, transformada, com seu pleno accordo, no seguinte:

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É livre a exportação de vinhos communs, brancos ou tintos, ficando apenas sujeita a um direito estatistico de 2 réis por decalitre de vinho tinto e de 1 real por decalitre de vinho branco.

Art. 2.º São abolidos os direitos de importação nas colonias portuguezas para os vinhos e seus derivados, produzidos e expedidos do continente e ilhas.

Art. 3.º É reduzido a 8 por cento *ad valorem* o direito de consumo, em Lisboa, de carvão vegetal, devendo o carvão de coke ser sujeito a igual direito.

Art. 4.º Os direitos estabelecidos pela lei de 13 de julho de 1888, para as aguardentes e alcools, serão augmentados, nos respectivos artigos da pauta geral das alfandegas, do modo seguinte:

«Artigo 217.º Aguardente e alcool simples, em cascos ou garrações, decalitre do alcool puro, 1\$800 réis.

«Artigo 218.º Aguardente e alcool simples, que vierem em garrafas, botijas ou vasos semelhantes, e bebidas alcoolicas não especificadas, decalitre de liquido, 2\$200 réis.»

Art. 5.º É o governo auctorisado a despende, durante cinco annos, até á quantia de 20:000\$000 réis para ser distribuida em premios ás associações de vicultores e aos vicultores, que, singular ou collectivamente, fabricarem, pelo menos, 200 hectolitros de vinho pelos typos adequados ás exigencias dos mercados estrangeiros, segundo as amostras que livremente escolham de entre as que, tendo sido approvadas por um jury especial, de que farão parte os vicultores, os commerciantes de vinhos e os delegados dependentes da direcção geral de agricultura, sejam annualmente fornecidas pela mesma direcção geral.

§ unico. Para auxiliar as entidades, a que se refere este

artigo, no fabrico d'estes vinhos, o governo contratará no estrangeiro o pessoal pratico necessario para, nas localidades vinhateiras mais importantes e durante as epochas proprias, executar nas adegas particulares todas as operações vinarias que forem convenientes.

Art. 6.º As industrias que se estabeleçam para o fabrico da aguardente fina, no genero do cognac francez, e das aguardentes finas preparadas, exclusivamente confeccionadas com vinhos portuguezes, será concedida a isenção de quaesquer contribuições directas durante cinco annos.

Art. 7.º Nenhum contrato com quaesquer companhias de navegação para as provincias ultramarinas será feito pelo governo, sem que se estipule uma redução nos transportes dos vinhos portuguezes na devolução das taras vassias. Iguaes vantagens para os mesmos vinhos serão introduzidas na approvação de quaesquer tarifas de caminhos de ferro.

Art. 8.º É o governo autorizado a applicar, durante cinco annos, até á quantia de 10:000\$000 réis annuaes á aquisição de bacellos e barbados de cepas americanas resistentes, a fim de, supprimindo a falta que haja nos viveiros do estado, serem distribuidos pelos viticultores, a preços modicos e prazos razoaveis.

§ unico. É garantido aos viticultores o preço fixo de 33,3 réis por kilogramma de sulfureto de carbonio, que actualmente pagam, seja qual for o preço por que o governo o venha a obter.

Art. 9.º São modificados os artigos 9.º e 10.º da tabella III, annexa ao decreto com força de lei de 29 de dezembro de 1887, pela forma seguinte:

«Artigo 9.º Pelo bilhete de despacho de importação de mercadorias que paguem direitos:

Até 2\$500 réis.	50 réis
De 2\$500 a 20\$000 réis.	80 »
De 20\$000 a 100\$000 réis.	100 »
De 100\$000 a 150\$000 réis.	150 »
De 150\$000 a 200\$000 réis.	200 »
De 200\$000 a 300\$000 réis.	250 »
De 300\$000 a 500\$000 réis.	300 »
De 500\$000 a 1:000\$000 réis.	500 »

«Acima de 1:000\$000 réis, 200 réis por cada 1:000\$000 réis ou fracção de 1:000\$000 réis.

«Artigo 10.º Pelo bilhete de despacho de importação de mercadorias que não paguem direitos:

Até 25\$000 réis.....	30 réis
De 25\$000 a 50\$000 réis.....	50 »
De 50\$000 a 100\$000 réis.....	100 »
De 100\$000 a 150\$000 réis.....	150 »
De 150\$000 a 200\$000 réis.....	200 »
De 200\$000 a 300\$000 réis.....	250 »
De 300\$000 a 500\$000 réis.....	300 »
De 500\$000 a 1:000\$000 réis.....	500 »

Acima de 1:000\$000 réis, 100 réis por cada 1:000\$000 réis ou fracção de 1:000\$000 réis.

Art. 10.º Será lançado o adicional de 1 por cento sobre os valores das mercadorias que, anteriormente á nova pauta, pagavam a taxa complementar creada pela lei de 27 de abril de 1882, devendo a nova taxa ser encorporada nas actualmente em vigor n'uma nova edição da pauta.

§ unico. A cobrança do novo adicional começará logo que a presente lei seja promulgada, ficando o governo autorizado a arredondar os direitos que resultem da addição do mesmo adicional.

Art. 11.º O governo fará os regulamentos necessários para a execução d'esta lei.

Art. 12.º Fica revogada a legislação em contrario.

Salas das sessões das commissões reunidas do fazenda e de agricultura, aos 25 de maio de 1889.

José Dias Ferreira (vencido em parte).

Marianno de Carvalho.

F. Mattozo Santos.

Antonio Eduardo Villaça.

A. Carrilho.

F. de Almeida e Brito.

Alfredo Pereira.

J. Alves Matheus (com declarações).

José Frederico Laranjo.

D. Fernando de Sousa Coutinho.

Emygdio Julio Navarro.

Marianno Prezado.

A. Baptista de Sousa.

Ignacio Emauz do Casal Ribciro.

José Maria dos Santos (com declarações).

Visconde da Torre.

Estevão de Oliveira (com declarações).

A. Fonseca.

Tem voto de *Carlos Lobo d'Avila.*

Elvino de Brito, relator.

Senhores. — A crise da viticultura em França, motivada pelo grande desenvolvimento da invasão phylloxerica, obrigou o commercio de vinhos d'aquelle paiz a abastecer-se, nos paizes estrangeiros, da materia prima que podesse servir-lhe para continuar a preparação dos typos de vinho de pasto com que, desde longa data, tem inundado os mercados de quasi todo o mundo. D'ahi proveiu, sem duvida, o incremento que adquiriu, nos ultimos annos, a exportação dos nossos vinhos de pasto, sobretudo dos mais aptos para lotação, e, consequentemente, o desenvolvimento enorme da plantação de vinhas em varias regiões do paiz, taes como a Bairrada o o Dão, Torres Vedras e outras, tendo parecido a muitos que a viticultura nacional entrara no periodo aureo de prosperidade, persuadidos de que seria duradoura aquella necessidade de vinhos de lotação em França, e de que as nossas vinhas permaneceriam isentas da terrivel praga, que tão rapidamente ia destruindo os vinhedos francezes.

Infelizmente a crise vinicola surge hoje no paiz em condições ainda mais graves, porque, emquanto a viticultura franceza teve de lutar simplesmente contra a phylloxera, a nossa, alem d'esta luta, em que tem estado empenhada, antevê catastrophe peor — a falta de consumo para os seus productos, e, como consequencia, a baixa progressiva de preço, que, em ultima analyse, representaria a sua total ruina. Ao passo que em França os negociantes importavam vinhos estrangeiros com que suppriam a falta dos nacionaes, os viticultores, animados com os preços rasoveis, e por vezes exagerados, que iam obtendo os seus vinhos, cuidaram zelosamente de restabelecer as vinhas pela replantação com as castas americanas resistentes, ou com a propria *vitis vinifera* sustentada pelo sulfureto de

carbone, e procuraram aperfeiçoar os processos de viticultura e de vinificação, por forma a augmentar o rendimento por hectare, o que, em grande parte, os tem compensado dos prejuizos soffridos.

O renascimento da viticultura franceza, que em alguns departamentos é já completo, fez decrescer naturalmente a necessidade dos vinhos estrangeiros e originou a situação precaria em que se encontra o commercio dos nossos vinhos de lotação. Acudir a este mal por modo a attenuar, quanto possivel, as consequencias dos factos, que ficaram citados, acudindo a um tempo á nossa viticultura e ao commercio dos nossos vinhos communs, tal deve de ser o empenho dos poderes publicos e tal é, com effeito, o pensamento do governo, bem expresso na proposta de lei que formulou e vem hoje submeter ao alto criterio do parlamento.

Se por um lado convem não affrouxar na luta de resistencia contra o terrivel aphidio, que continúa devastando os vinhedos do paiz, urge, por outro lado, á falta de paizes que importem os nossos vinhos de lotação, apropriar estes vinhos, quer seja por bem combinadas lotações realisadas nas proprias regiões productoras ou exportadoras, quer seja por novos processos de vinificação e conservação, aos mercados importadores de vinhos de consumo directo, até o presente não explorados ou ainda pouco conhecidos.

A viticultura, o mais importante ramo da agricultura nacional, tem merecido sempre o estímulo, os cuidados e a protecção dos poderes publicos, e com tanta razão quanto é certo que d'ella advem uma valiosa somma para as receitas do estado, como d'ella podem advir, por effeito de uma crise que a esterilise e não seja debellada a tempo, graves perturbações na situação economica e financeira do paiz.

É por isso que, por successivas leis, tem o viticultor sido ajudado pelo governo na sua luta de resistencia á *phylloxera*, até ao decreto com força de lei de 9 de dezembro de 1886, que actualmente vigora, e com o qual o estado lhe prestou um valioso auxilio, porventura maior do que em outros paizes tem sido concedido aos viticultores em idênticas condições. Foi ainda impulsionado pela mesma idéa e interesse, que o governo decretou a criação de escolas praticas de viticultura e enologia nas regiões vinhatoiras mais importantes do paiz, distribuindo por ellas alguns praticos habilitados, *viveiristas* e *mestres*

de adegas, recentemente contratados no estrangeiro, e que, no anno proximo findo, auxiliou efficazmente a realisação da exposição de vinhos portuguezes em Berlim, e ainda no actual momento está auxiliando a iniciativa e os esforços da real associação central da agricultura portugueza, na exhibição dos nossos productos agricolas na exposição universal de Paris, sendo a parte principal e mais variosa representada pela nossa viticultura e pelo commercio dos nossos vinhos.

Os resultados colhidos de uma grande parte d'estes esforços, e principalmente os da exposição de Berlim, que já melhor se podem apreciar e que bem justificam a oportunidade de ser ali estabelecido um deposito commercial destinado a facilitar as transacções sobre vinhos, assim para consumo directo como para lotação, ultimamente contratado com a «real companhia vinicola do norte de Portugal», aconselham o governo a proseguir no caminho encetado, certo de que tudo quanto tenda a animar a viticultura e a desenvolver o commercio dos vinhos reverterá mais ou menos immediatamente em beneficio da economia do paiz.

Crê o governo que, perante as necessidades do momento, as disposições contidas na sua proposta tendem a salvaguardar os legitimos interesses da viticultura e do commercio dos nossos vinhos, afastando-os de uma crise imminente e assoberbante, e attrahindo-os para o caminho em que, nas actuaes circumstancias, melhor e mais facilmente possam desenvolver-se e progredir.

Com o fim de promover o commercio da exportação, introduzindo os nossos vinhos em novos mercados ou n'aquelles em que sejam pouco ou mal conhecidos, propõem-se premios de exportação como estimulo tanto ao commerciante como ao proprio productor; eliminam-se os direitos de exportação para os vinhos brancos, cuja saída para os mercados estrangeiros convirá favorecer de um modo efficaz; reduzem-se de 18 a 12 réis por decalitre os do vinho commun tinto, redução importante que por si representa um beneficio valioso ao commercio d'esses vinhos; eliminam-se, enfim, por completo os direitos de importação dos vinhos nacionaes e seus derivados nas colonias portuguezas, o que desde ha muito era tambem reclamado pelos nossos viticultores.

Ainda no intuito de favorecer o viticultor e poder augmentar o consumo na capital, evitando adulterações e sophisticacões, não raro determinadas pelas elevadas tarifas na respectiva pauta, propõe-se a redução de 3\$200

réis a 2\$200 réis por 100 kilogrammas nos direitos dos vinhos brancos ou tintos, cuja graduação alcoólica não seja superior a 13°, os quaes constituem a maioria dos vinhos communs que entram em Lisboa para o seu consumo. A pequena elevação de direitos para os vinhos de alcoolisação superior a 13° não influirá contra os interesses da viticultura e do commercio vinicola, que se tem em vista favorecer principalmente, nem tão pouco influirá nocivamente contra os que exercem o commercio d'esses vinhos, como se prova pela estatistica do consumo de Lisboa.

Convindo, para facilitar a introdução dos nossos vinhos de pasto nos paizes estrangeiros, que os typos dos mesmos vinhos se adaptem ás exigencias do consumidor, approximando-se quanto possivel, pelas suas qualidades, d'aquelles a que elle está habituado, urge que se promova a producção de vinhos de pasto proprios para consumo directo e que satisfaçam aos diversos mercados a que possam concorrer. Pareceu, por isso, ao governo de todo o ponto conveniente propor premios para os viticultores que attingam esse *desideratum* e produzam pelo menos 200 hectolitros de vinho n'essas condições, e a obrigação de se contratar no estrangeiro o pessoal pratico necessario para a modificação dos antigos processos de vinificação e adopção dos que sejam mais adequados e careçam de ser creados.

É sabido que uma grande massa na producção dos vinhos communs é constituida, sobretudo no litoral, por vinhos brancos proprios principalmente para caldeira, e quanto importa, por isso, animar a industria da distillação, e a producção de boas aguardentes de copo, do genero do cognac francez, e de bons alcools vinicos, concorrendo, por um lado, para o desenvolvimento de uma riqueza nossa e, por outro lado, para a hygiene publica, evitando a introdução de pessimas bebidas alcoolicas, taes como, em grande parte, os cognacs e genebras, que são importados no paiz e em que principalmente figura o alcool amylico dos cereaes, das batatas e dos topinambos. Por estes motivos, e em auxilio d'esta industria, a proposta isenta de direitos o material necessario para as suas installações, e de quaesquer contribuições, durante cinco annos, a sua producção, ao mesmo tempo que protege esta ultima por meio de elevação de direitos sobre as bebidas alcoolicas estrangeiras.

Não basta, porém, o conjuncto de providencias que tendam a aperfeçoar o fabrico do vinho e a desenvolver o

seu commercio de exportação; de nada serviriam ellas se se não cuidasse sollicitamente de manter em cultura de vinha a arca onde a *phylloxera*, implacavel, vae produzindo os seus estrages. Por isso, longe de abandonar os processos de resistencia, que com tanto proveito se têm empregado, principalmente no norte do paiz, e os viticultores e o commercio ainda reclamam, cumpre aos poderes publicos proseguir nos esforços encetados, e, alem do alargamento dos viveiros do estado, que n'estes dois ultimos annos se têm multiplicado no paiz, mas que por si não bastarão, durante algum tempo, para satisfazer ás reclamações do viticultor, julga o governo urgente fazer, pelo espaço de cinco annos, a aquisição de bacellos e barbados no estrangeiro, em quantidade tal, que, com os d'esses viveiros, possam refazer os vinhedos arrasados pela *phylloxera*. A esta necessidade tambem satisfaz a proposta do governo.

Teve o governo que attender, na elaboração da proposta de lei, que em seguida se lê, á necessidade impreterivel de não perturbar a situação financeira do estado com a alteração no systema fiscal, que, a bem da viticultura, julga dever propor á sabia apreciação do poder legislativo. Ardua foi, por tal motivo, a sua tarefa, que houve de consistir no exame attento de todas as necessidades publicas, para que o equilibrio financeiro, a despeito da valiosa protecção que se dispensa áquelle importante ramo de riqueza nacional, se não perturbasse creando a necessidade de providências gravosas, embora de outra ordem.

Com o conjuncto de medidas, que se comprehendem na proposta, julga haver o governo realisado esse seu pensamento, pois nutre a esperança de que, longe de não produzirem desequilibrio nas receitas do estado as franquias concedidas á exportação do nosso primeiro producto agricola e a diminuição das taxas que actualmente pagam os vinhos communs em Lisboa, haverá porventura um augmento de receitas, ainda que não grande, graças aos direitos, de todo o ponto modicos e que de modo algum poderão lesar quaesquer classes, fixados para os materiaes de construcção e combustiveis; e ao maior desenvolvimento do consumo, que ha de produzir a diminuição de 13 réis em cada litro de vinho.

Taes são, senhores, os fundamentos da seguinte proposta de lei, que o governo sujeita ao exame e voto do parlamento:

PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º É o governo auctorisado a conceder premios de exportação durante cinco annos para os vinhos portuguezes de pasto, brancos e tintos, que forem exportados para os mercados estrangeiros, onde sejam pouco conhecidos:

§ 1.º Estes premios serão:

1.º Para os mercados da Europa:

Por cada 50 hectolitros exportados durante o anno, 15\$000 réis;

Por cada 500 hectolitros exportados durante o anno, mais 30\$000 réis;

Por cada 5:000 hectolitros exportados durante o anno, mais 200\$000 réis.

2.º Para os mercados da Africa, Asia, America e Occania os premios terão o augmento de 50 por cento sobre os que ficam estabelecidos no n.º 1.º

§ 2.º O governo, ouvidos os conselhos superiores de agricultura e do commercio e industria, fará, todos os annos, publicar uma lista designando os mercados e respectivos portos, que devam ser comprehendidos na disposição d'este artigo, tendo em vista o estado dos mercados interno e externo, e a influencia que os premios de exportação, concedidos ou a conceder, tenham exercido ou possam vir a exercer no consumo dos vinhos portuguezes.

§ 3.º Os exportadores para os mercados que sejam excluidos da lista, a que se refere o paragrapho anterior, receberão ainda por mais um anno os premios de exportação, correspondentes ás remessas que effectuarem para esses mercados.

§ 4.º As companhias que recebam subsidio do governo para estabelecimento de depositos commerciaes de vinho no estrangeiro não terão direito a premios de exportação pelos vinhos que exportarem para os paizes onde forem obrigadas a ter aquelles depositos.

Art. 2.º É o governo auctorisado a despendar até á quantia de 10:000\$000 réis para ser distribuida em premios ás associações de viticultores e aos vinicultores, que singular ou collectivamente fabricarem, pelo menos, 200 hectolitros de vinho pelos typos das amostras que lhes sejam fornecidas por intermedio da direcção geral de agri-

cultura, adequados ás exigencias dos mercados estrangeiros.

§ unico. Para auxiliar as entidades, a que se refere este artigo, no fabrico d'estes vinhos, o governo contratará no estrangeiro o pessoal pratico necessario para nas localidades vinhateiras mais importantes e durante as epochas proprias executar nas adegas particulares todas as operações vinarias que forem convenientes.

Art. 3.º Os artigos n.ºs 8.º e 9.º da pauta D — de direitos de exportação de productos nacionaes — ficam substituidos pelos seguintes:

«Artigo 8.º Vinho commum branco — Livre.

«Artigo 9.º Vinho commum tinto, decalitro — 12 réis.»

Art. 4.º Na pauta dos direitos do consumo de Lisboa, decretada em 22 de setembro de 1887 e modificada por leis de 13 e 18 de julho de 1888, fazem-se as seguintes alterações, substituições e acrescentamentos:

	Réis
a) Vinho branco ou tinto até 13º, 100 kilogrammas	2\$200
b) Vinho branco ou tinto de 13º,1 a 22º, 100 kilogrammas.	3\$500
c) Carvão de coke e vegetal, <i>ad valorem</i>	8 ½%
d) Caça viva ou morta, 100 kilogrammas	8\$000
e) Cal em pedra, 100 kilogrammas	\$045
f) Cal em pó, 1 metro cubico	\$075
g) Pedra de alvenaria (excepto a destinada a calcamentamentos, britada ou por britar em parallelepipedos, etc.), 1 metro cubico	\$050
h) Cantaria em desbaste, 1 metro cubico	\$200
i) Cantaria aparelhada, 1 metro cubico	\$750
j) Cantaria em lagedo aparelhado, 1 metro quadrado	\$070
k) Madeira em varas, paus, ripas e barrotes, cada um	\$010
l) Madeira em viga e vigotes, 1 metro cubico....	\$450
m) Madeira em tábuas e folhas cerradas, 1 metro cubico	\$550

§ unico. Exceptuam-se os vinhos generosos do Porto e Madeira, que continuarão a pagar os direitos estabelecidos na pauta actual.

Art. 5.º O excesso da receita proveniente dos direitos do consumo em Lisboa estabelecidos por esta lei, sobre o producto d'elles no anno economico de 1888-1889, depois

de deduzida a parte respeitante, não só a alargamento que porventura haja da area da mesma cidade, como ao desenvolvimento natural do consumo apreciado pela media d'esse desenvolvimento nos tres annos findos em 30 de junho de 1889,—será applicado, por metade, para redução proporcional nas taxas do consumo do vinho, e da carne na mesma cidade de Lisboa.

Art. 6.º São abolidos os direitos de importação nas colonias portuguezas para os vinhos e seus derivados, produzidos e expedidos do continente e ilhas.

Art. 7.º As industrias que se estabeleçam para o fabrico da aguardente fina, no genero do cognac francez e das aguardentes finas preparadas, exclusivamente confeccionadas com vinhos portuguezes, e que consumam pelo menos 15:000 hectolitros d'estes vinhos, será concedida a introdução livre de direitos das machinas e instrumentos necessarios á sua installação, e a isenção de quaesquer contribuições durante cinco annos.

§ unico. Os direitos sobre as bebidas alcoolicas estrangeiras fixados nos artigos 217.º e 218.º da pauta A dos direitos da importação, serão elevados do modo seguinte:

Artigo 217.º Aguardente e alcool simples, em cascos ou garrações, decalitre de alcool puro 1\$800

Artigo 218.º Aguardentes e alcool simples que vierem em garrafas, botijas ou vasos similhantes e bebidas não especificadas, decalitre 2\$200

Art. 8.º Nenhum contrato com companhias de navegação para as provincias ultramarinas será feito pelo governo sem que se estipule uma redução nos transportes dos vinhos portuguezes e na devolução das taras vasias. Iguaes vantagens para os mesmos vinhos serão introduzidas na approvação de quaesquer tarifas do caminho de ferro.

Art. 9.º E o governo auctorizado a applicar durante cinco annos até á quantia de 10:000\$000 réis annuaes á aquisição de bacellos e barbados de cepas americanas resistentes, no estrangeiro, para serem distribuidos pelos viticultores, a preços modicos e a prazos razoaveis, nos termos do regulamento.

Art. 10.º O governo fará os regulamentos necessarios para a execução d'esta lei.

Art. 11.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sécretaria d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, Lisboa, 15 de maio de 1889.—*Henrique de Barros Gomes*—*Eduardo José Coelho*.

A PROPOSITO DA CRISE VINICOLA

MEMORIA

APRESENTADA ÀS

COMMISSÕES DE FAZENDA E DE AGRICULTURA

PELO DEPUTADO

ELVINO DE BRITO

Quem, fria e imparcialmente, analysa e compulsa os factos, que a historia patria regista, e passa em minuciosa revista os quadros em que, a par dos fastos resplendentes de aureo fulgor do caído imperio e passadas glórias de Portugal, se desenham, em sombras mais ou menos carregadas, os episodios tão frequentes da fome, da peste e da miseria, que têm opprimido o povo portuguez, tão valente, soffredor e sobrio, sente entristecer-se profundamente; é que, nos sete seculos decorridos desde a fundação da monarchia até que n'este torrão calido e feracissimo pôde a arvore da liberdade lançar as suas raizes e projectar a sua sombra protectora, o povo, a grande massa da população, principalmente composta de lavradores e servos da gleba, raro usufruia dos beneficios d'esse imperio e grandeza, mais externos do que nacionaes, cujos proventos eram avidamente consumidos pelas ostentações da côrte, do clero e da nobreza, ou pelas duras necessidades da guerra.

Os restos fósseis d'essa grandeza, d'essas naus carregadas de prata, ouro e diamantes, não os vamos encontrar em ruínas de escolas, de colonias agricolas, de canaes de irrigação ou de navegação, nem de pontes ou estradas, em que taes riquezas se tivessem traduzido para utilidade do paiz, para incremento da industria capital e primordial, a agricultura, que já então era o verdadeiro esteio da nação, ainda mesmo nos momentos de maior angustia e abatimento; encontrámo-los, pelo contrario, em muitos conventos e palacios deshabitados ou em ruínas, em capellas ricas, alfaias e baixellas custosas, mas improficuas, que podem ter servido de instrumento de consumo, mas que não

o foram nem poderão ser de produção, se exceptuarmos o que nos resta dos tempos patriarchaes da primeira dynastia, e da epocha do renascimento, curta, mas fertil, iniciada e assignalada pelo engenho e braço vigoroso do grande marquez de Pombal.

Durante esse longo periodo de sete seculos, o lavrador e o operario do campo mal poderam ter descanso e socorro para se entregarem com vontade e confiança aos misteres e labores da industria mãe, ou á expansão e aperfeiçoamento d'ella. É que, se com um braço tinham de manter e guiar o instrumento do seu trabalho, o arado, a enxada, ou a podão, o outro não podia abandonar a besta, a espada, a lança ou o chuço, com que a cada momento tinham de volver ao campo de batalha. Alem d'isso, o parco salario do trabalho não permittia ao jornaleiro juntar pecúlio com que se tornasse colono, nem o rendimento escasso da lavoura, cerceado pelos dizimos, derramas e mais impostos, habilitava o agricultor a bemfeitorisar as suas propriedades, ou alargal-as pelo arroteamento de terrenos incultos, para o que eram obstaculo insuperavel a constituição da propriedade e sua accumulacão nas mãos dos morgados e das corporações religiosas, a usura do capital e a falta de braços, sequestrados pelo exercito, pela armada, pelas expedições d'alem mar e pela emigração para as colonias e conquistas.

Apesar da dedicacão com que os primeiros reis cuidaram, durante a paz, de desenvolver a colonisação e a agricultura, parece que já a começar do reinado de D. Affonso III, se não anteriormente, era sensível em alguns annos a escassez de cereaes, porquanto o rei se via obrigado a promulgar a lei de 13 de julho de 1272, que prohibia a exportação de trigo, milho miúdo, centeio, cevada e farinhas, quer por mar, quer por terra (*Ord. Affonsina*, liv. V, tit. XLVIII), e em 1331, nas côrtes de Santarem, se manifestavam as queixas dos povos pela carestia do pão. Cotava-se então a 21 soldos o alqueire de trigo (514 réis da moeda de hoje), 16 soldos o de centeio (432 réis), e 13 soldos o do milho miúdo (318 réis), preços que correspondiam a mais do dobro do que valiam então os cereaes em Inglaterra.

D'essa epocha por diante a alimentação publica careceu sempre, mais ou menos, do subsidio dos cereaes estrangeiros, a troco dos quaes exportava o paiz, principalmente, vinho, azeite, sal e fructas (Fernão Lopes), com que, durante os reinados de D. Pedro I e D. Fernando, carregava

quatrocentos a quinhentos navios estrangeiros, chegando em um só anno a expedir 12:000 toneis de vinho.

Segundo a taxa decretada por D. Fernando, depois da quebra da moeda, o preço do trigo no Algarve devia ser de 5 libras (18215 réis de hoje) por alqueire; no Alentejo, 3 libras (729 réis); na Extremadura, 40 soldos (988 réis); na Beira, 20 soldos (494 réis); no Porto, 30 soldos (714 réis); no Minho, 20 soldos (494 réis), e em Traz os Montes, 30 soldos (714 réis), preços extremamente elevados para a epocha, visto não estarem em relação com os dos cereaes, no mesmo tempo, em outros paizes da Europa.

É para notar, e merece meditada consideração dos economistas, o facto que vemos reproduzir-se durante os períodos historicos, de uma constancia quasi methodica no desenvolvimento tão diverso das duas culturas, cereal e vinha, e nas relações dos seus productos com a alfandega, isto é, na opposta direcção que seguiam e seguem ainda ao passar por ella. Effectivamente vemos, desde os ultimos reinados da primeira dynastia, escassear a producção de cereaes, tornando-se necessaria a acção da lei, muitas vezes absurdamente empregada, para obrigar a desenvolver essa cultura até ao ponto de o proprio marquez de Pombal mandar arrancar, por alvará de 26 de outubro de 1765, todas as vinhas que occupavam as terras baixas dos valles do Tejo, do Mondego e do Vouga, para que estas voltassem á cultura cerealifera; ao mesmo tempo vemos que se fazia em escala crescente a importação do trigo e outros grãos, ao passo que a cultura da vinha tendia a desenvolver-se sem o apparatus de estímulos governativos, e que, se o seu producto passava pela alfandega, era em sentido diverso, isto é, para ser exportado.

Não póde duvidar-se de que para o paiz, como entidade consumidora, interessava mais o incremento na producção de cereaes do que na de vinho, visto que a primeira era insufficiente e a segunda sobrava e dava já para alimentar uma exportação consideravel; mas como explicar então o apparente paradoxo?

As condições naturaes do solo e do clima tornavam o paiz mais apto para a producção do vinho do que para a do trigo; alem de que, como quasi todos os outros paizes da Europa são mais adequados para a producção de cereaes do que Portugal, nunca precisavam de lh'os pedir, visto não os encontrarem aqui tão baratos como os obtinham, e pela mesma razão lh'os podiam antes offerecer ao menor symptoma de carestia e escassez de pão. Sendo o pão o ge-

nero de primeira necessidade, a legislação cuidava sempre mais dos meios indirectos de o manter barato, facilitando por um lado a sua importação, e, por outro, difficultando a sua saída pelos portos seccoos e molhados, ou ainda de provincia para provincia, ou de concelho para concelho, em vez de proporcionar ao lavrador o ensejo de melhorar as condições da cultura, desenvolvendo o rendimento liquido, ou pelo menos o bruto, sem diminuir o primeiro, para que tivesse verdadeira vantagem em elevar a produção; de sorte que o lavrador tinha de encarar a cultura do trigo, ou a dos cereaes em geral, como produções de primeira necessidade para si e sua familia, mas em que não poderia especular, tanto mais que até lhe taxavam o preço maximo por que havia de vender o seu trigo, centeo, cevada ou milho, e lhe lançavam como um anathema á sua cultura a lei, que lhe prohibia a exportação para fóra da provincia, se não do concelho, do excesso de produção sobre o consumo local. Se havia penuria de pão, o preço elevava-se ao maximo permittido, mas nem assim compensava o lavrador, porque a colheita era diminuta, e vinha logo a importação supprir a falta e restringir o preço; se a colheita era boa, o excesso da produção tornava-se não só inutil mas prejudicial, sobretudo quando as colheitas boas ou regulares se succediam, tanto porque fazia descer muito o preço da parte que podiam vender, como porque difficilmente podiam conservar a outra.

N'estas circumstancias, a cultura cerealifera era mantida, quer por obrigação forçada pela lei, quer pela necessidade dos proprios lavradores ou cultivadores. As condições precarias d'esta cultura eram, alem d'isso, aggravadas, como o são ainda hoje, pela sua acção esgotante sobre a fertilidade das terras, pela falta de adubos e pelo primitivo systema de cultura empregado, se exceptuarmos, no norte do paiz, o Minho e parte da antiga provincia do Douro e da Beira, onde se fazia já o afolhamento triennial, em que os cereaes alternavam com os prados artificiaes, e onde a manutenção de um armentio numeroso proporcionava uma sufficiente produção de adubos.

Por outro lado, a cultura da vinha, a favor da qual as leis estabeleciam tambem algumas disposições, desenvolvia-se, mas livremente, ou ao menos sem tantas peias, que difficultassem a sua evolução, e era sobretudo estimulada por maiores lucros, que uma exportação seguida e regularmente crescente, para a côrte e para o estrangeiro, tendia a elevar.

Acham-se reunidos no documento A alguns dados e indicações que a historia nos fornece sobre os preços dos cereaes e dos vinhos, desde a epocha em que o mal estar da lavoura se torna mais evidente e mais constante por effeito de successivas crises e estorvos mais ou menos longos ou chronicos.

Por esse documento se vê que o trigo, que em alguns pontos do paiz valia em 1323, no reinado de D. Diniz, 143 e 164 réis da moeda de hoje, já em 1338, reinando D. Affonso IV, custava 21 soldos, ou 514 réis da moeda actual; que anteriormente, como em 1202, 1272, 1310 e 1331, houvera escassez, se não fome, e que posteriormente os preços sempre elevados e o facto de uma importação constante, apesar das grandes alternativas que soffreu a população, accusam uma produção sempre precaria e insufficiente de cereaes, que as leis coercitivas, mais ou menos absurdas e extravagantes, não conseguiram melhorar nem augmentar, se é que não a prejudicaram ainda mais.

Como poderia desenvolver-se uma cultura, quando para a venda do seu producto acarretava a lei toda a especie de tropeços e abrolhos, como eram os complicados preceitos e regulamentos attinentes expressamente a difficultar, se não a tornar impossivel, o commercio interno de cereaes em todo o paiz, com excepção dos pontos servidos por portos do mar, como Lisboa, Madeira e Algarve?

Ao passo que as ordenações permittiam o commercio interno livre de todo o trigo importado de Hespanha (titulo LXXVI, livro V), obrigavam os productores ou os possuidores de trigo proveniente de vendas a deixar a *terça parte no lugar d'onde o tirassem*, a qual parte só a podiam retirar com a licença do municipio, e prohibiam expressamente que alguém, nacional ou estrangeiro, exportasse do reino, por mar ou terra, sem licença regia, qualquer cereal (livro V, titulo CXII). Obrigava-se pois a manter em deposito um terço da produção, embaraçava-se a venda do grão nacional, promovia-se-lhe a concorrência do estrangeiro, abrindo a este facil entrada e livre transito por todo o reino, e estabeleciam-se taxas para os preços de todos os cereaes, as quaes não podiam ser excedidas, e muitas vezes não seriam attingidas pelos preços reaes das vendas. N'estas condições, sobrecarregado de impostos, que até pesavam sobre as juntas de bois de trabalho (as jugadas), falta de braços, que a guerra, as expedições e a peste dizimavam, quasi limitado a produzir para si e para os seus, não podia o lavrador desenvolver esta cultura, apesar da importancia

d'ella como subsistencia publica. Não attendia então a administração publica a que a melhor maneira do desenvolver a produção consiste na facilidade de circulação, commercio interno e exportação dos generos, condições que promovem e asseguram o consumo e o preço remunerador, sem os quaes não ha industria possível. Comtudo já em alguns escriptos do seculo passado, se não em alguns mais antigos, começaram a manifestar-se idéas mais justas e acertadas, como são exemplo as do academico José Verissimo Moraes da Silva, expendidas na sua *Memoria historica sobre a agricultura portugueza*, escripta em 1782, e da qual transcrevemos o seguinte conceituoso e significativo trecho:

«Para evitar a falta de pão, que se começava a sentir no reino, determinou D. Manuel (Ordenações d'este rei, livro IV, capitulo XXXII) *«que nenhuma pessoa comprasse trigo, nem farinha, nem cevada, nem centeio, nem milho para tornar a revender assim no lugar onde o comprar, como para tirar para fóra, pena de perca do pão em dobro.»*

«D'esta prohibição foi exceptuado o pão, que fosse para Lisboa, e o que os almocreves comprassem. D. João III, em 5 de junho de 1553, acrescentou a estas penas a de prisão; mandou que fosse caso de devassa, e estendeu a prohibição ao vinho e azeite. . . Estas mesmas prohibições se renovaram em 1557, e em 1558. D. Sebastião, julgando que a causa de levantar o preço era porque os lavradores recebiam diubheiro de antemão, mandou que em seus reinos ninguém vendesse pão senão os que o tivessem de sua colheita ou rendas; e ninguém desse aos lavradores dinheiro de antemão, pena de perca do pão e do dinheiro que se desse. Em 1563 e 1568 houve outras leis, que continham semelhantes prohibições, o que bem mostrava que o mal provinha de outra raiz. Os inglezes, conhecendo melhor a politica com que se governam os estados, deram á saída do pão toda a liberdade. Até ao anno de 1689 a Africa, a Sicilia, a Dinamarca, a Polonia, eram os celleiros da Europa; porém d'aqui por diante a Inglaterra, que antes muitas vezes tinha recorrido ás nações estranhas para lhe dar pão, pela liberdade e gratificação que concedeu ao commercio dos grãos, não sómente teve pão para si, mas annualmente exportou ás nações da Europa immensas sommas. O condado de Norfolk, reputado antes por esteril, foi depois uma das provincias mais férteis. A mão do lavrador, não sómente segura da venda dos seus generos, mas

tambem do *bounty* ou gratificação, que o governo inglez sabiamente lhe prometteu, entrou a trabalhar com vontade, e a fertilidade se lhe seguiu. A legislação ingleza permitia ao pão toda a saída, a nossa fazia-o encalhar na mão do lavrador, coarctando-lhe a liberdade. O successo mostrou aonde existia a razão. A experiencia mostra, que os generos abundam onde elles tem saída, e que faltam onde não têm gasto. Naturalmente todo o homem procura o que lhe é util, e foge ao que lhe é nocivo. O lavrador vendo que os seus generos não têm saída, e por consequencia, que abarataam, não cultiva a terra, e foge de um genero de vida, onde não vê utilidade; d'aqui a falta de cultura e após d'esta a grande falta do primeiro e mais necessario genero. Assim a legislação d'estes reinados, cuidando que procurava a abundancia, trouxe ao reino a carestia.»

Em 1820 principiaram a vigorar idéas completamente oppostas ás que até então tinham presidido á promulgação das leis, que affectavam a agricultura e o commercio do pão; o proteccionismo constituiu então o espirito da administração publica com respeito á cultura cerealifera.

Por aviso de 18 de março d'esse anno era prohibida a importação de cereaes por terra e mar, e designadamente do trigo rijó. «O perigo era grande, o pão inundava o paiz e ameaçava pôr em risco, segundo as idéas dos legisladores de 1820, a prosperidade publica.» Em 13 de abril de 1821, por effeito de uma resolução do corpo legislativo, determinou-se a applicação de medidas severas para evitar a importação dos cereaes.

Não obstante isso, não cessou essa importação completamente, como adiante veremos, e parte mesmo foi supprida certamente por contrabando, que foi necessario reprimir. Este primeiro resultado podia ou devia ter sido antevisto, porquanto a lavoura não se achava ainda em estado de satisfazer immediatamente o consumo interno, posto que a epocha a muitos respeito proporcionasse notaveis elementos para a prosperidade agricola. Em 18 de abril de 1821 votaram as côrtes uma lei para proteger os lavradores contra a affluencia dos cereaes estrangeiros: prohibia a importação de cereaes, farinhas, pão cozido e legumes por mar e terra, excepto para Lisboa e Porto, ficando o regente auctorizado a suspender a prohibição por motivo de urgente necessidade publica; a admissão nas cidades de Lisboa e Porto dependia de chegar o preço do trigo na primeira a 5\$800 e na segunda a 5\$730 réis por hectolitro; estabelecia direitos pa-

ra a importação em Lisboa e Porto, sendo 1\$450 réis por hectolitro de trigo rijo e 925 réis para o de trigo molhar em Lisboa, e, respectivamente, 1\$375 e 687 réis no Porto, enquanto o preço do trigo nacional não excedesse a 6\$525 réis por hectolitro na primeira cidade e a 6\$304 réis na última, mas pagaria apenas a vendagem no terreiro em Lisboa (20 réis por alqueire) e no Porto a diferença para o preço de 6\$418 réis, quando excedesse aquelles preços. A 10 de maio do mesmo anno era publicado um decreto determinando medidas attinentes a reprimir o contrabando dos cereaes. Em 22 de março de 1823 as côrtes auctorisavam o governo a admittir o trigo estrangeiro, pagando os direitos estabelecidos na lei de 1821 e mais 145 réis por hectolitro. Em 1824, por virtude da reacção não operada na politica do paiz, foi alterada a lei de 1821, restringindo-se a protecção á cultura cerealifera a mais apertados limites, com o fim expresso de *conciliar o interesse da agricultura com o da subsistencia publica*.

Na epocha de 1796 a 1820, que abrange a da guerra peninsular, a da restauração das forças do paiz depois d'essa guerra, a da independencia do Brazil, e a do despontar da liberdade politica em Portugal, causas que por tão diversas formas actuaram na agricultura, no commercio e no valor das subsistencias, os preços medios do trigo em Lisboa foram os seguintes, por alqueire:

	Réis
1796-1800	680
1801-1805	825
1806-1810	900
1811-1815	1\$040
1815-1820	775
1820	600

A media geral dos preços, nos vinte e cinco annos, foi de 803 réis.

Vê-se que depois dos preços medios elevados, que o trigo sustentára durante mais de vinte annos, descêra o seu valor no fim do referido periodo, até chegar a 600 réis, preço que os lavradores, bem como as côrtes n'aquella epocha, achavam insufficiente, porque, segundo diziam, privava os mesmos lavradores, *não só dos lucros dos seus fundos e industria, mas tambem dos meios de subsistencia*.

No mesmo periodo de vinte e cinco annos a media annual das importações por mar fôra a seguinte:

	Hectolitros
1796-1800	851:867
1801-1805	1.187:222
1806-1810	634:144
1811-1815	1.719:802
1816-1820	989:832

Corresponde a estas medias uma totalidade de 26.914:335 hectolitros nos vinte e cinco annos, e uma media annual, dentro de todo o periodo, de 1.076:573 hectolitros.

Vejamos agora qual a importação de trigos por mar nos dezeseis annos immediatos á applicação do systema protector:

	Hectolitros
1821-1823	234:805
1824	589:700
1825-1827	292:200
1828-1830	58:884
1831-1833	180:523
1834-1836	216:999

A estas medias corresponde uma totalidade de 3.439:933 hectolitros nos dezeseis annos e uma media annual, para todo o periodo, de 214:996 hectolitros.

Nos mesmos dezeseis annos foram os preços medios do trigo, em Lisboa, os seguintes:

	Réis
1821	605
1822-1823	757
1824	782
1825-1827	732
1828-1830	687
1831-1833	771
1834-1836	725

Media geral dos preços, nos dezeseis annos, 725 réis.

Comparando respectivamente entre si as duas tabellas de importações de trigo, ou as medias relativas ás totalidades dos dois periodos, e as duas tabellas de preços medios, parece que se poderão deduzir as seguintes illações:

1.º Que a importação foi immediatamente affectada pelo systema protector, passando da media, que fôra, nos ultimos vinte e cinco annos do antigo systema, de 1.076:573 hectolitros, á media, quasi cinco vezes menor, de 214:996 hectolitros, que se verifica nos primeiros dezeseis annos de

protecção (em 1820 a importação geral de trigo foi de 333:786 hectolitros e em 1821 de 321:958 hectolitros).

2.º Que tendo-se elevado o preço do trigo de 600 réis, que era nos ultimos annos do antigo systema, até á media de 725 réis, que foi nos dezeseis annos posteriores, se tornou regularmente remunerador sem se tornar excessivo, nem mesmo pesado para o consumidor, visto que ainda assim ficára áquem do preço medio (803 réis) que prevalecera nos vinte e cinco annos do primeiro periodo, no qual fôra necessario importar 1.076:573 hectolitros annualmente;

3.º Que a passagem de um systema ao outro, conquanto não tivesse havido periodo de transição lenta, se fez sem crise de subsistencia, visto que não chegou a haver carestia nem fome; o que se reconhece melhor pela comparação dos preços maximos, que no segundo periodo, apesar de abranger a epoca da guerra civil, não excederam 812 réis, mas que no primeiro periodo attingiram 13375 réis;

4.º Que, tendo-se reduzido a importação media de um periodo ao outro a 861:577 hectolitros, sem que houvesse carestia nem fome, havendo antes pelo contrario redução no preço medio (de 803 para 725 réis), é de crer que no ultimo dos mesmos periodos se realisasse um augmento de producção de trigo no paiz, correspondente áquella cifra;

5.º Que, se não tivesse havido mudança de systema e prevalecessem a importação e o preço medio do primeiro periodo durante todo o tempo do segundo, os 861:577 hectolitros, ou 6.154:121 alqueires, que então teriam de ser importados, significariam (a 803 réis o alqueire) uma verba de 4.941:7593163 réis, que annualmente passaria da bolsa dos consumidores para a dos negociantes e d'esta, abatidos os lucros e despezas do commercio, para a dos productores estrangeiros;

6.º Que, com a mudança que se effectuou no regimen da legislação dos cereaes, os 861:577 hectolitros ou 6.154:121 alqueires de trigo estrangeiro, que deixaram de entrar, significaram, ou importaram para o paiz, nas consequencias do seguinte calculo:

- a) Valor que teriam na hypothese do n.º
5.º (ao preço medio de 803 réis)..... 4.941:7593163
- b) Valor que teve igual porção de trigo nacional, que os deve ter substituido no consumo, ao preço medio de 725 réis... 4.461:7373725
- c) Diferença que representa a economia
que utilisaram os consumidores 480:021438

d) 10 por cento da verba <i>b</i> para lucro e despesas do commercio (hypothese)	446:173,5772
e) 90 por cento da verba <i>b</i> , valor do trigo na mão do lavrador (hypothese)	4.015:563,5953
Total	<u>4.461:737,5725</u>

f) A verba *e*, ou, em numero redondo, a quantia de réis 4.000:000,5000, que, em cada um dos dezesseis annos, deve ter entrado na bolsa do lavrador, representa, no fim do periodo, 64.000:000,5000 réis, somma colossal, que terá concorrido para valorisar o solo, proporcionar o bem estar da classe rural operaria, desenvolver a população, e habilitar o lavrador, ou o proprietario rural a aperfeiçoar ou desenvolver a industria agricola e a beneficiar a propriedade, melhorando as condições do solo, fazendo plantações e arroteando terrenos incultos. Esta somma deve ter disposto e animado a agricultura para entrar em uma epocha nova de prosperidade.

Continuemos, pois, a nossa rapida analyse e vejamos se a epocha, que succedeu a de 1821-1836, accusa por alguma forma os beneficos resultados de uma herança feliz.

No substancioso «Relatorio sobre o commercio dos cereaes», apresentado ao conselho de commercio, industria e agricultura, em 1864, pela commissão nomeada em 25 de fevreiro do mesmo anno, de que foi relator o sr. João de Andrade Corvo, lê-se o seguinte:

«Depois de 1820 as importações continuaram a diminuir, em parte, provavelmente, pelas restricções postas pela lei de 1821, mas em parte, de certo, pelo augmento da producção do paiz. A diminuição notavel da importação em 1821-1822 dependeu de uma causa que é importante conhecer, e que se acha claramente indicada n'um decreto das côrtes, datado de 10 de maio de 1821: a existencia de consideraveis depositos de cereaes estrangeiros, que tendo dado entrada no terreiro em annos anteriores ainda não haviam sido empregados no consumo. A lei restrictiva de 1822, como todas as leis d'este genero, não pôde resistir ás exigencias da alimentação publica; logo que se sentiu falta de cereaes em 1823, suspendeu-se a acção da lei, e as importações cresceram não só n'este anno mas no immediato¹. Com alternativas de subida e descida, sendo

¹ Pela tabella que acima inserimos se vê que essa importação não excedeu a 598:700 hectolitros no peor anno, 1824, em que regulou por metade da media respectiva aos vinte cinco annos anteriores a 1821.

uma das subidas mais evidentes a que teve logar nos annos da guerra civil, foi a importação successivamente diminuindo até cessar por 1836. A importação de 11:000 hectolitros em 1837, e de 3:000 hectolitros em 1838 não deve contar-se, por diminuta, e por se haver proximamente equilibrado com a EXPORTAÇÃO.»

No fim de 1837, tendo já acabado a importação, e principiando o paiz a exportar cereaes, foi promulgada uma lei sobre commercio de cereaes, em que alguns preccitos da lei de 1824 eram renovados com certas modificações e outros avigorados com o fim de prohibir em Portugal a importação de cereaes, farinhas, batatas e pão cozido de produção estrangeira, tanto para deposito como para consumo. Permittia, contudo, como era necessario, a admissão de cereaes em grão, nos annos em que a produção fosse insufficiente, mas tão sómente na quantidade que fosse indispensavel para supprir essa falta, devendo os decretos, que facultassem a entrada, determinar o limite quantitativo, assim como a especie e qualidade dos cereaes admittidos.

Ao mesmo tempo a venda de bens nacionaes tinha collocado á disposição dos lavradores grandes tratos de terreno, que se achavam incultos ou quasi improductivos, e que, roteados, passaram a produzir extensas e fecundas searas. Igual movimento se realisou nas grandes propriedades, que, sobretudo no sul do paiz, abrangiam terrenos incultos. A produção creceu, pois, rapidamente, e o paiz, longe de importar, passou a ser exportador de cereaes, como se vê no seguinte quadro, que abrange um periodo de dezoito annos, de 1838 a 1855, chegando a expedir para o estrangeiro em muitos annos, desde 1846 até 1855, quantidades superiores a 100:000 hectolitros, attingindo 222:906 em 1849, e 309:780 em 1854, apesar do consumo interno ter augmentado muito, por effeito de um bem estar mais geral e effectivo, e do desenvolvimento da população, que no presente seculo tem crescido rapidamente, a ponto de que, sendo em 1814 de 2.959:000 habitantes, em 1821 de 3.179:000 (Balbi), e em 1864 de 3.986:558, crescera mais de 1.000:000 almas em cincoenta annos.

Exportação de cereaes e farinhas para o estrangeiro desde 1838 até 1855

Anos	Exportação em hectolitros	Preços medios em Lisboa			
		Trigo		Milho	
		Por hectolitro	Por alqueire	Por hectolitro	Por alqueire
1838.....	22:199	32557		12950	
1839.....	50:102	35260		25173	
1840.....	6:442	45673		32898	
1841.....	282	55115		32166	
1842.....	1:416	45507		23739	
1843.....	861	42253		23840	
1844.....	(a) 878	32630		23188	
1845.....	(b) 94:083	32311		23260	
1846.....	(c) 135:958	43956			
1847.....	(e) 52:818	52297			
1848.....	119:389	35018			
1849.....	222:906	35536			
1850.....	(d) 137:299	32929			
1851.....	74:611	32963			
1852.....	20:568	32731			
1853.....	154:208	32630			
1854.....	309:780	42014			
1855.....	188:966	52934			
	1:552:842	Media 42111	Media 576	Media 23754	Media 386

(a) Não ha esclaircimentos relativos as alfandegas de Avôiro, Pedromeira e S. Martinho.
 (b) Não ha esclaircimentos relativos as alfandegas de Avôiro, Pedromeira, S. Martinho, Figueira e Ponta Delgada.
 (c) É a exportação feita pela alfandega de Terreno (Lisboa) e de Viana do Castelo, faltando das outras.
 (d) Faltam as alfandegas de Porto e Villa Real de Santo Antonio, abrangendo só as outras.

Os 1.552:842 hectolitros de cereaes exportados durante os dezoito annos decorridos de 1838 a 1855 representaram para o paiz o valor de 5.500:000\$000 a 6.400:000\$000 réis, a favor da sua agricultura, e fornecidos pelos paizes estrangeiros ou colonias.

Conclue-se d'estes resultados, em vista de ter cessado ou diminuido muito a importação e de ter começado e crescido a exportação, ao mesmo tempo que, pelo augmento da população, crescêra tambem o consumo interno, que a producção de cereaes se desenvolveu extraordinariamente desde 1820 até 1855, isto é, no periodo em que vigorou o systema protector; mas, comparando ainda os preços medios do trigo nos tres periodos, de 1796-1820, 1821-1836 e 1838-1855, isto é, respectivamente, 803 réis, 725 réis e 576 réis, chega-se a uma conclusão não menos instructiva e edificante: é que, na falta de concorrência dos cereaes estrangeiros, bastou o augmento de producção nacional para reduzir o preço, garantindo aos consumidores o pão abundante e barato. Diminuiu ou annullou-se a importação; regenerou-se e cresceu a producção, e fez-se exportação. Lucrou o consumidor, e o agricultor tambem, que, se chegou a vender mais barato, conseguira, em compensação, a vender maior quantidade.

É que o systema protector foi empregado em condições que lhe eram apropriadas: população crescente, terras por desbravar, vitalidade e energia industrial e agricola nascentes.

Os Estados Unidos da America não teriam, por certo, desenvolvido as suas industrias e a sua agricultura até á perfeição e productividade que alcançaram já, se se tivessem deixado arrastar pela onda do *free-trade*, que a avançada e industrial Inglaterra, no seu ponto de vista especial, e mirando ao seu interesse real, lançava, com a força do seu exemplo e as doutrinas dos seus economistas, sobre os outros paizes do mundo. Portugal achava-se, se não se acha ainda, nas condições dos Estados Unidos, nas condições de paiz novo, que tenha as suas industrias e a sua agricultura, por assim dizer, na infancia, tendo gasto os primeiros sete seculos da sua constituição nacional mais em vida externa de descobertas e conquistas, ou interna de guerras de independencia e luctas intestinas, do que em organizar-se como nação industrial e agricola, que tem solo, clima e riquezas naturaes para utilizar, e dois *deficits* a equilibrar: primeiro, o que é representado pelo excesso da exportação sobre a importação, e o segundo pelo da despesa do estado sobre a sua receita.

Com a cultura successiva, porém, as terras novamente roteadas depois de 1834, e para as quaes não fôra ainda occasião de poder o lavrador estabelecer um systema de cultura mais racional, perderam progressivamente parte da sua primitiva e accumulada fertilidade, ao mesmo tempo que a população crescia e o consumo de subsistencias augmentava proporcionalmente.

D'ahi resultou, com o concurso de alguns annos maus para as colheitas, a occorrença de algumas crises, que, levantando nos espiritos dos consumidores e dos governos o receio da penuria de subsistencias, produziram clamores para os quaes os mesmos espiritos se iam afinando cada vez mais pelo diapasão do *free-trade* ou livre cambio.

Em 1853-1854 produziu-se uma d'essas crises na região mais populosa do paiz, no norte, na região dos milhos, sendo necessario usar da faculdade admittida na lei de 1837 para taes casos, e permittir a entrada do milho estrangeiro por decreto de 2 de agosto de 1854; mas em virtude já de uma carta de lei de julho do mesmo anno, ora o trigo considerado «como nacional para o pagamento dos direitos nos portos molhados e secos do norte do reino».

Essa carta de lei era o primeiro passo contra o protecçionismo.

O referido decreto concedia um praso de pouco mais de quarenta dias. Em um segundo decreto, de 6 de novembro, foi esse praso prorogado até ao fim de dezembro immediato, e, crescendo o receio de escassez (apesar do preço medio em Lisboa para o trigo ser em 1854 um pouco inferior á media dos dezoito annos, e em 1855, ser de 712, isto é, inferior ás medias dos periodos de 1796 a 1820 e 1821 a 1836) o governo decreta ditiatorialmente em 20 de dezembro de 1854 a importação, *livre de direitos*, em todos os pontos do reino até fins de junho de 1855. Outro e ainda mais agigantado passo contra o protecçionismo.

Apesar da liberdade de importação, foi esta insignificante no segundo semestre de 1854 e no primeiro de 1855, o que não admira, visto que, como se nota na tabella de exportação, o anno de 1854 foi exactamente aquelle em que se exportou mais cereaes (309:780 hectolitros) e o de 1855 aquelle que figura com uma cifra mais elevada (188:966 hectolitros).

A crise era, pois, só de milho e restricta ao norte, parecendo por isso que o decreto de 20 de dezembro teria sido indoportuno, e significaria apenas um excesso de zelo pela manutenção das subsistencias.

Depois succedem-se os seguintes factos:

Em 10 de julho de 1855: decreto prorogando até fim de janeiro de 1856 a importação livre do milho, centeio e cevada.

Em outubro de 1855: decreto estendendo o mesmo prazo até 30 de junho de 1856, com fiança de pagamento de 5 réis por alqueire.

Em 1855-1856: não se fez ainda importação de cereaes, apesar do trigo estar já a 747 réis o alqueire em Lisboa, em 1855, e a 861 réis no primeiro semestre de 1856, e pouco mais no Porto.

Em 12 de junho de 1856: decreto permitindo até o fim do mez a importação de todos os cereaes e por todos os portos, com um direito de 36 réis por hectolitro, sendo em grão, e do dobro sendo em farinha.

Em agosto de 1856: o trigo sobe a 1,5080 réis, apesar do decreto de 12 de junho, o que faz crer que também nos outros paizes haveria carestia de cereaes.

Em agosto de 1856: decreto admittindo a importação de massas e bolachas em todo o reino, e de milho pelos portos do sul.

Na mesma data: decreto diminuindo os direitos do arroz, batatas e legumes.

Em 1855-1856: ha um excesso de 10:219 hectolitros da exportação sobre a importação.

Em 1856-1857: ha um excesso de 723:345 hectolitros de importação sobre a exportação.

Em 1857: decreta-se a entrada de cereaes e pão cozido pelos portos seccos.

No mesmo anno: decreta-se a importação de cereaes no norte do paiz.

Em 1857: o preço medio do trigo em Lisboa foi de 767 réis, apesar da importação livre de cereaes.

Em 1857-1858: a colheita foi boa e a exportação excedeu em 7:926 hectolitros a importação.

De janeiro a junho de 1858: preço do trigo em Lisboa desce a 631 réis.

De julho a dezembro de 1858, o preço do trigo em Lisboa sobe a 720 réis.

De 1858-1859: o excesso da importação sobre a exportação attinge 558:258 hectolitros.

Em 1859: foram publicados cinco decretos acerca do commercio de cereaes.

Em 1860: decretos para o deposito e introdução do trigo e centeio.

Em 1860: preço do trigo em Lisboa, 695 réis.

Em 20 de setembro de 1861: decreto permittindo a entrada de cereaes.

Em agosto de 1862: decreto prorogando a acção das leis exceptionaes.

Em 1861: preço medio do trigo em Lisboa, 748 réis.

Em 1862: preço medio do trigo em Lisboa, 673 réis.

Em 1862-1863: o excesso da importação sobre a exportação excede já a 1.000:000 hectolitros.

Juntemos a estes dados os que nos fornece a estatistica nos dois mappas que seguem e attentemos no aspecto da crise dos cereaes e na legislação vacillante d'esta epocha de retrocesso, em que se extingue a exportação de cereaes, cresce espantosamente a importação e augmenta o preço dos mesmos generos.

Tabella da importação e exportação de cereaes por Lisboa e Porto em hectolitros (a)

Anos	Importação					Exportação					Diferença a mais	
	Trigo e farinha produzida a trigo	Milho	Cevada	Conteio	Total	Trigo e farinha produzida a trigo	Milho	Cevada	Conteio	Total	Na importação	Na exportação
1853-1854	-	-	-	-	-	121:021	31:149	4:253	10:020	166:452	-	166:452
1854-1855	10:996	24:900	3:755	78	39:729	131:407	921	609	117	133:114	-	93:385
1855-1856	21:381	82:083	455	155	104:029	109:793	957	1:648	2:452	114:848	-	10:219
1856-1857	6:16:970	49:209	41:927	13:222	750:118	25:468	803	502	-	26:773	723:245	-
1857-1858	8:042	-	-	243	8:887 (b)	12:929	1:343	2:530	-	16:813	-	7:926
1858-1859	425:050	180:815	47:903	12:863	666:731	2:785	4:593	1:285	-	8:478	555:558	-
1859-1860	279:485	81:154	10:134	19:757	390:530	7:963	3:449	980	-	12:392	378:138	-
1860-1861	21:542	167	-	2:319	24:028	6:328	2:823	853	-	10:004	14:024	-
1861-1862	496:187	-	29:238	818	526:243	10:806	1:423	1:210	-	13:433	512:804	-
1862-1863	570:224	445:565	80:752	71	1:096:552	9:343	748	1:225	-	11:316	1:085:236	-
	2:479:727	863:928	214:164	49:928	3:507:747	487:853	48:011	15:102	12:658	513:624	2:993:723	277:882

(a) Esta tabella foi calculada sobre os dados existentes no ministerio das obras publicas, commercio e industria, e sobre os dados estatisticos da alfandega municipal de Lisboa.

(b) A exportação d'este anno em diante é quasi totalmente de farinha.

N. B. Este mappa é extrahido do relatório sobre o commercio dos cereaes acima referido.

Preços do trigo em 1860 e do trigo e milho em 1861,
nos mercados reguladores

Regiões	Localidades	1860	1861	
		Trigo	Trigo	Milho
Região do norte	Porto.....	43886	53331	23388
	Villa do Coude ...	53143	53987	23291
	Caminha.....	53167	53006	23071
	Vianua do Castello	53745	53326	13875
	Aveiro.....	53393	53586	23499
	Amarante.....	53117	43563	23298
	Braga.....	53748	53783	23265
	Guimarães.....	53158	53276	23263
	Coinbra.....	43482	43065	13695
	Vizeu.....	43061	43320	23160
Região do centro	Tanuego.....	43673	43612	23489
	Leiria.....	43814	43093	23552
	Abrantes.....	43080	43618	33035
	Lisboa.....	43963	53341	33084
	Setubal.....	43796	43904	33476
	Alcacer do Sal ...	43417	43286	33261
	Evora.....	33693	43298	33371
Região do sul	Portalegre.....	33165	43246	33491
	Elvas.....	33126	43103	33738
	Mertola.....	33143	23651	43892
	Beja.....	33596	23598	-3-
	Faro.....	43563	53190	43343
	Tavira.....	43298	53109	33978
	Lagos.....	53147	43916	43106
Região montanhosa	Villa Real.....	43773	53774	23544
	Chaves.....	43816	43201	23229
	Bragança.....	33521	33491	13890
	Castello Branco ..	33200	43339	23797
	Covilhã.....	33685	43279	23493
	Pinhel.....	33527	43127	23462
	Guarda.....	33595	33991	23197

N. B. Esta tabella é extrahida do relatório sobre o commercio de cereaes já referido.

Recapitulando e resumindo desde 1139 até 1863 as phasas por que passou a tão contingente cultura dos cereaes, para n'um relance podermos com o pensamento abraçar mais estreitamente as conclusões que d'esse estudo se possam tirar, temos:

1.^a epocha (1139-1271) — Os primeiros reis cuidam de colonisar e povoar o paiz e de desenvolver a agricultura,

atrahindo braços de paizes estrangeiros e fazendo distribuição de terras; a produção desenvolve-se, e salvo algum anno de escassez mais ou menos geral (como 1202), parece ter havida abastança de subsistencias, ter-se feito alguma exportação, e pequenas importações nos annos maus. A exportação não tinha sido prohibida.

2.^a epocha (1272-1795) — Leis e regulamentações mais ou menos excentricas e extravagantes são promulgadas para garantir as subsistencias, pondo peias á circulação e commercio interno dos cereaes, bem como á sua exportação, que se chega a prohibir; ao mesmo tempo facilita-se ou torna-se livre a entrada dos cereaes estrangeiros. Os impostos são pesados e lançados sem criterio. A guerra, as expedições e conquistas e a emigração roubam os braços á agricultura. A produção diminue, a exportação annulla-se, a importação torna-se constante ou cresce, os preços dos cereaes elevam-se: ha carestia e penuria.

3.^o periodo (1796-1820) — É a continuação e a expressão fiel do 2.^o periodo, destacando-se apenas por serem melhor conhecidos os dados estatísticos, e por abranger já alguns annos da epocha do renascimento europeu, posterior á guerra geral do fim do seculo passado e principio do presente. Exportação nulla, importação enorme, elevando-se a 1.076:573 hectolitros de cereaes em media por anno. Preço medio geral, 803 réis; maxima media periodica de cinco annos, 15040 réis; minima media periodica de cinco annos, 680 réis; minima media annual, 600 réis (1820). Os cereaes importados custam ao paiz por anno mais de 4.000:000\$000 réis.

4.^o periodo (1821-1836) — Prohibe-se ou dificulta-se a importação. Facilita-se o commercio interno e a exportação. A produção cresce. A importação diminui, reduzindo-se em media a 214:996 hectolitros. Ficam no paiz cerca de 4.000:000\$000 réis, que antes saiam para aquisição de cereaes. A agricultura prospera. O preço medio dos cereaes é de 725 réis; a maxima media periodica de tres annos, 782 réis; a minima media periodica de tres annos, 687 réis; a minima media annual, 605 réis (1821). O consumidor tem o pão mais barato.

5.^o periodo (1837) — N'este anno avigora-se o systema protector. A importação é apenas de 11:000 hectolitros e equilibra-se com a exportação. A lavoura continúa a prosperar.

6.^o periodo (1838-1855). — Vigora com toda a sua energia a lei de 1837, isto é, o systema proteccionista. Cresce

a produção ao mesmo tempo que a população; a lavoura regenera-se e fortalece-se; arroteiam-se os terrenos incul-tos. Cessa a importação e cresce a exportação, que chega a atingir a cifra de 309:780 hectolitros. O preço medio do trigo desce a 576 réis e o do milho a 386 réis. O lavra-dor ganha na quantidade o que perde no valor. O consu-midor lucrou n'este periodo uma economia de 227 réis em alqueire, relativamente ao preço medio da epocha de 1796 a 1820, e uma economia de 149 réis relativamente ao preço medio da epocha de 1821 a 1836. Passa de 305:000\$000 réis o valor medio da exportação annual de cereaes n'este periodo de dezoito annos (1838-1855).

7.º periodo (1856-1863). — Durante o periodo anterior habituára-se o consumidor a preços relativamente baixos. Em 1855 já o preço medio tinha subido a 712 réis; mas pela exportação feita n'essa anno se vê que não era ele-vado perante o mercado externo, aliás não se teria feito a exportação que se fez, e a importação far-se-ia desassom-bradamente, visto ter sido permittida já desde agosto de 1854. A crise do milho no norte em 1854, 1855 e 1856, foi confundida com uma crise geral de cereaes, que não existia; a subida do preço produziu, pois, o pavor no go-verno e nos consumidores não productores, dando origem ás medidas excepcionaes e preventivas.

A franquía, que os decretos e cartas de lei d'esse tempo concederam aos cereaes, deveria talvez ter-se limitado ao milho, sem contudo o isentar do imposto. Mas abrangem todos os cereaes, e mantendo-se este estado de cousas em todo o periodo, por uma serie de medidas excepcionaes, que punha em cheque a lei de 1837, a qual ainda não ti-nha sido revogada, a lavoura achou-se em um periodo de duvida e desprotecção, de que não podia deixar de se re-sentir, e que tendia a reduzir-lhe a area cultivada no mesmo trecho em que a adversidade dos annos e a de-pauperação da fertilidade do solo restringiam a produção especifica d'aquella mesma area. Diminuiu, pois, a pro-dução, para nunca mais se restabelecer depois de 1856, anno escasso em que o preço medio do trigo foi de 916 réis e a importação total de cereaes subiu (em 1856-1857) a 750:118, sendo só a de trigo 645:670 hectolitros. D'ahi por diante, exceptuando o anno de 1857-1858, que foi abundante, cresceu a importação até atingir em 1862-1863 a cifra enorme de 1,096:552 hectolitros, excedendo já a media do periodo de 1796-1820; a exportação de ce-reaes em grão annullou-se, fazendo-se só pequenissima ex-

portação de farinhas. A legislação d'este periodo ou é caprichosa ou vacillante. A lavoura, como todas as industrias, prospéra só nas epochas de segurança; portanto retrogradou. Vendeu mais caro, mas produziu menos. O preço alto duvidoso convida menos do que o medio, ou regular, mas seguro. A fertilidade das terras enfraquecêra-se; era necessario modificar e melhorar os systemas culturais e adubar melhor as terras: isto não o pôde conseguir o agricultor quando o futuro se lhe não apresenta auspicioso, porque demanda adiantamentos ao solo e á exploração, que se não fazem na incerteza do resultado. Muitas terras que haviam sido arroteadas depois de 1834 volveram a ser maninhas, cobrindo-se novamente de matos, quando não poderam ser applicadas a outras culturas, como pastagens, montados, olivae e vinhas.

A tabella que acima inserimos, dos preços do trigo em 1860 e do trigo e milho em 1861 nos mercados reguladores, mostra-nos que os preços eram modicos em todos mercados dos districtos productores, como eram os do Alentejo, onde o preço medio em 1860 foi de 468 réis por alqueiro ou 38345 réis por hectolitro, como eram ainda os da Beira e de Traz os Montes, onde, se era difficil fazer exportação para os districtos menos productores, como os do Minho, ou em geral os do litoral, em compensação tambem era difficil fazer importação de cereaes estrangeiros, por ficarem muito afastados dos portos de mar, e a Hespanha não poder abastecer em abundancia esses districtos (em 1860 a Hespanha só exportou para Portugal 24:228 hectolitros); mostra-nos ainda que os mercados do litoral, desde o rio Minho até ao Guadiana, que podiam melhor abastecer-se de cereaes estrangeiros, mantinham preços mais elevados, oscillando, em 1860, entre 805 réis (em Braga) e 602 réis (em Tavira).

Parece, pois, que a crise cerealifera, sobretudo no principio, não teria tomado proporções assustadoras, e a produção ter-se-ia restabelecido e regularisado em harmonia com o consumo, se não fosse o panico levantado desde 1854 e favorecido pelas idéas livre-cambistas e as suas consequencias legislativas.

Apesar da lei então existente, a de 1837, ser de protecção, as medidas de expediente produziram um regimen artificial para a cultura e commercio dos cereaes, muito peor do que a escala movel. As consequencias não podiam deixar de ser funestas.

Conheceu-se breve que aquelle regimen era insustenta-

vel por prejudicialissimo, e pensou-se, mas já sob a influencia das idéas do livre cambio, em entrar em um periodo de estabilidade.

Já em 4 de fevereiro de 1856 o governo apresentava ás côrtes uma proposta de lei, que era um meio termo entre a *escala movel*, já condemnada nos outros paizes, e o livre-cambismo então em voga. Estabelecia o direito de 100 réis por cada 100 arrateis de grão, podendo ser reduzido a 30 réis quando o preço do trigo de primeira qualidade se elevasse em Lisboa, livre de direitos de importação e consumo, a 700 réis, e o do milho, no Porto, a 600 réis por alqueire, e augmentado até ao duplo quando nos mesmos mercados descessem respectivamente os preços a 500 réis para o trigo e a 360 réis para o milho por alqueire.

Este projecto, similhante á lei actual, não foi convertido em lei.

Em 15 de janeiro de 1859 apresentou o governo em côrtes outro projecto, que não teve tambem a sancção do corpo legislativo, e no qual se faziam concessões ao systema proteccionista; o trigo, por exemplo, pagaria, segundo esse projecto, os direitos de 145 réis por hectolitro ou 218 réis por 100 kilogrammas nos portos seccos, e de 725 réis por hectolitro, ou 15089 réis por 100 kilogrammas nos portos molhados. Era um meio termo entre o systema proteccionista e o livre cambista.

Em 9 de janeiro de 1860 o governo consultava o conselho do commercio, industria e agricultura, sobre um novo projecto em que o systema proteccionista cedia muito terreno ao seu oppositor. Segundo esse projecto o trigo pagaria nos portos seccos 150 réis por hectolitro e 440 réis nos molhados. O mesmo conselho propoz ao governo, em substituição d'esse projecto, dois outros, sendo um da commissão a quem incumbia o parecer, e outro dos vogaes que não concordaram com o mesmo parecer.

D'estos dois, o primeiro estabelecia um direito decrescente por biennios até ao quarto biennio, depois do qual se tornariam permanentes, nos portos molhados, e um direito fixo de 150 réis por hectolitro para os portos seccos, iguaes para todos os cereaes. O primeiro direito era de 600 réis no primeiro biennio por hectolitro, 490 réis no segundo, 375 réis no terceiro e 300 réis (permanente) d'ahi por diante. Dava-se largo tempo á lavoura dos cereaes para se sentir morrer de morte lenta. O projecto dos vogaes dissidentes fazia o praso de transição de oito annos, o praso

de acção da lei seria de dez, e estabelecia diversos direitos para os diversos cereaes.

Foram abandonados estes projectos.

Em 21 de fevreiro de 1865 outro projecto era apresentado ás côrtes pelo governo, permittindo a exportação dos cereaes, mediante um direito de 20 réis por 100 kilogrammas, e a importação mediante um direito que decrescia por biennios até ao terceiro biennio, depois do qual se tornava permanente; variava para os differentes cereaes communs, sendo para o trigo, por cada 100 kilogrammas, 600 réis no primeiro biennio, 400 réis no segundo e 300 réis no terceiro e d'ahi por diante. Permittia-se o estabelecimento de depositos de cereaes estrangeiros em Lisboa e Porto. As farinhas pagariam mais 10 por cento ou 25 por cento, segundo fossem em rama ou espodas.

Tambem não teve a sancção do corpo legislativo, o que levou o governo a decretar em dictadura, em 11 de abril do mesmo anno, para ter effeito enquanto não fosse promulgada uma lei que regulasse definitivamente o commercio de cereaes, a admissão dos cereaes estrangeiros pelos portos seccos e molhados, mediante os seguintes direitos, por 100 kilogrammas:

		réis
Portos molhados...	{ Trigo.....	600
	{ Milho e centeio.....	500
	{ Cevada e aveia.....	400
Portos seccos.....	{ Trigo.....	200
	{ Milho e centeio.....	200
	{ Cevada e aveia.....	200

As farinhas pagavam mais 200 réis em cada 100 kilogrammas acima do que pagariam os cereaes respectivos. O direito do pão cozido era de 500 réis por 100 kilogrammas nos portos seccos.

Esta lei tinha a vantagem de determinar direitos fixos, e de restabelecer a regularidade tão necessaria para que os productores, negociantes e consumidores não tivessem a soffrer ou a receiar os perigos e as surpresas das oscillações dos preços.

Analysemos agora rapidamente o periodo actual, o periodo decorrido desde 1865 (decreto de 11 de abril de 1865) até ao presente, em que está em plena execução a carta de lei de 19 de julho de 1888. N'este seguiu-se o meio termo, a resultante entre o interesse do lavrador e o

do consumidor. Os cereaes pagam um direito de importação, para não deixar inteiramente a descoberto o lavrador. Mas limita-se esse direito a proporções, que não possam lesar o consumidor.

Em 1865 era a produção de cereaes do paiz avaliada como se vê no seguinte quadro:

Regiões	Trigo Hectolitros	Milho Hectolitros	Centeio Hectolitros	Cevada Hectolitros	Arroz Hectolitros
Norte.....	116:827	4.021:765	395:708	40:078	40:457
Sul.....	978:165	62:491	194:263	287:774	17:344
Centro.....	593:957	539:761	72:046	146:145	86:469
Montanhosa .	213:952	338:193	981:463	56:702	—
	1.902:901	4.962:200	1.643:480	530:699	144:270
	Total 9.183:550				
Total abaten- do arroz ..	9.039:280				

A importação total dos cereaes (trigo, milho, centeio e cevada), no mesmo anno, foi de 51.942:600 kilogrammas, ou approximadamente 742:039 hectolitros, o que representa a duodecima parte, isto é, $\frac{1}{12}$ da produção total do paiz n'esse anno.

Em 1884 a produção foi a seguinte:

Trigo.....	1.966:003
Milho.....	4.480:946
Centeio.....	1.694:172
Cevada.....	666:016
	<u>8.807:137</u>

A importação total dos mesmos cereaes foi de 147.328:400 kilogrammas, ou 2.104:691 hectolitros, representando quasi um quarto da produção total de cereaes em Portugal no mesmo anno.

Vemos que a produção diminue um pouco de 1865 para 1884, isto é, em vinte annos, mas que a importação augmenta até quasi ao triplo do que era em 1865, subindo de $\frac{1}{12}$ a $\frac{1}{4}$ da produção do paiz.

Se fossemos a comparar as produções dos ultimos qua-

tro annos com as respectivas importações, reconheceríamos talvez que a relação referida tem diminuído ainda de denominador.

É a relação entre as cifras das importações e as das produções, que, a nosso ver, deve esclarecer-nos sobre a acção, que o direito imposto aos cereaes estrangeiros pôde produzir, quer no preço do pão, para o consumidor, quer no preço do grão, para o productor.

Segundo julgamos e vamos mostrar, nem o augmento do direito pôde pesar tanto quanto pareceria á primeira vista ou á primeira impressão, sobre o consumidor, nem tão pouco pôde trazer ao productor a vantagem de augmentar o preço do grão tanto quanto o mesmo productor desejaria e em um primeiro relance se nos antolha.

Supponhamos, em numeros redondos, o meramente hypotheticos perante a verdade actual, que o paiz produzia 8.000:000 de hectolitros; que a importação era de 2.000:000 hectolitros; que um unico negociante comprava todo o grão produzido no paiz e todo o contingente que fosse necessario para completar a subsistencia publica em cereaes, e os vendia transformados em farinha; que o preço medio do trigo no paiz era de 4\$000 réis o hectolitro, preço por que tambem poderia ficar o trigo estrangeiro captivo de direitos, e que o direito medio dos cereaes importados era de 4\$000 réis por hectolitro. O moageiro faria o seguinte calculo para saber por quanto lhe ficava o trigo comprado, ou qual o preço medio do hectolitro, sobre que bascaria o preço da farinha:

8.000:000 hectolitros de cereaes nacionaes, a 4\$000 réis por hectolitro....	32.000:000\$000
2.000:000 hectolitros de cereaes estrangeiros, a 4\$000 réis por hectolitro..	8.000:000\$000
Direitos sobre 2.000:000 hectolitros, a 4\$000 réis por hectolitro	8.000:000\$000
	48.000:000\$000

E como a quantidade total era de 10.000:000 hectolitros, o preço medio, o preço por que ficava o trigo ao negociante e que lhe havia de servir de base para fazer o preço da farinha, era de 4\$800 réis o hectolitro, ou 672 réis por alqueire, igual á media por que regulou o trigo no mez de agosto dos annos de 1870 a 1879, em que ninguém

se queixou do pão caro, nem o seu preço excedeu, se porventura não foi inferior, ao que actualmente tem. Referimo-nos ao pão manipulado.

O negociante porém nunca chegaria a pagar ao produtor os cereaes por esse preço medio, porque a concorrência entre os productores é mais numerosa do que entre os negociantes, os quaes, por serem em numero mui limitado, se combinam mais facilmente para explorarem os lavradores, alem de que estes, faltos quasi sempre de capital, não podem empatar por muito tempo nos seus celeiros o valor que representam os seus cereaes, sem que prejudiquem os trabalhos culturaes de cada anno.

É esta certamente a razão por que nunca se tem visto corresponder aos direitos lançados sobre os cereaes estrangeiros o augmento do preço dos nacionaes nos mercados internos do paiz, ainda mesmo na capital.

Viu-se isso bem frisantemente no periodo de protecção á lavoura dos cereaes, de 1834 a 1855, como apontámos, em que o preço, longe de subir, diminuiu ainda.

Os direitos dentro de certos limites podem pois concorrer para o augmento da producção sem elevação sensivel dos preços, que aliás, pelo equilibrio da producção com o consumo, se restabelecem passado pouco tempo em limites rasoaveis.

A principal vantagem do direito protector, quanto a cereaes, não é a de garantir realmente um preço elevado e muito remunerador para a lavoura, mas a de proporcionar ao lavrador um preço rasoavel, e animat-o a desenvolver as culturas cerealíferas. Depois é o productor que faz a concorrência a si mesmo, e o preço baixa. Mas lucra o paiz em geral, porque essa concorrência dá-se dentro d'elle e as sommas que representam as economias de uns ou os lucros de outros não transpõem as fronteiras.

Ha annos, poucos ainda, descobriu-se em França que a carne de porco proveniente da America continha muitas vezes trichinose. Como medida preventiva foi prohibida a importação de carno de porco da America. Todos esperavam ver subir muito o preço da carne de porco em França. Foi, porém, o contrario o que succedeu, e as estatisticas demonstraram, que a causa d'isso fôra exclusivamente o augmento da producção, consequencia immediata da prohibição referida.

Estas idéas não são novas; parecem-nos, porém, justas e baseadas sobre dados positivos, e não sobre theorias nem hypotheses duvidosas.

Ha dois annos já, exprimia mr. Eugène Risler, director do instituto agronomico de França, este principio nos seguintes termos: *«os direitos de entrada sobre os productos estrangeiros não fazem subir o preço medio nos mercados francezes senão na proporção em que esses productos estrangeiros concorrem com os nossos proprios productos para satisfazer ás necessidades do nosso consumo»*.

Na epocha presente, em que a lavoura tende a fazer largos e rapidos progressos pelo emprego dos adubos chimicos, e especialmente pela applicação dos superphosphatos e do nitrato de sodio ás culturas cerealiferas, applicação que já mesmo no paiz está produzindo resultados surprehendedentes, maravilhosos até, bastará animar o lavrador por modo que elle se convença de que tem um apoio real e seguro na lei e que ha de encontrar venda certa para os seus productos, para que elle cuide zelosamente de desenvolver a sua lavoura e augmentar a sua producção. E, logo que o lavrador entre n'este caminho, a producção crescerá rapidamente, porque o seu verdadeiro interesse está em augmentar o rendimento liquido pela redução do custo da producção.

Basta-lhe duplicar a producção, passando de dez a vinte sementes, o que perante os adubos mineraes não é uma chimera, sem duplicar as despezas de cultura, o que de certo não duplicará, para que possa obter tres, quatro ou cinco sementes de graça depois de as outras, vendidas pelos preços que correrem (regulares), lhe terem pago todas as despezas de cultura e os lucros modicos da actualidade.

Acreditando-se a cultura dos cereaes, e outras actualmente em crise, e bem assim a criação animal, a producção de lacticinios o da lã, a area cultivada augmentará, a vinha terá concorrentes naturaes a disputar-lhe a terra, o que tenderá a equilibrar a sua producção, e a evitar as crises da superabundancia; a agricultura em geral entrará então em um periodo de regularidade, sem o qual não poderá ter prosperidade duradoura.

A importação de cereaes que temos feito nos ultimos annos, longe de nos convencer da indispensabilidade absoluta de recorrermos ao estrangeiro para obter o supplemento necessario para as nossas subsistencias, mais nos deve arreigar a idéa da urgente necessidade que tem o paiz de prover de remedio á agricultura, para que ella possa produzir tudo o que for necessario para aquellas subsistencias.

Nos dois ultimos annos a importação de cereaes estrangeiros foi a seguinte:

Cereaes	1887		1888	
	Quantidade Kilog.	Valor Réis	Quantidade Kilog.	Valor Réis
Trigo	125.392:027	4.331:563\$000	100.870:711	3.472:806\$000
Farinha	3.435:748	171:504\$000	4.736:380	291:347\$000
Milho	17.974:010	366:090\$000	13.589:634	301:875\$000
Cevada	1.561:183	41:183\$000	347:822	6:156\$000
Centeio, etc.	721:790	16:884\$000	46:037	1:550\$000
	149.074:755	4.927:927\$000	119.671:064	4.076:734\$000

São em conta redonda 5.000:000\$000 réis em 1887, e 4.000:000\$000 réis em 1888, isto é uma media de réis 4.500:000\$000 por anno. Parece-nos, pois, que esta avaliada cifra merece bem que se cuide por todos os meios de conseguir que ella não saia do paiz, onde a agricultura, a industria e o commercio tanto necessitam de capitaes.

E como o objecto principal que nos occupa n'este momento é a crise viticola, por cujo motivo fomos levados a pensar na dos cereaes, repitamos ainda ao terminar este capitulo, que são intimas as relações que ha entre as duas crises, e que a solução da primeira depende tambem, em parte, da solução que a segunda deoa ou possa ter.

II

Ao passo que a cultura dos cereaes soffria os effeitos de tantas contingencias, de tantos preconceitos e de tantos obstaculos postos pela lei e pelos costumes, a ponto de não raro se collocar fóra da alçada das leis economicas, que regem todas as outras produções, mas que necessariamente são preteridas, perante a fome ou o receio d'ella, por uma questão capital, a da salvação publica, a cultura da vinha desenvolvia-se gradualmente, soffrendo ou retrogradando quando todas as outras fontes de produção soffriam ou retrogradavam, por motivos geraes de convulsões politicas ou economicas, mas recuperando breve o terreno perdido assim que o paiz voltava á sua normalidade, avançando sempre e alargando a sua area quando o ensejo se lhe proporcionava, quer pelo augmento do consumo interno quer pelo desenvolvimento do commercio de exportação.

Se não fossem os direitos elevados que os paizes do norte, e em geral todos os que não produzem vinhos, lançam sobre este genero, a ponto de em alguns d'elles se tornarem quasi prohibitivos, a cultura da vinha nos paizes que lhe são essencialmente apropriados pelo solo e pelo

clima, e notavelmente em Portugal, tomaria taes proporções, que se poderiam então contar como subsidiarias todas as culturas arvenses, incluindo a dos cereaes. Effectivamente, se os paizes importadores de vinhos não encarassem este genero como boa materia para fazer receita pelos direitos de importação, o commercio de vinhos, e consequentemente a produção d'estes, adquiriria grandes proporções e extraordinario impulso nos paizes viticolas, os concorrentes do vinho e da sua aguardente cederiam o campo, nos paizes importadores, ás mais hygienicas das bebidas alcoolicas, e sobretudo os vinhos falsificados, os vinhos artificiaes, como os que hoje se fabricam em Cete, em Hamburgo, no Rio de Janeiro e outras localidades, não poderiam luctar com os naturaes. No Brazil, por exemplo, segundo vemos pelo relatorio apresentado pelo nosso consul no Maranhão, os vinhos artificiaes fabricados no Rio de Janeiro são vendidos por preços pouco superiores aos direitos que pagam no imperio os vinhos estrangeiros, de sorte que quando os nossos custassem no paiz tão pouco quanto ali custa o fabrico dos artificiaes, ou ainda metade que fosse, não poderiam ficar no Brazil senão pelo dobro do que custam estes ou pouco menos.

Mas apesar da barreira elevada que á exportação dos nossos vinhos oppõem em quasi toda a parte, até no Brazil, os direitos alfandegarios, e da concorrência, a que esses mesmos direitos dão lugar, dos vinhos artificiaes e das bebidas alcoolicas provenientes de cereaes, batatas e outros productos ou plantas saccharinas ou amylaceas, os vinhos portuguezes têm sido sempre uma das mais importantes mercadorias da nossa exportação, e certamente aquella cuja accitação e expansão commercial nos outros paizes mais convem suscitar, promover ou ajuizar.

Vemos pelo documento A que desde o reinado de D. Fernando a historia accusa ter havido exportação de vinhos pelo nosso paiz, o que não quer dizer que ella não se tivesse feito já antes. A questão dos cereaes, sendo mais importante para a alimentação publica, occupou sempre muito mais os historiadores, como preocupava mais tambem os governos, na epocha em que melhor se apreciavam os effeitos do que as causas. D'ahi resulta que encontramos muito menos frequentemente na historia dados e referencias sobre a cultura da vinha e o seu producto; mas os que se encontram são tão uniformes e evidentes que nos não deixam duvidas acerca da prosperidade, ao menos relativa, que sempre acompanhou a cultura da videira.

Fullamos, já se vê, sob o ponto de vista agrícola-económico, e abstrahindo de qualquer eventualidade a que todas as culturas estão sujeitas, como as epiphytias, as intemperies, os annos irregulares, as epochas de guerra, etc.

Vemos que a exportação, que em 1367 a 1388 orçava por 12:000 pipas, e na qual principalmente figurariam vinhos da Extremadura, augmentou e generalisou-se a muitos paizes, a ponto de que já em 1678 só o Douro exportou 408 pipas do seu vinho, que tanto renome havia de adquirir, e, quinze annos depois, 13:011 pipas, mais do que a totalidade que o paiz exportava de vinhos trezentos annos antes; e sobretudo muito mais em valor, porque no fim d'essa epocha, de 1678 a 1693, chegou a pipa de vinho do Douro a valer 60\$000 réis.

Foi depois de 1678, quando as riquissimas qualidades do vinho do Douro começaram a ser apreciadas no estrangeiro, não só como licor hygienico, tónico e roborante, quasi um elixir, senão também pela sua propriedade de resistir á acção dos climas, do tempo e do movimento, tornando-o proprio para as longas expedições inter-tropicæes e travessias do equador e transoceanicas, que principiou a fortuna do Douro, e com ella o grande incremento na exportação de vinhos. Até então, tinha a primazia n'essas qualidades, que lhe davam o valor e lhe faziam o elevado preço, o vinho da Madeira; depois, esses dois vinhos tornaram-se rivacs, e ficaram sendo ambos considerados dos mais finos, ricos e estimados do mundo inteiro. Mas como vinhos caros, que não estão ao alcance de todas as bolsas, elles têm representado para com os outros vinhos do paiz o papel de irmãos seniores e de tutores, acompanhando-os e franqueando-lhes o commercio dos outros paizes. Apoz a fama dos vinhos do Douro e da Madeira, dos vinhos ricos e finos de Portugal, ouve-se já o echo dos nomes dos nossos vinhos semi-finos e dos de pasto.

A produção vinícola não está, porém, ao abrigo das crises, e as crises vinícolas não são menos importantes para a economia agrícola e social do paiz do que a dos cereaes ou qualquer outra, agrícola ou industrial, sobretudo actualmente, visto que a cultura da vinha occupa hoje a principal parte da actividade e da riqueza nacional, do que é symptoma evidente a seguinte nota dos valores totaes das nossas exportações e dos valores especiaes das duas principaes parcelas que concorrem para essas totalidades, vinho e cortiça, nos annos de 1886, 1887 e 1888:

Mercaçarias	1886	1887	1888
Vinho do Porto	7.225.700\$000	5.153.186\$000	5.413.599\$000
Vinho da Madeira	430.713\$000	422.168\$000	797.356\$000
Vinho de outras quantidades	9.226.452\$000	5.773.853\$000	6.743.253\$000
Valor total dos vinhos	16.882.865\$000	11.349.157\$000	12.954.538\$000
Cortiça	2072.310\$000	2.984.682\$000	1.547.682\$000
Diversas mercadorias	7.175.253\$000	7.800.980\$000	9.265.322\$000
Valor total das exportações	26.130.428\$000	21.244.669\$000	21.067.492\$000

Vê-se já por este mappa quanto importante é para o paiz a cultura da vinha, visto que o seu producto figura na exportação por mais de metade do valor total d'esta, e quanto interessa ao paiz, não só que se mantenha a exportação de vinhos na altura a que ella já tem chegado, mas ainda que ella se eleve quanto possivel, proporcionando-se-lhe todas as facilidades e incitamentos.

Effectivamente as differenças que se podem dar de um anno a outro podem ser grandes, e influir por isso com muita intensidade no bem ou mal estar das classes que compõem a população viticola, e bem assim no resto da população do paiz, cujos interesses se acham mais ou menos ligados aos da primeira, e tanto mais, que vemos pelos numeros acima indicados que as baixas dos valores de exportação podem de um anno para outro attingir muitos mil contos de réis. Assim temos, por exemplo, de 1886 a 1888, as seguintes notaveis differenças:

Baixa no valor da exportação do vinho em	
1887, comparada esta com a de 1886..	5.523:708\$000
Baixa no valor da exportação do vinho em	
1888, comparada esta com a de 1886..	3.928:327\$000
Somma das differenças nos dois annos	<u>9.452:035\$000</u>

As crises viticolas provêm de causas diversas, que podem reduzir-se a dois typos:

- 1.º Causas que tendem a reduzir a produção e a elevar o seu custo;
- 2.º Causas que tendem a reduzir a venda do producto e o seu preço.

São exemplo das primeiras as epiphytias, a falta e carestia dos braços e dos capitães.

São exemplo das segundas a redução do consumo e da exportação; a sua estagnação depois de um periodo em que se tenham elevado, e hajam excitado a produção, promovendo o que os inglezes chamam *overproduction*, e que nós poderemos chamar *superprodução*; a inferioridade do vinho; o descredito do vinho por effeito de falsificações, que podem ser feitas mesmo no estrangeiro, etc.

Quer por umas quer por outras d'estas causas, tem já a viticultura nacional supportado crises intensas, e se, terminadas as causas, essas crises poderam gradualmente desvanecer-se, e dar novamente logar á prosperidade viticola, isso só nos prova mais uma vez o valor intrinseco

d'esta cultura, que só em si tem força bastante para atrahir e estimular o lavrador, que lhe dá a preferencia.

Podemos citar alguns exemplos de crises vitícolas occorridas no paiz e que nos podem auxiliar na apreciação da que nos preoccupa n'este momento, e que presentimos já imminente, se é que não começamos já a experimentar-lhe os effeitos.

Ha poucos annos ainda o valor do vinho exportado era principalmente proveniente dos vinhos finos do Porto e Madeira; por isso é principalmente a historia d'estes vinhos que nos póde fornecer exemplos frisantes de crises vitícolas.

A exportação dos vinhos do Douro pela barra do Porto começára, como referimos já, em 1678, por 408 pipas, e continuára successivamente (vide documento B) até ser de 24:529 pipas em 1743. Este augmento fôra devido em parte ao tratado de Methuen, mas deve principalmente attribuir-se á fama que o vinho do Porto adquiriu em Inglaterra e outros paizes do norte. Entretanto, tinham subido os preços, pois que os commissarios inglezes chegavam a pagar a 60\$000 réis a pipa (vide documento D), os lavradores do Douro foram alargando as suas plantações, do que resultou elevar-se extremamente a producção e vir a crise do preço pela superproducção. Ao mesmo tempo a exportação decrescia, o que mais aggravava a crise. Dava-se uma verdadeira *plethora* vinícola no Douro. Os inglezes passaram então a comprar vinho do mais fino a 10\$000 réis e menos cada pipa. Era a crise no seu estado agudo. O producto da venda do vinho já não chegava para o amanho das terras (vide documento D). A consequencia immediata foi o abandono de muitas vinhas, que voltaram a mato, e a peor cultura das remanescentes, que, mal amanhadas, deram menos e peor vinho. Ao mesmo tempo que a falta dos preciosos amanhos e o desauimo dos lavradores concorriam para tornar inferior o vinho, a cobiça dos commissarios estrangeiros promovêra tambem a depressão no commercio e no consumo dos vinhos do Porto em Inglaterra, pela má reputação que ali começavam a ter esses vinhos em virtude das *misturas de maus vinhos de outras terras*, operadas no Porto pelos mesmos commissarios (vide documento D).

Reparando que a exportação media de vinhos nos annos de 1750 a 1756 se distanciava muito da media dos trinta annos anteriores, 1720 a 1749; que já nem todo o vinho exportado era proveniente do Douro, pois que no Porto lhe adicionavam vinhos de outras procedencias; que anterior-

mente os viticultores tinham chegado a vender o vinho a 60\$000 réis a pipa e que n'aquelles sete annos de crise o preço regulára por 10\$000 réis: póde-se bem julgar quanto intensa e grave esta crise teria sido para os povos da região do Douro, região que, comquanto pequena, empregava nos trabalhos agricolas consideravel numero de braços.

Os seguintes numeros podem traduzir-nos em réis a gravidade que a crise de 1750 a 1756, ou ainda 1757, tinha attingido, comquanto talvez fiquem aquem da verdade, por se dizer que nem todo o vinho exportado então do Porto provinha do Douro:

Media (nos ultimos quatro annos de crise mais accentuada pela depressão na exportação, 1754 a 1757) do vinho exportado 12:847 pipas. Valor a 10\$000 por pipa.....	128:470\$000
Media dos vinhos exportados annualmente nos trinta annos anteriores á crise (1720 a 1749) 18:736 pipas. Valor ao preço medio de $\frac{60\$000 + 10\$000}{2}$ = 35\$000 por pipa.....	655:760\$000
Differença para menos no valor do vinho exportado annualmente.....	527:290\$000

O que quer dizer que no periodo mais agudo da crise os lavradores durionenses deixavam de receber annualmente em media 527:290\$000 réis, que os seus vinhos lhe produziram a mais, vendendo d'elles maior numero de pipas e por um preço mais favoravel, se não tivesse sobrevindo a crise. Isto é fazendo o calculo pelos vinhos exportados. Se se fosse a calcular a perda que soffreram nos vinhos de ramo, e nos vinhos chamados de embarque, que eram consumidos no paiz, cujos preços tinham de ser necessariamente proporcionaes aos dos vinhos realmente vendidos para embarque, e portanto muito baixos tambem, ver-se-ia que a perda total em cada anno fôra muito superior á que fica calculada.

Outra crise notavel foi a da ilha da Madeira no fim do primeiro quartel e durante o segundo d'este seculo. A produção de vinho n'esta ilha augmentára muito no principio do seculo, devido certamente ao bloqueio continental. A grande procura que tivera o vinho da Madeira n'essa epocha incitára os lavradores e colonos a desenvolver as plantações. Em 1809 era a exportação de 15:000 pipas, e em 1813 a produção era já de 22:314 pipas, e depois at-

tingiu ainda, em um anno, 30:000 pipas. Ao mesmo tempo diminuia a exportação, que em 1825 era só de 14:432 pipas, em 1830 de 5:499 pipas, em 1840 de 7:975, em 1847 de 5:577 e em 1850 de 7:125 pipas. Foi uma crise de superprodução, promovida pela desmedida plantação de vinha, que o incremento de exportação, no principio do seculo, suscitára. A depressão, que depois succedeu áquelle incremento, tornára em estado plethorico, por assim dizer em estado congestivo, a produção vinicola, que não obtinha vasão que lhe correspondesse.

Em 1823 o governo, para acudir á crise, devida, como acabámos de ver, á abundancia de vinho e diminuição de consumo, prohibiu a importação de vinho e aguardente na ilha. O resultado foi o passar-se a distillar em media annual 10:000 pipas de vinhos inferiores. Os inconvenientes da excessiva preponderancia do vinho reduziram-se gradualmente. As produções n'este periodo, de que temos conhecimento, foram:

	Pipas
Em 1813.....	22:314
Em outro anno.....	30:000
Em 1847.....	19:487
Em 1849.....	14:445
Em 1850.....	20:000

Media — 21:249 pipas.

Seja, em numeros redondos, uma produção media de 20:000 pipas. Mas tendo a produção attingido, depois das grandes plantações, a cifra de 30:000 pipas, vê-se que a crise produziu, apesar das medidas de protecção aduaneira, que não bastaram, uma redução de 10:000 pipas na produção annual.

Ao mesmo tempo a exportação reduzira-se de mais de metade, visto que em 1825 era ainda de 14:432 pipas, e desceva successivamente até menos de 6:000 pipas.

A esta succedeu immediatamente outra crise de natureza diametralmente opposta. Á crise por plethora, por superabundancia, succedeu a crise da anemia, da escassez de produção.

Em 1851 «chegou ao Funchal um vendedor de plantas francezas que levava na sua collecção algumas variedades de vinha, que haviam sido colhidas em localidades já n'esse anno infeccionadas pela doença»¹. Esta doença era a *man-*

¹ Vide *Memorias sobre a Mangra*, por João de Andrade Corvo.

gra ou *oidium*, que em 1845 e 1846 apparecêra em Inglaterra nas videiras das estufas do jardineiro M. Tucker, em Margate, e que em 1848 e 1849 assolava as vinhas da França e em 1851 as de toda a Europa, incluindo Portugal.

Em 1851 appareceram na Madeira algumas vinhas doentes e com as folhas cobertas de um pó branco, o que então se attribuiu á construcção de uma estrada proximo a essas vinhas. Mas só em 1852, é que na Madeira se reconheceu a existencia da *mangra* sobre todas as vinhas, e com tal violencia, que logo lançou o terror no espirito de todos os viticultores; parece, pois, poder-se attribuir a invasão do *oidium* nas vinhas da Madeira á visita do referido vendedor de plantas francezas.

A doença atacou a vinha fulminantemente, pôde-se dizer, em 1852, como se vê pela comparação da producção d'esse anno com a de 1851, e sobretudo com a media acima indicada:

Pipas

Media da producção em alguns annos anteriores..	20:000
Producção em 1851.....	13:239
Producção em 1852 (invasão geral do <i>oidium</i>)...	1:721

Alem de pouco, o vinho era de inferior qualidade.

A perda causada pela *mangra* foi calculada oficialmente n'esse anno em 1.137:990\$000 réis. O sr. conselheiro João de Andrade Corvo, na sua *Memoria sobre a mangra*, acha este calculo exagerado, porque os preços medios dos vinhos arbitrados pelas camaras em 1851 eram os seguintes:

Concelhos do sul:

Vinho de 1. ^a sorte.....	2\$830 por barril
Vinho de 2. ^a sorte.....	2\$265 »
Vinho de 3. ^a sorte.....	1\$590 »

Preço medio por barril, 2\$230

Concelhos do norte:

Vinho de 1. ^a sorte.....	2\$020 por barril
Vinho de 2. ^a sorte.....	1\$790 »
Vinho de 3. ^a sorte.....	1\$660 »

Preço medio por barril, 1\$824

E, como a pipa tem 11,5 barris, eram os preços medios por pipa 25\$645 nos concelhos do sul e 20\$976 réis nos do norte.

Mas a perda soffrida pela população da ilha, abrangendo vicultores, proprietarios e colonos, negociantes e operarios, e, enfim, todas as outras classes, que tambem se haviam de resentir da crise, não pôde ser calculada só pelo valor do vinho na adega do productor, calculado, como era, pelas camaras para os effeitos fiscaes e por isso talvez com algum favor. O prejuizo devia ser calculado tambem em vista do valor que o vinho adquiriria na adega do commerciante; onde seria beneficiado com alcool distillado dos vinhos ordinarios da ilha e daria lugar a manipulações em que se empregariam operarios madeirenses.

Esta crise prolongou-se por muitos annos e teve como consequencia a substituição de parte das vinhas por plantações de canna doce.

Pelo exemplo da Madeira se pôde fazer uma perfeita idéa do que seria a crise viticola geral, não só no paiz como em todo o continente europeu, depois de 1851.

Antes de esboçarmos, a traços geraes, essa crise promovida pelo *oidium* em Portugal, analysemos a que se dá no Douro parallelamente á primeira crise da Madeira a que nos referimos e cujas causas partilhou.

A crise de 1750-1756 tornava evidente a necessidade de recorrer a meios attinentes a reprimir ou evitar as adulterações do vinho, que causavam o seu descredito, e a garantir aos lavradores do Douro a venda do seu vinho por um preço regular.

O documento D conta-nos como se estabeleceu a companhia, com que se pretendeu remediar esses males, que os documentos E e F nos pintam com um colorido muito vivo e cheio de verdade.

Creeu-se, a companhia geral da agricultura dos vinhos do Alto Douro em 1756, por effeito de uma necessidade reclamada e do genio rasgado e decidido e vasta concepção do grande Marquez de Pombal. O resultado benefico da instituição d'esta companhia começa a sentir-se de 1758 por diante, quando vemos passar (vide documento A) a exportação de vinhos do Douro, que fôra de 12:000 e tantas pipas nos tres annos de 1755-1757, a 17:327 pipas n'aquelle anno, crescendo em seguida e mantendo-se até 1789, isto é, em um periodo de trinta e dois annos, na media de 23:199 pipas.

Os vinhos acreditaram-se novamente em Inglaterra e os preços subiram.

Sobrevem em seguida a esse ultimo periodo uma epocha de maior prosperidade, consequencia natural da revolução

franceza, e, depois, do bloqueio continental, que derivou para o Porto, Lisboa e Madeira, grande parte do consumo de vinhos em Inglaterra, que antes era satisfeito por outros paizes.

Subiu então muito a exportação, chegando a attingir a cifra enorme de 66:629 pipas em 1801, e mantendo desde 1790 até 1810 uma media de 45:703 pipas.

Mas, terminada a causa, cessa o effeito. N'aquella epocha o paiz saia de uma luta internacional e preparava-se para breve entrar em uma luta intestina, consequencia d'aquella, a guerra pela liberdade; cuidava-se pouco de economia social, de finanças em geral, e muito menos de economia agricola.

As crises produziam-se e passavam por si mesmas; deixava-se actuar a natureza, ou quando muito tomavam-se medidas de momento, leves expedientes, palliativos pouco efficazes, nunca radicaes na cura. Não se pensava então, como hoje se pensa, em estudar as causas das crises, em debellar estas, efficaz e radicalmente, em as adivinhar ou prever de longe, e em preparar-lhes uma prophylaxia salutar e segura, contra a qual ellas venham a desfazer-se de impotentes.

Assim não se pensou a tempo em prevenir a crise que devia sobrevir, desde que terminasse o grande bloqueio continental, e a Inglaterra começasse novamente a abastecer-se de vinhos em todos os paizes vitícolas da Europa.

A crise deu-se, pois, começando a baixar a exportação depois de 1810 até 1826 (vide documento A) e reduzindo-se á media de 27:837 pipas.

E, comparando o documento A com o documento B, que a crise se torna mais evidente. Effectivamente vemos que as medias foram as seguintes:

	Pipas
1720 a 1749.....	18:736
1754 a 1757 (periodo agudo da crise por deserc- dito).....	12:847
1758 a 1789 (acção da companhia).....	23:199
1790 a 1810 (acção da revolução em França, da guerra continental e do bloqueio, desenvolvendo e exportação).....	45:703
1811 a 1826 (crise da superprodução e da queda da exportação).....	27:837

Em vista d'estas medias, parece que o periodo de 1811 a 1826 fôra mais favoravel do que o de 1758 a 1789;

mas, comparando os dois documentos A e B, reconhecemos logo a grande desproporção que no período de 1811 a 1826 havia entre a produção e a exportação, visto que desde 1772 (primeiro anno de que o mappa B nos accusa a produção) até 1810, a produção total annual não chega a ser o dobro da exportação annual, e do anno de 1811 em diante principia já a produção a exceder o dobro da exportação, até chegar a exceder o triplo. É sobretudo notavel a produção maxima d'esse período, que foi, em 1822, de 100:507 pipas.

Em 1832 a Inglaterra estabelecem os mesmos direitos para os vinhos de todas as nações, cessando portanto o favor de que gosavam os portuguezes sobre todos os outros segundo o tratado de 1703, chamado de Methuen. A exportação tinha então decrescido até á media de 23:000 pipas.

Em 1834 radia para Portugal a aurora da liberdade, e com ella nasce o primeiro sol de uma nova epocha de prosperidades.

A agricultura, em geral, e, em especial, a viticultura, resentem-se em todo o paiz da influencia auspiciosa d'esta era de vitalidade e energia. As algemas com que se sopeavam no antigo regimen os agentes da riqueza, trabalho, capital e terra, foram destruidas no mesmo arranco possante que despedaçara os grilhões pesados do despotismo. No mesmo trecho acham-se livres a acção e o pensamento do homem, a terra e o capital, verdadeiro condensador da energia. Por toda a parte brotaram os fructos d'essa fecunda liberdade. O Douro d'ella se resentiu tambem; mas alguma coisa havia ainda que lhe acanhava os movimentos, algum estorvo lhe restava do antigo regimen, que o não deixava prosperar tão intensivamente: era a companhia geral da agricultura das vinhas do Alto Douro.

Não ha duvida de que a companhia trouxera vantagens ao Douro e ao credito dos seus vinhos na epocha da sua instituição; mas já desde essa epocha que os seus resultados beneficos poderiam ter sido mais latos, e em menor numero ou mais restrictos os seus inconvenientes, se não fossem os defeitos com que nasceu, e os da regulamentação que por muitos alvarás e decretos lhe fôra applicada (vide documentos J, H e I).

No *Douro illustrado*, o visconde de Villa Maior, depois de condemnar os defeitos e os exagros das faculdades concedidas á companhia (vide documento L) resume nos seguintes termos as vantagens que ella trouxe á região do Douro:

«É todavia justo que se saiba, que em compensação d'esta tyrannia, alguns bens produziu a companhia; bens que em todo o caso, mais tarde ou mais cedo, se deviam manifestar pela ordem natural do progresso, filho da liberdade. Tal foi uma certa animação que se desenvolveu, em seguida ao seu estabelecimento, na cultura das vinhas e commercio dos vinhos; o auxilio prestado ao estado nas obras da barra do Porto, e na construcção de uma estrada para o paiz vinhateiro, que depois deixou arruinar, e ainda no estabelecimento da academia real do commercio e marinha, na cidade do Porto.»

Os documentos G, H e I mostram-nos, não só muitos dos inconvenientes que, para o desenvolvimento da viticultura no Douro e do commercio das vinhas a companhia apresentava, mas ainda que já no seculo passado se reconheciam esses inconvenientes. O documento L mostra-nos tambem os estorvos que as *instituições* da companhia e suas regulamentações oppunham ao progresso d'aquella região, e indica os monopolios de que ella gosava.

Depois de 1834, as faculdades, regalias e monopolios da companhia foram-se restringindo, até que em 1866 a carta de lei de 7 de dezembro torna livre a exportação pela barra do Douro de todos os vinhos produzidos em territorio portuguez.

«Hoje, diz o visconde de Villa Maior, o alto Douro vive debaixo da protecção da lei commun, e os seus unicos privilegios, de que justamente se póde ufanar, são os que lhe conferiu a provida natureza, dando-lhe clima especial, um solo apropriado e situações felicissimas para a producção do mais nobre vinho que se colhe sobre a terra. Os seus briosos habitantes são actualmente os primeiros a applaudir a liberal e salutar transformação que se operou na sua vida economica.»

O desenvolvimento que a viticultura do Douro tem tido depois de 1834 foi, pois, principalmente devido á abolição dos monopolios da companhia, e poderia ter sido muito mais rapido e florescente, se essa abolição tivesse sido completa desde aquella data memoravel, e se a realisacção da completa liberdade do commercio dos vinhos do Douro não succedesse em meio de uma crise assoberbante para a viticultura, como era a do *oidium*.

Em 1848 a producção total do vinho do Douro era calculada em 105:000 pipas; só a quinta das Figueiras, ou do Vesuvio, lavrava 800 pipas.

A produção total do paiz n'esse anno calcula-se no seguinte, segundo o manifesto:

	Pipas
Minho.....	251:800
Traz os Montes (fora da demarcação).....	80:000
Douro (demarcação).....	105:000
Beira.....	250:000
Algarve.....	10:600
	<u>696:900</u>

Falta a produção da Extremadura e do Alentejo, que pela produção do anno immediato e guardada a devida proporção entre as produções dos dois annos nas demais provincias, deveria ser de:

	Pipas
Extremadura.....	251:600
Alentejo.....	25:000
Sommando a produção das outras provincias...	<u>696:900</u>
Produção total.....	<u>973:500</u>

No anno de 1849 accusa o manifesto a produção seguinte:

	Hectolitros	Pipas
Região do sul (Alentejo e Algarve)...	70:522	14:105
Região do centro (districtos de Lisboa, Santarem e Leiria):		
Vinho maduro.....	476:527	95:305
Vinho verde.....	26:796	5:359
Região do norte (districtos de Vianna do Castello, Braga, Porto, Aveiro, Vizeu e Coimbra):		
Vinho maduro.....	242:020	48:404
Vinho verde.....	754:874	150:975
Região montanhosa (districtos de Castello Branco, Guarda, Bragança e Villa Real):		
Vinho maduro.....	375:925	75:185
Vinho verde.....	11:836	2:367
	<u>1.958:500</u>	<u>391:700</u>

O sr. Rebello da Silva, distincto homem de estado e de letras, a cuja memoria, pela primeira vez, em publico,

temos occasião de prestar a homenagem da nossa profunda admiração, no seu *Compendio de economia rural*, publicado em 1868, julgava estas avaliações muito abaixo da realidade, e suppunha que a produção real em 1849 não seria inferior a 7.000:000 hectolitros.

O mesmo recenseamento, que reputava a produção de 1849 em 1.958:500 hectolitros, attribuia ao consumo interno a cifra de 1.680:000 hectolitros, o que deixava livre para exportação a quantidade de 278:500 hectolitros, insufficiente para a exportação media total d'essa epocha, além de que a cifra de 1.680:000 hectolitros tambem nos parece muito pouco para consumo interno.

A estatistica das alfandegas não nos dá elementos com respeito á exportação de 1849; mas podemos apreciar-a approximadamente pela de 1848, que foi como segue:

	Pipas	Réis
Vinho do Porto de primeira qualidade.....	23:047	2.343:256\$852
Idem de segunda qualidade.....	12:295	600:015\$608
Vinho da Madeira.....	5:599	533:927\$659
Geropiga.....	1:732	70:230\$165
Vinho commum.....	37:697	542:364\$608
Vinho verde.....	322	2:275\$100
Total.....	80:692	4.092:069\$992
Abatendo o vinho da Madeira..	5:599	533:927\$659
Total do continente...	75:093	3.558:142\$333

Ora, os 278:500 hectolitros apenas correspondem a 55:700 pipas (de 500 litros cada uma), isto é, menos 19:393 pipas do que a exportação de 1848, que, como acabamos de ver, foi de 75:093 pipas. E comparando as duas produções, a de 1848 e a de 1849, acha-se uma grande differença, notando-se que a de 1848 se approxima muito mais dos 7.000:000 hectolitros em que Rebello da Silva calculava a produção vinicola do continente n'aquella epocha; effectivamente attribuindo á pipa (visto que ella diversifica muito de umas provincias para outras, sendo o almude em Lisboa, por exemplo, de 16',8 e no Porto de 25',4) uma capacidade media de 500 litros, temos que a produção calculada para 1848 era de 973:500 pipas = 4.867:500 hectolitros.

Vejamos agora quaes foram os effeitos do *oidium*.

Como já dissemos, foi em 1851 que essa terrivel epiphy-

tia appareceu em Portugal. Os seus estragos generalisaram-se por todo paiz rapidamente e as vinhas decaíram progressivamente, de sorte que as produções diminuíram de anno para anno, não só pelo prejuizo que em cada anno produzia a *mangra*, mas pelo crescente abatimento das vinhas, devido aos danos dos annos anteriores até ao primeiro da molestia.

O seguinte quadro, que nos indica a produção no primeiro anno de *mangra*, 1851, e a de 1862, mostra que o prejuizo foi de 2:248:952 hectolitros, produzidos a menos em 1862. Mas se compararmos com a produção de um anno regular, immediatamente anterior á molestia, como, por exemplo, o de 1848, a produção de 1862, achamos um prejuizo muito maior, porém mais exacto, porque a produção de 1851 já se achava damnificada e reduzida pela *mangra*. Temos pois:

	Hectolitros
Produção de 1848.....	4.867.500
Produção de 1862.....	839.544
Diferença.....	4.027.956

E é preciso notar, que já em 1862 se empregava o enxofre em algumas vinhas, sem o que a produção d'esse anno seria ainda inferior.

Colheita de 1851 (a)

Regiões	Vinho	Hectolitros
Norte.....	Verde.....	1.181:235
	Maduro.....	416:966
Centro.....	Maduro.....	764:269
Sul.....	Maduro.....	72:852
Montanhosa.....	Verde.....	59:937
	Maduro.....	593:237
		3.088:496

(a) Relatório do ministerio do reino, 30 de junho de 1852.

Colheita de 1862 (b)

Regiões	Vinho	Hectolitros
Norte.....	Verde e maduro.....	317:751
Centro.....	Maduro.....	165:592
Sul.....	Maduro.....	88:351
Montanhosa.....	Verde e maduro.....	267:850
		839:544

(b) Mapas estatísticos enviados á repartição de agricultura do ministerio das obras publicas.

Differença para menos 2.248:952 hectolitros

A exportação dos vinhos do Porto durante a crise do *oidium* não accusa depressão, o que parece paradoxal, comparada com a grande redução que houve na produção dos vinhos; foi que a escassez de vinhos em toda a Europa vinícola elevára os preços e promovera a procura dos vinhos do Porto de annos anteriores, que se achavam armazenados. Similhantermente succedeu depois da crise phylloxerica, em que se não pôde avaliar a crise no Douro pela exportação do vinho chamado do Porto (Vide mappa M).

Na exportação dos vinhos da Madeira é que se vê reflectir melhor a crise; effectivamente ainda em 1865 a exportação não era senão de 2:031 hectolitros ou 406 pipas. D'esse anno por diante vae subindo até á actualidade.

Nos vinhos communs, cuja exportação era em 1843 de 21:686 pipas sóbe a exportação até 1848, em que foi de 37:697 pipas, e decresce desde 1851 (primeiro da crise) até 1867, em que foi de 70:008 hectolitros ou 14:001 pipas.

Com a divulgação do tratamento de *oidium* pelo enxofre, a vinha restabeleceu-se progressivamente por toda a parte, de sorte que, depois das perdas enormes, que a viticultura soffreu em todo o paiz e que só se poderiam calcular precisamente em vista de um mappa das produções de vinhos de todos os annos desde 1848, vemos reanimar-se esse importantissimo ramo da nossa agricultura, e, como que renascendo das proprias cinzas, continuar, apoz uma paragem ou antes um retrocesso de quinze annos, á sua marcha de triumpho e de progresso.

Mas poucos annos decereram d'esta nova era de prosperidade sem que outra crise, devida a causa similhante,

viesse attribular o viticultor e a população rural, travando com difficultosos abrolhos a roda da fortuna, que tão veloz e prospera lhes corria.

Ao mesmo tempo que por todo o paiz, ainda mesmo nas regiões até ahí pouco vitícolas, se plantavam extensos vinhedos, a *phylloxera* atacava as mais preciosas vinhas do paiz, as do tão atormentado Douro, e, peor do que o *oidium*, posto que mais lento e insidioso no seu desenvolvimento, desfruiu-as radicalmente umas apoz outras, sem treguas, e sem resistencia durante muito tempo, deixando á esteva e á urze o escavado terreno, que mais parecia lambido pelas chammas do Averno do que minado pelo mais infimo e ignobil insecto.

As freguezias populosas, constituídas por milhares de individuos dos mais robustos, activos e duros no trabalho, despovoaram-se e empobreceram-se a ponto de ser necessario o estado pagar despezas municipaes e as do culto, taes como os vencimentos do professorado do ensino primario e os dos parochos das aldeias.

Do Douro passou o terrivel insecto para as mais vastas regiões vitícolas do paiz, como a Bairrada, o Dão, Torres Vedras, Torres Novas, Santarem e Cartaxo, Carcavellos, Arruda e outros até ao Minho, onde a vinha, pela sua dispersão pelas bordas dos campos, e pela irrigação quasi constante d'estes, parecia poder resistir-lhe melhor. Finalmente passou ao sul do Tejo, onde devasta já as vinhas de Azeitão, Almeirim, Alpiarça, Gavião e Niza, e dentro de poucos annos encontrar-se-ha em todas as vinhas do Alentejo e do Algarve, não obstante as vastas e estereis charnecas que as destacam.

As vinhas da região torreana, que abrange os concelhos de Torres Vedras, Alemquer, Cadaval, Mafra e Arruda, acham-se completamente invadidas pela *phylloxera*, apesar de só ahí ter apparecido a primeira vinha *phylloxerada* em 1883. A invasão tem sido mais rapida na região torreana do que no proprio Douro, em virtude das melhores condições de continuidade que a *phylloxera* encontra. Póde-se contar com a destruição quasi total das suas vinhas actuaes dentro de muito poucos annos, visto que o sulfureto de carbonio não tem nos terrenos d'essa região dado os resultados certos e seguros que d'elle têm obtido os lavradores do Douro e de outras regiões do norte. Das vinhas da Extremadura póde-se desde já predizer o angustioso futuro que as espera, pelo seu presente já tão significativo. Não cremos a região torreana uma região perdida para a

viticultura; mas infelizmente é uma região em que toda a vinha parece fatalmente destinada a perecer e a ser substituída pela vinha americana enxertada e de produção directa. Perder-se-ha uma riqueza enorme para novamente se crear outra riqueza identica. Mas á custa de quantas economias, de quanto trabalho, de quantas privações, de quanta capital será realisada esta regeneração da fertilissima região de Torres?!

Quem não conheça bem a historia da invasão phylloxerica em Portugal, e procure encontrar na estatística das nossas alfândegas um symptoma do seu progredimento, poderá talvez ser induzido em erro; porque, realmente, ao ver o desenvolvimento rapido que par a par têm tido aquella invasão e a exportação dos vinhos nacionaes, poder-se-ia crer que a phylloxera, longe de destruir as vinhas, as tornava antes mais productivas.

É preciso observar bem os factos que occorrem mais ou menos connexos com os phenomenos que se pretende apreciar, para que se não seja induzido em erro, deixando de se dar importancia ao que realmente tenha muita, e, talvez, capital. É preciso d'esta arte notar, no que respeita á questão phylloxerica em Portugal, que as vinhas atacadas e ás quaes o sulfureto, ou outro qualquer meio insecticida, não tenha podido sustentar, têm morrido, ou morrem infallivelmente. A sua produção annulla-se, pois, completamente. Mas antes que esta invasão se iniciasse em Portugal e tomasse as proporções que vae tendo, soffria a França todos os rigores d'essa praga, e o commercio de vinhos francezes, que não se empenhava em perecer no mesmo naufragio em que via afundar-se a viticultura do seu paiz, recorria á viticultura dos outros paizes do sul da Europa, para obter a massa com que manufacturasse as imitações dos verdadeiros vinhos que lhe escasseavam na patria.

Portugal teve de dar tambem o seu contingente, não dos menos importantes, nem menos apreciado. Foi grande a procura dos vinhos portuguezes; os preços subiram e até duplicaram. Para estimular o viticultor, o agricultor ou o industrial em geral, nada ha como o bom preço. Alem de que, o viticultor portuguez, se não o de qualquer paiz, o viticultor *normal*, só crê bem na phylloxera e seus effeitos quando vê as vinhas sem vara, sem folhas e sem fructos. Nas regiões onde a phylloxera não entrára ainda, justamente naquellas onde os francezes encontravam melhor massa de vinhos para as suas lotações, affluíu pois o dinheiro francez, com todas as virtudes proverbiaes do

capital, que é cosmopolita, e, como os adubos, que produzem melhores cereaes ou melhores fructos nas terras onde mais escasseiam os elementos nobres que os mesmos adubos contêm, assim os bons *francos* deram tambem em produzir no nosso paiz, tão falho de capital, os mais surprehendentes resultados.

O bacello achou-se plantado como por encanto em terras bem surribadas, onde raditou com presteza e vigor. Os pampanos brotaram, e n'elles os cachos em abundancia. O doce e rubro succo-jorrou vivificante de sob o pesado pé do vinhateiro, e breve os *francos* se centuplicaram em réis, n'uma cadeia sem fim de permutações.

So por um lado o terrivel aphydie destruia a vinha, por outro o *franco* dilatava-a, não a desenvolvendo só em area, mas ainda em fecundidade.

O mais modesto vinhateiro da região de Torres, como de outras regiões do paiz, conhece já as virtudes do trapo de lã, da massa de purgueira, do guano, do adubo especial para vinhas pela formula de George Ville, de Joulie, de Gibbs, de Packard ou de qualquer outro, traduzida em vulgar com um nome portuguez.

Mas, infelizmente, dá-se entre a phylloxera e a vinha fecundada ou estimulada pelo *franco* uma aposta talvez similhante á da fabula entre a tartaruga e a lebre. É o que se está já vendo em toda a região de Torres Vedras. A vinha morre estalfada antes de chegar á méta. A phylloxera segue pertinazmente o seu caminho, e conseguirá o seu fim quando a vinha europêa tiver succumbido; então a vinha americana terá substituido a primeira, para que o vencedor da aposta possa existir impunemente.

Até já o *franco* abandona a vinha portugueza, e no mesmo trecho em que ella, exhausta e moribunda, se vê já invadida pelos pampilhos e malmequeres, pela gramma, escalracho e outraservas daminhas, o seu vinhe degenerado, sem côr, sem aroma e sem valor, azeda-se e corrompe-se nos vasos que o contêm, polluido por myriades de fermentos, como o sangue de um anemico pelos germens ou producções de variadissimas molestias.

Os pavoros que assaltaram o Douro, no periodo mais agudo da crise, levantam-se já tambem na população de medianos proprietarios, burguezes e jornaleiros da região torreana; o dinheiro falta, o trabalho escasseia, a fome mostra já as suas garras aduncas; a segurança não existe; os assaltos nas estradas e os roubos dão-se, e dentro em breve mudarão de scena, passando a verificar-se nos casaes e nas quintas.

Não serão já symptomas bastantes de uma crise temerosa?

Não será este o momento opportuno de proceder energeticamente?

A crise actual é como as grandes tempestades, em que, após um dia sereno e bello, acordam as iras do céu e, levadas por contrarios ventos, mas concorrentes, acarretam sobre determinado ponto todas as meios de destruição. Assim pôde a observação e a analyse descobrir na crise viticola que presenciamos diversas causas, que, convergentes como são, tendem a antiquilar por longos annos a nossa viticultura, isto é, o mais importante ramo da produção nacional, e o unico que pôde vir só por si a equilibrar o deficit proveniente do excesso da importação sobre a exportação.

Acudir, n'este momento, á viticultura portugueza equivale a salvar o paiz de uma crise mil vezes peor do que a crise viticola franceza. Em França, ao passo que os viticultores cuidavam de valer aos seus vinhedos, replantando-os com as castas americanas resistentes e com a propria *vitis vinifera*, alimentada com o sulfureto de carbonio, o commerciante, transformado em industrial, suppria a falta determinada pela crise, creando no solo francez, com os vinhos portuguezes, hespanhoes, italianos, húngaros e argelinos, uma riqueza muito superior á que todos esses vinhos juntos podiam representar, porque com uma pipa de bom *Bordeus* produziam mais de duas de *Bordeus regular*; mas o nosso commercio não está ainda habilitado para essa perfeição industrial em vinho de pasto, e, quando os fizesse, não teria para elles consumo, porque poderiam imitar *Bordeus* e não vinhos encorpados, neutros, retintos, que são ainda os vinhos que têm saída para embarque.

As causas da crise são, pois, complicadas, e filiam-se nos dois grupos em que acima classificámos as causas geraes das crises viticolas:

1.º Por um lado temos a phylloxera e muitas outras epiphytias a reduzir o producto, e, por isso mesmo, pelas maiores despesas de cultura e tratamento, a elevar o custo de produção em 2\$000, 3\$000, 4\$000 réis e mais por pipa, acima do custo por que regularmente sairia a produção sem esses males. Nos vinhos, porém, onde se não faz, ou não é efficiente o tratamento, o custo da produção torna-se superior ao da venda, e os lucros tornam-se negativos. A phylloxera não só rouba ao viticultor o valor da sua vinha, deixando-lhe só o pouco valor da terra nua,

mas ainda a despesa dos grangeiros que elle tiver feito nos ultimos tempos, depois do decahimento da vinha, e a que fizer para a arrancar.

2.^o Por outro lado a grande procura que teve o vinho de lotação para França e o elevado preço por que era pago, incitando á plantação, produziu a superabundancia de vinho actual, a super-produção, que excedeu muito a destruição motivada pela primeira causa que acabamos de apontar; d'ahi a baixa de preço. A epocha actual é, de baixo d'este ponto de vista, a do negociante, como o foi no Douro quando, antes da instituição da companhia em 1756, os vinhos tinham descido a 10\$000 réis e menos por pipa, depois de terem valido 60\$000 réis e mais.

3.^o Por outro lado ainda, a causa da grande procura de vinhos de lotação tende a diminuir de intensidade, á medida que a França restabelece as suas vinhas, e se vão alargando outros mercados de produção, como Argel, Italia, Hungria e Hespanha, onde o incremento na plantação tem por emquanto excedido o desenvolvimento da destruição. Augmentou a produção de vinhos de lotação; o vinhateiro tornou-se exímio até em produzir vinhos retintos, pela selecção das castas e pelo processo de fabrico; Torres Vedras e outras regiões chegaram a produzir vinho de tres, quatro e cinco tintas, como dizem os francezes¹. Agora que se póde contar como certo e se presente já que o consumo de vinhos retintos, de vinhos neutros ou de exportação, vae diminuir progressivamente, o que ha a esperar senão a baixa de preço, a superabundancia relativa, quando não seja absoluta, e o agravamento da crise?

Valer, no momento actual, á viticultura, querendo salvar-a ou protegê-la e incitá-la a que resista, se desenvolva e progrida, não deve ser só o facilitar-lhe os meios de resistencia á *phylloxera*, os meios de desenvolver a sua produção, o que por si só mais aggravaria a crise. O auxilio que ella necessita é mais complexo e deve tender a combater tenaz e efficazmente as tres causas principaes da crise enorme que a assoberba, se não quizermos, como não devemos querer, que ella desfalleça e succumba.

Dos meios que, a nosso ver, se devem empregar por

¹ Os francezes chamam vinhos de duas, tres, quatro e cinco tintas, os que têm cor sufficiente para respectivamente com uma pipa cobrirem ou darem a cor conveniente a mais uma, mais duas, tres ou quatro pipas de vinhos brancos ou extremamente palhetos, ou do quer que seja que não tenha cor de vinho, e precise de o parecer.

parte do poder central, que a tanta cousa tem de prover e obviar nos paizes de acanhada iniciativa particular, como o nosso, trataremos n'uma memoria especial, que será opportunamente publicada. Entretanto juntámos ao presente trabalho o esboço de um projecto de lei de fomento agricola, que elaborámos, ha mezes, a proposito da crise que affecta a agricultura nacional, pois n'elle se enumeram muitas providencias, que reputamos urgentes para a resolução da questão vinicola.

Lisboa, 1 de maio de 1888.—*Elvino de Brito.*

Esboço de um projecto de lei de fomento agricola

Artigo 1.º No intuito de promover e valorisar a produção agricola do paiz, é o governo auctorisado a auxiliar, nos termos d'esta lei, os individuos ou empresas que, mostrando-se habilitados a concorrer para aquelle fim, se dediquem á exploração e fomento directo da industria agricola, ou ao desenvolvimento e expansão do commercio dos productos da mesma industria.

Art. 2.º Para os effeitos d'esta lei serão principalmente considerados os quatro ramos de fomento agricola, que têm por fim:

1.º Alargar a área cultivada, pelo arroteamento dos terrenos incultos e pela colonisação¹;

2.º Elevar a produção especifica e o rendimento liquido por hectare, pelo aperfeiçoamento nos systemas e processos culturaes e nos de fabricação de productos agricolas, tendo em vista as exigencias dos mercados;

3.º Ampliar o consumo e promover a valorisação dos generos agricolas, desenvolvendo o commercio de exportação, creando museus consulares de amostras de vinhos, seus derivados e azeites portuguezes, e auxiliando a organização de camaras de commercio portuguezas no estrangeiro;

4.º Fornecer capitães á agricultura, estabelecendo o credito agricola a juro modico.

Art. 3.º Na conformidade dos artigos precedentes será o auxilio do governo exercido a favor de individuos e sociedades nas condições seguintes:

1.º Proprietarios ruraes que arroteiem terrenos incultos com o fim de os dividir em parcelas destinadas á co-

¹ Vide o capitulo especial, relativo á colonisação do Alentejo, pag. 97.

lonação, estabelecendo-a por meio de arrendamento, de venda, ou de um systema mixto, em que o colono se torne proprietario da respectiva parcella no fim de determinado prazo;

2.º Agricultores que alarguem a área cultivada das suas explorações pelo arroteamento de maninhos, para os utilisar, quer seja por meio de culturas arvenses, quer seja por meio de arvores ou arbustos fructiferos, ou por meio de essencias florestaes; ou que introduzam melhoramentos nos systemas e processos culturaes, ou na preparação dos productos agricolas manufacturados;

3.º Negociantes que procurem conquistar, para os generos agricolas nacionaes, novos mercados no estrangeiro e nas colonias portuguezas, estabelecendo ahi depositos para venda, ou exposições permanentes d'esses generos, garantindo a sua genuinidade e pureza;

4.º Capitalistas que forneçam, a juro modico, capitales aos agricutores sem outra caução alem da dos productos agricolas pendentes ou em ser;

5.º Associações de agricutores, que, sob a fórma de syndicatos agricolas, tenham por fim a aquisição de alfayas, adubos, sementes e serviços, ou o seguro mutuo contra os incendios e outros sinistros, ou contra as epizootias e epiphytias; ou que, sob a fórma de fructuarias, tenham por fim a preparação e venda em commun de generos agricolas manufacturados, como vinhos, azeites e lacticinios;

6.º Camaras de commercio portuguezas, que, nos termos d'esta lei, se organisem em paizes estrangeiros;

7.º Sociedades estabelecidas nos termos do código commercial e que se destinem a algum ou alguns dos seguintes fins:

a) Arroteamento de maninhos para cultivarem por conta propria por prazo determinado, até vinte annos, tendo a faculdade de colonisar durante esse periodo, findo o qual a alheação do terreno será obrigatoria;

b) Arroteamento de maninhos para colonisação, com a faculdade de cultivar durante o periodo maximo de dez annos, findos os quaes a colonisação será obrigatoria;

c) Formação e valorisação de terrenos araveis por meio de trabalhos de hydraulica agricola, como enxugo de pantanos, colmatagem, drenagem, canalisação de aguas e irrigação;

d) Aperfeiçoamento dos productos agricolas manufacturados o unificação de typos d'esses productos, principal-

mente vinhos e seus derivados, e azeites, segundo as exigências dos mercados, quer as sociedades dêem ou não parceria aos agricultores;

e) Fornecimento aos lavradores, a preços modicos e a credito, de instrumentos, adubos, sementes, alugueres de machinas e serviços, ou fabricação de adubos, de machinas e instrumentos agricolas;

f) Abertura de novos mercados, nos termos do n.º 3.º d'este artigo;

g) Empréstimo de capitaes, nos termos do n.º 4.º d'este artigo;

h) Empréstimo de capitaes, a juro modico, sobre hypotheca de immoveis, e com destino exclusivo ás bemfeitorias de predios rusticos.

§ 1.º Para os effeitos d'esta lei serão considerados terrenos incultos, baldios ou maninhos, não só os que o são na verdadeira accepção do termo, mas todos aquelles em que o systema cultural, por que sejam explorados, abranja pousio de mais de tres annos.

§ 2.º Os prazos indicados nas alineas a) e b) do n.º 7.º d'este artigo referem-se exclusivamente ao tempo durante o qual as companhias ou sociedades poderão manter a posse de cada propriedade, que tenham adquirido, tempo que pela referida alinea a) é dilatado para o fim especial ali restricto, e pela alinea b) mantido nos limites da lei vigente, segundo a qual deverão ser resolvidas as concessões a sociedades de posse territorial por maiores prazos.

Art. 4.º Os baldios que forem arroteados pelos seus proprietarios, conforme os n.ºs 1.º e 2.º do artigo 3.º, e os que forem arroteados pelas sociedades, nos termos das alineas a) e b) do n.º 7.º e dos paragraphos do mesmo artigo, serão isentos de contribuição predial, nos seguintes termos:

1.º Nos dos n.ºs 9.º, 10.º e 11.º, artigo 1.º do regulamento de 25 de agosto de 1881, quando os terrenos se achem nos casos respectivamente expressos nos mesmos numeros;

2.º Nos do artigo 30.º do decreto de 9 de dezembro de 1886, que organisou os serviços phylloxericos, quando se achem em territorio phylloxerado e sejam destinados á plantação de vinhas;

3.º Todos os terrenos incultos, que não forem comprehendidos nos termos dos n.ºs 1.º e 2.º d'este artigo, serão isentos de contribuição predial por espaço de oito annos,

se forem destinados a arvores fructíferas, de seis annos se o forem á cultura da vinha, e de quatro annos se o forem ás culturas arvenses.

Art. 5.º Os colonos que se estabelecerem nos terrenos a que se referem o n.º 1.º e as alíneas a) e b) do n.º 3.º do artigo 3.º, por effeito de compra das respectivas parcelas, não pagarão contribuição predial durante os primeiros cinco annos em que as occuparem como exploradores e proprietarios, quando as tenham havido em primeira mão dos individuos ou sociedades que houverem feito o arroteamento.

Art. 6.º Aos negociantes e ás companhias, a que respectivamente se referem o n.º 3.º e a alínea f) do n.º 7.º do artigo 3.º e bem assim aos productores que exportarem vinhos para o estrangeiro ou colonias portuguezas, serão concedidos os seguintes premios de exportação durante cinco annos:

1.º Vinhos de pasto para consumo directo ou para lotação, por cada 10 pipas.....	§
Idem, por cada 100 pipas exportadas durante o anno, mais.....	§
Idem, por cada 1:000 pipas exportadas durante o anno, mais.....	§
2.º Vinhos licorosos e finos, por cada 10 pipas .	§
Idem, por cada 100 pipas exportadas durante o anno, mais.....	§
Idem, por cada 1:000 pipas exportadas durante o anno, mais.....	§
3.º Vinhos de pasto, engarrafados, ainda que sejam espumosos, o mesmo que os do n.º 1.º na razão de 600 garrafas por pipa.	
4.º Vinhos finos, generosos e espumosos, engarrafados — o mesmo que os do n.º 2.º na razão de 500 garrafas por pipa.	
5.º Alcool de vinho de qualquer graduação, por cada pipa de alcool absoluto contido na remessa.....	§
Idem, por cada 100 pipas de alcool absoluto contido nas remessas de um anno — mais	§
Idem, por cada 1:000 pipas de alcool absoluto contido nas remessas de um anno — mais	§
6.º Vinagre de vinho — o mesmo que os vinhos do n.º 1.º	

7.º Azcote de oliveira, por cada pipa	§
Idem — por cada 100 pipas exportadas por anno — mais	§
Idem — por cada 1:000 pipas exportadas por anno — mais	§

§ unico. Em regulamento se estabelecerão as condições em que devam ser concedidos os premios, a que se refere o presente artigo, por modo que elles representem a recompensa dos esforços que o negociante ou productor empregue na collocação do vinho em mercados novos ou até hoje mal explorados e recaiam, em todo o caso, para cada exportador, sobre o excedente da quantidade por elle exportada no ultimo anno anterior á promulgação d'esta lei.

Art. 7.º Junto de cada deposito de vinhos portuguezes, que nos termos d'esta lei for organizado em paiz estrangeiro, poderá o governo estabelecer um laboratorio oenologico, dirigido por um oenotechnico competentemente habilitado, o qual será encarregado de fiscalisar e garantir a boa qualidade, pureza e authenticidade dos vinhos.

§ 1.º Os oenotechnicos conservar-se-hão completamente estranhos ao negocio dos depositos, a fim de merecerem a confiança geral, funcionando simplesmente como fiscaes e como informadores imparciaes de todos os interessados.

§ 2.º Alem das funcções designadas no paragrapho precedente compete aos oenotechnicos a obrigação de informar o governo, pela direcção geral de agricultura, periodicamente, ou extraordinariamente nos casos urgentes, acerca do estado e das tendencias do mercado de vinho, e sobre a necessidade de quaesquer medidas, que devam ser adoptadas.

Art. 8.º Nos contratos que os negociantes ou sociedades fizerem com o governo para o estabelecimento dos depositos ou exposições permanentes no estrangeiro, serão fixadas, em termos claros e explicitos, as obrigações d'essas entidades, para que taes depositos satisfaçam ao seu fim e mereçam o auxilio do estado; e o governo estabelecerá quaesquer disposições ou fará quaesquer concessões que haja por convenientes para collocar os mesmos depositos em circumstancias tão vantajosas, para o bom credito e acceitação dos productos portuguezes, como as de que gosam as instituições identicas dos paizes concorrentes.

Art. 9.º Aos individuos e companhias, que, nos termos do n.º 3.º e da alinea f) do n.º 7.º do artigo 3.º, estabe-

leccrem depositos ou exposições permanentes de quaesquer productos agricolas nacionaes, em condições adequadas para promoverem o consumo dos mesmos productos, concederá o governo os seguintes auxilios durante cinco annos:

1.º Uma quantia equivalente a ... por cento da renda que tiverem de pagar pelos edificios ou armazens onde estabelecerem os depositos ou exposições;

2.º ... por cento de quaesquer impostos que sejam obrigados a pagar n'esses paizes pela installação e funcionamento dos mesmos depositos;

3.º Os productos indicados no artigo 6.º e destinados a esses depositos ou exposições, terão, quando os mercados não estiverem nas condições dos considerados no mesmo artigo, isto é, nas condições de mercados novos, um premio de exportação equivalente a ... por cento dos respectivamente designados no referido artigo.

Art. 10.º Aos individuos que, nos termos da ultima parte do n.º 2.º do artigo 3.º, realisarem aperfeiçoamentos nos systemas e processos de cultura das terras e na preparação dos productos agricolas manufacturados, poderá o governo conferir premios de 50\$000 réis, 100\$000 réis e 200\$000 réis, nos termos seguintes:

1.º O governo poderá distribuir todos os annos até duzentos premios, sendo:

- | | |
|--|-------------|
| a) 50 primeiros premios a 200\$000 réis.. | 10:000\$000 |
| b) 50 segundos premios a 100\$000 réis.. | 5:000\$000 |
| c) 100 terceiros premios a 50\$000 réis... | 5:000\$000 |

Total.....	20:000\$000
------------	-------------

2.º Os premios serão applicados pela forma seguinte:

a) Seis decimos dos de cada classe para vitiadores que provarem ter produzido, pelo menos, quarenta pipas de bom vinho dos typos que forem julgados melhores para exportação, quer seja proprio para lotação, quer o seja para consumo directo, preferindo os maiores premios para os vitiadores que produzam um só typo de vinho, ou um só de tinto e um só de branco;

b) A decima parte dos de cada classe para os melhores productores de alcool de vinho e boa aguardente, de que não fabriquem menos de cinco pipas;

c) Dois decimos dos de cada classe para os productores de melhor azeite, que tenham produzido, pelo menos, dez pipas por anno;

d) Um decimo dos de cada classe para os agricultores que mais se tenham distinguido em outras produções, tanto vegetaes como animaes.

3.º Os premios serão propostos pelas juntas promotoras dos melhoramentos agricolas de cada região, as quaes acompanharão o seu parecer com as informações baseadas em dados e observações fidedignas, e no exame que hajam feito ás propriedades quando o julgarem conveniente; as mesmas juntas remetterão á direcção geral de agricultura, com as referidas propostas e informações, amostras dos productos, as quaes serão reunidas no museu agricola-florestal de Lisboa.

§ 4.º O conselho superior de agricultura properá ao governo o jury que deverá examinar as amostras dos productos e julgar das propostas, apresentando os nomes das individuos que devam ser premiados.

5.º O jury apresentará o seu parecer, acompanhando-o de relatório circunstanciado, ao conselho superior de agricultura, que consultará sobre elle, apresentando-o ao governo.

§ unico. Nas escolas praticas de viticultura e nas de agricultura em que se fabrique vinho, serão estudados os processos mais adequados para a fabricação dos melhores typos commerciaes de vinhos, sob o ponto de vista das respectivas regiões, tanto para lotação como para consumo directo.

Dos typos assim seleccionados pelas referidas escolas serão enviadas amostras ás juntas promotoras dos melhoramentos agricolas, a fim de servirem de padrões. Tambem poderão ser fornecidas pela direcção geral de agricultura amostras d'esses vinhos aos viticultores que as requisitarem.

Art. 11.º É o governo auctorisado a despender annualmente até á quantia de... para:

1.º Estabelecer *museus consulares* de amostras de vinhos portuguezes, brancos ou tintos, typos regionaes, bem definidos e de consumo directo, e azeites, nas principaes praças estrangeiras;

2.º Auxiliar as *camaras de commercio* portuguezas, que, nos termos d'esta lei, se organisem em paizes estrangeiros, sob a protecção e com o auxilio das auctoridades diplomaticas e consulares de Portugal, com o fim de velarem pelo commercio dos productos agricolas nacionaes, com especialidade vinhos e azeites, promovendo a sua venda e secundando o governo na melhor direcção, que deva dar-se a esse commercio, por meio de informações, consultas e propostas.

Art. 12.º Os museus consulares, a que se referem o artigo 2.º e 11.º, serão creados junto dos consulados ou vice-consulados portuguezes, que o governo designe, embora possam ou não ser estabelecidos junto da chancellaria d'esses consulados.

§ 1.º Nas localidades onde funcionarem as *camaras de commercio*, os museus consulares serão por ellas dirigidos e administrados, e onde ellas não existam a sua direcção será confiada a pessoas competentes, propostas pelas autoridades consulares e nomeadas pelo governo. Em ambos os casos serão os museus fiscalizados superiormente pelos consules ou vice-consules de Portugal.

§ 2.º A direcção do museu consular compete:

1.º Tornar conhecidas as amostras de vinhos e azeites expostas pelos productores ou negociantes portuguezes em toda a area do respectivo districto consular, por meio de artigos publicados em jornaes, folhetos, circulares, conferencias publicas e quaesquer outros meios que, segundo as circumstancias, parecerem convenientes;

2.º Corresponder-se com os productores e negociantes portuguezes, e bem assim com os negociantes estrangeiros do respectivo districto consular, com o fim de os pôr em relações commerciaes uns com os outros;

3.º Estudar os vinhos portuguezes e estrangeiros de identico genero, informando o governo e o commerciante ou viticultor portuguez acerca do resultado d'esse estudo;

4.º Informar o governo, em relatorios, sobre todos os trabalhos feitos e acerca de quaesquer circumstancias, cujo conhecimento interesse ao commercio dos vinhos e azeites nacionaes;

5.º Quaesquer outras incumbencias que o regulamento especificar.

§ 3.º Junto a cada museu consular poderá instalar-se um laboratorio para analyses de vinhos, quando, sobre proposta da respectiva direcção, o governo o julgar conveniente.

Art. 13.º As *camaras de commercio*, a que se referem os artigos 2.º e 11.º, serão constituídas pelos negociantes portuguezes residentes na localidade escolhida para séde das mesmas camaras. São instituições de propaganda, e serão efficazmente auxiliadas pelas autoridades diplomaticas e consulares respectivas.

§ 1.º São competentes para requererem a constituição de uma camara de commercio, em qualquer paiz, os negociantes portuguezes em numero, pelo menos, de cinco, que

tenham domicilio na localidade onde a pretendam fundar. Serão creadas por decreto real, pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, precedendo informação do agente consular e consulta favoravel dos conselhos superiores de agricultura e do commercio e industria.

§ 2.º O decreto da constituição fixará o numero dos membros que deverão compor a camara, e, no caso em que ella deva exercer a sua acção de propaganda em mais de uma localidade, a sua séde, e bem assim o regimen da sua constituição e as suas attribuições e meios de propaganda em proveito do commercio nacional.

§ 3.º As camaras de commercio corresponder-se-hão com o ministro das obras publicas, e as suas consultas, informações ou propostas, quando não sejam de character reservado, serão regularmente publicadas no *Boletim da direcção geral de agricultura*.

Art. 14.º É concedida durante cinco annos a isenção de direitos de importação sobre as machinas, instrumentos e materias de construcção, que necessitem para a sua installação e funcionamento as associações cooperativas de agricultores, a que se refere o p.º 5.º do artigo 3.º, e as sociedades a que se refere o n.º 7.º do mesmo artigo, e bem assim e pelo mesmo prazo a isenção de contribuição industrial e de registo.

Art. 15.º Ficam isentas de contribuição de registo as trocas ou vendas de propriedades rusticas nas seguintes condições:

1.º Quando cada uma das propriedades trocadas não exceda a superficie de 1 hectare e pelo menos uma d'ellas seja destinada a ser aggregada a qualquer outra propriedade contigua;

2.º Quando qualquer propriedade vendida não tenha de superficie mais de 1 hectare e seja contigua a outra possuida pelo comprador;

3.º Quando de uma grande propriedade, superior em superficie a 100 hectares, se vendam lotes de 5 a 10 hectares para colonisação ou formação de pequena propriedade, não confinando cada lote com outra propriedade rustica do comprador.

Art. 16.º Os direitos de exportação dos generos agricolas são reduzidos á taxa estatistica de ... por mil do valor de qualquer genero exportado.

Art. 17.º Aos individuos a que se refere o n.º 4.º do artigo 3.º, e ás sociedades que se fundarem para o fim designado na alinea g) do n.º 7.º de mesmo artigo, será

applicavel a faculdade concedida no artigo 23.º da lei de 22 de junho de 1867, relativa aos bancos de credito agricola, quando os emprestimos que fizerem forem destinados aos fins designados no n.º 1.º do artigo 3.º da mesma lei, e limitados a um juro modico, que o governo fixará.

Art. 18.º O direito de consumo de vinhos nacionaes de pasto com graduação não superior 15º fica reduzido na pauta de consumo da alfandega de Lisboa a 25000 réis por 100 kilogrammas.

Art. 19.º Os vinhos e seus derivados e os azeites nacionaes ficam isentos de direitos de importação nas colonias portuguezas.

Art. 20.º Nas vasilhas dos vinhos e azeites estrangeiros, que venham em transito a embarcar nos portos nacionaes para exportação, será posta a fogo a marca designativa do paiz de procedencia, sendo prohibida a mudança de vasilha no territorio ou nos portos portuguezes.

Art. 21.º É o governo auctorizado a applicar durante cinco annos até á quantia de 10:000\$000 réis na compra de bacellos e barbados de videiras americanas no estrangeiro, e seu transporte para o reino, a fim de supprir a falta que haja nos viveiros do estado, e serem cedidos aos viticultores pelo preço da compra, devendo limitar-se em cada anno, pela direcção geral da agricultura, o numero maximo de bacellos e barbados que poderá ser cedido a cada viticultor.

Art. 22.º Logo que terminem os contratos existentes para o fornecimento de lanificios ao exercito e marinha de guerra, não poderão adquirir-se lanificios para tal fim e por qualquer forma, que não sejam de lã e manufactura nacionaes.

Art. 23.º O governo decretará regulamentos para a cabal e prompta execução das disposições contidas na presente lei, e dará annualmente conta ás côrtes do uso que houver feito d'ellas em beneficio da agricultura nacional.

Lisboa, 1 de maio de 1888. — *Elvino de Brito.*

Nota. — Este projecto não teve em vista occupar-se da solução que deva, n'este momento, ter a questão dos cereaes e sobre a qual o governo tem ouvido directamente, em conferencias successivas, os lavradores do sul do paiz e os moageiros.

COLONISAÇÃO DO ALEMTEJO

Não foi até hoje discutida, no parlamento, a proposta de lei que o governo apresentára, na sessão legislativa de 1888, relativa á colonisação do Alemtejo, e, todavia, reputamos ainda grave e urgente o assumpto, ácerca do qual devem os poderes publicos não affrouxar no proposito significado pelo illustre deputado o sr. conselheiro Mariano de Carvalho, quando ministro da fazenda, na referida proposta.

Colonisar o Alemtejo, ou antes a região transtagana, isto é, a que no continente do reino mais despovoad e inculta se encontra, e porventura aquella cuja lavoura, por ser em demasia extensiva, é ainda a menos lucrativa e a mais estacionaria, consitue certamente a questão economico-agricola interna de mais folego e transcendencia para o paiz no momento actual.

Apesar dos esforços, que já desde o meado do seculo XIII fizeram os nossos reis, para promover o incremento agricola por meio de leis e disposições mais ou menos acertadas, a região transtagana chega ao ultimo quartel do seculo XIX apresentando ainda, nos seus 3.745:000 hectares de superficie total, uma area inculta de perto de 2.000:000 hectares, em que as charnecas e cumiadas absorvem 1.956:000 hectares.

Notando-se que a parte mais rica do paiz, por melhor agricultada, o Minho, não é, geologicamente, mais bem dotada do que a maior parte da região que nos occupa, não se póde deixar de considerar que poderosos motivos, insuperaveis obstaculos, se têm necessariamente opposto aos esforços comprehendidos, e ás causas geraes do progresso, evitando e retardando a este ponto o desenvolvimento agricola do paiz ao sul do Tejo.

Entre essas causas de longa resistencia ao desenvolvimento da agricultura transtagana podemos apontar como principaes, e que é preciso attenuar ou aniquillar, as seguintes:

- A escassez da população;
- A grande propriedade, o latifundio, os baldios;
- A falta de vias de communicações;
- A concentração da população nas cidades e villas;

O absenteismo dos proprietarios;

A falta de exportação dos generos, ou a pequena produção de generos exportaveis;

A falta de capitães.

Só uma justa apreciação do fim que se pretende alcançar e das causas de resistencia que a elle se oppõem, nos guiará pelo caminho mais seguro para a colonisação agricola da região transtagana; ao mesmo tempo que procurarmos os instrumentos do progresso, devemos pensar no fim de obviar ás difficuldades, que hão de sobrevir, e de vencer a enorme inercia, n'um vasto paiz inculto, não só da materia como do espirito e dos costumes em uma população escassa e indolente.

Ao passo que no districto do Porto existem 197 habitantes para cada kilometro quadrado, no de Braga 117, no de Vianna do Castello 89, no de Aveiro 87, encontra-se no districto de Faro, apesar de populoso no litoral, uma população especifica de 40 habitantes por kilometro quadrado, no de Portalegre apenas 15, no de Evora outros tantos, e no de Beja só 13.

Ao mesmo tempo, vemos que nos districtos mais populosos e mais cultivados, se encontra a propriedade extremamente dividida, e o contrario succede nos districtos do sul do Tejo. Assim em cada kilometro quadrado ha, em media:

No districto de Aveiro, 199 predios com a superficie media de 0,50 hectares.

No districto de Braga, 153 predios com a superficie media de 0,65 hectares.

No districto de Vianna, 168 predios com a superficie media de 0,58 hectares.

No districto do Porto, 111 predios com a superficie media de 0,89 hectares.

E apenas:

No districto de Faro, 34 predios com a superficie media de 2,92 hectares.

No districto de Portalegre, 10 predios com a superficie media de 10,08 hectares.

No districto de Beja, 7 predios com a superficie media de 13,87 hectares.

No districto de Evora, 7 predios com a superficie media de 15,15 hectares.

A comparação d'estes numeros é extremamente elucidativa.

Com a falta de braços e a extrema concentração da propriedade, succede que a cultura da região tem de ser extensiva, isto é, cultiva-se muito terreno com poucos braços, emprega-se muito tempo e colhe-se pouco producto, ao passo que no Minho, por exemplo, onde a propriedade é pequena, e a população abundante, se faz cultura intensiva, que occupa mais braços em menos tempo, colhendo-se em menor extensão de terreno maior producto.

É assim que no Minho o mesmo terreno é cultivado todos os annos, e em todos dá producção, enquanto no Alentejo, na lavoura mais commum, apenas o mesmo terreno é cultivado de tres em tres annos, quando o não é só de quatro em quatro, ou cinco em cinco, ou mais.

De sorte que não só é relativamente pequena a area cultivada ao sul do Tejo, como accresce o inconveniente de o ser mal e só de annos a annos; assim, ainda quando a colheita de um hectare fosse em quantidade e qualidade igual á colheita produzida por um hectare no Minho, equivaleria aquella apenas a uma fracção d'esta, representada pela relação do tempo, isto é, um hectare de terreno cultivado no Alentejo não produz ordinariamente mais do que um terço, um quarto ou um quinto do que produziria se fosse sujeito a um systema cultural identico ao do Minho.

A vantagem que póde resultar da divisão da propriedade lata do Alentejo é já de ha muito apreciada. Em 1789 publicava a academia real dos sciencias, no primeiro tomo das suas memorias economicas, um trabalho de Antonio Henrique da Silveira, intitulado *Racional discurso sobre a agricultura e população da provincia do Alentejo*, em que por um calculo muito simples, e ainda hoje exacto, se mostrava a vantagem que havia em dividir as herdades em courellas para serem entregues aos colonos, apresentando o seguinte exemplo:

Uma herdade de doze moios em sementeira anda dividida em tres partes: só uma parte é semeada annualmente, ficando as outras duas de pousio. Suppõe, em anno de fertilidade, uma colheita de dez sementes, no mediano de oito e no esteril de quatro sementes. Suppõe ainda que em cinco annos um seja fertil, tres medianos e um esteril. Segundo este calculo, produzirá a herdade em cinco annos cento e vinte e oito moios, ou por anno, em media, vinte e oito moios e trinta e seis alqueires.

Dividida a herdade em vinte courellas de 30 alqueires, por vinte colonos, e uma parcella de 2 moios, para pas-

tagem commun dos gados, suppõe cada courella dividida em duas folhas das quaes só uma é cultivada em cada anno, e, como no todo têm de ser semeados annualmente 5 moios; na hypothese ainda da mesma productividade e da mesma relação dos annos' ferteis, medianos e estercis, obtem o resultado de uma producção de 190 moios no quinquennio (nas vinte courellas levando ao todo 10 moios de semeadura, porque 2 moios ficaram para pastagem) o que dá por anno 38 moios, isto é, mais 12 moios e 24 alqueires do que pelo systema antigo, accrescendo ainda o proveito da pastagem.

Este resultado é principalmente devido a que um colono, com sua familia, cuida melhor da sua courella, do que o proprietario ou o rendeiro, com os respectivos creados, ganhões ou jornalheiros, da sua herdade indivisa. Na courella, tanto o colono como as pessoas da sua familia são igualmente interessados em que a cultura dê os melhores proveitos, e as suas forças, actividade e diligencias, são concentradas em uma pequena area; na herdade, com uma area vinte e quatro vezes maior, a força de vontade, a actividade e a diligencia do proprietario ou do rendeiro, são por assim dizer diluidas n'aquella grande area e enfraquecidas pela maior vigilancia, que se torna necessaria, para dirigir e fazer trabalhar utilmente um numero de pessoal assalariado. Mas, a maior parte das vezes, nem essa vigilancia se exerce; porque os proprietarios ou os rendeiros nem sempre assistem na herdade.

Vê-se que ha vantagem em transformar a herdade em courellas; maior é certamente a que deve haver na transformação das mesmas herdades em fazendas, e maior ainda na transformação dos terrenos incultos, baldios ou mianinhos, em courellas, fazendas e granjas, quando as condições do meio o permittam.

Segundo as condições locais, ou de meio, em que viva o colono, a sua actividade será por elle naturalmente occupada em produzir para viver, ou em produzir para se enriquecer. No primeiro caso, chamar-se-ha colono, mas não colonisará; os seus filhos definharão na miseria, ou fugirão a ella. No segundo caso, a abundancia do lar domestico convidará o filho a seguir o exemplo dos paes; o colono enriquecerá a sua casa, a sua familia, isto é, a molecula colonisadora de que elle é o elemento de maior atomidade, e enriquecerá a região fecundando-a com o seu sangue, com a sua progenie.

É muito importante, é mesmo capital, para o bom éxito da colonisação, este ponto de vista. Distribuir colonos pelas vastas planícies do Alentejo, como quem planta arvores fructíferas no meio de uma charneca, sem preparar ou predispor o necessario para que elles possam economicamente haver de outras regiões o que necessitarem e exportar vantajosamente o que produzirem e exceda o seu consumo, é pôr limites ao seu trabalho e actividade, é collocar-os em condições de uma vida ephemera e acanhada, e tentar uma colonisação que sossebrará constantemente na vastidão da charneca, ou em um mar de contrariedades physicas ou de outra natureza.

Que é pois indispensavel, a par dos braços e da divisão de propriedade, para se conseguir a colonisação efficaz da região transtagana? As vias de communicação que, permitindo a permutação dos generos, tornem possível a cultura das plantas colonisadoras, isto é, d'aquellas cujas produções excedem as necessidades locais e se destinam principalmente á exportação. A qualidade mais ou menos colonisadora de uma cultura é relativa e subordinada ás condições do paiz; assim, por exemplo, os cereaes, que nos Estados Unidos da America estão sendo uma planta colonisadora, porque ali produzem-se tão baratos que alimentam uma importante exportação, no Alentejo são, actualmente, uma cultura *anti-colonisadora*, porque, perante a invasão do trigo estrangeiro, a cultura cerealífera n'essa provincia torna-se precaria, mais do que precaria, impossivel, a não ser nos terrenos férteis, e em condições excepçionacs.

Vejamos, porém, as condições em que se acham os districtos do Alentejo com respeito a vias de communicação, comparando-os com os dos districtos mais ricos, mais agricultados, e mais povoados do paiz. Segundo o «annuario estatístico de 1884», existem em media, por kilometro quadrado, nos diversos districtos as extensões de estradas, *reaes*, *districtaes* e *municipaes*, que seguem:

No districto do Porto, por kilometro quadrado, total.	266 ^m ,0
No districto de Braga, idem	240 ^m ,1
No districto de Aveiro, idem	215 ^m ,1
No districto de Vianna, idem	163 ^m ,7
No districto de Coimbra, idem	173 ^m ,0
No districto de Portalegre, idem	72 ^m ,1
No districto de Evora, idem	68 ^m ,1
No districto de Beja, idem	34 ^m ,5

Vê-se que o districto de Beja tem por kilometro quadrado menos da setima parte das estradas que na mesma superficie têm os de Porto e Braga, e que a media das de Portalegre e Evora corresponde a menos da terça parte da media das d'aquelles dois districtos do norte.

Em caminhos de ferro não é a desproporção tão grande; ainda assim regula, por kilometro quadrado, nos districtos do Alemtejo, entre metade e um terço do que nos districtos melhor providos a este respeito.

A aptidão colonisadora de uma região deve apreciar-se pela natureza das produções e pelo rendimento bruto específico, isto é, referido á unidade de superficie.

Um hectare de terreno pôde dar annualmente o mesmo rendimento liquido em diversas localidades, e contudo não ter as mesmas aptidões colonisadoras em cada uma d'essas situações; porque o rendimento liquido representa apenas o interesse da exploração do terreno, emquanto a capacidade que tem o terreno de occupar muitos braços, ou de prover de subsistencias a uma população maior, representa o interesse da sociedade e só encontra uma justa medida no rendimento bruto.

Supponhamos que um hectare de terreno, em certa localidade, dá de rendimento liquido 25\$000 réis, e que outro hectare, em outra localidade, produz o mesmo rendimento liquido, sendo contudo o rendimento bruto no primeiro caso de 100\$000 réis e no segundo de 300\$000 réis. É claro que o interesse dos dois colonos é identico, mas no segundo caso o terreno tem uma aptidão colonisadora tres vezes maior do que no primeiro.

Esta differença pôde não provir da natureza do solo em si, mas unicamente, ou principalmente, da sua situação physica e economica, do systema cultural e das plantas adoptadas na sua exploração. É este o caso mais geral.

Importa, pois, sobremaneira, quando se cuida de colonisação, determinar as plantas e os systemas culturaes que devam ser preferidos, conhecer o meio physico e económico em que se vae operar, e modificar quanto possivel esse meio, no que elle tiver de contrario ao fim, que se tem em vista.

As culturas mais ou menos colonisadoras são sobretudo as que precisam, respectivamente, de mais ou de menos trabalho. Assim, encontram-se successivamente na base da escala, como as menos exigentes de braços, as íracas pastagens das terras pobres, os mattos, as florestas, e os prados naturais. Depois, como medianamente exigentes de braços, ou

medianamente colonisadoras, as culturas cereaes e os prados artificiaes. Por fim, as culturas hortícolas, as industriaes, como as oleaginosas, textis, saccharinas, e sobre todas a vinha.

São estas as que necessitam de mais consideravel mão de obra, e as que maiores rendimentos brutos produzem, e, portanto, as mais colonisadoras.

N'este momento, em que a crise agricola se vae tornando cada vez mais sensivel e em que vemos, n'essas mesmas provincias, que convem colonisar, a lavoura, baseada na cultura cerealifera e na producção pecuaria, revelar-se decadente ou vacillante; quando já em alguns pontos os rendeiros deixam as terras e os proprietarios recceiam, cultivando-as, perder mais do que a renda; a colonisação é ainda necessidade mais urgente, mas encontra, pelo mesmo motivo, maiores difficuldades a vencer.

A enorme região transtagana, tão pouco populosa, produz, no pouco terreno que possui cultivado, mais do que precisa para o sustento da sua população; para que possa desenvolver-se a sua agricultura é indispensavel, portanto, que o excedente das suas producções seja propria para a exportação, e que esta se faça com facilidade e economia.

Resulta das considerações, que temos expellido, ser condição essencial para o bom resultado d'este commettimento, que o systema e as culturas, que devem servir de base á colonisação, tenham em vista o maximo rendimento bruto que progressivamente seja possivel. Pergunte-se no Alentejo e no Algarve quaes as culturas, que têm enriquecido e colonisado os concelhos mais ricos da região e responder-se-ha que são as hortas e regadios do littoral do Algarve e de algumas terras do Alentejo, como Castello de Vide, Portalegre, Galveias, Canno, Extremoz, Borba, Villa Viçosa, e outras, os olivacs do alto e baixo Alentejo, os montados de sobro, a vinha, a cultura da figueira e da amendocira, etc., isto é, aquellas que, pela elevação dos seus rendimentos brutos, permitem o emprego e sustento de uma população mais numerosa, ou que, pela riqueza dos productos e importancia para a exportação, alimentam o commercio e obtêm d'elle o capital com que mantêm outras culturas menos colonisadoras, mas indispensaveis. Como exemplo d'esto ultimo caso temos os montados, principalmente os de sobro.

Nas herdades onde existem os montados de sobro, sobretudo em terras fracas, póde dizer-se que a cultura do

sobreiro é que sustenta a dos cereaes, e que sem aquella esta não seria possível. É pela riquissima producção em cortiça, e pela bolota, transformada em carne de porco, que aquella cultura, associada na herdade com a dos cereaes, sustenta a exploração; o terreno do montado deve conservar-se limpo, para isso tem de ser lavrado, e este trabalho torna possível, por mais barata, a sementeira do cereal; além d'isso, o lavrador tem necessidade de cultivar os cereaes nos terrenos annexos para mantença do seu pessoal e gado.

As tentativas de colonisação, que officialmente têm sido emprehendidas em Argel, por falta de criterio e de uma justa apreciação das condições locais e dos melhores meios a seguir, têm sido em grande parte frustradas; entretanto, desde que em Argel vae tomando incremento a cultura da vinha e a producção dos vinhos para exportação adquire uma certa importancia, sempre crescente, a colonisação faz-se com mais segurança e exito.

Segundo Bordier, não havia em 1879, em Argel, mais do que 6:945 viticultores, possuindo 17:737 hectares de vinha que produziam 346:000 hectolitros de vinho; em 1881 havia já 29:241 hectares, cuja producção era de 432:580 hectolitros, e em 1884, segundo Lanessan, a area plantada attingia 56:006 hectares, e a producção 890:899 hectolitros.

A respeito da vinha, diz Bordier, no seu livro *La Colonisation Scientifique*, que é a cultura da pequena propriedade, a que prende mais ao solo o colono, e a que civilisa mais, e acrescenta «que se não poderia desejar melhor para o futuro de Argel».

Creemos tambem que, apesar da phylloxera, é a cultura da vinha a que na vasta região transtagana poderá garantir uma colonisação intensiva e segura, quer pela plantação das castas indigenas nos terrenos soltos e permeaveis, que tanto abundam ao sul do Tejo e onde o sulfureto de carbonio é muito efficaç, quer pela plantação das mesmas castas nos terrenos arenosos, immunes á phylloxera, contendo 75 por cento de silica, semelhantes aos da Camargue, no delta do Rhodano, como os que o sr. Bartissol tem plantado na herdade do Pinheiro, no valle do Sado, e o sr. Estevão de Oliveira, em Alcochete, ou ainda usando-se das castas americanas de producção directa, ou de producção pela enxertia. A empresa, que se constituísse para a colonisação, poderia assegurar o consumo do vinho aos colonos, dirigindo-lhes o fabrico, assim como a escolha das

castas, de modo a obter-se um typo uniforme de vinho, de facil collocação no commercio; faria armazens no Barreiro, onde lotaria os vinhos para os exportar.

Outra cultura, essencialmente colonisadora, que em Argel se está desenvolvendo muito e cuja introdução a empresa poderia promover na região transtagana, é a do tabaco. E porque não se ha de permittir a cultura do tabaco no sul do Tejo, quando se permite no Douro, onde tem menos condições de prosperidade?

Foi em 1844 que se principiou a introduzir a cultura do tabaco em Argel; em 1851 havia apenas 537 plantadores, cultivando 444 hectares e produzindo 309:331 kilogrammas de folhas; em 1857 o numero de plantadores foi de 3:279, a superficie de 3:749 hectares e o producto de 3.430:149 kilogrammas; em 1881 attingiu esta cultura, em 8:663 hectares, a produção de 5.496:054 kilogrammas de folha, que, pelo valor por que se tem vendido o tabaco do Douro, isto é, 400 réis por kilogramma, alcança approximadamente a quantia de 2.200:000\$000 réis ou 254\$000 réis por hectare.

A sombra d'estas ou de outras culturas colonisadoras, desenvolver-se-hão, associadas a ellas, as culturas cereali-feras, as forraginosas, as florestaes e outras, que poderão occupar a maior parte do solo da região segundo o seu valor e situação relativa, completando a valorisação de enormes tractos de terra inculta ou mal aproveitada.

Mas, perguntar-se-ha, serão os terrenos incultos d'esta vasta região aptos para de prompto serem submettidos a culturas intensivas sem primeiro o serem a culturas de transição?

Nos quasi 2.000:000 hectares de terrenos incultos da região transtagana, uma pequena parte é constituida por cumiadas, outra pelos medões, ou dunas e areiaes da costa maritima, e a maior parte pelas charnecas, excedendo talvez a $\frac{2}{6}$ ou $\frac{6}{7}$ d'aquella totalidade.

N'esta enorme superficie deve fazer-se uma primeira selecção, distinguindo duas categorias de terrenos: uma dos terrenos de inferior qualidade, que deverá ser destinada a cultura florestal, e que muito poderá concorrer, por essa forma, para valorisar os terrenos da outra; comprehende as dunas ou medões e areiaes da costa, com uma superficie não inferior a 25:000 hectares ou mais, a parte das charnecas formada pelas alluviões grosseiras de cascalhos e arenatas da epocha quaternaria, e as cumiadas dos montes e terrenos de encosta acima de 375 metros de al-

titude, nas serras compostas de rochas schistosas ou graníticas, e acima da cota de 250 metros nas de formação secundaria; a outra comprehende os solos das alluviões modernas e os salgados, os terrenos secundarios, terciarios e quaternarios, situados abaixo da curva de nivel de 250 metros e a parte dos terrenos paleozoicos, metamorphicos e graniticos, situados abaixo da curva de nivel de 375 metros.

Nos terrenos d'esta segunda categoria, poder-se-hão distinguir muitas classes, segundo a sua natureza agrologica, a possibilidade de serem ou não regados, a proximidade, maior ou menor, dos centros populosos e das vias de comunicação mais ou menos faciles; esta distincção é indispensavel e deverá constituir um estudo previo para servir de base aos diversos projectos de colonisação; é um estudo para ser feito *de visu, d'après nature*, porque, sobretudo na falta de uma perfeita carta agricola do paiz, seria impossivel realisar-o por outra fórma. Segundo a aptidão e as condições physicas e economicas d'essas diversas classes de terrenos, assim a sua exploração se baseará em um ou outro systema, adaptando estas ou aquellas culturas.

Mas quanto aos terrenos que de entre as classes d'essa categoria sejam proprios para a cultura da vinha, a difficuldade estaria em encontrar os que se não prestassem para esta cultura pela sua constituição agrologica e chimica.

Effectivamente vê-se a vinha prosperar por toda a parte, nos terrenos cultivaveis, desde as areias quasi estereis e movediças, como na herdade do Pinheiro e em Alcochete, até as alluviões fortes das lezírias do Tejo, como na Azambuja e outros pontos; tanto nos terrenos primitivos e metamorphicos do Alentejo, como nos secundarios, terciarios e quaternarios do Algarve e da Extremadura.

A vinha é a unica cultura, talvez, que pôde transformar as terras pobres e fracas em solos de valiosa producção, de elevado producto bruto. Basta reconhecer que nas terras pobres, como em muitas herdades dos terrenos graniticos do Alentejo, onde se não obtem um rendimento bruto de réis 10\$000 por hectare, se pôde obter pela cultura da vinha um rendimento bruto de 120\$000 réis, ou talvez o dobro, segundo o esmero da cultura e as estrumações, isto é, doze a vinte e quatro vezes mais, como innumerados factos o comprovam.

Um exemplo frisante é o que apresenta o dr. Guizot com respeito á provincia da Champagne, onde o solo é

bastante pobre; 24 hectares de terras arroteadas e transformadas em fazenda podem produzir, ao cabo de doze annos, um rendimento bruto annual de 5:600 francos ou 1:008\$000 réis, ou 42\$000 réis por hectare; por outro lado 24 hectares, plantados com os melhores vidonhos do Champagne, dão ao cabo de oito annos uma produção media de 30 hectolitros por hectare, valendo 50 francos o hectolitro, o que equivale a um rendimento bruto de 36:000 francos nos 24 hectares, ou 1:500 francos (270\$000 réis) por hectare. Prova isto que na Champagne 1 hectare de vinha produz seis a sete vezes o que produz 1 hectare de fazenda ou quinta.

Não ha, pois, duvida de que a cultura da vinha poderá ser estabelecida com vantagem nos terrenos que forem sendo colonisados. Suppondo que um colono possua 4 a 6 hectares de terra, basta que elle destine á vinha um quarto d'esta superficie, para que fique garantido á sua exploração um exito seguro e um exercicio regular. As outras culturas poderão ser então feitas com maior desafogo e com mais proveito no restante terreno; porque a vinha desempenhará o papel de banco ou o de socio capitalista, proporcionando com o seu maior rendimento o cabedal, com que o colono poderá melhorar as condições do solo e fornecer os adubos ás outras culturas.

Outro tanto se poderá dizer com respeito ás demais culturas colonisadoras, como as horticolas e as industriaes; mas estas precisam de mais apurada escolha nos terrenos, e dependem de maior numero de circumstancias. Todas deverão, mais ou menos, ter o seu logar e prestar importantes auxilios; sobretudo as hortas e as culturas regadas, nas proximidades das povoações, quando a irrigação seja possivel, e, d'entre as industriaes, principalmente o tabaco, se a sua cultura for permittida, o linho e outras, segundo as situações. Estas culturas precisam, em geral, de encontrar um solo mais trabalhado e adubado, um solo beneficiado já por culturas anteriores.

Não se podendo colonisar toda a região a um tempo, convem distinguir as zonas mais ou menos colonisaveis, e porque a ordem natural é partir do mais facil para o mais difficil, do mais util para o menos proveitoso, comprehendendo-se que, feita a delimitação d'essas zonas, a colonisação deva começar pelas mais férteis e pelas mais proximas das grandes vias de comunicação, pelas que offerecerem, enfim, maiores probabilidades de rapida evolução e prosperidade.

Mas para colonisar não basta adquirir terrenos, dividi-los e arroteal-os; são precisos braços, colonos, ou antes, *unidades colonisadoras*, unidades da especie humana, completas e capazes de se reproduzirem, que não são o homem só ou a mulher só, mas o casal, a molecula constituida pelos dois elementos, marido e mulher, a que novos atomos vem juntar-se, os filhos, para formarem uma nova molecula mais complexa, mais creadora, mais activa e fecunda, a *familia*. Os colonos que é preciso attrahir, não são, pois, os homens solteiros, como atomos de um corpo simples, mas o homem completo pelo casamento, a molecula colonisadora *marido-mulher*.

Guyot calcula que uma familia de colono representa, termo medio, um valor de 15:000 a 20:000 francos (2:700\$000 a 3:600\$000 réis). Isto é exacto entre nós nas localidades onde os jornaes regulam por 360 réis para homens e 180 réis para mulheres; mas nas regiões onde os salarios são inferiores, pôde aquelle valor reduzir-se até 1:500\$000 réis.

Sendo assim, cada parcella de terreno de 4 a 6 hectares com casa e objectos, que pôde valer, ao entregar-se ao colono, de 500\$000 a 1:000\$000 réis ou mais, representará, com a familia do colono, para o estado, ou para o paiz, o segundo a localidade e outras circumstancias, um capital de 2:000\$000 a 4:600\$000 réis, ou mais, em plena actividade de produção. Mas pelo seu trabalho, pelas benfeitorias, sobretudo pela irrigação e pela plantação da vinha, poderá o colono duplicar e triplicar o valor da terra que recebeu, de sorte que podemos acceitar como provavel que o valor medio de cada parcella, com a respectiva familia, não deve ao fim de cinco annos representar menos de 4:000\$000 réis, o que prova que, se fosse possivel, em um dado anno, estabelecer no Alentejo o minimo de 4:000 familias, ter-se-ia augmentado, ao cabo de cinco annos, a riqueza productiva d'esta provincia no valor de réis 16.000:000\$000.

É preciso, porém, notar que n'esta região, onde talvez não menos de 1.000:000 hectares de terrenos incultos podem ser colonisados, as 4:000 familias apenas chegarão para occupar a quinquagesima parte d'essa superficie. Entretanto como semente lançada n'aquelle vasto campo, semente que ha de germinar e reproduzir-se, seria muito sufficiente, por agora, para começar.

Os colonos que talvez mais se affeiçoem á terra na região transtagana serão os beirões, habituados já a

írem ao sul do Tejo fazer, em certas epochas do anno, os trabalhos agricolas. São sobrios e trabalhadores. Nas zonas, porém, onde a irrigação seja possível, e n'aquellas onde a cultura da vinha e a das plantas industriaes se possam desenvolver, talvez convenham mais os minhotos e os ilheus da Madeira e Açores. É tambem das provincias, que alimentam uma emigração mais importante para outros paizes, que devem ser attrahidos os colonos.

Como o fim, que se tem realmente em vista, quando se trata de colonisação, é o desenvolvimento da agricultura e da população, e a valorisação dos terrenos mal aproveitados e incultos, pela divisão da propriedade, parece que se deve conceder a colonisação promovida por particulares, principalmente pelos proprietarios de extensos tractos de terra inculta ou de grandes herdades sujeitas á cultura extensiva, as mesmas vantagens que convenha conceder á colonisação promovida por empresas.

Cousas boas ha que não se fazem pela falta de habito, ou por se não terem visto fazer, ou, enfim, porque não se tem pensado n'isso. É provavel que logo que se comecem os trabalhos de colonisação, e que as suas vantagens e possibilidades principiem a ser apreciadas, muitos dos grandes proprietarios se resolvam a dividir as suas herdades em courellas ou fazendas, e a fazer colonisação por sua conta e risco.

Deve o governo promover a colonisação officialmente, porque ella não se faz particularmente, pelo menos de modo apreciavel. É, porém, justo que as vantagens que forem concedidas á colonisação official, que ha de aproveitar ao estado, mas que a principio lhe póde estar quantias importantes, se não neguem á colonisação feita pela iniciativa particular e que nada ou muito pouco custará ao estado, devendo-lhe comtudo interessar muito.

A area que convirá ceder a cada colono deve variar muito, dentro de certos limites, conforme as culturas e o systema cultural que os colonos houverem de adoptar, porque é preciso attentar bem no principio de que a exploração, para ser lucrativa, tem de se subordinar, não a regulamentos previamente concebidos para uma generalidade imaginavel e fallivel, mas pelas condições physico-economicas do meio em que a pequena propriedade haja de subsistir.

Parece-nos comtudo que esses limites poderiam ser latos, e que'haverá casos em que 4 hectares sejam de mais e outros em que 6 sejam de menos.

Quando, pela proximidade de uma povoação e pela abundancia de agua, o terreno seja destinado a horta ou a culturas de regadio, póde succeder que o colono tenha o sufficiente com 2 hectares; outro tanto succederá quando tenha de predominar ou existir, com exclusão de qualquer outra, a cultura da vinha. Mas quando parte do terreno deva ser destinada a montado de qualquer *quercus*, ou outra cultura florestal, a pastagens naturaes permanentes, a um systema mais ou menos pastoril, mais ou menos de temporisação, de cultura mais ou menos extensiva, póde succeder que menos de 10, 15 ou 20 hectares, seja pouco. Alem d'isso as forças dos colonos não se medem só pelas dos braços seus e de sua familia: o colono póde ter mais ou menos capital; ser mais ou menos intelligente, mais ou menos illustrado; póde achar-se habilitado para supprir a força de braço pela do gado, os instrumentos de mão pelos movidos a força animal, e assim poder cultivar mais terreno do que o seu vizinho, sem mesmo ter de occupar mais pessoal do que o de sua familia.

Estas succintas considerações foram-nos suggeridas pela proposta de colonisação, apresentada pelo governo e que, infelizmente, não foi, até ao presente, analysada pelo parlamento.

Lisboa, em dezembro de 1888.—*Elvino de Brito*.

DOCUMENTOS

Documento A

Resumo historico da legislação e de alguns factos relativos
a cereaes e vinhos, desde 1202

1202 — Grande penuria de subsistencias. Fome em Portugal, Hespanha, França, Italia e outros paizes (*Chronicon conimbricense*). Grande mortandade de gente e animaes em Portugal.

1272 — D. Affonso III promulga a lei de 13 de julho de 1272, prohibindo a exportação para fora do reino de trigo, milho miúdo, centeio, cevada e farinhas, para evitar a fome e vista a penuria de cereaes.

1310 — A peste que invadiu o reino n'este anno é attribuida á escassez de subsistencias.

1323 — Preço do trigo em Panoias, 143 réis (moeda de hoje) o alqueire; em Lamego, 164 réis o alqueire.

1331 — Queixas dos povos nas côrtes de Santarem pela carestia dos cereaes. Pedem a rigorosa execução da lei de 1272. Da resposta de D. Pedro I aos aggravos do concelho de Tavira se vê que n'essa cidade e no litoral do Algarve se importava trigo para abastecimento da população.

1333 — Reinando D. Affonso IV: trigo, 21 soldos ou 514 réis o alqueire; centeio, 16 soldos ou 432 réis o alqueire; milho miúdo, 13 soldos ou 318 réis o alqueire.

1361 — Nas côrtes de Elvas os procuradores do povo pedem a livre circulação dos cereaes e do vinho. D. Pedro I permittiu que as sobras da colheita de alguns concelhos podessem acudir á escassez de outros.

1367-1383 — Durante o reinado de D. Fernando a exportação annual chegou a carregar 400 a 500 navios, e em um só anno chegou-se a exportar 12:000 toneis de vinho.

Taxa decretada por D. Fernando, depois da quebra da moeda:

Algarve: trigo, 5 libras ou 13215 réis o alqueire; cevada, 50 soldos ou 13235 réis o alqueire.

Alemtejo: trigo, 3 libras ou 729 réis o alqueire; centeio, 30 soldos ou 741 réis o alqueire; cevada, 30 soldos ou 741 réis o alqueire.

Extremadura: trigo, 40 soldos ou 988 réis o alqueire; centeio, 20 soldos ou 494 réis o alqueire; cevada, 20 soldos ou 494 réis o alqueire.

Beira: trigo, 20 soldos ou 494 réis o alqueire; centeio, 10 soldos ou 247 réis o alqueire; cevada, 10 soldos ou 247 réis o alqueire; milho miúdo, 10 soldos ou 247 réis o alqueire.

Porto: trigo, 30 soldos ou 741 réis o alqueire.

Minho: trigo, 20 soldos ou 494 réis o alqueire; centeio, 10 sol-

dos ou 247 réis o alqueire; cevada, 10 soldos ou 247 réis o alqueire; milho miúdo, 10 soldos ou 247 réis o alqueire.

Traz os Montes: trigo, 30 soldos ou 741 réis o alqueire; centeio, 15 soldos ou 370 réis o alqueire; cevada, 15 soldos ou 370 réis o alqueire.

1403 — Anno de fome. A camara do Porto eleva a taxa do trigo e milho: trigo, 840 réis o alqueire; milho miúdo, 420 réis o alqueire.

1385-1433 — Em annos normaes d'esta epocha (de D. João I. 1385-1433), segundo se vê pela escriptura feita por D. Nuno Alvares Pereira para as obras do convento do Carmo, regulava o trigo a 5 e 5,5 reaes ou 15093 a 15215 réis o alqueire. Em 1414, anno de fome, um pão de 4 onças custava 15 soldos ou 369 réis: trigo, 9 reaes de prata ou 25187 réis o alqueire.

1461 — Em meiado do reinado de D. Affonso V: trigo, 10 reaes ou 400 réis o alqueire.

1462 — Segundo Brito, *Memorias politicas* (de 1462 a 1475): vinho tinto, 72 reaes ou 28520 réis o almude.

1475 — Idem: vinho tinto, 96 reaes ou 33360 réis o almude.

1475-1495 — Nos ultimos annos do reinado de D. Affonso V e durante o reinado de D. João II: trigo, 15 a 20 reaes ou 525 a 700 réis o alqueire.

Em Evora, em 1485, preço taxado pelo rei por occasião de escassez: trigo, 30 reaes ou 12050 réis o alqueire.

Em Evora, ainda em 1485, por effeito de larga importação de trigo de Hespanha, ordenada pelo rei para supprir a falta, baixou o trigo a 14 reaes ou 490 réis o alqueire.

1500 — Na Madeira as adegas achavam-se attestadas de vinho precioso, já conhecido e estimado na Europa.

1500-1521 — Segundo os mercados reguladores, o preço do trigo oscillou n'esta epocha entre 15 e 20 reaes ou 450 a 600 réis o alqueire, terminando por se fixar em 25 reaes ou 750 réis o alqueire nos ultimos annos d'esta epocha.

Em Evora, em 1505, foi taxado o trigo em 48 reaes ou 18440 réis o alqueire, por carta regia á camara; pouco antes fôra reputado a 38 reaes ou 990 réis o alqueire para pagamento da siza.

Na Beira, em 1515: trigo, 26 reaes ou 780 réis o alqueire.

No reinado de D. Manuel a taxa estabelecia os preços que vão indicados para as seguintes provincias e localidades:

Minho: trigo, 30 reaes ou 900 réis o alqueire; centeio, 25 reaes ou 750 réis o alqueire; cevada, 20 reaes ou 600 réis o alqueire; milho miúdo, 18 reaes ou 540 réis o alqueire.

Traz os Montes: trigo, 20 reaes ou 600 réis o alqueire; centeio, 15 reaes ou 450 réis o alqueire; milho miúdo, 12 reaes ou 360 réis o alqueire.

Coimbra, Aveiro e provincia da Extremadura: trigo, 27 reaes ou 810 réis o alqueire; centeio, 15 reaes ou 450 réis o alqueire; cevada, 7 reaes ou 210 réis o alqueire; milho miúdo, 18 reaes ou 540 réis o alqueire.

Nos almoxarifados de Santarem e Alemquer: trigo, 25 reaes ou 750 réis o alqueire; centeio, 12 reaes ou 360 réis o alqueire; cevada, 13 e 18 reaes ou 390 e 540 réis o alqueire; milho miúdo, 12 reaes ou 360 réis o alqueire.

Lisboa: trigo, 28 reaes ou 840 réis o alqueire; cevada, 20 reaes ou 600 réis o alqueire.

Alemtejo (almoxarifado de Evora): trigo, 20 reaes ou 600 réis o alqueire.

Almoxarifado de Beja: trigo, 18 reaes ou 540 réis o alqueire.

Almoxarifados de Portalegre, Moura e Serpa: trigo, 15 reaes ou 450 réis o alqueire; cevada, 12 reaes ou 360 réis o alqueire.

Almoxarifado de Elvas: trigo, 15 reaes ou 450 réis o alqueire; cevada, 10 reaes ou 300 réis o alqueire.

Almoxarifado de Olivença: trigo, 15 reaes ou 450 réis o alqueire; cevada, 8 reaes ou 240 réis o alqueire.

A taxa dava nos vinhos os seguintes preços nas diversas provincias e localidades:

Beira (mercados reguladores: Lamego, Vizeu e Guarda): vinho tinto ou sem designação, 28 reaes ou 840 réis o almude.

Traz os Montes (mercados reguladores: Villa Real e Moncorvo): vinho tinto ou sem designação, 20 reaes ou 600 réis o almude.

Coimbra, Aveiro, alta Extremadura e Santarem: vinho tinto ou sem designação, 20 reaes ou 600 réis o almude.

Minho (mercados reguladores: Porto, Guimarães e Ponte de Lima): vinho tinto ou sem designação, 18 reaes ou 540 réis o almude.

Alentejo: vinho tinto de embarque, 35 reaes ou 1050 réis o almude; vinho branco fino, também de embarque, 112 reaes ou 3360 réis o almude.

Lisboa (com direitos pagos): vinho tinto ou sem designação, 40 reaes ou 1200 réis o almude.

Ribatejo: vinho tinto ou sem designação, 50 reaes ou 1500 réis o almude.

Evora: vinho tinto ou sem designação, 45 reaes ou 1350 réis o almude.

Beja: vinho tinto ou sem designação, 60 reaes ou 1800 réis o almude.

Média geral do preço do vinho, no reino, n'esta epocha: vinho tinto ou sem designação, 36,76 reaes ou 1103 réis o almude.

Durante a epocha de D. Manuel, o preço medio do trigo podia calcular-se em 25 a 30 reaes ou 750 a 900 réis o alqueire; e o máximo, nos annos de escassez, em 40 a 50 reaes ou 1200 a 1500 réis o alqueire.

1521-1527 — Na epocha de D. João III, comquanto a população se achasse muito reduzida, a produção não excedia ou não chegava para o consumo, sendo por isso prohibida a exportação de grãos, farinhas, couros, sebo, cera, lã, linho e estopa, no mesmo tempo que se permitia a livre admissão de grãos estrangeiros. Parece ter começado n'esta epocha a cultura do milho grosso no Minho, Beira e Extremadura. No Alentejo vendeu-se o trigo nos annos férteis d'este periodo, como 1530 e 1533, de 30 a 50 reaes ou 900 a 1500 réis o alqueire; e nos annos de escassez, quando era necessario importar trigo, chegou-se a vender a 160 reaes ou 4800 réis o alqueire.

1529 — Pelos annos serem fortuitos, D. João III taxou em 40 reaes ou 1200 réis o alqueire de trigo das rendas que os lavradores devessm pagar. O commercio de exportação de productos agricolas reduzia-se a vinho, azeite, fructas verdes e secas.

1531 — No termo de Lamego produzia-se bastante vinho de muito corpo e aroma. N'este anno attingiu a produção a cifra de 12:268 pipas. Quasi todos os vinhos finos saiam para a corte ou para embarque. Os velhos vendiam-se a 400 e 500 reaes ou 12000 a 15000 réis o almude.

1530 — N'esta epocha o abatimento da agricultura acompanhava

a decadência geral do paiz, e d'elle se resentia a produção vinícola, tanto em qualidade como em quantidade. O vinho commum vendia-se a 288 reaes ou 8\$640 réis o almude; e o branco fino por preço elevadissimo. (*Viagem dos cavalheiros Tron e Lipomani a Portugal em 1580*, publicada em 1843 no *Panorama*.)

1588-1590 — Os preços das subsistencias eram elevados: trigo, 120 reaes ou 1\$200 réis o alqueire; vinho tinto, ou sem designação, 140 reaes ou 1\$400 réis o almude.

1593 — Continúa a alta nos preços: trigo, 180 reaes ou 1\$800 réis o alqueire.

1594 — Continúa a subida nos preços: trigo, 200 reaes ou 2\$000 réis o alqueire.

1596 — O preço do trigo attinge o dobro do já elevado preço de 1588 e 1590, e o do vinho sobe muito: trigo, 240 reaes ou 2\$400 réis o alqueire; vinho tinto ou sem designação, 200 reaes ou 2\$000 réis o almude.

1599 — São ainda elevados os preços: trigo, 480 reaes ou 1\$440 réis o alqueire; centeio, 230 reaes ou 690 réis o alqueire; milho miúdo, 230 reaes ou 690 réis o alqueire.

1602-1605 — Preço do vinho tinto ou sem designação, 200 reaes ou 600 réis o almude.

1608 — Anno escasso. Estranhava-se n'esta epocha que estivessem por abrir e cultivar muitas varzeas de bons terrenos, e que outras, proprias para pão, continuassem mettidas de vinha. Preço do trigo, 400 reaes ou 1\$200 réis o alqueire.

1611 — Anno escasso: trigo, 500 reaes ou 1\$500 réis o alqueire; centeio, 300 reaes ou 900 réis o alqueire; milho miúdo, 300 reaes ou 900 réis o alqueire.

1614 — Anno escasso: trigo, 450 reaes ou 1\$350 réis o alqueire; centeio, 200 reaes ou 600 réis o alqueire; milho miúdo, 200 reaes ou 600 réis o alqueire; vinho tinto, ou sem designação, 220 a 240 reaes ou 660 a 720 réis o almude.

1615-1620 — Os preços são mais regulares, tendo as colheitas sido mais abundantes: trigo, 200 a 220 reaes ou 600 a 660 réis o alqueire; centeio, 140 a 160 reaes ou 420 a 480 réis o alqueire; milho miúdo, 140 a 160 reaes ou 420 a 480 réis o alqueire; vinho tinto ou sem designação, 187 reaes ou 561 réis o almude.

Em 1617 ha uma alta no preço do vinho: tinto, ou sem designação, 240 reaes ou 720 réis o almude. As medias dos preços nos vinte annos decorridos entre 1600 e 1620, são: trigo, 300 reaes ou 900 a 1\$000 réis o alqueire.

1625 — Produção mais regular: trigo, 200 reaes ou 500 réis o alqueire; cevada, 160 reaes ou 400 réis o alqueire; milho miúdo, 180 reaes ou 450 réis o alqueire; vinho tinto, ou sem designação, 200 a 280 reaes ou 500 a 700 réis o almude.

1628-1635 — Epocha de carestia dos cereaes. Preços oscillaram: para o trigo, entre 350 a 400 reaes ou 875 a 1\$000 réis o alqueire; para o centeio, cevada ou milho miúdo, entre 185 a 300 reaes ou 462 a 750 réis o alqueire.

Em meiado da dominação hespanhola representavam os povos que todos os annos o reino padecia fome, sendo necessario importar de França e outros paizes cerca de 500:000 cruzados ou réis 500:000\$000 da moeda actual, ao que devia corresponder uma importação de 1.100:000 alqueires.

Em 1632 a escassez foi tão apertada que foi necessario abrir os portos aos navios holandezes e suas carregações de trigo para

evitar os efeitos da penúria, que já nos annos mais proximos a t
nha manifestado.

1636-1640 — Em 1636 era a população do paiz apenas de 1.100:000 habitantes, que deviam consumir, a rasão de 21 alquei-
res de pão por anno e por habitante, 23.200:000 alqueires.

Deduzindo d'esta cifra os 1.100:000 alqueires que annualmente eram importados, termo medio, ficam 22.100:000 alqueires, a que devia corresponder uma superficie, annualmente em produção de cereaes, de 300:000 a 400:000 hectares. (Hoje tanto essa producção como esta superficie podem considerar-se quadruplicadas.)

A produção vinicola, pelo contrario, se acaso se não desenvolveu, era pelo menos a mais prospera nos ultimos vinte annos da dominação hespanhola (1620-1640), fornecendo não só os mercados internos, mas alimentando ainda a exportação para a India, Africa, Brazil, ilhas, Flandres e outros paizes do norte. As variedades de vinhos eram muitas, e alguns muito finos, que se pagavam muito caros. Distinguiam-se como localidades productoras dos melhores vinhos: Alvor, Portimão e Lagos, no Algarve; Evora (sobretudo os de Peramanca), Beja (brancos), Alvito (palhetes), Vianna, Villa de Frades e Alcaçovas, no Alentejo; Alcochete, Caparica, Lavradio, Seixal, Barreiro, Alhos Vedros, na margem sul do Tejo; Loures, Charneca, Carcavellos, Oeiras, Unhos, Camarate, Torres Novas, Leiria, Ourém, Cantanhede e Torres Vedras, na Extremadura; nas provincias do norte distinguiram-se Lamego e Monsão, que produziam vinhos finos e preciosos, quando ainda não echoára a fama dos vinhos do Douro, nem as faldas, encostas e cumiadas dos montes que formam essa accidentada região se achavam cobertas do precioso arbusto. N'essas regiões havia proprietarios que colhiam 150 a 200 pipas de vinho. Em 1625 vendiam-se os vinhos de 5:000 a 7:000 reaes ou 125,000 a 185,000 réis a pipa. A produção total calculada pelos tributos devia orçar por 120:000 a 150:000 pipas.

1678-1684 — Foi em 1678 que se fez a expedição mais antiga, de que ha noticia, de vinho do Douro pela barra do Porto, e que foi de 408 pipas.

O mappa B indica as quantidades de vinho exportadas pela barra do Porto desde essa era até 1812, isto é, nos primeiros 135 annos de exportação conhecida dos vinhos do Douro.

Por elle vemos que nos primeiros seis annos, de 1678 a 1683, a media foi de 704,5 pipas por anno, sendo a minima 142 (em 1681) e a maxima 1:251 (em 1683), começando a decrescer a exportação no anno immediato (1684), em que foi de 538 pipas apenas.

Tendo havido grande escassez de vinhos na Italia, alguns negociantes inglezes vieram procurar vinhos negros, saccharinos e alcoolicos das margens do Douro proximo a Lamego, ou mesmo de Lamego; este vinho foi tão apreciado pelos inglezes, que trataram de estabelecer feitorias no Porto a pouco e pouco para facilitar as transacções.

1684-1693 — O conde da Ericeira promovera em 1681 o estabelecimento e desenvolvimento de fabricas de pannos e baetas em Portalegre e Covilhã, as quaes *fizeram tão rapidos progressos que, bastando os nossos pannos para o consumo do reino e conquistas, como confessam os mesmos papéis publicos de Inglaterra, se prohibiu nos annos de 1684 e 1685 a entrada de pannos, sarjas e dragueles-panno estrangeiros*. A consequencia d'esta prohibição foi reduzir-se logo n'esses annos a 400:000 libras o valor da totali-

dade das importações de Inglaterra no reino. Nesta epocha a exportação de vinhos do Douro passou de 1:251 pipas (em 1683) a 538 (em 1684), 393 (em 1685), 253 (em 1686) e 815 (em 1687), voltando só a subir em 1688, em que atingiu 1:096 pipas, e continuando então a alta da exportação até 1693, em que subiu a 13:011 pipas. Por estes annos o preço do vinho do Douro subira, chegando os commissarios inglezes a compral-o aos lavradores a réis 60\$000 a pipa (2\$400 réis o almuêdo).

Durante esta epocha tinham-se desenvolvido muito as plantações pelas ingremes collinas do Douro; mas «tambem a sofrega ambigão dos productores e dos commerciantes exaggerou a producção com misturas de vinhos inferiores» (visconde de Villa Maior, *Douro illustrado*), o que produziu o descrédito do vinho do Porto em Inglaterra, principiando, suppõe-se que por esse motivo, a decrescer a exportação.

1694-1702 — Desde 1694, em que baixou já a 10:514 pipas, foi successivamente decrescendo a exportação até 1702, em que chegou a ser apenas de 3:930 pipas.

1703-1755 — Em 1703 faz-se com a Inglaterra o tratado chamado de Methuen, que foi a ruina das nossas fabricas de lanifícios, para reconhecer o que basta considerar que as importações de mercadorias inglezas, que em 1684 tinham baixado a 400:000 libras, excederam o triplo d'essa cifra logo no primeiro anno depois do tratado, sendo de 1.300:000 libras (1704); este tratado, no passo que favorecia a entrada dos pannos inglezes em Portugal, dava aos vinhos portuguezes a vantagem de pagarem menos um terço dos direitos que pagassem em Inglaterra todos os outros vinhos estrangeiros. No anno do tratado elevou-se a exportação a 7:567 pipas, continuando nos annos seguintes a augmentar, com pequenas alternativas e recaídas; e já em 1716, sendo de 13:990 pipas, excedia a maxima anterior, que fôra de 13:011 em 1693; e nos annos seguintes chegou a exceder a cifra de 20:000, frequentemente até 1753, em que foi de 21:107, tendo atingido maximas de 25:870 e 21:529 respectivamente nos annos de 1728 e 1743. Durante este periodo a producção augmentára; mas ao mesmo tempo a cobiça demasiada de commissarios estrangeiros levou-os a introduzir vinhos de diversas procedencias na lotação dos do Douro, o que, concorrendo para o descrédito, promovera tambem a desceida dos preços, que chegaram a ser apenas de 10\$000 réis por pipa ou 400 réis o almuêdo no meiado do seculo XVIII.

«Os mercadores britannicos, cegos pela cobiça, impunham condições, que excediam os limites naturaes, exigindo que o vinho chamado do Porto fosse «*um fogo potavel nos espiritos, uma pólvora incendiada no queimo, uma tinta negra na côr, um Brazil na doçura e uma India no aroma*», e aconselhando por isso como segredo infallivel as confeições, a mistura de aguardente de prova na fervura e a de baga de sabugueiro ou folhelho de uva preta para a tintura. Estas e outras adulterações, recommendadas para dar pulso, côr e madureza artificial aos vinhos, custava por pipa ao lavrador 5\$000 e 6\$000 réis. Alem d'isto, comprando vinhos inferiores, e até vinhos verdes, e cobrindo-os com os finos, os commissarios acabavam de arruinar o bom nome do producto. A baixa dos preços e a maior extensão da cultura vinicola depressa redundaram em perdas graves para os lavradores, aggravados logo depois pela diminuição da venda para o estrangeiro. Muitos, mal podiam já em 1748 acudir ao amanho das vinhas, e lastimavam a

epoca em que viam em suas adegas attestadas um penhor de riqueza e prosperidade. Apesar d'isso, ainda não tinham desanimado, e todos os dias novos socaços povoados de cepas affiançavam a permanencia das illusões.» (Christovão Guerner, *Discurso historico e analytico sobre o estabelecimento da companhia geral da agricultura dos vinhos do Alto Douro.*)

Em resultado de tão precarias circumstancias decreosceu a exportação até ser de 12:211 pipas (1756).

Um commerciante hespanhol, D. Bartholomeu Pancorvo, tentara por essa epocha um plano vasto para restaurar o commercio dos vinhos por meio da creação de uma grande companhia, tentativa que fálhou por falta de capitães e pelas intrigas dos commissarios estrangeiros, segundo parece.

1756-1812 — «Parece que um frade astuto e intrigante, que tivera no Porto conhecimento dos planos concebidos pelo hespanhol Pancorvo, para a formação da companhia commercial de que fallámos, servindo-se fraudulentamente d'esses planos, fôra interpor o seu valimento para com o poderoso ministro de el-rei D. José.

«D'aqui resultou em 1756 a companhia geral da agricultura e commercio dos vinhos do Alto Douro, que por mais de um seculo dominou os interesses economicos d'esta região.» (Visconde de Villa Maior, *Douro illustrado.*)

Depois da fundação da companhia desenvolveu-se a exportação, mantendo durante trinta annos (1757-1786) uma media de vinte e tantas mil pipas, e subiu esta nos vinte e seis annos seguintes (1787-1812) ao duplo, quarenta e tantas mil pipas. Nos primeiros trinta annos a minima foi de 12:242 pipas em 1763 e a maxima de 29:575 em 1779. No ultimo periodo (1787-1812) a minima foi de 21:208 pipas em 1811 e a maxima de 66:629 pipas em 1801, na epocha de maior exportação, 1798 a 1801, que coincidiu com o bloqueio continental.

O preço medio n'este periodo, por hectolitro, foi para o trigo 3999 réis e para a cevada 2828 réis.

1812 — Ao mesmo tempo que se desenvolvia a viticultura no Douro, tomava este ramo da lavoura nacional tambem notavel incremento no sul do paiz, sobretudo no termo de Torres Vedras, onde tão importante se tem tornado no seculo actual, e mormente nos ultimos annos. Em 1812 era a produção de vinho a mais abundante entre todas as d'esse termo; a tal respeito escrevia Manuel Agostinho Madeira Torres:

«A maior parte da terra, não só chamada de fôra ou de altas, mas tambem das mesmas varzeas, ainda d'aquellas que foram comprehendidas na leira dos alvarás de 26 de outubro de 1765 e de 18 de fevereiro de 1766, acha-se povoada de vides, para o que, alem do motivo geral de procurar-se a colheita do genero, que deixa ao agricultor maior vantagem, concorre a respeito dos terrenos altos a falta e difficuldade de estruços, e a respeito dos planos ou campos o remediar por meio de semelhante plantação os estragos procedidos dos portos ou quebradas nas metas dos rios. Tambem do vinho recolhido das vinhas altas e de boas plantas, é reputado por superior o tinto das freguezias de S. Mamede, Freiria, Sobral de Abelheira, Euxara do Bispo, Asoeira e Trocifal; e por superior o branco das freguezias da Carvoeira, Carmões e Dois Portos. Contam-se dentro da villa e seu termo 825 lagares de uvas. As adegas serão em numero pouco desigual, e ha algumas assaz

notaveis pelo edificio e vazilhame. (Descripção historica e economica da villa e termo de Torres Vedras.)

Pelo mappa geral de todos os fructos, que em 1812 pertenceram ao terço da contribuição de guerra no termo de Torres Vedras, appenso á referida memoria, se vê que na totalidade do referido terço (14:362\$026 réis) figurava a parte respectiva ao vinho em 7:248\$250 réis (moeda d'aquelle tempo), e que a totalidade das produções agricolas, pagando dizimos no valor de 43:086\$078 réis, era computada a cima de 1.000:000 cruzados, isto é, mais de 480:000\$000 réis da moeda de hoje; em o valor do vinho (calculado approximadamente pela proporção 7,24 : 14,3 :: x : 480) devia entrar pela cifra de 243:000\$000 réis.

Segundo o referido mappa, os preços da camara para cereaes e vinho foram, na moeda da epocha, os que vão indicados: trigo, 780 réis o alqueire; centeio, 680 réis o alqueire; cevada, 500 réis o alqueire; milho miúdo, 680 réis o alqueire; vinho tinto, 1\$200 réis o almude.

1852 — O decreto de 11 de outubro estabelece as obrigações reciprocas entre o governo e a companhia geral de agricultura dos vinhos do Alto Douro.

Pela portaria de 28 de outubro se additam as instrucções do decreto de 11 do mesmo mez, sobre a eleição da commissão reguladora dos vinhos do Douro.

Outra portaria de 28 de outubro providenciou sobre o arrolamento dos vinhos do Douro.

Pelo decreto de 24 de novembro é nomeada uma commissão reguladora, provisoria, da agricultura e commercio dos vinhos do Douro.

O decreto de 2 de dezembro trata de medidas regulamentares da ultima colheita dos vinhos do Alto Douro e apresenta o regulamento provisório a este respeito.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 3\$737 réis; para a cevada, 2\$000 réis; para o milho, 2\$869 réis; e para o centeio, 2\$609 réis.

1853 — O decreto de 24 de maio regula a fiscalisação dos vinhos do Douro na sua conducção para a cidade do Porto e transferencia n'hi de uns para outros armazens.

A carta de lei de 29 de julho auctorisa a importação do milho estrangeiro no continente e ilha da Madeira, até 31 de dezembro proximo.

Em 30 de julho communicava-se ao governador civil de Angra, que se expedissem ordens para a remessa de cereaes, a fim de attenuar os effeitos da crise alimenticia.

A carta de 19 de agosto estabeleceu o modo de se medir o vinho do Douro, vendido para commercio.

A portaria de 25 de novembro auctorisa um deposito de milho no Porto, para sustentar o equilibrio dos preços e evitar o monopolio.

O decreto de 20 de dezembro permite a importação de cereaes livres de direitos, até ao fim de junho de 1855.

O decreto de 26 de dezembro cria uma commissão gerente do deposito de cereaes do Porto, e o decreto de 27 de dezembro nomeava tambem uma commissão gerente do emprestimo de réis 100:000\$000 para a compra de cereaes.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 3\$638 réis; para a cevada, 1\$901 réis; para o milho 2\$577 réis; e para o centeio, 2\$193 réis.

1855 — A portaria de 23 de janeiro annulla a portaria de 25 de novembro de 1854, pelo facto de se haver contractado um emprestimo de 100:000\$000 réis para a compra de cereaes, segundo o decreto de 26 de dezembro de 1854; mais tarde em 12 de fevereiro uma outra portaria auctorisa a camara municipal do Porto a gerir o deposito de cereaes, ficando sem effeito a portaria de 23 de janeiro, na parte em que manda entregar á commissão gerente os fundos do antigo deposito.

A portaria de 29 de março manda transportar cereaes para o Porto em vapores do estado, para acudir á carestia que então ali se sentia.

A carta de lei de 5 de julho proroga as disposições do decreto de 20 de dezembro de 1854, até 31 de janeiro de 1856, sobre admissão de cereaes.

O decreto de 10 de julho permite a importação de milho sem direitos, até 1 de outubro proximo.

A carta de lei de 17 de julho auctorisa um emprestimo com o banco de Portugal, para compra de cereaes.

A carta de lei de 20 de julho auctorisa a camara municipal no Peso da Regua a lançar um imposto de 100 réis em cada pipa de vinho, geropiga, aguardente e outros generos.

O decreto de 18 de outubro proroga o prazo de admissão de cereaes no continente e ilhas, até ao fim de junho de 1856, e a portaria de 13 de novembro dá instrucções acerca da intelligencia d'este decreto.

A portaria de 24 de novembro ao governador civil de Ponta Delgada, auctorisa a exportação da ilha de S. Miguel, do excesso de 200 moios de milho, que o arrematante dos dizimos se obrigou a conservar em deposito.

A portaria de 27 de novembro ao governador civil de Angra, auctorisa a exportação da ilha Terceira de 200 moios de milho e 80 de trigo.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 43972 réis; para a cevada, 25783 réis; para o milho, 43203 réis; e para o centeio, 33112 réis.

1856 — A portaria de 26 de janeiro vem approvar as contas e solver a responsabilidade da companhia gerente do deposito de cereaes no Porto.

A 4 de fevereiro formula-se uma proposta de lei sobre cereaes.

A carta de lei de 31 de maio auctorisa a importação de cereaes até ao fim de junho de 1856.

O decreto de 12 de junho permite a importação de cereaes com o direito de 5 réis por alqueire em grão e 10 réis em farinha, até ao fim do corrente mez, e revoga as fianças.

Formula-se em 16 de junho uma proposta sobre o mesmo objecto.

A carta de lei de 3 de julho admite a importação de cereaes até 30 de junho de 1857 em grão, farinha e pão cozido.

A portaria de 23 de julho ao governador civil de Faro, recomenda completa abstenção no commercio de cereaes, e desapprova ter a camara municipal retido 30 moios de trigo, procedentes de Mertola com destino a Lisboa.

A portaria de 29 de julho desapprova a medida tomada no concelho de Sinfães, de se impedir a saída do milho.

O decreto de 5 de agosto permite a importação de milho pelos portos molhados do sul, e regula o direito da bolacha e massa para sopa.

A portaria de 22 de agosto indica á camara municipal de Elvas o verdadeiro meio de obstar á falta de generos alimenticios que tivera no seu concelho.

O decreto de 23 de agosto permite a introdução de milho nos Açores.

A portaria de 25 de agosto ao governador civil de Ponta Delgada contém varias instruções sobre a crise alimentar e recommenda a liberdade do commercio.

O decreto de 18 de novembro regula a importação e exportação de cereaes.

O decreto de 3 de dezembro regula a importação do azeite, milho e sal, e diminue o imposto do pescado.

A portaria de 20 de dezembro lembra á associação commercial de Lisboa a conveniencia de se encarregar do abastecimento de cereaes nos mercados onde haja falta.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 7\$436 réis; para a cevada, 3\$479 réis; para o milho, 4\$128 réis, e para o centeo, 5\$003 réis.

1857 — O decreto de 28 de janeiro dissolve a commissão gerente de deposito de cereaes no Porto.

O decreto de 19 de maio permite a introdução de pão cozido e de cereaes pelos portos seccoos do reino até ao fim de junho de 1857.

Em junho formula-se uma proposta sobre cereaes nas ilhas.

A portaria de 22 de setembro pede informações acerca da conveniencia de estabelecer um deposito de cereaes no porto de Lisboa e outros.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 5\$126 réis; para a cevada, 2\$819 réis; para o milho, 3\$189 réis; e para o centeo, 2\$899 réis.

1858 — A portaria de 11 de março louva a direcção da companhia geral da agricultura das vinhas do Alto Douro por ter mandado vir de fóra do paiz enxofre para satisfazer ás necessidades do enxoframento.

A portaria de 4 de junho ao director da alfandega municipal, ordena que informe sobre o estado do mercado de cereaes e necessidade de admissão de cereaes estrangeiros.

A carta de lei de 12 de agosto auctorisa o governo a declarar, se as circumstancias o exigirem, a livre entrada de cereaes.

A lei de 14 de agosto auctorisa o governo a permittir até maio de 1859 a livre entrada de cereaes e legumes, e diminuir durante este tempo os direitos pela importação do arroz.

O decreto de 10 de setembro permite até ao fim de maio de 1859 a livre entrada de trigo, cevada em grão ou em obra pelos districtos do Porto, Braga, Vianna e Villa Real.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 5\$212 réis; para a cevada, 2\$809 réis; para o milho, 3\$624 réis; e para o centeo, 3\$153 réis.

1859 — O decreto de 4 de janeiro permite até ao fim de maio do mesmo anno a livre entrada de trigo, cevada e fava por quaesquer portos.

Formula-se em 15 de janeiro uma proposta de lei sobre importação de cereaes.

A portaria de 21 de janeiro ao governador civil de Angra, ordena-lhe que mantenha a execução do edital, que admittiu a importação de cereaes, ficando prejudicado o segundo edital que a prohibiu.

A portaria de 17 de fevereiro louva a comissão reguladora de agricultura e commercio dos vinhos do Alto Douro.

O decreto de 26 de março permite até ao fim de maio do mesmo anno a livre introdução de milho estrangeiro, por quaesquer portos seccos e molhados do continente do reino.

Formula-se em 18 de abril uma proposta de lei sobre importação de cereaes.

A carta de lei de 3 de junho auctorisa a introdução de cereaes estrangeiros e diminui o direito do arroz.

A portaria de 10 de junho encarrega o negociante José de Brito da compra e carregamento de 180 moios de milho para socorrer os habitantes da Horta e Angra.

A portaria de 10 de junho, ao governador civil de Angra, participa que se expediram as convenientes ordens, a fim de serem postos á sua disposição 100 moios de milho para occorrer á crise alimenticia.

Outra portaria de 10 de junho ao governador civil da Horta dá instrucções sobre o modo de occorrer á crise alimenticia manifestada nas illas do Faial e Pico.

Idêntica portaria é expedida com o mesmo fim ao governador civil de Angra, por causa da crise alimenticia manifestada na ilha de S. Jorge.

Ainda uma portaria de 10 de junho ao governador civil da Horta, participa que se expediram as convenientes ordens, a fim de serem postos á sua disposição 80 moios de milho para occorrer á crise alimenticia.

O decreto de 30 de junho permite até 31 de agosto do mesmo anno a importação de milho estrangeiro pelos portos seccos e molhados do estrangeiro.

O decreto de 25 de agosto permite a livre importação de centeo até 15 de novembro do mesmo anno.

A portaria de 12 de setembro permite a entrada nos armazens do depósito dos vinhos do Douro, de aguardentes necessarias para adubos dos mesmos vinhos.

A portaria de 14 de setembro, ao governador civil de Angra, auctorisa a instituição de um deposito de milho intitulado «celeiro dos pobres».

A portaria de 22 de novembro publica o officio do ministro dos negocios estrangeiros do Rio de Janeiro sobre a alteração dos direitos dos vinhos.

O decreto de 11 de dezembro auctorisa o deposito de cevada e centeo até ao ultimo de fevereiro de 1860.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 54036 réis; para a cevada 23387 réis; para o milho, 33572 réis; e para o centeo, 33878 réis.

1860 — Formula-se em 13 de fevereiro uma proposta de lei sobre importação de cereaes.

O decreto de 25 de fevereiro prorroga o deposito de cereaes até 31 de março do mesmo anno.

A carta de lei de 27 de março auctorisa a introdução de trigo e centeo em grão.

Formula-se em 29 de maio uma proposta de lei regulando o commercio dos vinhos do Douro.

Uma portaria de setembro, a que vão juntas umas instrucções, manda colligir amostras das principaes variedades de vinho do continente, para serem analysadas e qualificadas por uma comissão, e constituirem depois uma exposição permanente.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 4\$777 réis; para a cevada, 2\$493 réis; para o milho, 2\$773 réis; e para o centeio, 2\$790 réis.

1861 — A portaria de 28 de maio ao governador civil de Ponta Delgada, auctorisa-o a empregar os meios convenientes para attenuar os effeitos da elevação do preço do milho.

A portaria de 25 de junho, ao governador civil de Angra, encarrega-o de ouvir as corporações agricolas ácerca das providencias legislativas que conviria adoptar, para regular o commercio de importação e exportação de cereaes.

Formula-se em 9 de agosto uma proposta de lei para importação de cereaes.

Pela carta de lei de 11 de setembro é o governo auctorisado a importar cereaes estrangeiros, trigo, centeio, cevada e aveia em grão e pão cozido de trigo ou de centeio até ao fim de abril de 1862. Os cereaes assim admittidos pagariam unicamente os direitos que pagavam os nacionaes quando fossem despachados para consumo. Ouvir-se-iam determinadas auctoridades.

O decreto de 28 de setembro dizia que ouvidas as mesmas auctoridades se cumprisse aquella carta de lei (11 de setembro).

Pelo decreto de 10 de dezembro reformavam-se os estatutos da associação de agricultores do Douro.

Pela portaria de 27 de dezembro se participava ao governador civil de Angra que se adiuntavam 40 moios de trigo para semente, visto ter-se inutilisado o da ilha Terceira por ter sido atacado por um insecto.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 5\$655 réis; para a cevada, 2\$790 réis; para o milho, 2\$537 réis; e para o centeio, 3\$552 réis.

1862 — A portaria de 28 de janeiro ao governador civil de Angra, ordena o pagamento de 2:104\$331 réis, importancia do adiantamento de 40 moios de trigo para semente, na conformidade da portaria de 27 de dezembro de 1861.

O decreto de 14 de agosto permite a importação de cereaes estrangeiros até ao fim de abril de 1863 com direitos iguaes aos que pagam os nacionaes, que são despachados para consumo.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 5\$462 réis; para a cevada, 3\$026 réis; para o milho, 3\$729 réis; e para o centeio, 3\$722 réis.

1863 — A carta de lei de 13 de julho approva a despesa effectuada pelo governo com a commissão dos vinhos do Douro no anno de 1861-1862.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 4\$946 réis; para a cevada, 2\$590 réis; e para o centeio, 2\$972 réis.

1864 — O decreto de 12 de agosto permite o deposito de cereaes estrangeiros em Lisboa e Porto até 31 de março de 1865.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 5\$018 réis; para a cevada, 2\$294 réis; para o milho, 3\$489 réis; e para o centeio, 2\$758 réis.

1865 — Formulam-se a 21 de fevereiro duas propostas de lei, uma sobre importação de cereaes e outra regulando o commercio dos vinhos do Douro.

O decreto de 24 de março prorroga o estabelecimento do deposito de cereaes em Lisboa e Porto até o dia 30 de abril do mesmo anno.

O decreto de 11 de abril permite a admissão de cereaes estrangeiros do dia 20 do mesmo mez em diante.

A portaria de 22 de agosto ao governador civil de Portalegre denega a auctorisação pedida pela camara municipal de Elvas, para impedir a saída de generos alimentares.

A 8 de novembro formula-se uma proposta regulando o commercio dos vinhos do Douro.

A portaria de 23 de novembro ordena a remessa de um projecto regulamentar para a arrecadação do imposto do consumo sobre os vinhos do Douro, attenta a alteração na respectiva legislação.

A carta de lei de 7 de dezembro permite a livre exportação pela barra do Douro, de todos os vinhos produzidos em territorio portuguez.

A carta de lei de 23 de dezembro estabelece um imposto sobre o vinho, geropiga, aguardente e vinagre que entrar no Porto.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro: para o trigo, 4\$602 réis; para a cevada, 2\$301 réis; para o milho, 3\$271 réis; para o centeio, 2\$345 réis.

1867 — O decreto de 27 de novembro ordena a livre importação de cereaes estrangeiros, ficando simplesmente sujeitos ao imposto de consumo.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro: para o trigo, 6\$096 réis; para a cevada, 2\$372 réis; para o milho, 3\$585 réis; para o centeio, 3\$096 réis.

1870 — O decreto de 28 de fevereiro eleva o imposto da farinha estrangeira.

A portaria de 18 de abril resolve que as farinhas depositadas nos armazens da alfandega sejam sujeitas ao augmento de direitos, como se estivessem no paiz da procedencia.

O decreto de 23 de junho substitue por outra a tabella n.º 4, annexa ao decreto de 20 de dezembro de 1861, dos equivalentes dos cereaes em grão, que forem reduzidos a farinha para restituição dos direitos respectivos.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro: para o trigo, 4\$684 réis; para a cevada, 2\$220 réis; para o milho, 3\$173 réis; para o centeio, 3\$130 réis.

1871 — O decreto de 25 de janeiro cria exposições officiaes de vinhos portuguezes nos mercados estrangeiros.

A portaria de 31 de janeiro concede á sociedade agricola de Angra o remanescente do producto da venda de trigo e milho, que o governo mandou para Angra na importancia de 2:911\$206 réis, sob a condição de fundarem uma matta nos terrenos baldios das camaras municipaes.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro: para o trigo, 4\$494 réis; para a cevada, 2\$205 réis; para o milho, 2\$644 réis; para o centeio, 2\$644 réis.

1872 — A portaria de 8 de junho nomeia uma commissão para estudar a nova molestia das vinhas e preparar os meios de a combater.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro: para o trigo, 4\$161 réis; para a cevada, 2\$367 réis; para o milho, 2\$608 réis; para o centeio, 2\$734 réis.

1873 — A lei de 24 de abril diminuc o imposto do real de agua fóra de Lisboa e Porto, e estabelece o imposto de 7 réis sobre o litro de vinagre.

O preço dos cereaes n'este anno foi por hectolitro: para o tri-

- go, 4\$463 réis; para a cevada, 2\$221 réis; para o milho, 2\$862 réis; para o centeio, 2\$654 réis.
- 1874** — A lei de 9 de abril dispõe que os cereaes em grão ou farinha, importados de Hespanha para consumo, paguem os mesmos direitos que sendo importados pelos portos de mar.
- O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 4\$947 réis; para a cevada, 2\$886 réis; para o milho, 3\$282 réis; e para o centeio, 2\$967 réis.
- 1875** — O decreto de 4 de dezembro permite a importação de cereaes sem direitos em Cabo Verde.
- O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 4\$560 réis; para a cevada, 2\$586 réis; para o milho, 3\$488 réis; e para o centeio, 3\$020 réis.
- 1876** — A portaria de 14 de março regula o modo do pagamento do imposto de 40 réis por kilogramma.
- O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 4\$274 réis; para a cevada, 2\$003 réis; para o milho, 3\$756 réis; e para o centeio, 2\$798 réis.
- 1877** — O decreto de 31 de agosto admitta cereaes sem pagamento de direitos, por trinta dias, nos Açores.
- O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 4\$843 réis; para a cevada, 1\$995 réis; para o milho 3\$150 réis; e para o centeio, 3\$075 réis.
- 1878** — O decreto de 14 de junho dá instrucções para a cobrança no Porto e em Gava do imposto sobre o vinho de consumo e de exportação.
- A lei de 26 de março addiciona com 40 réis os direitos de importação sobre cereaes por cada 30 kilogrammas, tucos com relação ao consumo de Lisboa.
- O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 4\$546 réis; para a cevada, 2\$789 réis; para o milho, 3\$487 réis; e para o centeio, 3\$287 réis.
- 1880** — O decreto de 3 de novembro estabelece o direito de importação de 400 réis por decalitre de aguardente, e o de 40 réis de direito de exportação de maucarra e outras sementes em Guiné.
- O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 4\$250 réis; para a cevada, 1\$800 réis; para o milho, 2\$912 réis; e para o centeio, 2\$855 réis.
- 1882** — A lei de 25 de julho determina que a aguardente de produção nacional, quando extrahida de cereaes, pague por cada decalitre a taxa de 250 réis, alem dos mais direitos que actualmente paga.
- O decreto de 13 de dezembro approva o regulamento do imposto de aguardente de cereaes.
- O decreto de 28 de dezembro inclue o alcool na pauta das alfândegas da provincia da Guiné portugueza.
- O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 4\$433 réis; para a cevada, 2\$312 réis; para o milho, 3\$486 réis; e para o centeio, 2\$785 réis.
- 1884** — A lei de 6 de julho fixa o imposto sobre a aguardente.
- A portaria de 18 de agosto diz estarem tomadas providencias para que as fabricas de distillação de cereaes ou de quaesquer fructas, estabelecidas nas ilhas adjacentes, não se aproveitem da isenção, que por circumstancias anormaes se determine, dos direitos de importação dos cereaes em qualquer d'essas ilhas.
- O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo,

3\$500 réis; para a cevada, 1\$573 réis; para o milho, 2\$747 réis; e para o centeio, 2\$319 réis.

1885 — Pela portaria de 7 de janeiro se manda promover e proceder á constituição de comissões officiaes promotoras da produção e commercio de exportação de vinhos nacionaes em Lisboa, Figueira da Foz e Porto.

A portaria de 28 de maio nomeia duas comissões centraes, uma para o norte e outra para o sul, no intuito de tornar effectivas as disposições da portaria de 7 de janeiro ultimo.

Pela portaria de 14 de novembro tomam-se providencias sobre a execução do decreto de 17 de setembro ultimo, que regula a cobrança do imposto de exportação de vinho pela alfandega do Porto.

Pela portaria de 24 de dezembro tomam-se providencias contra as fraudes e falsificações dos vinhos, quer destinados ao consumo interno do paiz, quer ao commercio de exportação.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 3\$342 réis; para a cevada, 1\$863 réis; para o milho, 2\$502 réis; e para o centeio, 2\$313 réis.

1886 — A portaria de 6 de maio concede aos importadores de cereaes, com depositos auctorisados, a faculdade de pagarem os direitos de entrada e mais impostos em tres prestações iguaes.

O decreto de 4 de junho dispõe que a livre admissão de cereaes nos districtos insulares só pôde ser permittida pelos governadores civis, com prévia auctorisação do governo, e dada esta, se forem exportados para o continente, até á epoca da arrecadação das colheitas, ficam sujeitos a direitos de importação como estrangeiros.

O preço dos cereaes n'este anno foi, por hectolitro, para o trigo, 3\$308 réis; para a cevada, 1\$915 réis; para o milho, 2\$355 réis; e para o centeio, 2\$355 réis.

1887 — Approvadas, para o continente e ilhas, as pautas dos direitos de importação, exportação, reexportação e baldeação.

São supprimidos na alfandega de consumo de Lisboa os direitos sobre farinaceos, excepto fava e batata.

1888 — A proposta de lei de 5 de maio modifica os direitos fixados na pauta das alfandegas para os cereaes, farinhas e fava.

Outra proposta de lei da mesma data fixa os direitos que devem pagar provisoriamente os generos de que trata a proposta anterior, que no dia 4 de maio de 1888 não estivessem nos portos portuguezes ou em viagem directa dos paizes productores.

A carta de lei de 9 de maio fixa os direitos que provisoriamente devem pagar os cereaes, farinhas e fava, e considera em deposito a differença entre estes direitos e os actuaes da pauta das alfandegas até resolução definitiva da proposta de lei apresentada em côrtes sobre este assumpto.

A proposta de lei de 30 de maio modifica os direitos estabelecidos na pauta das alfandegas para as aguardentes e alcools.

A proposta de lei de 1 de junho sujeita provisoriamente aos novos direitos a aguardente, alcool e bebidas alcoolicas, que em 29 de maio não estivessem nos portos portuguezes ou em viagem directa dos paizes productores.

A carta de lei de 26 de junho fixa os direitos que provisoriamente devem pagar a aguardente, alcool e bebidas alcoolicas, que em 29 de maio não estivessem nos portos portuguezes ou em viagem directa dos paizes productores, e determina diversas disposições relativas á differença entre estes direitos e os marcados na pauta geral das alfandegas.

A carta de lei de 14 de julho modifica os direitos das aguardentes e alcools, auctorisando o governo a elevar aquelles direitos em dadas circumstancias.

A portaria de 17 de julho de 1888 manda observar provisoriamente algumas disposições relativas ao imposto dos alcools e aguardentes fabricados nas ilhas adjacentes.

A carta de lei de 19 de julho modifica os direitos dos cereaes, farinhas e fava, eliminando os direitos do consumo em Lisboa, nos artigos que menciona, e marca o direito de consumo do vinho.

A portaria de 25 de julho nomeia uma *comissão* para elaborar o regulamento da fiscalisação e cobrança do imposto de produção sobre os alcools.

A portaria de 1 de setembro manda observar diversas prescripções relativas ao despacho de exportação dos vinhos, que existam nos armazens de Villa Nova de Gaia ao tempo em que foi remodelado o antigo systema de cobrança dos direitos.

A portaria de 7 de setembro determina que se observem nas regiões agronomicas as instrucções que da mesma portaria fazem parte, relativas ao tratamento das vinhas *phylloxeradas*.

O decreto de 20 de setembro approva o regulamento do imposto de produção dos alcools e aguardentes produzidos no continente do reino e ilhas adjacentes, e que do mesmo decreto faz parte.

Os despachos de 27 de outubro nomeiam os commissarios districtaes e commissarios adjuntos nas circumscripções aduaneiras de Ponta Delgada e Angra do Heroismo para a fiscalisação do imposto de produção dos alcools e aguardentes.

A portaria de 29 de outubro determina que os inspectores de agricultura façam publicar, que nas estações ampelo-*phylloxericas* da Regua e Torres Vedras se ministra cuspino gratuito para tratamento e cultura de vinhas.

O aviso datado de 30 de outubro diz que, pela direcção geral de agricultura, serão distribuidas pequenas quantidades de trigo estrangeiro aos agricultores que desejem fazer ensaios culturaes.

O decreto de 2 de novembro determina que os direitos sobre os trigos estrangeiros sejam de 10 réis por kilogramma, e sobre as farinhas de trigo sejam de 18 réis por igual unidade de peso.

O preço dos cereaes n'este anno foi, per hectolitro, para o trigo, 3\$800 réis; para a cevada, 1\$950 réis; para o milho, 2\$970 réis e para o centeo, 2\$240 réis.

Documento B

Mapa dos vinhos de embarque annualmente exportados pela barra do Porto desde 1678 a 1826

Annos	Exportação	Annos	Exportação	Annos	Exportação	Annos	Exportação	Annos	Exportação	Annos	Exportação	Annos	Exportação
1678	408	1637	8:650	1716	13:990	1785	19:584	1754	13:820	1773	20:129	1792	55:123
1679	1:010	1638	8:003	1717	10:345	1786	18:370	1755	12:869	1774	23:214	1793	31:113
1680	716	1639	6:254	1718	19:218	1787	21:880	1756	12:211	1775	24:013	1794	52:654
1681	142	1700	7:287	1719	15:605	1788	17:423	1757	12:438	1776	26:620	1795	33:392
1682	700	1701	6:144	1720	15:557	1789	17:163	1758	17:327	1777	26:833	1796	38:584
1683	1:251	1702	8:930	1721	19:540	1740	18:852	1759	19:425	1778	22:890	1797	28:757
1684	538	1703	7:567	1722	18:397	1741	23:571	1760	21:290	1779	29:575	1798	64:402
1685	393	1704	10:078	1723	17:321	1742	20:491	1761	18:281	1780	27:716	1799	56:699
1686	263	1705	6:188	1724	21:333	1743	24:529	1762	27:083	1781	21:059	1800	55:896
1687	315	1706	5:732	1725	21:805	1744	19:521	1763	12:242	1782	25:923	1801	66:629
1688	1:096	1707	10:706	1726	10:153	1745	11:994	1764	17:186	1783	19:741	1802	38:632
1689	1:730	1708	7:419	1727	17:999	1746	17:593	1765	19:534	1784	21:795	1803	54:350
1690	4:988	1709	8:406	1728	25:870	1747	19:420	1766	21:272	1785	24:567	1804	29:851
1691	4:712	1710	8:994	1729	22:071	1748	19:387	1767	20:242	1786	23:555	1805	36:320
1692	12:465	1711	9:072	1730	13:710	1749	22:738	1768	22:471	1787	34:017	1806	39:984
1693	13:011	1712	6:949	1731	20:808	1750	14:387	1769	22:922	1788	36:608	1807	42:201
1694	10:514	1713	11:705	1732	15:702	1751	17:296	1770	16:469	1789	39:645	1808	36:916
1695	9:221	1714	10:757	1733	16:625	1752	13:224	1771	22:363	1790	46:808	1809	43:951
1696	10:295	1715	8:807	1734	17:771	1753	21:107	1772	20:358	1791	45:396	1810	42:115

Documento C

Mapa dos vinhos de embarque annualmente arrolados
desde o anno de 1772 até 1826

Annos	Tinto Pipas	Branco Pipas]
.....	30:523	5:884
.....	20:075	3:670
.....	19:283	3:777
.....	22:463	3:447
.....	26:593	3:033
.....	24:489	2:721
.....	23:265	3:991
.....	33:999	4:684
.....	30:810	3:636
.....	23:606	3:124
.....	23:811	3:410
.....	29:239	4:040
.....	22:193	3:232
.....	33:558 $\frac{1}{2}$	4:522 $\frac{1}{2}$
.....	27:043 $\frac{1}{2}$	4:436
.....	28:589	3:657 $\frac{1}{2}$
.....	40:842	4:414 $\frac{1}{2}$
liado	8:583	-
.....	40:882	2:791
.....	37:748	3:475
.....	44:089	4:080
.....	49:351 $\frac{1}{2}$	4:644
.....	51:683 $\frac{1}{2}$	4:840
.....	64:079 $\frac{1}{2}$	4:765
.....	62:858	3:445 $\frac{1}{2}$
.....	64:045	4:229
.....	52:221	4:050
.....	52:094	3:622
.....	59:985 $\frac{1}{2}$	4:266
.....	61:091	4:393
.....	68:789	2:869
.....	41:650	1:573
.....	65:944	7:486
.....	72:983	3:672 $\frac{1}{2}$
.....	73:525	3:025 $\frac{1}{2}$
.....	54:949	2:920
.....	51:832	2:875
.....	53:820	2:704
.....	37:588	1:045
.....	85:391 $\frac{1}{2}$	859
.....	41:005	1:658
.....	54:058 $\frac{1}{2}$	1:855
.....	62:625	2:106
.....	67:923	2:220
.....	54:961	1:730

Anno	Tinto — Pipas	Branco — Pipas
1816.....	51:179	770
1817.....	36:280	726
1818.....	51:900	1:816
1819.....	73:977	2:482
1820.....	79:822	—
1821.....	74:413	2:347
1822.....	97:442	3:065
1823.....	91:976	2:368
1824.....	74:683	2:486
1825.....	88:493	3:398
1826.....	71:310	

Documento D

Capítulo I: Em que se refere o estado actual da agricultura e commercio do Alto Douro, desde o anno de 1681 até o anno de 1756¹.

No anno de 1681 não tinha o Alto Douro humna tão larga plantação de vinhas: o gosto da Inglaterra, inclinado nesse tempo a vinhos doces, fazia que os lavradores, alem das vinhas sufficientes para o consumo interno, só plantassem vinhas em situações escolhidas em as costas das ribeiras mais expostas á força do sol: isto comprehendia pequenas porções de terra destacadas por entre os mattos. Não havia as grandes quintas que hoje se vem; os lagares de tres, quatro até cinco pipas, ao muito, que naquelle tempo havia, e os toneis das mesmas medidas mostram as pequenas porções em que consistia a colheita de cada lavrador. O resto das terras, pela maior parte, estava inculto, e de annos em annos se lhe cortava o matto e se queimava sobre a terra para nella se semear centeio, com bem pouteo lucro dos lavradores que fazião estas sementeiras.

Outras terras se trazião sementeiras de sunagre, que se cultivava com cuidado; e este era hum ramo de commercio de que os lavradores tiravão utilidade.

¹ Extrahido da «Memoria sobre o estado da agricultura e commercio do Alto-Douro.» (Memorias economicas da academia real das sciencias.)

Os olivae occupavão outra parte da terra, porém como nem toda he propria para esta plantação, se vião muitos lavradores obrigados a esperar oito e dez annos por huma colheita regular de azeite, passando-se outros tantos successivamente, em que não o tornava a haver, como ainda hoje mesmo se observa em alguns olivae antigos, que estão plantados em as terras de ribeira seccas, e menos fortes; e como destas he que se compõe o Territorio, muitos lavradores se forão pouco a pouco desanimando, até o ponto de deixarem ir a monte os seus olivae.

Nas terras altas se produzião castanheiros, e em outras havia pouco maior cultura de pão, do que aquella que ainda hoje se conserva.

E deste modo era este territorio nos tempos anteceden-tes hum dos mais pobres do Reino, o que se prova da pobreza, com que antigamente se edificava em todo elle, não se vendo hoje nem ainda vestigios de hum só edificio antigo magnifico, e sumptuoso; porque supposto se encontrem agora nelle a cada passo excellentes casas com magnificencia, e muitos bons Templos, tudo isto he de fabrica moderna, e tem sido edificado ha poucos tempos, achando-se difficulosissimamente hum destes edificios que possa contar cem annos.

Este era o estado do Alto-Douro no anno de 1681, em que, por industria, e direcção do immortal conde da Ericeira, se estabelecerão em Portalegre e na Covilhã fabricas de pannos, e baetas, e fizerão tão rapidos progressos, que, bastando os nossos pannos para o consummo do Reino, e Conquistas, como o confessão os mesmos papeis publicos de Inglaterra, se prohibiu nos annos de 1684 e 1685 a entrada dos pannos, sarges e drogues-panno estrangeiros, coarctando-se com isto de tal modo o commercio activo de Inglaterra sobre Portugal, que as fazendas da exportação daquelle Reino para este chegarão a não montar mais de 400:000 L. sterling por anno.

Estas fábricas de todo se arruinárão com o tratado do Commercio celebrado entre as duas Côrtes de Portugal e Inglaterra no anno de 1703, em que se deo aos inglezes franca liberdade da importação dos seus lanificios, com a condição de que os vinhos de Portugal pagarião á Inglaterra menos huma terça parte dos direitos de entrada, que pagassem os vinhos de França.

Capitulo II.—Continuação da mesma materia

Não se tirou deste tratado para Portugal o effeito desejado, todo o proveito foi para Inglaterra; porque sendo a sua exportação para Portugal antecedentemente de 400:000 L. sterling em fazendas, logo successivamente ao tratado montava a 1.300:000 L. sterling por anno, segundo os registos das suas mesmas Alfandegas.

Não aconteceu o mesmo aos vinhos de Portugal com a diminuição dos direitos, porque, sendo a exportação para Inglaterra nos quatro annos antecedentes ao tratado de 31:324 pipas, e nos quatro annos seguintes ao tratado de 32:022, segundo consta dos mesmos registos, se augmentou sómente a extracção depois do tratado em quatro annos 698 pipas, o que na verdade corresponde muito pouco ao grande augmento da importação das fazendas de Inglaterra.

Esta falta da extracção dos vinhos conteve a plantação das vinhas do Alto-Douro; porque merecendo a preferencia os vinhos mais doces, e excedendo os vinhos de Lisboa em doçura aos do Douro, daquelles he que se fazia maior extracção, supposto que os do Douro tivessem reputação maior pela sua força, que os fazia conservar por mais tempo: isto fez que os vinhos do Douro pouco a pouco fossem adquirindo maior estimação em os paizes do Norte. Como a quantidade da producção era pouca, augmentarão-se os preços, e os Commissarios Inglezes chegarão a dar réis 60\$000 e mais por cada pipa, o que fizeram industriosamente para melhor hirem nos dous fins de estabelecer inteiramente a ruina das fábricas do Reino pela introdução das suas fazendas nas tres provincias da Beira, Minho e Trás-os-Montes, e do barateio dos vinhos pelo augmento da plantação, que animarão com os grandes preços. Com effeito ambos os fins conseguirão; as fábricas inteiramente se perdêrão em pouco tempo, sendo excessiva a introdução das fazendas de Inglaterra pela barra do Porto; e a plantação das vinhas no Alto-Douro cresceu com tanto excesso, que poucos annos se sustentou o preço dos vinhos, diminuindo tanto, que os Commissarios Inglezes chegarão a comprar pelos annos de 1750 até ao de 1755 vinhos dos mais finos do Douro a 10\$000 réis, e menos cada pipa, chegando a tal estado o barateio, que os mesmos negociantes da Feitoria Ingleza, receiosos de que huma tal decadencia fosse ruinosa ao seu proprio commercio, se juntarão na casa da mesma Feitoria do Porto para se ajustarem en-

tre si a augmentar os preços ao vinho, por conhecerem que aquelle nem bastava para a despesa da cultura.

Este projecto não se effectuou pelas contradicções de Diogo Stuart, negociante Inglez, muito astuto, e caviloso, que soube com artificiosas persuasões fazer mudar de parecer a toda a Feitoria Ingleza, fazendo antes voltar todos os seus cuidados para arruinar o negocio de D. Bartholomen Pancorvo, negociante Hespanhol, que havia pouco tempo tinha apparecido no Porto, e publicado hum vasto projecto de commercio de vinhos do Alto-Douro para os portos do Baltico.

Este commerciante, rico de idéas, e pobre de cabedaes, entrou em grandes compras de vinhos, dando, ou offerecendo por elles maiores preços: os lavradores, cansados da escravidão Britanica em que vivião, lhe confiavão francamente as suas novidades. O principal projecto do dito Pancorvo era abrir novos caminhos para a extracção deste genero, fazendo-o navegar para os portos das nações do Norte, conhecendo que este era o meio mais proprio para excitar a emulação Britanica, e para felicitar a lavoura, e commercio activo do Reino. Para executar este projecto não bastavão seus poucos cabedacs; e no tempo em que procurava associar alguns commerciantes Portuguezes, e lavradores do Alto-Douro para esta importante empreza, faliu, por não poder sustentar já o empate dos muitos vinhos, que para este fim tinha comprado, sobrevivendo pouco á ruína que lhe motivou a astucia Britanica e desconfiança Portugueza.

Sobre a ruína deste commerciante, e sobre os seus projectos se formou a Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto-Douro, que, a pezar dos seus muitos defeitos, foi a redempção daquelle Territorio, e hum freio á illimitada cubica dos commerciantes Inglezes, que até chegaram a arruinar a pureza, o credito e a grande reputação que tinham tido em o norte os vinhos do Alto-Douro, misturando-lhes vinhos verdes, fracos, sem côr, e de menos bondade do Valle de Besteiros, S. Miguel de Outeiro, Anadia, e outros sitios, querendo supprir esta falta de bondade natural com bagas de sabugueiro, pimenta, assucar, e outras misturas, e confeições, que, em lugar de os melhorar, os fazia chegar ao Norte sem gosto, sem força, sem côr e sem bondade alguma; do sorto, que tendo alli tido preferencia a todos os mais vinhos pela sua força, côr, delicadeza, e sabôr, chegava a preferir-se-lhe, não só qualquer vinho, mas até qualquer outra bebida.

Eis-aqui o estado, em que se achava no anno de 1756, a Agricultura, e o Commercio no Alto-Douro: o grande abatimento em que se achavão os preços dos vinhos, fazia que as vinhas não podessem cultivar-se bem, por falta de dinheiros; e isto tinha reduzido a produção da maior parte das vinhas a tão pouca quantidade, que cada vez mais se impossibilitava a cultura, e ainda esta mesma diminuta produção se não extrahia pela má reputação, que tinha concebido em o Norte, com as misturas de máos vinhos de outras terras.

Documento E

Carta, que os Commissarios Inglezes, residentes na Cidade do Porto escreverão aos seus commissarios nos Territorios do Douro, sobre as facturas do Vinho de Embarque, e outras circumstancias relativas a este commercio ¹.

Senhores,

O Deploravel estado, a que se tem reduzido o Negocio dos Vinhos do Douro, posto já em uma tal situação, que está dando apparencias de uma total ruina, nos faz abrir os olhos para não dispensar qualquer meio de o reduzir ao seu antigo ser: a sua reputação foi grande; mas ao presente se acha tão abatida, que quaesquer vinhos dos mais Reinos, e ainda as bebidas de toda a qualidade lhes levão a preferencia. E para se conhecer esta verdade, basta a reflexão de que tendo crescido a gente em Inglaterra, razão infallivel de se augmentar o consumo, vae lentamente diminuindo a saída, que já hoje não chega a duas terças; e assim se irá precipitando, até cair de todo, para mais se não poder levantar. Este contagio está igualmente communicado aos Commerçiantes e credores; e por isso todos unidos devem concorrer para o remedio, e applical-o a tempo, que possa produzir o desejado fructo, que consiste em se desvanecer o conceito que em Inglaterra se faz de que os Vinhos do Porto são perniciosos á saúde, o vae chegando a um tal extremo, que muitos os reputão já por venenosos. E como o achaque de serem assim tão mal avaliados he notoriamente conhecido, e bem patente e sabida a sua origem, he tambem facilissima a cura, se os creadores lha quizerem applicar.

¹ Vide *Discurso historico e analytico sobre o estabelecimento da companhia geral de agricultura das vinhas do alto Douro*, por Christovão Guerner.

Primeiramente, a ambição do lucro, ou o desvanecimento de terem grandes lojas, conduz a muitos a trazer vinhos dos altos, e outros inferiores e de ruins sitios, ou proprios, ou comprados, que apenas podem servir para o ramo, e os lotão com os da Feitoria; e como o mau sempre prevalece, vem todo esse vinho a reduzir-se a hum estado pessimo.

O remedio he não se misturarem esses vinhos, e apartar um do outro; porque querer fazer do mau bom, he cousa impossivel.

Em segundo lugar, costumão os creadores metter pouca gente nos lagares, e dar poucas horas de fervura ao vinho, e fica por essas razões mal cozido, e mal trabalhado, e não he possivel que possa ser generoso, e ter aquella duração, que he precisa.

A emenda he tambem facil, porque consiste em mais algumas horas de lagar, e em se metter a gente necessaria para trabalhar o vinho.

Em terceiro lugar, costumão na occasião e tempo da vindima abafar os vinhos na fervura, deitando-lhes logo agua-ardente, cujo invento se não pôde reputar por menos que diabolico; porque ficão os vinhos a modo de maudos, e nunca mais ficão quietos, até que por fim se enchem de nevoas, ou se fazem agrodoces: e esta he a razão, porque no Norte não querem já vinhos antes de certa idade, por lhe não correrem o risco, que já por muitas vezes tem corrido e experimentado. E sobre isto lhes lanção agua-ardente ridicula com fumo, esturro, e feita de borras.

Tudo tem facil emenda, não se deitando a dita agua-ardente nos vinhos antes do S. Martinho; e essa, que se lhes deitar, seja boa, sem vicio, e não de borta.

Em quarto lugar, não apartão a uva branca da preta, o que dá occasião a perder o vinho a côr, e ferver com facilidade; quando, se a apartassem, podião escusar lançar baga, que dá mau gosto ao vinho, e fazerem outras confeições, que reduzem o vinho a bebidas confeccionadas, tirando-lhe o seu gosto natural e duração. Todas estas astuciosas invenções fizeram acantelar aos nossos amigos do Norte para não pedirem vinhos, senão depois de passados aquelles annos, que considerão bastantes para a sua segurança. Em cujos termos, seguindo os mesmos vestigios, he certo não havemos de comprar em Cima do Douro, sem primeiro receber ordens: e serão os creadores obrigados a supportar o prejuizo da demora das vendas annos e annos: porque não he razão que paguemos as suas culpas, com-

prando-lhes as novidades, pagando-as, e correndo depois o risco nos nossos armazães, sujeitos aos attestos, e ao damno dos juro do dinheiro, e outras varias inconveniencias.

E tudo se evita, se os creadores fizerem os vinhos como devem, abstendo-se de confeições, e observando o mais, que acima vae recommendado: pois desta sorte não haverá em Inglaterra receio, e se poderão comprar e carregar logo os vinhos, sem temor de se fazerem agrodoces, ferverem, e perlerem a côr: e de outra sorte não podem restaurar a boa estinação, que dantes tinham, e daremos o negocio por concluido. Esperámos que Vossas mercês participem este aviso aos creadores; e tambem que sabendo na vindima daquelles, que não tiverem emenda, nos dêem parte, para fugirmos da sua porta, pois estamos com resolução de não comprar a quem não observar o referido.

Deus guarde a Vossas mercês muitos annos. Porto, setembro de 1754. — *Os Commissarios Inglezes residentes no Porto.*

Documento F

Resposta dos Commissarios Veteranos ás novas Instrucções da Feitoria

Senhores,

O Deploravel estado, a que se tem reduzido o Negocio dos Vinhos do Douro (como Vossas mercês lamentão, e excita grande cuidado aos Mercadores Inglezes, que os comprão), deve augmentar mais a sensibilidade nos Lavradores, que o cultivão, tanto quanto vae da compaixão alheia ao padecimento proprio. Mas porque a Feitoria se tem senhoreado não só dos bens, mas do animo dos Lavradores do Douro, se persuade agora ser arbitra nas capitulares do cerco, em que os tem posto, e devem esperar ser a fim de melhorar (se he que pôde ser mais) o seu partido; porque sempre as maximas da Feitoria Ingleza propinárão fúesta decadencia ao negocio deste genero, pelo quererem fazer todo seu, e nenhum dos creadores, de que somos testemunhas oculares, e de facto proprio.

Confessão Vossas mercês que a reputação dos Vinhos do Douro foi grande em tempo, que gosavam o primitivo ser da natureza, e pouco, ou nenhum beneficio da arte. Porém quem lha pôde ter fraudado, se não he a Feitoria com os seus inventos e instrucções? A razão ho patente, porque o clima não se mudou, nem as plantas degenerárão, antes já se não conservão vinhas mais que nos sitios proporcionados

para vinho maduro, reduzindo a outro fructo as terras mais lentas e assombradas, que produziaõ verde. Pela maior parte se tem extinguido as más castas de uvas, e renovado as vinhas das mais suaves e gratas para o bom gosto do vinho. Na vindima com especial cuidado se separão as uvas sazonadas das que o não são, e se espera até que amadurem bem. Nos lagares se trabalha o mosto com incansavel fadiga; e até nos toneis teve augmento a generosidade deste licor, fazendo-os de extraordinaria grandeza, para lhe unir os espiritos e a valentia, tudo providencias, que dantes se não cogitavão.

Como logo com tanto excesso de beneficio tem degenerado a reputação do Vinho do Douro, e he a Feitoria Inglesa a causa desta decadencia?

Desta sorte conhecerão os mercadores inglezes, que o vinho de Feitoria sobre bom tinha passado ao estado de melhor; quizerão que excedesse ainda mais os limites, que lhe facultou a natureza, e que sendo bebida, fosse um fogo potavel nos espiritos, uma polvora incendiada no queimar, uma tinta de escrever na côr, um Brazil na doçura, e uma India no aromatico; começarão a introduzir por favor de um segredo, que era conveniente lançar-lhe agua-ardente de prova na fervura para o pulso, e baga de sabugueiro, ou folhelho de uva preta para a côr. E como os receitados se virão melhorar de preço, e os mercadores Inglezes sempre queixosos de achar nos vinhos falta de pulso, côr e madureza, foi propagando a receita, até ficarem os vinhos uma pura confeição de mixtos, gastando os Lavradores, com a introduzida composição de cada uma pipa de vinho 55000 e 65000 réis, de sorte que quem mais gastava, e quem mais contrafeito tinha o vinho, era o primeiro que vendia pelo mais subido preço; vendo-se por este modo condemnados todos os creadores a esta diabolica Lei da Feitoria de carregarem os vinhos de baga, agua-ardente e doçura, sob pena de os não poderem vender, salvo para o ramo.

Que este diabolico invento (como Vossas mercês lhe chamão) fosse filho da Feitoria, e não dos creadores (como se suppõe), o publica o seu mesmo nome, por se não dar este mais que aos vinhos confeccionados de baga e agua-ardente; e ao vinho, que he puro e liquido, se lhe dá o nome de palhete, e de ramo; em taes termos, que por mais generoso que este seja, basta a taxa de não ter sido composto para Feitoria, para se vender por infimo preço, e o que he de inferior qualidade, se merece o beneficio da tal composi-

ção, e a graça da receita, se paga mais vantajadamente pelos mercadores Ingleses.

Depois desta verdade, que Vossas mercês não podem negar, como tão prezados de a tratarem, nos devem mais confessar a de estarem innocentes os Lavradores na culpa que se lhes imputa, de receiteiros; porque qual será o homem, que podendo vender a novidade do seu vinho sem algum dispendio, se queira onerar por gaudio e desvanecimento com o gasto de 5,5000 e 6,5000 réis, ou ainda mais, na composição de cada uma pipa de Feitoria, anticipando este grande desembolso, não só á venda, mas arriscando-a por tal forma, que, faltando a saída desse vinho para Feitoria, perde não só todo elle, mas a importancia da composição; porque o vinho composto, depois de ficar sem prestimo para o consumo do ramo, e só para se distillar, não chega a pagar a despeza, que levou para entrar no predicamento de Feitoria.

Mas agora com Vossas mercês queremos dar prova final a este assumpto. Que pipas de agua-ardente não gasta cada uma das Casas de Negocio do Porto para lançar nos vinhos, depois de mettidos nos seus Armazens.

Que immensidade de alqueires de baga de sabuguciro não mandão Vossas mercês conduzir, para nos mesmos lançar nos vinhos?

Que quantidade de pipas de vinho mudo feito de agua-ardente, e outro de mecha, feito de vinho verde, como de Barro, e outros sitios semelhantes, não mandão Vossas mercês fazer para lançar nos vinhos?

Finalmente que innumeraveis adegas de vinhos não comprão Vossas mercês por baixos preços nos sitios altos das montanhas, onde só se produzem vinhos de ramo, verdes e ruins, que misturão com os vinhos, que comprão nos sitios finos?

Certamente o não affirmariamos, se não nos tivessem passado pelas mãos tantas Comissões de Vossas mercês para compra dos ditos generos em cada um anno, e em ponto de verdade estarmos obrigados a confessar-a ainda contra nós mesmos, e muito mais quando envolve materia de credito, e prejuizo de terecero. E á vista deste exemplo e pratica, quaes sejam os culpados, dirão os Senhores do Norte, que se queixão de semelhantes composições, e não Vossas mercês, que não podem julgar em causa propria, e mais sendo nesta reos.

Seja-nos licito informar a estes Senhores, para lhes tirar o temor de que não são os vinhos do Douro venenosos,

nem prejudiciaes á saude; porque a nossa experiencia, e a contemplação do estipendio das Commissões, que delles recebemos pela intrepоста mão dos correspondentes do Porto, nos obriga a guardar-lhes amor e fidelidade dentro dos limites do Negocio; e a manifestar o âmago d'elle.

Senhores Britannicos: os Mercadores do Porto (fallamos de alguns, e exceptuamos mui poucos) não procurão os vinhos do Douro para o negocio de Vossas mercês: mas para o seu proprio, não para conservação da saude do Norte, mas para regalarem as suas vidas ricas em Portugal. Conhecem a grande estimação e preferencia, que nas terras do Norte tem os vinhos do Douro, e que por taes reputam todos os que saem pela barra do Porto; mas como nem todos são do Douro, mas de varias Provincias, como Serra da Estrella, Anadia, Coimbra, etc., que por si não podem passar para negocio, nem competir na qualidade com o vinho do Douro; fazem carregar a este de dobrados espiritos, côr, doçura e mais accidentes (sendo tal a sua substancia, que com tudo pôde), e lhe dão a gradação de vinho de cobrir; porque com uma pipa cobrem oito, e dez de vinho menos bom e generoso, que comprão em ruins sitios; e por isso, ainda que paguem por 40\$000 réis cada pipa de Feitoria do Douro, como comprão as dos mais sitios por 7\$000, 8\$000, até 10\$000 réis, fazem uma tal lotação, que ainda quando alguns se obrigão aos Senhores do Norte a pôr a bordo a pipa de vinho a sete e oito moedas, lucrão mais de cento por cento, e Vossas mercês perdem o vinho todo pelos effeitos subsequentes, que a Feitoria nos noticia na sua Carta, vindo esta a ser de Urias, que os entrega ao supplicio.

O remedio he facil: mandem Vossas mercês pedir todos os annos aos seus Correspondentes do Porto mappas das lojas da Feitoria do Douro, dos nomes dos seus donos, do numero das pipas, e da sua qualidade, e do preço, em que as estimão: e resolvendo-se a comprar, mandem pedir positivamente os vinhos das lojas, que melhor lhes parecer, sem mistura ou lotação, e logo conhecerão se o damno procede das lojas dos creadores, se dos armazens dos Correspondentes; porque então haverá a cautela de se deixarem amostras, e se esmerarão os creadores em fazer vinhos puros e sem misturas, e com mais conveniencia, pelo que poupão na despeza dellas, e restaurarão os vinhos aquella estabilidade, de que carecem, e he muito necessaria para a mesma Feitoria: porque abundando os Lavradores de cabedal, em tempo, que o vinho era menos, agora que

he mais estão mais indigentes, e não podem sustentar o grangeio das vinhas pelo pouco lucro, que dellas tirão, deixando ir muitas a monte pela desigualdade da reputação, pagando-se talvez o vinho inferior e mais composto por preço grande, e o melhor e puro por preço infimo; faltando também a saída deste genero, pela irem dar aos vinhos das referidas Provincias com o titulo do Douro; o que para todos he engano.

Esta he a verdadeira instrução, de que carece mais a Feitoria, do que os creadores; porque estes para darem passagem aos seus fructos, devem fazer tudo o que os Compradores lhes insinuão, preparando-os a seu contento, sem os mover os prejudiciaes effeitos, que lhes podem acontecer depois de vendidos. Pelo que o remedio está na Feitoria, e não nos creadores; e se não, compre esta o vinho só áquellas pessoas, que o fizerem puro e sem mistura, e não offereça um só real aos que usarem de confeições, que logo se verá, se algum as pratica; porque não haverá pessoa tão desacordada, que perca a sua fazenda, e se empeñhe a fazer uma tão excessiva despeza sem lucro, e só por ostentação. E assim julgamos desnecessarios os avisos, que contém a Carta da Feitoria; pois o que ella estranha, já ha muito o ouvimos lastimar, sem fructo, aos Creadores do vinho; e por não ser justo, que elles paguem a culpa, que Vossas mercês tem commettido, nos move a consciencia a fazer este Manifesto, e a restaurar a opinião do vinho do Douro, em que Vossas mercês são mais interessados. Se lhes parecer, seja a emenda geral, para que se restaure o primitivo ser ao negocio: se não, assim como o Douro passou ha mais de quarenta annos sem Feitoria Ingleza, e nós os Commissarios sem a conducta das Commissões, nos tornaremos ás nossas terras, e Vossas mercês ás suas do Norte; que não faltarão outras Nações, que nos busquem.

Deus guarde a Vossas mercês muitos annos. Cima do Douro, de setembro de 1754. — *Commissarios Veteranos.*

Documento G

Em que se refere o estado da Agricultura,
e do Commercio do Alto-Douro desde o anno de 1756 até o de 1781 ¹

Este anno de 1756 foi a época do estabelecimento da Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto-Douro, e aqui principiou a restauração da decadente cultura, e commercio deste Territorio: neste anno he que se instituiu a dita Companhia, servindo de instrumento para esta instituição alguns lavradores, e alguns negociantes da Praça do Porto.

As suas instituições formadas em cincoenta e tres paragraphos forão confirmadas por Alvará Regio de 10 de Setembro do dito anno; se ellas tivessem sido mais bem meditadas, e conformadas ao projecto de D. Bartholomeu Pancerro, e não fossem tão defeituosas, teria sem duvida tido muito maior augmento a produção, e extracção dos vinhos, e consequentemente seria muito maior o commercio activo, e a utilidade do Reino, a que tambem tem servido de embaraço o abuso com que tem sido executadas.

Estas instituições, muitas Leis, que a respeito dellas, se tem promulgado muitos Avisos, Decretos, e Reaes Resoluções particulares, muitas pessoas, e muitas casas arruinadas, e vinte e seis annos que tem passado de pratica, e observação, não tem sido bastantes para se aperfeiçoar este negocio em completa vantagem da lavoura, e do commercio.

O augmento do genero, procurando-se que a terra produza o mais que poder ser; o augmento do consummo, procurando-se ao genero a maior extracção que poder ser, parece que são os dois únicos objectos que podem levar o commercio, e a agricultura ao melhor estado possível: mas elles não tem sido o ponto de vista, a que se tem dirigido esta instituição; e parece que a maior parte do grande melhoramento que desde o anno de 1756 tem recebido a lavoura, e o commercio, se deve mais ao acaso e á emulação dos commerciantes, do que a todas as medidas que para isso se tem tomado.

O melhor estado possível de qualquer territorio consiste na sua maior riqueza possível, isto he, na maior massa possível de valores: esta não pôde resultar senão da maior abundancia possível das produções da terra, e do melhor

¹ Vide *Memoria sobre o estado da agricultura e commercio do Alto-Douro*.

preço possível dellas: não se conhece outra origem de riqueza senão a terra, procurar que toda a de um territorio seja cultivada, e que seja cultivada com o maior cuidado, he o meio de extrahir della a riqueza; porém sendo o consummo á medida da producção, degenerando em superfluo sem utilidade, e sem valor as producções que ficão sem consummo, he necessario procurar-lhe todos os meios possíveis de consummo por preços que o facilitem, e animem a cultura, nada d'isto fez o primeiro objecto. Não se propoz ella o augmento da producção, e adiantamento da lavoura, antes pelo contrario lhe preparava o mais forte grilhão para não poder adiantar-se. No tempo da creação da companhia estava a Agricultura das vinhas, e a sua producção no decadente estado que se tem dito, e neste mesmo a queria conservar a companhia.

No § 29.º, das instituições, estabelece: «Que com a maior brevidade se faça hum mappa, e tombo geral das duas costas septentrional e meridional do rio Douro, no qual se demarque todo aquelle territorio, que produz os verdadeiros vinhos de carregação, que são capazes de sahir pela barra do mesmo rio. Especificando-se cada huma per si as grandes, e pequenas fazendas deste genero, e declarando-se por huma estimação commua, ou media, calculada pelas producções dos ultimos cinco annos proximos preteritos, o que costuma dar cada huma das ditas fazendas, para que os donos dellas nem possam vender sem manifestarem á companhia o que vendem, nem possam ser admittidos a vender maior numero de pipas á Companhia, ou aos estrangeiros, do que aquelle que no dito registo lhe for determinado, sob pena de que excedendo nas vendas as ditas quantidades, pagarão anoveado o excesso, e ficarão inhibidos para mais não venderem vinhos para fóra do Reino».

Aqui temos feito crime o augmentar a producção, e ao que deveria propor-se um premio, se estabelecem penas: e eis-aqui a prova de que as primeiras intenções não erão o augmento da producção, e adiantamento da agricultura; muitas terras incultas, e que só são proprias para a plantação de vinhas, ficavão sendo fundos estereis, de que se não tirava a riqueza possível: muitas vinhas arruinadas por falta da competente cultura ficavão prohibidas de reparo, e beneficio; porque devendo ser a sua producção calculada pelo estado de ruina antecedente, ficava sendo criminoso o seu augmento, e os donos dos predios impossibilitados a tirar delles a riqueza possível.

Este raio, que se preparava sobre o Alto-Douro, esteve

suspensão por muitos annos, em que houve logar de reparar muitas vinhas arruinadas, adiantando por meio da boa cultura a produção, que também se augmentou por muitas novas plantações de vinhas, do sorte, que, regularmente fallando, se tem adiantado muito a cultura das vinhas desde o tempo da criação da Companhia.

Documento H

Capítulo 4.º — Da Memoria sobre o estado da Agricultura e Commercio do Alto-Douro, 1782

Supposto que a produção dos vinhos se tenha augmentado grandemente, isto não se deve aos cuidados directos da Companhia, que tendo-se queixado sempre do augmento do genero, tem procurado todos os meios de diminuir a produção, como se tem dito, e em outro lugar se dirá: e assim devia necessariamente ser, porque não havendo outra medida para a produção que não seja o consummo, he ruinoso o augmento da produção.

Este objecto do augmento do consummo he o que também não avistou directamente a Companhia; em lugar de tomar por seu principal objecto tentar alguns novos caminhos para o consummo, levando os vinhos áquelles paizes, que ainda os não gastavão, e de quem recebemos generos importantissimos, e necessarios, sem retorno de fazendas nossas, como era o plano de Pancorvo, se contentou de seguir os caminhos já trilhados, arrogando a si o prover o consummo da Cidade do Porto, e seu districto, e o dos portos do Brasil, que antecedentemente fazião igual, ou maior consummo, vindo deste modo a Companhia a substituir sómente o lugar de muitos interpostos, que compravão os vinhos no Douro para os vender no Porto, e remetter para o Brasil, só com estas notaveis differenças, que fazendo aquelles interpostos as operações do seu commercio com mais simplicidade, e menos despezas do que a Companhia, podião beneficiar nos preços aos ultimos compradores, e aos primeiros vendedores; e que sendo pelos §§ 19.º, e 28.º das Instituições da Companhia concedido o privilegio exclusivo do Commercio dos vinhos, agnias-ardentes, e vinagres carregados na Cidade do Porto para as quatro Capitánias de S. Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco, e o dos vinhos que se vendessem atavernados na Cidade do Porto, e tres leguas em circumferencia, cessava a concorrência dos ditos interpostos, que podia ser util a beneficio dos preços

da extracção, e do consummo; differenças estas, que, se produzem utilidade, como na verdade produzem, só respeita aos interessados na Companhia, e não ao Estado, tanto pela parte da produção, como pela parte do consummo nacional.

Disto se conhece que estes privilegios exclusivos são sem duvida prisões da liberdade do commercio; e sendo evidentemente a maior liberdade possível do commercio o unico meio de conciliar o interesse particular dos commerciantes com o interesse commum dos proprietarios, e do Estado, he certo que os privilegios exclusivos devem necessariamente produzir hum ruinoso conflicto entre o interesse particular, e o geral, que em lugar de se auxiliarem mutuamente, tarde ou cedo se hão de destruir.

Neste lethargo passou a Companhia vinte e tres annos, contentando-se com os interesses que lhe produzia o seu privilegio exclusivo, que não forão tão pequenos, que quasi se não duplicassê o fundo, repartindo-se todos os annos alem disso, mais de 12 por 100 dos primeiros capitães aos accionistas, livres das grandes despesas da administração a mais complicada, mais dispendiosa, e menos simples, que na classe commerciante se pôde imaginar.

Não se pensou em todo este tempo em outra alguma empreza: seguirão-se os caminhos trilhados: a gloria de abrir huma estrada nova ao consummo d'este importantissimo genero estava reservada para os dous zelosos patriotas Domingos Martins Gonçalves, e José Antonio de Barros: desde que estes dous homens, dotados de bastantes luzes, e de hum coração bem feito, capaz de grandes emprezas, e cheio de hum amor desinteressado da sua patria, forão feitos Deputados da Companhia, logo resuscitou o projecto de Páncorvo, e se tentou a sua pratica: navegão-se alguns vinhos nossos, e aguas-ardentes com tanto successo para o Baltico, que no primeiro anno, que foi o de 1780, se exportarão para Petersburgo, e alguns outros portos do Baltico 1:356 $\frac{1}{4}$ pipas, e 3 almudes de vinho, além das aguas-ardentes, e já no seguinte de 1781 se exportarão para a mesma direcção 1:960 $\frac{1}{2}$ pipas de vinho, esperando-se por este caminho hum grande augmento ao consummo com grande vantagem do commercio nacional, como se dirá em hum capitulo separado.

O consummo, como fica dito, he a medida unica da produção: o preço é necessariamente tambem a medida dos esforços que se hão de fazer para augmentar a cultura, melhora, e fomentalla, e consequentemente decide da abun-

dancia das produções futuras, e da riqueza do territorio que as produz. Este preço deve ser bom, e para o ser deve respeitar os dous extremos da produção, e do consumo pela parte da produção para fornecer o lavrador de meios, e de boa vontade para promover a abundancia, deixando-lhe os seus fructos hum producto liquido, e livre das despesas da cultura ordinaria, que corresponda á somma de seus avances; isto he dos capitaes empregados, e dos seus trabalhos.

Pela parte do consumo deve ser limitado de maneira, que sendo util á produção lhe não difficile o gasto pela carestia, cabendo nelle ao mesmo tempo o competente lucro dos interpostos, que pela sua industria levão os generos de hum ao outro extremo de commercio.

Documento J

Capitulo XXI da Memoria sobre o estado da Agricultura e Commercio do Alto-Deuro...

Hum legislacão tão variada, e tão extensa tem produzido hum grande confusão nos lavradores, que amarião antes vender os seus vinhos a menor preço, e mais com liberdade.

O tempo que se concedeo para esta Companhia, forão vinte annos, como se estabelece no paragrapho quarenta e sete das Instituições; e pelo Alvará de vinte e oito de Agosto de mil e setecentos e setente e seis lhe foi prorogado por mais outros vinte annos.

He muito justa a conservacão da Companhia; sem ella talvez em poucos annos tornaria este importantissimo commercio á sua antiga decadencia: he muito justo que o seu negocio seja auxiliado com privilegios, que sejam grandemente protegidos os seus interesses: porém esta legislacão devesse simplificar-se de maneira, que os lavradores tivessem principios certos, sobre que se governassem: a Companhia encargos correspondentes aos grandes lucros dos seus privilegios; e o Commercio interior, e exterior, mais alguma liberdade.

A necessidade desta já a reconheceu a Soberana em o seu Alvará de 9 de Agosto de 1777, deixando já chegar a verdade ao Throno o novo Procurador desinteressado, que foi substituido ao outro, a quem deve attribuir-se toda a desordem na legislacão antecedente. N'este Alvará se torna a pôr em liberdade a exportacão dos vinhos de Viana, Mon-

ção, Aveiro, Bairrada, Anadia, S. Miguel de Outeiro, Coimbra, e Figueira, acautelando porém, que nunca estes possam ir misturado com os do Douro, nem sahir pela barra do Porto, para que isto não cause damno á reputação dos vinhos legaes do Alto Douro.

Semelhantemente se dá liberdade para se poderem navegar para todos os portos do Brasil vinhos de todas as terras do Reino, deixando á Companhia o privilegio exclusivo da remessa dos vinhos do Alto-Douro; e ultimamente se concede aos habitantes da Cidade do Porto maior liberdade para mandarem conduzir por sua conta o vinho que lhe for necessario para o seu uso.

Documento K

Capitulo XXIII da Memoria sobre o estado da Agricultura e Commercio do Alto-Douro. . .

Em que se trata do augmento da extração dos vinhos do Alto-Douro para os portos do Báltico, e da utilidade deste Commercio

O objecto do consumo destes generos he da maior importancia neste negocio; sem o augmento delle, de balde se procuraria o adiantamento, e estabilidade nos demais objectos: elle deve ser considerado como a medida do progresso dos outros; mas por infelicidade da nossa nação elle não deveo attenção alguma em tantos annos, que se trabalhou na boa ordem de hum negocio, que deve ser o mais attendivel, pois que elle faz a massa principal da materia do Commercio activo Portuguez.

Os paizes do Norte são os que se devem avistar para o consumo dos vinhos: o seu clima faz necessario o uso desta bebida: elles não a produzem, e necessariamente a hão de acceitar dos paizes do Meio dia. A França nos tem ensinado a ir buscar os portos do Norte para dar sahida aos seus vinhos, que nem são tão delicados, nem tão agradaveis, nem de tanta duração, como os de Portugal: ella não espera com os vinhos dos seus armazens, para que lhos venham comprar os estrangeiros; leva-lhos nas suas embarcações, e traz novos lucros no consideravel retorno. E que será o que embarace a nós-outros os Portuguezes, para que não obremos do mesmo modo? A distancia não he tanto maior, que nos faça desanimar: a concorrência dos seus vinhos não nos deve assombrar, pois que os nossos excedem na bondade.

Devemos pois desafiar o gosto daquellas nações, para que se inclinem, e acostumem aos nossos vinhos: devemos levar-lhos, sendo este o meio de hum augmento consideravel do consummo, e o unico que póde fazer o nosso Commercio florecente, e independente daquellas nações, que quasi nos tem mettido em escravidão.

A nossa Augusta Soberana franqueou este caminho: ella nomeou para Consul Geral do Commercio da Russia a José Pedro Celestino Velho, homem muito habil, e creado na escola de Hamburgo, em que tomou todos os conhecimentos do Commercio dos portos do Mar-Baltico.

A Companhia estabeleceu casa em Petersburgo, fazendo Chefe della ao mesmo Consul, Deputado da Companhia, com a administração da dita casa, dando-lhe para seus associados Henrique de Araujo Silva, creado na escola do Commercio da Inglaterra, e Pedro Martins Gonçalves, homens escolhidos para desempenharem esta importante Administração, que se não limita só ao Commercio da Companhia, mas he estabelecida para todas as Commissões, que os mais commerciantes lhe quizerem encarregar. Porém isto, que está estabelecido a respeito do Imperio da Russia, devêra estender-se a todas as mais nações, que tem portos no Baltico: a Dinamarca, a Suecia, a Prussia, e Alomanha, todas necessitam de vinhos: Mas não os vão buscar, e se aproveitam daquelles, que lhe levão.

Nos cabedades da Companhia cabe o fazer tentativas em todos estes portos: as primeiras não devem servir de regra: quando a Inglaterra as tem feito, não duvida perder as primeiras vezes, para estabelecer as vantagens futuras: quando quiz alcançar da Russia a preferencia dos seus pannos aos da Prussia para o fardamento das tropas, deo-lhes a hum preço, que certamente perdia; depois que vio a Prussia em estado de lhos não poder fornecer, tem resarcido mais que muito a perda antecedente.

O ponto essencial deste negocio he fazer gostar estas nações dos nossos vinhos, e acostumallas ao uso delles; isto deve procurar-se, ainda que seja sem lucro algum; porque lucra bastante o interesse publico em estabelecer-se hum caminho de consummo, para que não seria demasiado todo o vinho do Alto-Douro, e em que a Companhia poderia depois tirar hum lucro compensativo dos incommodos d'estas tentativas.

Este Commercio não é só vantajoso a Portugal pelo consummo dos seus vinhos; não ha nação alguma que melhor esteja nas circumstancias de estabelecer hum Commercio di-

recto com as do Norte, do que a nossa, e que mais o possa fazer de boa fé, e sem desigualdade notavel da balança.

Nós temos o vinho, a agua-ardente, o azeite, o sumagre, o sal, as fructas, a seda, o assucar, o páo campexe, e as madeiras do Brazil; de tudo isto ellas necessitão, e muitas destas cousas lhes são levadas pelos Hollandezes com o excesso do lucro da revenda.

Ellas tem o linho, a linhaça, o oleo da linhaça, o trigo, e mais grãos, e legumes, o ferro, aço, cobre, estanho, chumbo, azougue, rhuibarbo, alcatrão, pez, breo, caparroza, cêra, cebo, madeiras de construcção, aduella, mastreação, velame, maçame, lonas de toda a qualidade, muitos, e excellentes tecidos de linho, e algodão, especialmente os da Silezia, meias de lã, peixe secco, e muitos outros generos, de que indispensavelmente necessitamos, e que ha muito temos sido obrigados a comprar em segunda mão aos Hollandezes, e a outros depois de terem escolhido para si os melhores, e levado-nos sobre os inferiores o lucro da conducção, e da revenda.

Tendo pois huns, e outros as materias tão importantes para hum mutuo Commercio, não pôde este deixar de ter hum grande adiantamento vantajoso a ambos os extremos, se for promovido com bem intencionada diligencia, e boa fé. A nós convem-nos muito adiantar o consummo dos nossos vinhos; para isto he necessario fazellos preferiveis em qualidade, e preço na concorrência dos de França, que são os que se podem oppor á venda dos nossos. Os outros muitos nossos generos, que o Norte gasta de segundas mãos, convem-lhe tomallos a nós mesmos directamente em primeira mão.

Os Hollandezes que lá lhos levão, vem aqui buscallos, e enquanto os levão aos seus portos, para nelles escolherem os que lhes são necessarios, podemos nós ter chegado com elles ao Baltico. A nós, e ao Norte convem, que tantos dos seus generos, de que necessitamos, e de que fazemos hum consideravel gasto, sejão comprados, e vendidos directamente sem intermediação de outra nação interposta: quando não levassemos vantagem alguma na diminuição dos preços, sempre a tínhamos na escolha das qualidades, e no lucro dos fretes.

Para servir este Commercio, necessariamente a nossa marinha se augmentaria muito consideravelmente, devendo empregar-se nos transportes muitos navios, que mesmo nos portos do Norte se poderiam mandar fazer com muita commodidade.

Para facilitar esta navegação deve considerar-se a barateza com que se comprão nos portos do Norte as carnes salgadas, e os mais viveres necessarios para o retorno da viagem, não sendo preciso que as embarcações levem mais, do que os que podem ser precisos para a hida.

Deveria regular-se também a tripolação de cada navio, de madeira, que a navegação Portuguesa se fizesse algum tanto menos dispendiosa, do que costuma ser; e cada navio deveria ser obrigado a levar hum praticante de piloto, para se fazerem praticos nesta navegação todos os que fossem necessarios, por mais que crescesse o numero das embarcações: e deveria finalmente propor-se todos os annos hum premio consideravel para aquelle capitão de navio, que nesse anno fizesse maior numero de viagens ao Baltico.

Para animar este commercio, tão util em todo o sentido a Portugal, seria muito conveniente que os commerciantes, que melhor se distinguissem no adiantamento d'elle, experimentassem algum beneficio a respeito dos direitos, fazendo-se-lhe huma diminuição nelles á proporção do augmento das suas carregações. Deste modo conseguiria Portugal hum copioso consummo para os vinhos; compraria os generos do Norte escolhidos, e a melhor prego; verião huma marinha, que se fizesse respeitavel em toda a parte; e recolheria em si os importantes cabedacs, que a Hollanda todos os annos recebe pelos transportes, e revendas destes generos.

Documento L

Transcripto do «Douro Illustrado», visconde de Villa Maior,
pag. 22 e 23

«D'aqui nasceu em 1756 a companhia geral da agricultura e commercio dos vinhos do Alto Douro, que por mais de um seculo dominou os interesses economicos d'esta região.

«O regio alvará de 18 de setembro de 1756 confirmou as *Instituições* com que foi creada esta celebre companhia.

«O § 10.º das *Instituições* declara que o fim da companhia era: «sustentar com a reputação dos vinhos a cultura das vinhas, e beneficiar ao mesmo tempo o commercio, que se faz n'este genero, estabelecendo para elle uma preço regular, de que resulte competente conveniencia aos que o fabricam, e respectivo lucro aos que n'elle negociam, evitando por outra parte que este se abata com tanta deca-

dencia, que aos lavradores não possa fazer conta sustentarem as despesas annuaes da sua agricultura. E sendo necessario para estes fins estabelecer os fundos competentes, será o capital d'esta companhia de um milhão e duzentos mil cruzados (480:000\$000 réis) para que a companhia possa assim cumprir com as obrigações de occorrer ás urgencias da lavoura e do commercio.»

«Seria longo alem de inopportuno descrever aqui a organização d'esta companhia e mencionar todos os seus poderes e meios de acção: mas, para que se possa ao menos formar uma ligeira idéa de quanto era monstruosa essa organização, basta dizer como se compunha o pessoal do seu governo: um provedor, doze deputados, seis conselheiros e um secretario; um desembargador juiz conservador, um desembargador fiscal, um escrivão, um meirinho, e numerosos caixeiros, feitores, administradores, commissarios e seus escrivães, officiaes, provedores, etc. E todo este estado maior e menor, desde o provedor até o ultimo dos officiaes de diligencia ou esbirros, sentia em si uma grande auctoridade, que manifestava com arrogancia. Os deputados constituíam uma verdadeira oligarchia. Ainda hoje se distinguem as suas quintas no Alto Douro pela magnificencia das suas edificações e pelos escudos das suas armas, que se ostentam apenas sobre as portas principaes dos palacios.

«Deram-se a esta companhia os seguintes monopolios: o do commercio dos vinhos do Douro para Inglaterra e portos do Brazil; o da fabricação e commercio da aguardente em alguns districtos do norte, e o do fornecimento das tabernas e vendas de vinho da cidade do Porto e seus arrabaldes. A este ultimo, como era de esperar, oppoz grande resistencia o povo d'aquella heroica cidade, sempre ciosa das suas liberdades; e para vencer essa justa resistencia, e implantar o monopolio, correram rios de sangue e muitas victimas foram sacrificadas no patíbulo.»

Docu

Mapa geral de exportação

	Porto	
	Quantidade	Valor
	Pipas	
1843.....	26:208	1.955:641\$675
1848 (a).....	1. ^a - 23:048	2.343:256\$852
	2. ^a - 12:296	600:015\$608
1851.....	1. ^a - 20:960	2.313:584\$600
	2. ^a - 5:352	332:594\$570
1854.....	-	4.546:515\$200
1855.....	33:343	4.474:877\$100
1856.....	40:570	5.953:871\$300
	Hectolitros	
1861.....	179:808	4.282:032\$600
1865.....	215:285	6.470:600\$000
1866.....	215:177	6.478:400\$000
1867.....	180:934	5.185:800\$000
1868.....	190:177	5.709:500\$000
1769.....	219:653	5.553:200\$000
1870.....	239:816	7.252:200\$000
1871.....	227:331	6.488:300\$000
1872.....	270:778	7.306:100\$000
1873.....	273:622	7.095:000\$000
1874.....	286:490	6.989:800\$000
1875.....	324:270	9.046:100\$000
1876.....	314:689	7.793:200\$000
1877.....	328:992	8.554:600\$000
1878.....	262:070	5.480:900\$000
1879.....	260:475	5.186:900\$000
1880.....	134:282	6.537:400\$000
1881.....	279:193	5.935:600\$000
1882.....	317:622	5.654:500\$000
1883.....	351:942	6.299:400\$000
1884.....	332:535	6.045:500\$000
1885.....	347:872	6.261:698\$000
1886.....	401:428	7.225:700\$000
1887.....	281:820	5.153:136\$000
1888.....	268:029	5.413:899\$000

(a) Geropiga, 43:321-11-2 alcaudes, 70:230\$156 réis, vinho verde, 321-26 pipas, 2:275\$100 réis.
 (b) A estatística d'este anno não descremina a exportação do vinho da Madeira; é possível que

mento M

de vinhos de 1843 a 1888

Madeira		Vinhos comuns	
Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Pipas		Pipas	
7:268	864:058\$515	21:686	344:667\$200
5:599	533:927\$659	37:697	542:364\$608
7:841	744:131\$000	36:326	946:865\$500
-	193:006\$800	-	1.742:206\$900
1:983	296:062\$000	22:828	1.317:703\$200
4:063	330:007\$000	18:629	1.385:485\$800
Hectolitros		Hectolitros	
-	-	(b) 60:444	1.178:640\$300
2:031	141:700\$000	147:782	911:900\$000
2:889	153:800\$000	78:358	966:300\$000
3:096	169:300\$000	70:008	845:800\$000
3:750	184:700\$000	79:688	968:900\$000
3:848	257:700\$000	101:851	1.018:500\$000
4:329	326:500\$000	96:355	1.076:900\$000
5:892	384:800\$000	114:153	1.254:300\$000
6:449	443:400\$000	152:424	1.497:900\$000
7:408	429:800\$000	120:990	1.289:900\$000
6:927	393:700\$000	238:082	1.849:100\$000
8:400	427:400\$000	174:885	1.660:000\$000
8:764	441:200\$000	205:062	2.011:400\$000
15:287	566:300\$000	226:836	2.228:700\$000
6:175	325:800\$000	156:643	1.433:000\$000
10:190	447:000\$000	148:843	1.526:700\$000
13:480	605:800\$000	245:508	2.465:800\$000
12:933	625:400\$000	391:420	3.245:700\$000
15:377	779:900\$000	441:813	3.713:900\$000
12:861	562:600\$000	505:299	4.222:500\$000
16:121	594:700\$000	471:580	4.016:500\$000
23:088	415:577\$000	1.129:811	6.778:865\$000
23:929	430:713\$000	1.537:757	9.226:542\$000
21:118	432:168\$000	1.164:906	5.773:853\$000
24:139	797:356\$000	1.438:703	6.743:283\$000

estejam incluídos nesta columna.

Docu

Importação geral de trigo e especial do trigo da Ame

Annos	Importação geral	
	Quantidades	Valores
	Toneladas	Contos de réis
1868.....	42:080	3:180
1869.....	27:892	1:589
1870.....	32:279	1:681
1871.....	22:210	1:177
1872.....	24:785	1:250
1873.....	21:306	970
1874.....	21:929	1:068
1875.....	68:844	3:320
1876.....	78:870	3:830
1877.....	41:400	2:009
1878.....	73:703	3:554
1879.....	87:657	3:559
1880.....	70:931	3:413
1881.....	81:865	3:451
1882.....	107:311	5:569
1883.....	85:819	3:700
1884.....	103:761	3:878
1885.....	99:544	3:481
1886.....	120:828	4:199
1887.....	125:392	4:332

(a) O decreto de 27 de novembro de 1867 permitiu até ao fim de junho de 1868 a admissão, livres do reino, ficando todavia sujeitos aos impostos de consumo que pagavam os cereaes nãcos; importaram carga completa de cereaes, e a tonelagem correspondente aos cereaes q'os que trouxe;

(b) Decreto de 11 de abril de 1865, suspenso pelos decretos de 8 de agosto de 1867 e de 27 de novembro de 1867, os 2 réis pelos portos secos. Além d'este pagavam o imposto de consumo;

(c) Lei de 9 de abril de 1874, Igualou os direitos nos portos secos aos dos portos molhados;

(d) Lei de 26 de março de 1878, Mandando adicionar aos direitos de importação cobrados nas de março de 1877, ficando porém isentos d'este imposto os cereaes destinados ao consumo de Lisboa;

(e) Lei de 27 de março de 1882, Foi abolida o imposto de 40 réis por cada 30 kilogrammas e o im' de 15 de junho de 1882, Isentando de direitos nas alfândegas do reino e ilhas adjacentes a applicavel esta disposição desde a publicação da lei de 27 de março acima citada.

mento N

rica, e valores medios por litro desde 1868 até 1887

Importação da America		Valores medios do litro			Direitos — Réis Por 100 kilo- grammas
Quantidades — Toneladas	Valores — Contos de réis	Importação geral	Importação da America	Trigos nacionais	
2:202	153	58,12	69,48	52,62	(a)
7:716	455	43,40	58,82	51,56	600 e 200 (b)
15:647	836	49,80	41,88	46,84	"
15:154	820	40,80	41,93	44,94	"
7:538	421	38,75	43,24	41,61	"
4:889	188	84,87	28,98	44,63	"
9:600	474	37,20	38,28	49,47	6 (c)
32:116	1:532	37,20	36,74	45,60	"
39:610	1:925	37,20	37,59	42,74	"
22:018	1:071	37,20	37,66	48,43	"
23:353	1:056	37,20	35,04	45,48	"
79:324	3:901	40,30	38,13	44,49	(d)
65:426	3:153	37,20	37,36	42,50	—
74:531	4:033	41,85	41,90	46,66	—
86:492	4:444	39,53	39,75	44,33	15000 (e)
—	—	33,33	—	37,94	—
—	—	29,68	—	35,00	—
96:298	3:368	27,13	27,04	33,42	—
110:567	3:857	27,13	27,04	33,08	—
118:691	4:099	26,25	27,00	35,07	15500

Isenta de direitos de importação, dos cereaes em grão, farinha e pão cozido nos portos soccos e me-
nzes. O mesmo decreto isenta dos direitos de tonelagem os navios nacionais ou estrangeiros que
rem carga mixta.

Os 6 réis por kilogramma eram pagos pelos trigos importados pelos portos

alfandegas pelos cereaes o imposto de 40 réis por cada 30 kilogrammas, estabelecido pela lei de 31

posto de consumo para todos os cereaes em grão, para farinha e pão cozido.

portação de milho produzido nas provincias ultramarinas e conduzido em navios portuguezes, sendo

Mapa indicativo da produção em farinha e farello de diversos trigos nacio

Trigos	
Palhinha	Sujo
	Limpo
Russo	Sujo
	Limpo
Durazio — Olivaes	Sujo
	Limpo
Durazio — Serpa	Sujo
	Limpo
Ribeiro fino — Benavente	Sujo
	Limpo
Ribeiro medio — Samora Correia	Sujo
	Limpo
Ribeiro inferior — Villa Franca	Sujo
	Limpo
Rijo — Beja	Sujo
	Limpo
Temporão — Vallada	Sujo
	Limpo
Medias do total	Sujo
	Limpo
Dos trigos nacionaes	Sujo
	Limpo

mento O

naes e estrangeiros, segundo as experiencias realizadas, em Lisboa, em 1888

Quantidade moída	Farinhas só		Todos os productos alvos		Semeas	Pó, palha e limpadura
	Porcentagem	Trigo necessario para dar 100 kilogrammas de farinha	Porcentagem	Trigo necessario para dar 100 kilogrammas de farinha		
10:311,805	71,19	140,5	73,94	135,2	22,47	2,42
10:062,055	72,96	138,4	75,78	131,2	23,01	-
10:246,255	70,56	141,7	74,72	133,8	21,60	3,58
9:852,835	73,17	136,7	77,48	131,1	22,42	-
10:035,300	73,90	135,3	79,85	125,2	17,42	2,10
9:823,650	75,48	132,5	81,56	122,6	17,78	-
10:488,400	76,58	130,6	79,43	125,9	18,43	3,25
10:147,500	73,14	126,4	81,99	121,9	19,01	-
11:014,800	69,84	143,2	75,12	133,1	23,03	1,52
10:847,000	70,93	141,0	76,88	130,9	23,39	-
10:128,200	71,59	139,6	74,98	133,4	22,75	0,85
10:041,400	72,20	138,5	75,61	132,2	22,94	-
10:049,600	71,97	138,9	74,53	134,1	23,08	2,07
9:841,900	73,47	135,9	76,10	131,4	23,57	-
10:121,300	72,79	137,3	77,67	128,4	21,04	2,38
9:879,400	74,47	134,3	79,87	125,2	21,56	-
10:049,600	71,01	140,8	74,52	134,2	23,06	1,95
9:841,900	72,44	138,0	76,60	131,5	23,52	-
-	71,16	140,5	76,10	131,4	21,43	2,24
-	73,81	135,5	77,86	128,4	21,91	-
-	71,24	143,0	76,61	130,5	21,26	2,01
-	74,01	135,1	78,21	128,0	21,68	-

Documento P

Preço médio annual, tirado no mez de agosto, dos cereaes
desde 1728

Annos	Trigo	Cevada	Milho	Centeo
1728	23109	-3-	-3-	-3-
1729	23181	-3-	-3-	-3-
1730	23290	-3-	-3-	-3-
1731	13978	-3-	-3-	-3-
1732	23232	-3-	-3-	-3-
1733	23232	-3-	-3-	-3-
1734	23297	-3-	-3-	-3-
1735	23304	13014	-3-	-3-
1736	23421	13269	-3-	-3-
1737	23906	13378	-3-	-3-
1738	23247	13160	-3-	-3-
1739	13948	3949	-3-	-3-
1740	23464	13812	-3-	-3-
1741	23749	13667	-3-	-3-
1742	13893	13805	-3-	-3-
1743	13794	13167	-3-	-3-
1744	23325	13209	-3-	-3-
1745	23708	13456	-3-	-3-
1746	23000	13456	-3-	-3-
1747	23460	13623	-3-	-3-
1748	23513	13305	-3-	-3-
1749	23406	13258	-3-	-3-
1750	23863	13594	-3-	-3-
1751	23642	13594	-3-	-3-
1752	23145	13522	-3-	-3-
1753	23649	13486	-3-	-3-
1754	23458	13449	-3-	-3-
1755	23149	13449	-3-	-3-
1756	13703	13014	13130	-3-
1757	33119	23754	23138	23392
1758	23628	13739	23247	-3-
1759	33436	13667	23232	23247
1760	23724	13208	13957	13884
1761	23289	13173	13594	-3-
1762	23351	13551	23174	23029
1763	23618	13443	13739	-3-
1764	33485	13944	23174	-3-
1765	23805	13848	23609	-3-
1766	23398	13116	13508	-3-
1767	23670	13446	13587	-3-
1768	33453	13667	23156	-3-
1769	43026	23288	23174	-3-
1770	23935	13692	23899	-3-
1771	23866	13739	13750	23029

Anos	Trigo	Cevada	Milho
1772	35697	25645	25495
1773	35102	15522	15703
1774	35117	15739	15841
1775	35508	15957	25319
1776	35407	15989	25102
1777	25988	15667	15652
1778	35396	15423	25138
1779	35941	25319	25174
1780	45184	25029	25222
1781	35327	15594	25174
1782	25757	15449	15763
1783	25618	15965	25276
1784	35624	25573	25754
1785	35885	25587	15908
1786	35355	25029	15690
1787	35110	15812	15739
1788	35093	15885	25899
1789	35585	25029	25754
1790	45059	15957	-5-
1791	35479	15884	25029
1792	25946	25174	35407
1793	45370	25587	35624
1794	45681	25428	25283
1795	45215	25290	-5-
1796	35756	25029	25537
1797	35605	25174	35044
1798	45784	25464	35842
1799	45556	35117	35624
1800	65476	45722	45259
1801	75247	45820	-5-
1802	45571	25029	25754
1803	45708	35189	45204
1804	65619	35892	45349
1805	65126	35595	35189
1806	55148	35189	35238
1807	45455	25713	-5-
1808	85204	45189	65090
1809	65206	25795	45929
1810	85454	45892	75247
1811	95059	45204	55800
1812	95828	45817	75247
1813	65630	35678	55075
1814	55945	35787	45430
1815	55075	35744	45204
1816	65235	35962	45689
1817	75572	45567	55588
1818	55655	35552	-5-
1819	35572	25664	25355
1820	45349	25174	25319
1821	45380	25464	25464
1822	55044	25827	25319

Años	Trigo	Cevada	Milho	Centelo
1823	53787	23682	33208	33479
1824	53594	23537	33262	33262
1825	53229	23174	33293	23537
1826	53220	23464	23827	23174
1827	53220	23537	43225	3-
1828	43556	23537	23827	23609
1829	43825	33189	23609	23705
1830	53352	23102	23560	23899
1831	53800	23899	23827	33566
1832	53220	23645	33552	33140
1833	53510	23500	33552	33479
1834	53275	23464	23449	23682
1835	53275	23532	33102	33189
1836	53003	23319	33818	33552
1837	43132	23340	23392	23609
1838	33561	23112	13957	23174
1839	33262	13957	23174	23087
1840	43675	23551	33901	33225
1841	53121	23954	33167	33537
1842	43514	23210	23805	23732
1843	43255	23084	23846	23135
1844	33634	13833	23189	23250
1845	33317	13919	23263	23145
1846	43962	23463	23313	23956
1847	53300	23136	23704	23951
1848	33610	13671	23877	13969
1849	33542	13513	23197	13917
1850	33921	23113	23538	23377
1851	33970	13923	33092	33189
1852	33737	23000	23869	23609
1853	33638	13901	23577	23193
1854	43018	23544	33284	23899
1855	43972	23783	43203	33112
1856	73436	33479	43128	53003
1857	53126	23819	33189	23899
1858	53272	23609	33624	33153
1859	53036	23887	33572	33878
1860	43777	23493	23773	23790
1861	53655	23790	23537	33552
1862	53462	33026	33729	33722
1863	43946	23590	-3-	23972
1864	53018	23294	33489	23758
1865	43602	23301	33271	23845
1866	53057	23912	23912	23805
1867	63096	23872	33585	33906
1868	53262	33017	33604	33543
1869	53156	23279	33158	33864
1870	43684	23220	33173	33130
1871	43494	23205	23644	23644
1872	43161	23367	23608	23734
1873	43463	23221	23862	23654

Anos	Trigo	Cevada	Milho	Centeio
1874	43947	23836	33292	23967
1875	43560	23586	33488	33020
1876	43274	23003	33756	23793
1877	43843	13995	33150	33075
1878	43548	23789	33487	33287
1879	43449	23045	23985	33077
1880	43250	13800	23912	23855
1881	43666	23757	33166	33075
1882	43498	23312	33486	23785
1883	33794	13807	33112	23530
1884	33500	13573	23747	23319
1885	33342	13863	23502	23313
1886	33308	13915	23355	23355
1887	33506	13990	23893	23455
1888	33800	13950	23970	23240

Media mensal das cotações na bolsa de Nova-York do trigo Red Winter

Mezes	1885	
	Trigo	Fariña
	100 bushels	Barrica
Janeiro.....	92,20	3,55
Fevereiro.....	90,23	3,45
Marcho.....	89,56	3,45
Abril.....	97,90	3,92
Maio.....	102,20	4,05
Junho.....	100,86	3,90
Julho.....	99,33	4,00
Agosto.....	95,52	3,95
Setembro.....	98,35	3,88
Outubro.....	97,31	3,87
Novembro.....	94,85	3,76
Dezembro.....	95,36	3,88

mento Q

n.º 2 e farinha common de embarque (State) em 1885, 1886 e 1887

1886		1887	
Trigo — 100 bushels	Farinha — Barriqueas	Trigo — 100 bushels	Farinha — Barriqueas
90,20	3,56	92,93	3,57
91,18	3,45	90,73	3,58
93,22	3,48	91,20	3,63
91,85	3,45	92,32	3,68
87,27	3,45	96,77	3,84
84,44	3,36	96,91	3,80
86,75	3,25	83,50	3,70
87,05	3,20	80,25	3,65
86,65	3,20	80,71	3,47
83,94	3,10	82,78	3,35
85,40	3,05	85,90	3,48
85,35	3,38	90,50	3,55

Documento R

Mapa geral de importação de cereaes de 1861 a 1888

Unidade — kilogramma

	Trigo em grão	Valor declarado	Trigo em farinha	Valor declarado	Milho	Valor declarado	Cevada	Valor declarado	Cereaes não especificados	Valor declarado	Pão cozido	Valor declarado
1861.....	39:421	137:100\$000	225:600	18:400\$000	858:700	21:100\$000	116:500	6:300\$000	-	- \$-	-	- \$-
1862.....	30.215:500	1.524:800\$000	13.9 4:800	158:100\$000	6.435:800	241:500\$000	1.856:500	47:700\$000	-	- \$-	-	- \$-
1863.....	26.699:200	1.345:500\$000	2.089:800	155:700\$000	3.571:600	123:400\$000	1.019:000	39:800\$000	-	- \$-	-	- \$-
1867.....	37.168:600	2.755:200\$000	2.427:900	228:900\$000	2.280:900	85:700\$000	1.386:500	62:100\$000	-	- \$-	-	- \$-
1868.....	42.080:200	3.179:900\$000	3.638:300	320:500\$000	4.972:300	205:900\$000	492:500	21:400\$000	-	- \$-	-	- \$-
1869.....	27.892:000	1.589:200\$000	4.746:800	363:000\$000	6.320:200	241:800\$000	648:600	23:900\$000	-	- \$-	-	- \$-
1870.....	32.278:900	1.680:900\$000	4.561:400	337:500\$000	724:000	24:900\$000	315:500	11:800\$000	-	- \$-	-	- \$-
1871.....	22.210:300	1.176:800\$000	1.697:400	147:800\$000	14.530:400	533:600\$000	1.345:500	43:000\$000	-	- \$-	-	- \$-
1872.....	24.782:800	1.250:200\$000	1.607:900	125:800\$000	4.389:100	164:100\$000	4.682:000	149:900\$000	-	- \$-	-	- \$-
1873.....	21.306:100	970:100\$000	3.506:700	280:700\$000	9.351:400	226:800\$000	4.035:400	137:700\$000	-	- \$-	-	- \$-
1874.....	21.928:500	1.067:800\$000	(a) 3.245:700	319:500\$000	3.702:700	137:700\$000	3.762:200	135:900\$000	-	- \$-	-	- \$-
1875.....	68.842:900	3.330:500\$000	4.445:200	294:600\$000	15.882:100	670:500\$000	5.279:800	170:000\$000	-	- \$-	-	- \$-
1876.....	78.869:900	3.830:500\$000	3.686:800	281:800\$000	48.436:900	1.720:800\$000	2.006:500	62:200\$000	-	- \$-	-	- \$-
1877.....	41.400:300	2.008:900\$000	2.191:100	161:500\$000	20.886:100	758:800\$000	1.196:800	39:600\$000	-	- \$-	-	- \$-
1878.....	73.702:600	3.554:200\$000	6.179:300	396:100\$000	15.464:200	450:400\$000	5.781:900	212:200\$000	-	- \$-	-	- \$-
1879.....	87.656:800	4.538:600\$000	4.175:000	236:500\$000	82.537:800	2.072:100\$000	5.235:400	156:200\$000	-	- \$-	-	- \$-
1880.....	70.930:700	3.412:900\$000	901:000	62:900\$000	45.691:800	1.353:000\$000	2.474:000	87:200\$000	-	- \$-	-	- \$-
1881.....	81.865:100	4.450:600\$000	2.657:800	163:500\$000	20.317:800	643:800\$000	4.887:500	175:700\$000	-	- \$-	-	- \$-
1882.....	107.310:700	5.669:100\$000	3.130:900	137:800\$000	21.238:800	709:400\$000	3.972:400	185:500\$000	-	- \$-	-	- \$-
1883.....	85.819:400	3.699:800\$000	1.618:700	74:100\$000	28.132:800	782:600\$000	2.143:100	70:500\$000	-	- \$-	-	- \$-
1884.....	108.760:900	3.878:200\$000	552:500	33:200\$000	41.735:000	1.080:500\$000	1.277:000	32:800\$000	-	- \$-	-	- \$-
1885.....	99.544:100	3.481:107\$000	1.632:088	97:087\$000	17.587:200	416:457\$000	3.333:156	78:017\$000	58:105	1:226\$000	14:996	1:099\$000
1886.....	120.827:500	4.199:228\$000	2.428:877	121:368\$000	15.741:300	829:259\$000	3.750:940	84:336\$000	236:950	7:113\$000	79:677	4:203\$000
1887.....	125.392:037	4.331:563\$000	3.425:748	171:504\$000	17.974:010	366:690\$000	1.561:183	41:186\$000	721:790	16:884\$000	330:320	17:005\$000
1888.....	100.870:711	3.472:806\$000	4.736:860	294:347\$000	12.589:634	301:875\$000	347:822	6:156\$000	46:037	1:550\$000	-	- \$-

(a) Estão incluídas outras farinhas além da do trigo.

N. B. Nos annos de 1862, 1863 e 1864 não se fez estatística.

MAPAS RELATIVOS AOS VIVEIROS DE CEPAS AMERICANAS NO ANO DE 1887

1.ª REGIÃO AGRONOMICA

Viveiro do Porto

Videiras americanas existentes em 1887

Castas existentes no viveiro

Nomes	Quantidades
Rupēstris	6:520
Riparia	18:260
Solonis	2:260
Viala	1:140
York-Madeira	2:920
Black Pearl	3:550
Jacquez	5:670
Taylor	2:380
Cinerea	670
Clinton	80
Marion	40
Mustang	240
Noah	80
Lincoecunde	20
Æstivalis	300
Cunningham	100
Dumas	20
Delaware	20
Cordifolia	20
Total	44:290

Produtos disponiveis para venda

Nome	Quantidade de barbados	Quantidade de estacas
Rupestris	1:000	4:000
Riparia selvagem	7:600	13:000
Riparia tomentosa	60	30
Solonis	630	4:000
Viala	240	200
York-Madeira	385	500
Black Pearl	2:600	730
Jaquex	400	600
Taylor	890	1:600
Cinerea	320	60
Clinton	50	20
Marion	30	10
Mustang hybr	20	-
Noah	90	30
Astivialis selvagem	15	20
Cunningham	90	20
Delaware	20	10
Cordifolia (typo)	30	10
Elvira	220	60
Solonis Laliman	40	20
Viala Laliman	180	30
Mustang	120	-
	15:050	24:950
Total geral — plantas	40:000	

Observações

O agronomo director do viveiro do Porto diz contar para repovoamento do mesmo viveiro com os restos dos bacillos ou estacas destinados á distribuição, fazendo estacas-sementes de um só olho.

Viveiro de Braga
Videiras americanas existentes em 1887

Castas existentes nas videiras		Barraços e barridos para venda			
Nomes	Número	Nomes	Quantidade de barridos	Quantidade de barridos	
Rupestris (typo)	500	Rupestris	250	-	
Viala	209	Viala	100	600	
Riparia selvagem	385	Riparia selvagem	100	1:200	
Chereca	31	Chereca	15	90	
Solonis	43	Solonis	20	120	
Cordifolia	1	Gaston Bazille	7	40	
Gaston Bazille	15	York-Madeira	15	90	
York-Madeira	30	Total	597	2:140	
	1:214	Total geral		2:737	

2.ª REGIÃO AGRONÓMICA

Viveiros de Bragança e de Villa Real

Videiras americanas existentes em 1887

Viveiro de Bragança

Culturas	Número de barbaços	Número de barcellos	Número de estacas
Jestivalis	105	210	1:050
Cinerea	52	104	520
Cunningham	19	26	50
Cordifolia	176	488	2:400
York-Madeira	96	242	1:960
Jacquez	25	50	250
Riparia selvagem	239	421	2:500
Rapensis	11	-	-
Gaston Bazile	45	90	450
Solonis	55	-	20
Viala	62	98	490
	888	1:782	9:690

Viveiro de Villa Real

Castas	Número de barbaños	Número de bacetas	Número de estacas
Ruprestis	118	--	150
Riparia	127	--	254
York-Madeira	286	--	800
Solonis	48	--	100
	579	--	1304

3.ª REGIÃO AGRÔNOMICA
Estação ampelo-phyllloxérica do norte
(Régnia)
Videiras americanas existentes em 1887

Nome das castas	Total das copas americanas existentes	Barbados existentes	Bacellos de 9º, 60	Barbados para viveiro	Estacas não rebentadas
Rupestis	1:300	250	644	1:030	1:250
Canada	9	6	12	3	2:060
York-Madeira	860	380	896	480	900
Viala	1:340	660	1:800	680	2:490
Solonis	1:200	740	1:245	400	—
Herbemont	760	400	1:214	360	330
Othello	90	80	260	10	—
Marion	80	20	50	60	—
Hermann	15	10	40	5	—
Mustaug	43	—	—	43	—
Noah	30	—	—	30	—
Opimar	28	16	20	12	—
Riparia	2:050	1:200	5:376	850	600
Jacquez	285	200	688	85	650
Taylor	50	—	—	50	150
Cunningham	14	10	10	4	—
Eunelan	12	6	6	6	—
Cordifolia (typo)	60	—	—	60	—
Kaveaerie	18	—	—	18	—
Asiatica branca	16	—	—	16	—
Elisimbargo	4	—	—	4	—
Cinerea	30	—	—	30	—
Estivalia	82	22	80	60	—
Walter	5	5	20	—	—
Nehoso	8	8	10	—	—
Hartford prolifc.	2	2	6	—	—
Elvira	10	10	30	—	—
Clinton	50	50	200	—	—
Cordifolia (Bush)	20	—	—	20	—
Gaston Bazile	12	12	25	—	—
	8:478	4:087	12:632	4:391	8:430

Observações -- Em consequencia do tempo desfavoravel secaram muitas estacas.

Para replantação do posto de Santa Martha de Penaguão são precisas :

Rupestis	24 barbados
Viala	84 barbados
Marion	10 barbados
Cunningham	19 barbados

187

Para a estação são precisos 1:500 bacellos e para repovoar o viveiro 12:000 bacellos.

Estação ampelo-phyloxerica do Pinhão

Videiras americanas existentes em 1887

Nome das castas	Total das copas existentes	Bacchos para plantação definitiva	Bacchos do pinhão	Bacchos para viveiros	Estacas não rebentadas
Riparian.....	3:830	2:630	5:500	1:200	-
Ruprestis.....	1:330	1:100	2:200	250	-
Solonis.....	1:470	1:000	1:000	470	-
York-Madeira.....	690	450	500	150	-
Vialla.....	530	350	300	200	-
Jacquez.....	450	350	500	-	-
Orbello.....	100	100	50	-	-
Herbemont.....	25	25	25	-	-
Triumph.....	51	51	-	-	-
Beauf.....	11	11	-	-	-
	8:137	5:867	9:075	2:270	-

Observação.— Para repovoar o viveiro são necessários 2:500 bacchos.

4.ª REGIÃO AGRONÔMICA
Viveiro das Côrtes, em Leiria
Videiras americanas existentes em 1887

Gastaq	Número de videiras produzidas	Número de barbados	Número de bacellos para distribuir	Número de bacellos para distribuir	Número de bacellos para se plantarem no viveiro
Riparia.....	3:008	2:360	2:360	25:000	9:000
Rupestris.....	2:021	1:100	1:100	6:500	3:000
Vialla.....	220	160	160	8:200	200
York-Madeira.....	580	70	70	1:000	1:000
Jacquez.....	340	60	60	3:000	2:000
Black Pearl.....	210	100	100	4:700	200
Ohello.....	450	270	270	1:200	400
Cuthiana.....	27	—	—	100	—
Solenis.....	140	70	70	1:400	400
Herbemont.....	242	—	—	1:700	—
Cunningham.....	405	50	50	1:400	—
Elvira.....	70	—	—	50	—
Neah.....	42	—	—	200	—
Mustang.....	48	—	—	500	—
Cardifolia.....	100	100	100	—	—
Cinéria.....	50	50	50	100	—
Gaston Brazile.....	69	—	—	150	—
	8:023	4:390	4:390	50:200	16:200

Observações — Os barbados estavam todos pouco desenvolvidos, por terem sido replantados e o tempo não lhes couber favorável.
Os bacellos para se distribuirem têm 0^m 60 de comprimento, e os destinados ao viveiro 0^m 30.

Posto da Orta, em Aveiro

Vidreiras americanas em 1887

Cartas	Número de vidreiras existentes	Número de garrafas disponíveis	Número de estacas disponíveis
Ativalis	40	25	40
Clinton	30	—	—
Cordifolia	79	40	100
Cinerea	90	15	—
Herbemout	50	—	—
Jacquez	15	—	—
Riparia	1.493	1.000	450
Rupestrus	300	200	100
Solonis	408	400	400
Vialla	245	120	70
York-Madeira	100	70	20
	2.420	1.870	1.180

Nota. — As estacas disponíveis são necessárias para reporcamento do posto.

6.ª REGIÃO AGRONÓMICA

Viveiros de Portalegre e de Castello Branco

Mapa demonstrativo dos barbados e bacellos de videiras americanas existentes, necessários e disponíveis n'estes viveiros em 1887

Especificações			Riparia selvagem	Rupensia	Arbustiva selvagem	Solone	Chirca	York-Madeira	Black Pearl	Taylor	Elvira	Vialla	Delaware	Clinton	Mustang	Cordifolia	Jacquez	Herbumont	Total
Barbados.	Existencias.....	Viveiro de Castello Branco.....	2:319	1:503	115	489	150	562	2:432	435	85	53	206	17	10	2	3	5	8:386
		Viveiro de Portalegre.....	6:300	150	-	1:600	1:000	400	-	-	7	-	-	-	-	-	340	80	9:877
			8:619	1:653	115	2:089	1:150	962	2:432	435	92	53	206	17	10	2	343	85	18:263
	Necessarios para plantar, multiplicar e enxertar..	Viveiro de Castello Branco.....	1:319	903	115	289	150	562	1:600	235	85	53	206	17	10	2	3	5	5:554
		Viveiro de Portalegre.....	500	150	-	1:000	600	400	-	-	7	-	-	-	-	-	340	80	3:077
			1:819	1:053	115	1:289	750	962	1:600	235	92	53	206	17	10	2	343	85	8:631
	Disponiveis para vender ou ceder.	Viveiro de Castello Branco.....	1:000	600	-	200	-	-	832	200	-	-	-	-	-	-	-	-	2:832
		Viveiro de Portalegre.....	5:800	-	-	600	400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6:800
			6:800	600	-	800	400	-	832	200	-	-	-	-	-	-	-	-	9:632
Bacellos.	Existencias.....	Viveiro de Castello Branco.....	6:000	2:700	150	1:000	400	1:050	3:900	1:600	150	50	300	50	80	7	10	5	17:402
		Viveiro de Portalegre.....	5:000	16	-	1:600	1:000	2:000	-	-	4	-	-	-	-	-	50	10	9:680
			11:000	2:716	150	2:600	1:400	3:050	3:900	1:600	154	50	300	50	80	7	60	15	27:082
	Necessarios para plantar, multiplicar e enxertar..	Viveiro de Castello Branco.....	2:000	900	50	300	130	350	1:300	530	50	50	100	50	80	7	10	10	5:862
		Viveiro de Portalegre.....	3:000	16	-	1:400	700	2:000	-	-	4	-	-	-	-	-	50	5	7:180
			5:000	916	50	1:700	830	2:350	1:300	530	54	50	100	50	80	7	60	15	13:042
	Disponiveis para vender ou ceder.	Viveiro de Castello Branco.....	4:000	1:800	100	700	270	700	2:600	1:070	100	-	200	-	-	-	-	-	11:540
		Viveiro de Portalegre.....	2:000	-	-	200	300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2:500
			6:000	1:800	100	900	570	700	2:600	1:070	100	-	200	-	-	-	-	-	14:040

7.ª REGIÃO AGRONÓMICA

Viveiros da Romeira, Pinhal Novo, Almiara e Payalvo

Videiras americanas existentes em 1887

Viveiro da Romeira							Viveiro do Pinhal Novo							Viveiro da Almiara						Viveiro de Payalvo				
Numero de cepas	Numero de barbedos	Numero de bacellos	Numero de barbedos a distribuir	Numero de bacellos a distribuir	Numero de barbedos a reservar	Numero de bacellos a reservar	Numero de cepas	Numero de barbedos	Numero de bacellos	Numero de barbedos a distribuir	Numero de bacellos a distribuir	Numero de barbedos a reservar	Numero de bacellos a reservar	Numero de cepas	Numero de barbedos	Numero de bacellos	Numero de barbedos a distribuir	Numero de bacellos a distribuir	Numero de barbedos a reservar	Numero de cepas	Numero de barbedos	Numero de bacellos	Numero de barbedos a distribuir	Numero de bacellos a distribuir
1:570	834	2:400	834	21:000	-	3:000	6:940	1:512	25:000	370	25:000	1:200	-	1:430	-	55:000	-	55:000	-	220	900	1:800	900	1:800
493	646	500	646	400	-	100	928	-	6:000	-	6:000	-	-	1:920	100	5:100	100	5:000	100	126	220	1:500	220	1:500
-	-	-	-	-	-	-	21	-	20	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
112	-	500	-	500	-	-	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
55	-	-	-	-	-	-	848	-	1:100	-	1:100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	8	-	4:000	-	4:000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	250	-	250	-	-	-	1:800	-	5:000	-	5:000	-	-	-	-	-	-	-	-	280	100	1:000	100	1:000
271	950	400	950	200	-	200	1:280	233	6:000	40	6:000	183	-	130	-	390	-	390	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	68	-	1:200	-	1:200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	43	-	2:000	-	2:000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1:321	659	9:000	659	8:700	-	300	2:416	2:320	20:000	250	20:000	2:070	-	2:920	2:500	50:000	2:000	50:000	500	200	1:200	2:000	1:200	2:000
-	-	-	-	-	-	-	340	-	11:000	-	11:000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	224	-	200	-	200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	70	-	140	-	-	-	140	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
884	816	15:000	616	13:000	200	2:000	610	168	2:000	38	200	183	1:800	885	110	8:000	110	8:000	-	94	15	1:200	15	1:200
760	291	400	300	291	-	100	768	267	10:600	-	10:600	267	-	500	70	4:000	70	4:000	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	592	-	1:000	-	300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	461	-	1:700	-	100	-	1:600	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
498	-	8:000	-	7:800	-	200	322	38	600	-	-	38	600	-	-	-	-	-	-	48	26	150	26	150
81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
179	1:000	3:000	700	2:500	800	500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55	30	400	30	400
6:224	5:446	39:200	4:955	54:391	500	6:400	17:256	4:528	77:560	698	92:720	3:941	4:840	7:785	2:780	122:490	2:280	122:390	600	1:028	2:491	8:050	2:491	8:050

8.ª REGIÃO AGRONÓMICA

Viveiros de Évora e de Beja

Videiras americanas existentes em 1887

Viveiros de	Variedades de cepas existentes										Barbaños existentes					Bacchos existentes									
	Riparia	Ruprestis	York-Madeira	Solonis	Jaques	Clinton	Robusta vel. vagum	Vialla	Cinorea		Riparia	Forbitoria	Jaques	York-Madeira	Solonis	Riparia	Ruprestis	York-Madeira	Solonis	Jaques	Clinton	Robusta vel. vagum	Vialla	Cinorea	
Evora	483	147	447	946	21	8	8	12	40		493	-	-	-	-	7.500	1.000	400	1.000	50	10	10	25	30	
Beja	894	260	212	-	-	1	1	-	-		4.000	200	232	200	130	6.000	2.500	2.000	80	50	-	-	1	-	
Totales ..	877	877	859	946	21	3	8	12	40		4.493	200	232	200	130	13.500	3.500	2.400	1.080	100	10	10	25	30	

Plantas que podem ser distribuidas no

Viveiro de Evora	Barbados ...	493 de Riparia.
	Bacellos	6:000 de Riparia. 1:000 de Rupestris 100 de York-Madeira. 500 de Solonis. <u>7:600</u>
Viveiro de Beja..	Barbados ...	4:000 de Riparia. 100 de Cordifolia. 100 de Jacquez. 200 de York-Madeira. <u>4:400</u>
	Bacellos	6:000 de Riparia. 2:500 de Rupestris. 2:000 de York-Madeira. <u>10:500</u>

Plantas que se destinam ao

Viveiro de Evora-Bacellos		1:500 de Riparia. 300 de York-Madeira. 500 de Solonis. 50 de Jacquez. 10 de Clinton. 10 de Festivalis selvagem. 25 de Vialla. 30 de Cinerea. <u>2:425</u>
Viveiro de Beja..	Barbados ...	100 de Cordifolia 132 de Jacquez. 130 de Solonis. <u>362</u>
	Bacellos	80 de Solonis. 50 de Jacquez. <u>130</u>

Total dos barbados disponiveis 4:893
 Total dos bacellos disponiveis 18:100

9.ª REGIÃO AGRONÔMICA

Viveiro de Faro

Videiras americanas existentes em 1887

181

Castas	Sementeira de tres annos	Estacas de tres annos	Estacas de dois annos	Estacas de um anno	Total	Barbados		Estacas	
						Para venda	Para viveiro	Para venda	Para viveiro
York-Madeira . . .	1	900	-	130	1:031	-	130	200	700
Solonis	-	500	-	120	620	-	120	200	300
Riparia selvagem .	100	-	-	1:000	1:100	100	900	50	100
Elvira	20	-	-	210	230	100	100	20	-
Black-Pearl	375	-	-	700	1:075	-	700	100	300
Vialla	80	-	200	-	280	100	100	80	-
Canningham	45	-	-	-	45	-	-	60	-
Taylor	1	-	-	-	1	-	-	2	-
Jacquez	4	-	-	-	4	-	-	8	-
Mustang	3	-	-	-	3	-	-	6	-
Marianne	8	-	-	-	8	-	-	6	-
Delaware	2	-	-	-	2	-	-	4	-
	634	1:400	200	2:160	4:394	300	2:060	736	1:400

12.ª REGIÃO AGRONÔMICA

Viveiro de Angra do Heroísmo

Videiras americanas existentes em 1887

Castas	Numero de pés
<i>Aestivalis</i> selvagem.....	62
Jacquez.....	255
Delaware.....	19
Cunningham.....	196
Elvira.....	800
Black Pearl.....	274
Taylor.....	374
Noah.....	106
Marion.....	64
Mustang.....	94
Vialla.....	45
<i>Rupestris</i>	382
<i>Riparia</i> selvagem.....	874
<i>Cordifolia</i>	77
<i>Aestivalis</i> , de estaca.....	12
Izabella, enxertia sobre <i>Riparia</i>	250
Black Pearl, de estaca.....	700
Diversas, de estaca.....	874
	4:958

Observação. — O viveiro estava muito resumido e enfraquecido e por isso foram arrancadas as suas plantas e levadas para Loulé em 1888, onde se estabeleceu o viveiro regional em melhores condições.

MAPAS RELATIVOS AOS VIVEIROS DE VIDEIRAS AMERICANAS NO ANNO DE 1888

1.ª REGIÃO AGRONÓMICA

Viveiros do Porto e Braga

Relação das videiras americanas existentes em 1888

Nomes das castas	Viveiro do Porto	Viveiro de Braga
Aestivalis selvagem.....	163	-
Black Pearl.....	3:670	-
Cinerea.....	1:953	30
Cunningham.....	182	80
Clinton.....	112	-
Cordifolia.....	156	-
Delaware.....	76	-
Elvira.....	979	-
Gaston Bazile.....	-	16
Jacquez.....	2:358	-
Linccunúe.....	35	-
Manticola.....	25	-
Marion.....	106	-
Mustang.....	4:500	-
Noah.....	421	-
Othello.....	14	-
Riparia glabra.....	24:800	343
Riparia tomentosa.....	3:400	-
Rupertis.....	5:520	56
Solonis.....	1:500	28
Taylor.....	4:888	-
Violla.....	3:030	318
Vulpina.....	20	-
York-Madeira.....	2:140	138
Africanas diversas.....	50	-
Asiaticas diversas.....	350	-
Italianas diversas.....	6:000	-
Outras diversas.....	-	188
	66:450	1:146

Videiras americanas disponiveis nos

Nomes das castas	Viveiro do Porto			
	Barbados		Estacas	
	Para plantação definitiva	Para viveiro	De 1 metro	De 0m,30 a 0m,50
Aestivalis selvagem	50	-	10	-
Black Pearl	100	300	400	500
Cinerea	100	100	240	200
Cunningham	50	100	100	100
Clinton	75	50	25	50
Cordifolia	25	25	70	25
Delaware	25	25	25	25
Elvira	25	25	350	25
Gaston Bazile	-	-	-	-
Jaquez	200	50	1:750	200
Lincecumie	10	25	10	-
Mustang	80	100	1:000	300
Riparia glabra	5:500	2:000	10:700	1:500
Riparia tomentosa	65	50	200	100
Rupestris	2:850	200	2:000	700
Solonis	150	100	1:000	100
Taylor	200	100	2:000	100
Violla	100	100	1:000	100
York-Madeira	250	100	1:000	200
	9:655	3:450	21:940	4:225

viveiros do Porto e de Braga em 1888

Viveiro de Braga				Total			
Barbados		Estacas		Barbados		Estacas	
Para plantação definitiva	Para viveiro	De 1 metro	De 0m,30 a 0m,50	Para plantação definitiva	Para viveiro	De 1 metro	De 0m,30 a 0m,50
-	-	-	-	50	-	10	-
-	-	-	-	100	300	460	500
-	-	240	120	100	100	480	320
45	-	-	-	95	100	100	100
-	-	-	-	75	50	25	50
-	-	-	-	25	25	70	25
-	-	-	-	25	25	25	25
-	-	-	-	25	25	350	25
-	-	120	60	-	-	120	60
-	-	-	-	200	50	1:750	200
-	-	-	-	10	25	10	-
-	-	-	-	80	100	1:000	300
20	-	1:200	500	5:520	2:000	11:900	2:000
-	-	-	-	65	50	200	100
-	-	50	25	2:850	200	2:050	725
-	-	120	60	150	100	1:120	160
-	-	-	-	200	100	2:000	100
40	-	320	160	140	100	1:320	260
60	-	20	10	310	100	1:020	210
165	-	2:070	935	10:020	3:450	24:010	5:160

2.ª REGIÃO AGRONÔMICA

Viveiro de Bragança

Quadro indicativo dos barbalos e estacas de copas americanas
(plantados definitivamente e numero de barbalos necessários para o completo povoamento de cada talhão em 1888)

Plantação definitiva — lado direito do viveiro

Designação das copas	Barbalos de plantação definitiva		Estacas de plantação definitiva (báculos)	Total dos pés existentes	Número de pés que faltam para completo povoamento do viveiro	Número de estacas que se podem obter na poda
	Número de pés necessários	Número de pés actualmente existentes				
Riparia.....	274	235	—	235	49	920
York-Madeira.....	274	264	—	264	10	464
Cinerea.....	274	160	67	217	67	188
Jacquez.....	274	140	57	197	77	156
Cordifolia.....	274	131	53	184	90	193
Gaston Bazile.....	274	118	81	199	73	110
Violla.....	274	117	49	166	108	20
Solonis.....	274	10	73	85	159	415
	2.192	1.165	382	1.547	615	2.161

Quadro indicativo do numero de estacas de cepas americanas plantadas provisoriamente e numero de barbados, que sãem em 1888, para plantação em viveiro

Plantação provisoria — lado esquerdo do viveiro

Designação das cartas	Estacas plantadas provisoriamente		Numero de barbados que sãem para preencher os talhões de plantação definitiva	Numero de barbados para viveiro que se podem vender	Numero de estacas do viveiro para plantação provisoria	Numero de estacas que faltam para preenchimento dos talhões de plantação definitiva
	Numero de estacas que devem preencher cada talhão	Numero de pés actualmente existentes				
Riparia.....	2:450	397	38	358	920	1:530
York-Madeira.....	2:450	1:304	10	1:294	464	1:986
Cinerez.....	2:450	397	57	340	183	2:263
Jaquez.....	2:400	-	-	-	156	2:294
Cordifolia.....	2:450	-	-	-	188	2:257
Gaston Bazile.....	2:450	-	-	-	110	2:340
Vialla.....	2:450	-	-	-	20	2:430
Solonis.....	2:450	-	-	-	115	2:335
	19:600	2:089	106	1:992	2:161	17:435

3.ª REGIÃO AGRONOMICA
Estação ampelo-phylloxerica do norte
(Régua)

Videiras americanas existentes em 1888

Nomes das castas	Quantidade
Rupestis	5:802
Riparia	8:336
Violla	1:997
Solonis	1:966
Clinton	387
Taylor	60
Elvira	89
Noah	83
Æstivalis	195
Jacquez	803
Herbemont	629
Hermann	178
Louisiana	163
York-Madeira	1:043
Othello	931
Vulpina	204
Cinerea	157
Mustang	107
Gaston Bazile	87
Canada	68
Cordifolia	102
Asiatica	40
Noah	82
Eumelan	14
Opimar	55
Kaltheburi	21
Barnes	28
Elsinburg	12
Hartford prolific	6
Cunningham	6
Kaveaurie	7
Candicans	7
Walter	12
Marion	10
	23:647

Observação — As estacas e os barbados, como no anno de 1887.

4.ª REGIÃO AGRONÔMICA
Viveiros de Orta e Côrtes
Mapa das videiras americanas existentes e disponíveis para venda em 1888

Nomes das castas	Número de pés disponíveis para venda				
	Número de pés existentes	Barbados para plantação definitiva	Barbados para viveiros	Pacellos de 1 metro ou mais	Edificações de 0 ^m 30 a 0 ^m 50
<i>Aestivalis</i> selvagem	60	40	—	150	50
Cunningham	1:600	245	100	1:830	1:200
Cynthiana	24	—	—	130	100
Herbemont	240	100	—	1:260	1:000
Jacquez	400	100	—	1:230	820
Clinton	40	—	—	100	60
Elvira	20	—	—	—	50
Gaston Bazile	86	—	—	250	320
Riparia selvagem	9:430	7:400	170	12:000	7:400
Solonis	2:860	1:050	250	3:350	450
Vialla	2:060	850	75	2:400	1:700
York-Madeira	1:020	500	—	2:600	1:000
Black Pearl	980	150	300	500	500
Noah	80	—	—	—	60
Othello	720	510	—	500	500
Cinerea	200	45	—	600	500
Cordifolia	400	25	100	150	840
Mustang	74	—	—	350	340
Rupestis	4:080	3:200	100	4:000	3:700
	24:374	14:215	1:095	31:420	20:120

Observações.— Quasi todos os barbados eram capazes de servir para plantação definitiva.

6.ª REGIÃO AGRONÔMICA
Viveiro de Portalegre

Mapa das plantas americanas existentes, precisas e disponíveis para venda, no anno de 1888

Nomes das castas	Barballos				Bacellos			
	Para plantação definitiva		Para viveiro		De 1 metro		De 0m 50 a 0m 60	
	Existentes	Precisas	Disponíveis	Existentes	Precisas	Disponíveis	Existentes	Disponíveis
Riparia selvagem	2:922	62	2:860	8:000	-	-	10:000	9:500
Rupestris	585	555	-	-	-	-	20	-
Solonis	532	532	-	475	-	500	2:000	1:000
York-Madeira	571	571	-	6:261	-	500	1:500	500
Cinerea	-	-	-	2:470	-	-	2:500	2:000
Black Pearl	-	-	-	609	-	-	-	-
Taylor	157	157	-	-	-	-	-	-
Delaware	43	43	-	-	-	-	-	-
Clinton	64	64	-	-	-	-	-	-
Vialla	19	19	-	-	-	-	-	-
Elvira	89	89	-	-	-	-	8	-
Cordifolia	2	2	-	-	-	-	-	-
Æstivalis selvagem	98	98	-	506	-	-	-	-
Jacquea	273	273	-	-	-	-	-	-
Herbemont	281	281	-	-	-	-	-	-
	5:636	2:776	2:860	18:521	749	17:872	16:028	18:000
						1:000	3:028	

Observações

Resumo das plantas disponíveis :

Barbados :

Para plantação definitiva.....	2:860
Para viveiro.....	17:572
	<u>20:432</u>

Bacellos :

De 1 metro.....	1:000
De 0 ^m ,30 a 0 ^m ,60.....	13:000
	<u>14:000</u>

Mapa das plantas americanas existentes, precisas e disponiveis para venda no anno de 1888
Viveiro de Castello Branco

Nomes das caeas	Barbados						Racellos					
	Para plantação definitiva			Para viveiro			De 1 metro			De 0m,30 a 0m,50		
	Existentes	Precisos	Disponiveis	Existentes	Precisos	Disponiveis	Existentes	Precisos	Disponiveis	Existentes	Precisos	Disponiveis
Biparia selvagem	100	-	100	300	100	200	1.800	300	1.500	800	400	1.000
Ruprestis	300	100	200	220	20	200	2.000	1.200	800	1.300	500	800
Solonis	-	-	-	-	-	-	800	200	600	300	100	200
York-Madeira	-	-	-	160	160	-	600	100	500	300	100	200
Cinerea	-	-	-	10	10	-	200	100	100	100	-	100
Black Pearl	250	50	200	600	100	500	800	-	800	800	200	600
Taylor	200	100	100	700	200	500	800	700	100	400	100	200
Delaware	-	-	-	45	45	-	200	100	100	200	100	100
Clinton	-	-	-	20	20	-	-	-	-	-	-	-
Violla	-	-	-	10	10	-	-	-	-	-	-	-
	850	250	600	2.065	665	1.400	7.200	2.700	4.500	4.200	1.600	2.600

Observações

Resumo das plantas disponíveis :

Barbados :

Para plantação definitiva.....	600
Para viveiro.....	1:400
	<u>2:000</u>

Bacellos :

De 1 metro	7:200
De 0 ^m ,30 a 0 ^m ,60.....	2:600
	<u>9:800</u>

7.ª REGIÃO AGRONÔMICA

Viveiros da Romeira (Santarem) e do Pinhal Novo

Mapa dos bacelos e barbados existentes em 1888

Castas	Viveiro da Romeira				Viveiro do Pinhal Novo	
	Bacellos		Barbados	Bacellos de muito	Barbados	Bacellos de muito
	De 1 metro	De 0 ^m 50				
Jacquez.....	7.000	3.000	900	2.500	75	2.500
Ruprestis.....	6.000	3.000	700	10.000	400	10.000
Riparia.....	18.000	6.000	2.200	20.000	1.400	20.000
Herbeumont.....	3.000	1.000	750	1.000	25	1.000
Othello.....	2.000	500	850	—	—	—
Solonia.....	2.000	500	400	2.000	200	2.000
Violla.....	1.000	500	—	3.000	—	3.000
York-Madeira.....	3.000	500	—	3.000	175	3.000
Cunningham.....	1.400	—	—	—	—	—
	42.400	15.000	5.800	41.500	2.275	41.500

Nota.— O viveiro de Payalvo foi extinto e o de Almiara passou a pertencer à estação ampelo-phyloxerica do sul (Torres Vedras), por isso não figuram neste mappa como no de 1887.

Estação ampelo-phyloxérica do sul (Torres Vedras)

Mapa das plantas americanas existentes, precisas no viveiro e disponíveis para a venda em 1888

Nomes das castas	Bacellos para plantação definitiva			Bacellos para plantação definitiva			Bacellos para viveiros de 0 ^m 50 a 0 ^m 50		
	Existentes	Precisas no viveiro	Disponíveis	Existentes	Precisas no viveiro	Disponíveis	Existentes	Precisas no viveiro	Disponíveis
Riparia.....	-	2:300	3:700	67:084	10:454	89:750	24:920	4:080	22:600
Rupestis.....	1:830	2:600	2:400	79:232	37:082	63:150	28:460	9:960	24:450
Vialla.....	1:012	762	250	2:000	900	600	2:500	700	1:800
Jacquez.....	257	257	-	1:500	500	-	1:000	580	-
Herbemont.....	-	-	-	1:300	800	-	2:000	1:500	-
Solonis.....	-	-	-	100	100	-	200	150	50
York-Madeira.....	-	250	-	500	-	-	1:000	-	-
	3:089	6:169	6:350	151:916	49:836	133:500	60:680	16:970	48:900

N. B. O antigo viveiro de Almiara, em Torres Vedras, pertence hoje à estação ampelo-phyloxérica.

8.ª REGIÃO AGRONÓMICA

Viveiros de Évora e Beja

Mapa das plantas americanas existentes em 1888

	Cepas americanas	Designação dos productos			
		Barbedos para plantação definitiva	Barbedos para viveiro	Barbedos para plantação definitiva	Barbedos para viveiro
Beja	Jacquez	100	-	-	150
	Solonis	400	-	-	100
	York-Madeira	300	-	-	1.000
	Riparia	5.700	-	-	1.500
	Solonis	-	-	-	1.500
Evora	York-Madeira	-	-	-	1.000
	Riparia	-	-	-	500
	Rupestris	-	-	-	2.000
13	Total	6.500	-	10.500	12.250

9.ª REGIÃO AGRONÓMICA

Viveiro de Faro

Nota dos bacellos e barbados para venda em 1888

Nomes das castas	Barbados para plantação definitiva	Bacellos para viveiro
Riparia selvagem	250	500
Viatta	30	300
Solonis	-	200
Black-Pearl	-	200
Cunningham	-	50
Elvira	-	200
	280	1:450

N. B. Além d'aquellas variedades de cepas americanas, ha tambem no viveiro a Delaware, Mariann, Mustang, Taylor e Jacques, das quaes não se pôde apurar bacello para venda, por ser pouco o que havia e ser necessario para o viveiro. Tambem não foi possível obter-se bacello de 1 metro, porque as varas não attingiram tal comprimento, por se acharem enfraquecidas as cepas no terreno em que estava o viveiro. Hoje este viveiro foi extinto e as suas plantas passadas para o novo viveiro de Loulé, estabelecido em boas condições a dar bons productos.

10.ª REGIÃO AGRONÔMICA
Viveiro do Funchal
Mapa das videiras americanas e productos disponíveis em 1888

199

Nomes das castas	Estacas		Barbados	
	De 1 metro	De 0m,50	Para viveiro	Para plantação definitiva
Jacquez	4.440	1.700	149	100
Herbemont	500	300	481	265
Cunningham	315	50	-	-
Solonis	650	300	128	100
Clinton	550	80	15	12
Taylor	450	50	40	10
Violla	300	150	92	5
Elvira	50	80	-	-
Riparia	2.650	400	413	150
Rupestris	100	200	225	350
York-Madeira	1.800	300	679	60
Othello	110	60	164	-
Elainburgo	150	40	-	-
Cinerea	160	50	-	-
Black-Pearl	325	60	-	-
Gaston Bazile	20	26	-	-
	12.580	3.846	2.386	1.052

12.ª REGIÃO AGRONÔMICA

Viveiro de Angra do Heroísmo

Mapa das cepas americanas e dos barbados e bacelos existentes em 1888

Nomes das castas	Barbados reproductivos	Barbados de um anno	Bacelos de 0 ^m ,40 a 0 ^m ,50
Estivales selvagem.....	62	-	500
Jacquez.....	255	-	2.000
Delaware.....	19	-	100
Cunningham.....	196	-	2.000
Elvira.....	800	-	8.000
Black-Pearl.....	274	-	8.000
Taylor.....	374	-	3.500
Noah.....	106	-	1.000
Marion.....	64	-	800
Mustang.....	94	-	1.000
Vialla.....	45	40	400
Mourisco preto (?). ..	59	-	50
Rupetris.....	282	404	4.500
York-Madeira.....	80	190	200
Solonis.....	109	-	100
Riparia selvagem.....	874	265	8.000
Cerdifolia.....	77	-	800
	3.761	839	35.800

MAPA DEMONSTRATIVO DAS VIDEIRAS AMERICANAS DOS VIVEIROS DO ESTADO DISTRIBUIDAS PELOS VITICULTORES EM 1887

Regiões agronomicas	Barbados distribuidos e seus valores		Bacellos distribuidos e seus valores		Totais das plantas distribuidas e seus valores	
	Numero	Valor	Numero	Valor	Numero	Valor
1.ª.....	6:350	84\$350	19:450	212\$050	26:400	296\$400
2.ª.....	400	5\$200	900	81\$000	1:300	86\$200
3.ª.....	23:350	280\$550	29:400	235\$600	54:750	516\$150
4.ª.....	3:800	46\$400	27:950	224\$550	31:750	270\$950
5.ª.....	5:200	62\$600	7:000	56\$500	12:200	118\$600
6.ª.....	28:550	343\$150	207:600	2:091\$400	236:150	2:404\$550
7.ª.....	-	-	200	1\$800	200	1\$800
8.ª.....	1:400	17\$200	8:000	24\$000	4:400	41\$200
9.ª.....	3:600	43\$800	14:400	115\$600	18:000	159\$400
10.ª.....	75:250	888\$250	359:900	3:012\$000	435:150	3:896\$250

Nas casas dos barbados e bacellos acham-se reunidos tanto os para plantação definitiva como os para viviro, em razão de ser muito pequena a numero destes ultimos.

Foram 136 os requerentes de plantas americanas em 1887 nas diferentes regiões agronomicas.

Distribuíram-se 390:950 plantas americanas na circunscrição do sul e 114:200 na do norte.

Os preços de venda foram os seguintes:

Barbados para plantação definitiva.....	milheiro.....	12\$000 réis	Bacellos de 1 metro para plantação definitiva.....	milheiro.....	8\$000 réis
Barbados para viviro.....	cento.....	1\$900 "	Bacellos de 0m 5 para viviro.....	cento.....	\$900 "
	milheiro.....	10\$600 "		milheiro.....	2\$000 "
	cento.....	1\$100 "		cento.....	\$250 "

MAPPA DEMONSTRATIVO DAS VIDEIRAS AMERICANAS DOS VIVEIROS DO ESTADO DISTRIBUIDAS PELOS VITICULTORES EM 1888

Regiões agronômicas	Barbaços para plantação definitiva		Barbaços para viveiro		Bacellos de 1 metro para plantação definitiva		Bacellos para viveiros (estacas de 0,5)		Total das plantas vendidas e do seu valor em réis	
	Numero	Valor	Numero	Valor	Numero	Valor	Numero	Valor	Numero	Valor
1. ^a	10:120	91.800	1:400	9.800	8:484	50.890	5:160	7.840	25:164	159.824
2. ^a	—	—	1:992	13.844	400	2.800	—	—	2:392	16.844
3. ^a	24:525	220.875	300	2.800	6:025	36.150	5:000	7.800	35:850	266.875
4. ^a	14:150	127.850	1:065	7.865	31:420	188.820	23:050	84.875	69:715	858.810
5. ^a	29:800	263.870	100	8.800	9:700	58.800	2:100	3.810	41:200	388.850
6. ^a	1:650	14.850	5:100	35.870	2:900	17.840	13:500	20.850	29:150	88.800
7. ^a	22:725	204.825	—	—	238:150	1.428.800	63:700	85.850	324:575	1.728.875
8. ^a	2:700	24.800	—	—	2:800	14.800	1:000	1.800	6:500	40.800
9. ^a	280	2.820	—	—	200	1.800	1:450	2.815	1:930	5.895
10. ^a	—	—	1:000	7.800	1:900	6.800	—	—	2:000	13.800
11. ^a	9:500	85.850	—	—	—	—	125	825	9:625	85.875
12. ^a	3:800	29.800	—	—	3:200	19.800	8:000	4.800	9:500	53.840
	118:250	1.064.820	10:987	84.803	304:279	1.825.874	118:085	177.890	551:601	3.149.873

Preços por que foram vendidas as plantas americanas dos viveiros do estado em 1888 :

Barbaços para plantação definitiva.	milheiro... 9.800 réis	Barbaços para viveiro	milheiro... 7.800 réis
Bacellos de 1 metro para plantação definitiva.	cento... 1.800 »	Bacellos (estacas de 0,5), para vi-	cento... 800 »
	milheiro... 6.800 »	veiro	milheiro... 1.800 »
	cento... 700 »		cento... 200 »

MAPPA DEMONSTRATIVO DAS VIDEIRAS AMERICANAS VINDAS DE FRANÇA E DISTRIBUÍDAS PELOS VITICULTORES

Regiões agrícolas	Barbados para plantação definitiva		Bacellos de 1 metro para plantação definitiva		Bacellos para viveiro (estacas de 0 ^m ,5)		Total dos bacellos e dos bacellos e seus valores	
	Numero	Valor	Numero	Valor	Numero	Valor	Numero	Valor
1. ^a	7.900	795.000	1.000	7.3000	5.300	83.100	14.200	945.100
2. ^a	14.000	129.5000	200	1.3400	5.000	83.000	19.200	138.5400
3. ^a	22.800	190.5000	2.000	12.5000	19.750	30.3000	44.550	232.8000
4. ^a	10.700	99.5000	10.200	62.5400	49.200	74.3900	70.100	286.3900
5. ^a	3.600	32.5700	19.220	120.5540	7.872	14.3760	30.492	165.6000
6. ^a	1.000	10.5000	1.000	7.3000	—	—	2.000	17.5000
7. ^a	60.390	550.5500	77.500	474.3800	146.300	179.3100	284.190	1.204.3400
	120.390	1.090.3200	111.120	685.3140	283.422	314.3860	464.932	2.090.3200

Estas plantas foram destinadas somente para territorios phylloxerados. As variedades distribuidas foram :

Para produção indirecta ou para enxertia — Riparia, Rupestris, Solonis, Viala, e York-Madeira ; e

Para produção directa — Herbemont, Jaquiez, e Othello.

Os preços por que foram vendidas, sem distincção de castas, foram :

Barbados	{ milheiro ... 95000 réis	Bacellos de 1 metro para planta- { milheiro ... 65000 réis
	{ cento..... 15000 "	ção definitiva..... { cento..... 700 "
Bacellos para viveiros (estacas de 0 ^m ,5) { milheiro ... 15500 réis		
	{ cento..... 200 "	

RELAÇÃO DOS VIVEIROS DE CÉFAS-AMERICANAS EXISTENTES EM 25 DE MAIO DE

Circumscrição ag

Numero de orden	Locação agrológica	Nome do viveiro	Data da criação
1.	1. ^a	Viveiro de Braga.....	Setembro de 1885.
2.	"	Viveiro do Porto.....	"
3.	2. ^a	Viveiro de Bragança.....	Dezembro de 1881..
4.	"	Viveiro de Mirandella.....	Fevereiro de 1889.
5.	3. ^a	Viveiro da Regua.....	Dezembro de 1881.
6.	4. ^a	Viveiro de Orla.....	Setembro de 1884...
7.	"	Viveiro das Cortes.....	Março de 1883.....
8.	5. ^a	Viveiro de Nellaa.....	Dezembro de 1888.

Circumscrição a

9.	6. ^a	Viveiro de Portalegre.....	Fevereiro de 1888...
10.	"	Viveiro de Castello Branco.....	"
11.	7. ^a	Viveiro da Romeira.....	Março de 1883.....
12.	"	Viveiro de Torres Vedras.....	Novembro de 1887...
13.	"	Viveiro de Almaraz.....	Março de 1883.....
14.	"	Viveiro do Pinhal Novo.....	Fevereiro de 1883...
15.	8. ^a	Viveiro de Évora.....	"
16.	"	Viveiro de Beja.....	"
17.	9. ^a	Viveiro de Loulé.....	Novembro de 1888..
18.	10. ^a	Viveiro do Funchal.....	Fevereiro de 1888...
19.	11. ^a	Viveiro de Ponta Delgada.....	"
20.	12. ^a	Viveiro de Angra do Heroísmo.....	"

1889 NAS DUAS CIRCUNSCRIÇÕES AGRONOMICAS E DATAS DA SUA CREAÇÃO

Agronomia do norte

Observações

Foi creado em 1881 na antiga quinta districtal e transferido para outro terreno em 1885.

Aveiro.

Leiria.

Agronomia do sul

Estabelecido com grainha vinda do estrangeiro.

Idem.

Santarem. Estabelecido com videiras vindas do estrangeiro e da commissão do norte.

Na estação ampelo-phyloxerica do sul.

Foi creado em 1885 pela commissão anti-phyloxerica do sul e annexado

à estação ampelo-phyloxerica do sul em setembro de 1886.

Estabelecido com grainha vinda do estrangeiro.

Idem.

Idem.

Idem. Foi creado principalmente em Faro, em fevereiro de 1885, e transferido em 1889 para Loulé.

Estabelecido com grainha vinda do estrangeiro, e tambem algumas videiras.

Idem.

Idem.

Quadro demonstrativo da força alcoólica dos diferentes vinhos portuguezes que figuraram
na exposição agrícola de Lisboa em 1884, segundo uma analyse feita em 4.700 amostras
no instituto de agronomia e veterinaria ¹

Concelhos	Numero de amostras analysadas	Força alcoolica em graus		Nota das amostras que excederam a graduação de 15º,90
		Mínima	Máxima	
Districto de Aveiro				
Agueda.....	2	10,00	10,20	
Anadia	17	10,90	15,50	16,20 ; 19,70 ; 20,40.
Arouca	3	8,30	9,00	
Aveiro.....	1	9,90	-	
Macieira de Cambra	1	10,20	-	
Castello de Paiva...	2	8,10	9,00	
Mealhada	4	10,80	13,00	20,30.

Districto de Bêja

Aljustrel	9	12,60	14,20	17,00 ; 28,40 (geropiga).
Almodovar	4	12,30	15,90	
Alvito	6	11,60	15,50	
Beja	26	13,20	15,40	16,70 ; 17,10 ; 17,30 ; 17,60 ; 17,90 ; 18,00 ; 18,20 ; 18,50 ; 18,80 ; 19,70 ; 19,80 ; 22,90.
Cuba	28	11,50	15,90	16,20 ; 16,70 ; 16,90 ; 17,10 ; 17,60 ; 17,60 ; 21,50.
Ferreira	9	13,40	15,40	19,80 ; 25,60 ; 27,80.
Moura	2	13,00	13,10	18,80.
Odemiva	3	14,80	15,90	
Ourique	5	13,10	14,50	
Serpa	16	12,60	15,90	
Vidigueira	34	13,00	15,40	16,20 ; 16,40 ; 16,50 ; 16,70 ; 16,70 ; 16,70 ; 16,70 ; 17,10 ; 17,30 ; 17,60 ; 17,60 ; 18,20 ; 18,20 ; 18,80 ; 18,95 ; 29,60.
Total das amostras 137, entre 11°50 e 29°50				

Districto de Braga

Anares	4	8,30	9,90	
Barcellos	17	6,80	10,00	
Braga	22	7,20	10,50	
Cabeceiras de Basto ..	5	9,00	11,40	
Celorico de Basto ..	8	9,00	12,00	
Esposende	6	6,50	9,70	
Fafe	3	8,10	9,70	
Guimarães	5	8,30	11,40	
Villa Nova de Fa- malção	8	6,80	12,50	
Póvoa de Lanhoso ..	1	9,20	-	
Villa Verde	7	7,70	9,70	16,30.
Total das amostras 86, entre 6°50 e 16°30				

¹ As indicações das columnas 2.ª, 3.ª e 4.ª referem-se apenas aos vinhos expostos pelos produtores. A columna 5.ª abrange amostras dos vinhos apresentados, não só pelos produtores como pelos negociantes.

Concelhos	Número de amostras analisadas	Força alcoholica em graus		Nota das amostras que excederam a graduação de 15° 90
		Mínima	Máxima	

Districto de Bragança

Bragança	9	8,50	13,90	17,10.
Macedo de Cavalei- ros	4	11,50	12,40	23,20.
Mirandella	6	10,20	13,90	19,70.
Moncorvo	2	12,80	14,10	
Villa Flor	6	12,00	13,90	19,70.

Total das amostras 27, entre 8° 50 e 19° 70

Districto de Castello Branco

Castello Branco	20	12,50	15,40	16,20; 16,80; 16,80; 16,70; 18,50.
Covilhã	41	10,30	15,70	17,10; 18,50.
Fundão	24	12,20	15,70	17,80; 17,40; 17,90.
Idanha a Nova	7	12,70	14,70	17,50; 22,70.
Penamacor	40	12,20	15,90	16,30; 16,60; 17,50; 17,90; 18,20; 19,10; 19,70; 20,80; 21,50.

Total das amostras 132, entre 10° 50 e 21° 50

Districto de Coimbra

Cantanhede	28	9,30	15,70	19,80.
Coimbra	22	9,90	14,90	17,60; 18,60; 18,50; 18,50; 18,80; 19,50; 22,50; 22,70.
Condeixa	26	9,70	15,30	
Figueira da Foz	6	18,10	-	17,00; 19,80; 20,00; 20,10; 22,50.
Miraflores do Corvo	1	11,00	-	
Montemor o Velho	2	10,10	11,20	
Oliveira do Hospital	10	8,30	18,10	
Soure	5	10,80	11,50	
Tábua	5	11,70	18,70	16,40.

Total das amostras 105, entre 8° 30 e 22° 70

Districto de Evora

Barba	4	12,40	18,80	20,00.
Evora	8	10,70	15,00	18,00.
Extremoz	1	-	-	16,50.
Montemor o Novo	1	18,90	-	
Portel	1	14,10	-	
Redondo	8	11,50	18,90	
Reguengos	5	18,80	18,90	
Villa Viçosa	1	18,80	-	

Total das amostras 29, entre 10° 70 e 20° 00

Concelhos	Número de amostras analisadas	Força sucroica em graus		Nota das amostras que excederam a graduação de 15°,00
		Mínima	Máxima	

Districto de Faro

Albufeira	1	15,90	-	17,60; 20,00.
Castro Marim	2	-	-	16,70; 17,40.
Faro	7	15,00	15,70	17,40.
Fuseta	1	-	-	17,40.
Lagôa	5	14,10	14,80	16,20; 20,00; 23,00.
Lagoa	1	-	-	21,40.
Oleão	4	12,20	15,00	18,20.
Portimão	1	15,70	-	17,40; 19,10.
Tavira	3	-	-	-
Villa Real de Santo Antonio	2	14,10	-	16,20.

Total das amostras 27, entre 12°20 e 23°00

Districto da Guarda

Almeida	11	11,00	14,50	16,40.
Celorico	14	11,90	14,70	
Castello Rodrigo...	1	12,70	14,00	
Fornos de Algodres	16	10,90	14,60	
Gouveia	15	10,70	15,60	
Guarda	31	10,80	14,70	
Meda	5	12,70	15,40	
Pinhel	14	11,60	15,00	16,10.
Sabugal	15	10,70	14,70	
Trancoso	2	12,40	13,90	
Villa Nova de Fozcoá	7	12,50	14,70	20,10.

Total das amostras 131, entre 10°,70 e 20°,10

Districto de Leiria

Alcobaca	8	9,80	14,90	
Ancão	4	10,80	12,90	
Alvaizere	5	10,80	12,50	
Batalha	2	10,70	11,70	
Caldas da Rainha...	3	11,90	13,50	
Figueró dos Vinhos	13	10,70	14,70	17,30 ; 21,10.
Leiria	27	8,90	15,90	22,00 ; 25,50.
Obidos	5	9,80	12,90	
Peniche	1	14,70	-	
Pombal	4	9,90	12,50	

Total das amostras 72, entre 8°,90 e 25°,50

Nota das amostras que excederam a graduação de 15º/50

Distrito de Lisboa

Colecções	Número de amostras analisadas	Força alcoólica em graus	Mínima	Máxima	
Alcacer do Sal	3	8,90	12,80		
Alcochete	1	13,80	13,80		
Alfama Gallega	2	13,80	13,80		
Alenquer	9	13,80	15,35		16,20; 17,10.
Alhandra	1	-	-		19,10.
Almada	17	11,70	15,90		16,70; 18,70; 17,30; 17,60; 17,90; 18,50; 18,50; 19,80; 20,30; 20,60; 21,00.
Arruda	2	11,00	-		
Azambuja	2	12,60	12,80		
Azeitão	2	12,80	13,70		
Barreiro	3	15,00	-		
Belem	2	12,40	13,50		17,00; 21,30.
Cadaval	4	11,90	15,30		
Castelo	1	-	17,00.		
Castelo	1	-	17,60.		
Castelo	1	-	16,20.		
Estremoz	10	10,80	12,40		
Lisboa	18	10,80	15,80		17,40; 18,20; 19,40; 20,00; 20,30; 20,60; 20,60; 21,20; 21,80.
Lourinhã	9	10,20	13,80		
Maia	45	10,30	14,50		16,10; 17,40; 17,60; 17,90; 20,30.
Moita	1	13,10	-		
Oeiras (Carcavellos)	11	13,30	15,90		17,10; 17,60; 17,90; 21,80; 22,70; 24,00.
Oliveira	38	9,10	15,50		16,20; 16,70; 17,60; 17,60.
Seixal	5	11,20	14,00		16,70.
Setúbal	12	12,60	15,90		17,90; 18,50; 19,10; 24,00.
S. Thiago do Cacem	4	13,50	14,80		17,30.
Torres Vedras	18	10,10	15,30		
Vila Franca	2	11,90	14,40		16,10; 16,60; 16,70; 17,00; 17,40; 17,90; 17,90; 19,10; 19,40; 19,80; 22,40.

Total das amostras 267, entre 8º/50 e 22º/40

Total das amostras 267, entre 8º,90 e 22º,40

Distrito de Portalegre

1	13,30	-	17,30; 20,10.
4	15,30	15,40	17,30; 17,50; 21,10.
5	12,40	14,10	18,80.
4	13,10	13,50	16,90; 17,60; 20,10; 20,10.
5	14,50	15,50	16,40.
4	14,10	15,50	
1	18,70	-	
10	18,70	15,60	16,60.
20	12,20	15,80	16,40; 18,20.

Total das amostras 54, entre 12^o, 20 e 21^o, 10

Distrito do Porto

Amarante.....	26	7,80	11,00
Gondomar.....	1	5,90	-
Marcos de Canavezes.....	7	8,70	11,90
Fenafel	18	6,00	8,70
Porto.....	42	5,10	13,20
Santo Tiviso.....	8	8,70	10,00
Villa do Onda.....	2	8,10	10,20
Villa Nova da Gera.....	2	8,10	-
			22,40.

Total das amostras 96, entre 5° 10 e 25° 40

Concelho	Número de amostras analisadas	Força alcoólica em graus		Nota das amostras que excederam a graduação de 15º,50
		Mínima	Máxima	
Distrito de Santarém				
Abrantes.....	12	11,00	15,30	16,20; 16,20; 16,40; 16,40; 17,40.
Almeirim.....	23	9,10	15,30	17,30; 17,40; 18,20; 19,10.
Azambuja.....	2	12,60	-	17,90.
Benavente.....	2	12,80	-	18,80.
Cartaxo.....	27	12,60	15,80	16,20; 17,00; 17,00; 17,40; 18,80; 18,80; 20,70; 22,40; 23,50; 24,30.
Chamusca.....	10	11,70	15,30	16,20; 16,40; 19,40.
Constância.....	10	12,40	15,30	16,70; 17,00; 18,20; 21,80; 22,70.
Ferreira do Zêzere	1	11,10	-	
Golegã.....	1	14,10	-	
Mação.....	1	-	-	17,00.
Rio Maior.....	8	12,80	14,40	17,00; 18,80; 19,10.
Santarém.....	20	11,70	15,90	16,70; 17,10; 19,70.
Sardão.....	1	-	-	17,60.
Thomasar.....	8	11,00	15,30	18,80; 19,80; 20,70.
Torres Novas.....	16	12,20	15,30	17,30; 19,10.
Ourem.....	1	13,70	-	
Total das amostras 143, entre 9º,10 e 24º,30				

Distrito de Vianna do Castelo

Arcos de Valle de Vez	6	8,50	10,90
Monsão.....	18	7,90	15,60
Ponte de Lima.....	5	8,00	12,20
Valença.....	3	10,00	12,20
Vianna.....	14	7,90	15,60

Total das amostras 46, entre 8º,50 e 15º,60

Distrito de Villa Real

Alijó	8	13,10	14,80	17,10 ; 19,40 ; 19,70 ; 20,00 ; 21,50 ; 22,70.
Chaves	3	12,00	18,90	
Mesão Frio	2	—	—	20,50 ; 23,50.
Murça	6	10,40	15,40	
Regua	13	14,80	14,80	16,20 ; 18,80 ; 19,10 ; 19,40 ; 20,00 ; 20,60 ; 20,60 ; 22,70 ; 22,70 ; 23,20 ; 23,20.
Santa Martha	7	12,00	15,00	19,10 ; 22,70.
Valle Passos	6	13,10	15,70	
Villa Real	10	9,50	15,40	18,70 ; 21,00 ; 28,70.
Total das amostras 55, entre 10,40 e 28,70				

Distrito de Vizeu

Armamar	2	—	—	17,90 ; 20,60.
Carregal	26	8,90	15,00	20,60.
Castro Daire	1	8,70	—	
Lamego	7	10,60	13,30	19,70.
Margalide	14	9,70	13,30	17,40.
Molimenta	1	11,30	—	
Nellas	89	7,90	15,90	17,40 ; 18,80 ; 20,00.
Oliveira do Conde	1	12,40	—	
Penalva do Castello	21	9,90	15,00	
Rezende	1	13,30	—	
Sattam	3	11,50	12,40	
Sernancelhe	2	10,60	12,20	
S. João de Arcias	2	10,40	12,40	
S. João da Pesqueira	1	—	—	16,70.
S. Pedro do Sul	2	8,90	11,30	
Tabuço	1	12,20	—	
Tondella	2	8,70	11,30	
Trancoso	1	13,30	—	
Vizeu	26	9,50	14,10	
Vouzella	10	8,70	13,10	
Total das amostras 216, entre 7,90 e 20,60				

Nota das amostras que excederam a graduação de 15º,30

Distrito de Angra do Heroísmo

Concelhos	Número de amostras realizadas	Foyas alcoólicas em graus	Máxima
		Mínima	
Angra	6	7,00	13,30
Praia da Victoria ..	3	13,10	15,70
Santa Cruz da Gra- ciosa	5	11,30	15,40
Villa da Praia da Graciosa	3	-	15,90

16,50 ; 17,10.

Total das amostras 17, entre 7º,00 e 21º,50

Distrito do Funchal

Camara de Lobos ..	2	-	19,70 ; 21,80.
Funchal	14	13,50	15,90

17,40 ; 18,20 ; 18,80 ; 19,10 ; 19,10 ; 20,00 ; 20,60 ; 24,20.

Total das amostras 16, entre 13º,30 e 24º,20

Distrito da Horta

Horta	2	13,10	15,70
Lagaa	1	9,90	-

Total das amostras 3, entre 9º,90 e 15º,70

Distrito de Ponta Delgada

Ponta Delgada	4	9,00	13,90
---------------------	---	------	-------

Total das amostras 4, entre 9º e 13º,90

INDICE

	Pag.
1.º Parecer das comissões de fazenda e de agricultura da camara dos senhores deputados	3
2.º Projecto de lei apresentado pelas referidas comissões em substituição da proposta de lei de 15 de maio de 1889.....	27
3.º Proposta de lei de 15 de maio de 1889 e relatorio que a precede	31
4.º Memoria — A proposito da crise vinicola	39
5.º Projecto de lei de fomento agricola.....	89
6.º A colonisação do Alentejo.....	99
7.º Resumo historico da legislação e de alguns factos relati- vos a cereaes e vinhos desde 1202.....	113
8.º Varios documentos historicos.....	129
9.º Mappa geral da exportação de vinhos desde 1843 a 1888	152
10.º Importação geral de trigo e especial de trigo da Ame- rica, e valores por litro, desde 1868 até 1887.....	154
11.º Mappa indicativo da produção em farinha e farello de diversos trigos nacionaes e estrangeiros, segundo as experien- cias realisadas em Lisboa em 1888.....	156
12.º Preço medio annual dos cereaes desde 1728.....	158
13.º Media mensal das cotações, na bolsa de Nova York, do trigo <i>Red-Winter</i> n.º 2 e farinha de embarque em 1885, 1886 e 1887.....	162
14.º Mappa geral da importação de cereaes desde 1861 a 1888	165
15.º Castas das videiras americanas existentes e disponiveis para venda em 1887 nos diversos viveiros do estado	167
16.º Castas das videiras americanas existentes e disponiveis para venda em 1888 nos diversos viveiros do estado.....	188

17.º Mappa demonstrativo das videiras americanas dos vivei- ros do estado distribuidas pelos viticultores em 1887.....	201
18.º Mappa demonstrativo das videiras americanas dos vivei- ros do estado distribuidas pelos viticultores em 1888	202
19.º Mappa demonstrativo das videiras americanas vindas de França e distribuidas aos viticultores em 1888	203
20.º Relação dos viveiros das cepas americanas existentes em 25 de maio de 1889, nas duas circumscripções agronomicas....	204
21.º Quadro demonstrativo da força alcoolica dos vinhos por- tuguezes.....	206